

NARRATIVAS DA PAISAGEM DO CONJUNTO HISTÓRICO E PAISAGÍSTICO DE PARNAÍBA-PI: CONTRADIÇÕES E PERMANÊNCIAS



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Escola de Arquitetura e Urbanismo
Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo

Isis Meireles Rodrigues Sampaio

**NARRATIVAS DA PAISAGEM DO CONJUNTO HISTÓRICO E PAISAGÍSTICO DE
PARNAÍBA-PI: contradições e permanências.**

VOLUME I

Belo Horizonte
2021

Isis Meireles Rodrigues Sampaio

**NARRATIVAS DA PAISAGEM DO CONJUNTO HISTÓRICO E PAISAGÍSTICO DE
PARNAÍBA-PI: contradições e permanências.**

VOLUME I

Versão final

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para à obtenção do título de Doutora em Arquitetura e Urbanismo.

Orientadora: Prof. Dra. Celina Borges Lemos

Área de concentração: Teoria, produção e experiência do espaço

Belo Horizonte
2021

FICHA CATALOGRÁFICA

S192n	<p>Sampaio, Isis Meireles Rodrigues. Narrativas da paisagem do Conjunto Histórico e Paisagístico de Parnaíba-PI: [manuscrito] : contradições e permanências. / Isis Meireles Rodrigues Sampaio. - 2021. 2v. : il.</p> <p>Orientadora: Celina Borges Lemos.</p> <p>Tese (doutorado)– Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura.</p> <p>1. Paisagem - Proteção - Teses. 2. Patrimônio - Teses. 3. Planejamento urbano - Teses. 4. Participação social - Teses. 5. Parnaíba (PI) - Teses. I. Lemos, Celina Borges. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Arquitetura. III. Título.</p> <p>CDD 350.85</p>
-------	---

Ficha catalográfica: Elaborada por Marco Antônio Lorena Queiroz – CRB 6/2155



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
ESCOLA DE ARQUITETURA
COLEGIADO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

FOLHA DE APROVAÇÃO

Narrativas da paisagem cultural e urbana de Parnaíba- PI: Contradições, permanências e prospecções

ISIS MEIRELES RODRIGUES SAMPAIO

Tese submetida à Comissão Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós- Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Arquitetura da UFMG como requisito para obtenção do grau de Doutor em Arquitetura e Urbanismo, área de concentração: Teoria, produção e experiência do espaço.

Aprovada em 29 de julho de 2021, pela Comissão constituída pelos membros:

Profa. Dra. Celina Borges Lemos - Orientadora EA-UFMG

Profa. Dra. Maria Cristina Villefort Teixeira - EA-UFMG

Profa. Dra. Marina Salgado - PUC Minas

Profa. Dra. Alcília Afonso de Albuquerque e Melo - UFCG

Profa. Dra. Camila Marques Zyngier - IBMEC

Belo Horizonte, 29 de julho de 2021.

PROFA. ANA PAULA BALTAZAR DOS SANTOS
Coordenadora do Programa de Pós-graduação em
Arquitetura e Urbanismo - NPGAU/EA-UFMG



Documento assinado eletronicamente por **Ana Paula Baltazar dos Santos, Coordenador(a)**, em 21/09/2021, às 19:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0976836** e o código CRC **7D4DB1DB**.

Para Mário Meireles e Isadora

AGRADECIMENTOS

Nesses quatro anos de desenvolvimento desse trabalho, agradeço a todos que de maneira direta ou indireta participaram dessa jornada, Agradeço primeiramente à Deus pela coragem, perseverança e saúde necessárias pois sem Ele não existiria. Em especial, gostaria de agradecer aos meus alunos que me ensinaram muito mais que eu ensinei a eles.

Muito obrigada ao programa e aos professores por acreditarem no potencial de Parnaíba. Em especial, à minha orientadora prof. Dra. Celina Borges Lemos que me recebeu em Belo Horizonte com muita gentileza e carinho e tornou a condução desse projeto mais leve e gratificante. Sou grata por cada café e horário de almoço compartilhado e todo o conhecimento dividido entre viagens e revisões de texto. Agradeço aos membros da banca por todas as contribuições dadas desde a qualificação à defesa final.

Para realização desse trabalho testei todos os limites: físico com as longas horas de viagem semanais emendadas ao trabalho e uma gestação de risco, geográficos por romper as fronteiras de tempo e espaço e, graças à tecnologia, poder estar em mais de um lugar no mesmo intervalo de tempo, intelectual, pelo desafio aceito. Foram muitas ausências, no trabalho, com os amigos e na família. Dessa forma, não poderia deixar de expressar gratidão a todos na PREUNI/UFPI e ao Centro Universitário Uninovafapi que financiou por 3 anos essa pesquisa.

Agradeço também aos amigos, por entenderem as ausências e, em especial, ao casal de servidores da UFDPAR, prof. Dr. Manoel Dias de Souza Filho e Dra. Ana Carolina Machado Leódido que não mediram esforços para me auxiliar a recrutar a equipe de apoio para realização das entrevistas. Gratidão por toda amizade e apoio. Aproveito para reconhecer o apoio e empenho de minha família, meus pais, meus maiores incentivadores e em especial meu irmão Michael Sávio Meireles Rodrigues, fisioterapeuta que fez as honras de pesquisador histórico percorrendo o centro de Parnaíba a fotografar e contatar entrevistados. Marcelo e Isadora, meu lar. Isadora você foi o meu renascimento em vida. Por você pausei e mudei todos os planos e quantas vezes fossem necessárias, o faria novamente. Marcelo, você se fez presente quando eu tive que renunciar meu espaço de mãe para realizar e finalizar esse trabalho. Obrigada!

“Ao sopro forte do Nordeste a vida canta
Nessa oficina de labor que nos encanta

Do nosso esforço
Vem a surgir
A glória excelsa
Em teu porvir

E quem da luta
Todo ardor não liba
Ao som do brado:
Salve ó Parnaíba”

(R. Petit. Hino de Parnaíba, 1919)

RESUMO

Neste trabalho trata-se das dimensões material e imaterial da paisagem urbana e ambiental, fruto da polaridade entre o centro antigo e a crescente expansão urbana que ocorre no cotidiano das cidades contemporâneas. O objetivo geral é compreender quais agentes atuaram e atuam na urbanização e reurbanização da paisagem urbana histórica de Parnaíba-PI. Busca-se desvelar o microterritório tombado através da análise e diagnóstico da região. A metodologia utilizada baseia-se na pesquisa histórica e documental, na Teoria da Paisagem e suas narrativas e na Teoria das Representações Sociais. Entre os instrumentos empregados encontram-se entrevistas semiestruturadas e questionários, ambos com análise de conteúdo e abordagem qualitativa e quantitativa. O aporte teórico utilizado passa por autores como Bourdieu (1991) (2001); Choay (2017); Moscovici (2015) e outros. Espera-se, a partir dos resultados encontrados, refletir sobre os caminhos possíveis para uma gestão e salvaguarda mais eficaz do patrimônio no século XXI.

Palavras-chave: Paisagem. Patrimônio. Urbanismo. Representação.

ABSTRACT

This paper deals with the material and immaterial dimension of urban landscape and environmental. The general objective is to understand which agents acted and urbanization and the possible redevelopment of the urban landscape historical center of Parnaíba-PI. From this, it is sought to unveil the overturned microterritory through the analysis and diagnosis of the region. The methodology used is based on in historical and documentary research, in Landscape Theory, its narratives and meanings and in the Theory of Social Representations. In between the instruments used are semi-structured interviews and questionnaires, both with content analysis and qualitative and quantitative. The theoretical contribution used is by authors as Bourdieu (1991) (2001); Choay (2017); Moscovici (2015) and others. It is hoped, based on the results found, to reflect on the possible ways of managing and safeguarding more effectively the heritage in the 21st century.

Keywords: Landscape. Patrimony. Urbanism. Representation.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Diagrama de localização da cidade de Parnaíba.....	91
Figura 02 – Cidades Limítrofes a Parnaíba.....	91
Figura 03 - Praia de Pedra do	92
Figura 04 – Margens do rio Igarauçu	92
Figura 05 –acessos rodoviários da cidade de Parnaíba	93
Figura 06 –principais vias locais de Parnaíba	94
Figura 07 – Margens do rio Igarauçu	95
Figura 08 – Porto das Barcas.....	96
Figura 09 – Expansão urbana da cidade de Parnaíba (séc. XVIII, XIX e XX.....	96
Figura 10 – Edificações relevantes no centro histórico	97
Figura 11 – Expansão urbana de Parnaíba - tendências – revisão do Plano Diretor, 2016.....	98
Figura 12 – Comparativo do estado de conservação de algumas edificações – 2007 e atual.....	99
Figura 13 – Casa Inglesa em 1926	101
Figura 14 – Foof-ball em Parnahyba, 1925	102
Figura 15 – Sociabilidades na Praça da Graça – década de 50	103
Figura 16 – Praça da Graça no final da década de 70.....	103
Figura 17 – Edificações ecléticas à Av. Getúlio Vargas.....	105
Figura 18 – Estação Ferroviária em 1936	108
Figura 19 – Praça da Graça em 2010	110
Figura 20 – Vista aérea do Conjunto Histórico e Paisagístico de Parnaíba.....	113
Figura 21 – Perímetro de proteção e perímetro de entorno	115
Figura 22 – Linha do tempo dos estilos arquitetônicos em Parnaíba.....	117
Figura 23 – Edificações religiosas no perímetro de tombamento	118
Figura 24 – Capela de Nossa Senhora de Montserrat.....	119
Figura 25 – Igreja de Nossa Senhora Mãe da Divina Graça.....	119
Figura 26 – Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos.....	119
Figura 27 – Capela de Santo Antônio	120
Figura 28 – Capela da Santa Casa de Misericórdia.....	120
Figura 29 – Divisão do Conjunto Histórico e Paisagístico de Parnaíba	121
Figura 30 – Conjunto Porto das Barcas e Galpões portuários.....	122

Figura 31 – Carregamento de mercadorias no Rio Igarauçu	123
Figura 32 – Região do porto das Barcas no início do séc. XX.....	123
Figura 33 – Carregamento de mercadorias no Porto das Barcas	123
Figura 34 – Maquinário antigo no Porto das Barcas	123
Figura 35 – Porto das Barcas e Ponte Simplício Dias.....	124
Figura 36 – Largo no Porto Salgado antes da Ponte Simplício Dias	125
Figura 37 – Contraste entre a Ponte Simplício Dias e as edificações históricas	125
Figura 38 – Varanda às margens do rio Igarauçu	126
Figura 39 – Mesas às margens do Rio Igarauçu.....	126
Figura 40 – Margens do Rio Igarauçu – Porto das Barcas	127
Figura 41 – Margens do Rio Igarauçu – Galpões portuários.....	127
Figura 42 – Margens do Rio Igarauçu	127
Figura 43 – Tipologias Conjunto Porto das Barcas e galpões portuários	128
Figura 44 – Entrada Complexo Porto das Barcas	129
Figura 45 – Complexo Cultural Porto das Barcas	129
Figura 46 – Ruínas no Complexo Porto das Barcas	130
Figura 47 – Estrutura de sustentação do telhado.....	130
Figura 48 – Galpões portuários no início do em madeira de carnaúba séc. XX ...	131
Figura 49 – Estrutura dos Galpões Portuários	131
Figura 50 – Gabarito do Conjunto Porto das Barcas e galpões portuários	132
Figura 51 – Diagnóstico de uso do Conjunto Porto das Barcas e galpões portuários em 2008.....	133
Figura 52 –Lojas e restaurantes no Complexo cultural Porto das Barcas	133
Figura 53 - Diagnóstico de uso do Conjunto Porto das Barcas e galpões portuários atual	134
Figura 54 - Estado de conservação do Conjunto Porto das Barcas e galpões portuários em 2008.....	135
Figura 55 – Estado de conservação do Conjunto Porto das Barcas e galpões portuários atual	135
Figura 56 – Conjunto de Imóveis fechado/ sem uso na Rua do Comércio	136
Figura 57 –Detalhe de edificação fechada/ sem uso na Rua do Comércio	136
Figura 58 –Rua do Comércio revitalizada	137
Figura 59 - Comparativo de Estado de conservação edificações no Conjunto Porto das Barcas.....	137

Figura 60 - Comparativo de Estado de conservação edificações 2019-2020.....	138
Figura 61 - Estado de conservação da ruína da antiga fábrica Moraes e arredores	138
Figura 62 Estado de conservação de edificações no Conjunto Porto das Barcas - comparativo	139
Figura 63 - Parque das ruínas.....	139
Figura 64 Reforma do Complexo Cultural Porto das Barcas	140
Figura 65 - Diagnóstico de caracterização do Conjunto Porto das Barcas e galpões portuários em 2008.....	140
Figura 66 - Diagnóstico de caracterização do Conjunto Porto das Barcas e galpões portuários atual	141
Figura 67 – Descaracterizações no Conjunto Porto das Barcas e Galpões portuários	141
Figura 68 – Conjunto Santa Casa de Misericórdia.....	143
Figura 69 – Conjunto Santa Casa de Misericórdia.....	143
Figura 70 – Santa Casa de Misericórdia em 1914	144
Figura 71 – Santa Casa de Misericórdia em 1924	144
Figura 72 – Pavilhões da Santa Casa de Misericórdia, 1929.....	145
Figura 73 – Santa Casa de Misericórdia de Parnaíba, 1934.....	146
Figura 74 – Praça Antônio Monte em 1968.....	147
Figura 75 – Tipologias do Conjunto Santa Casa de Misericórdia	147
Figura 76 – Faces de quadra da Santa Casa de Misericórdia	148
Figura 77 – Gabarito Conjunto Santa Casa de Misericórdia	149
Figura 78 – Usos em 2008 - Conjunto Santa Casa de Misericórdia	149
Figura 79 – Usos atual - Conjunto Santa Casa de Misericórdia.....	149
Figura 80 – Conservação do Conjunto Santa Casa de Misericórdia em 2008.....	150
Figura 81 – Conservação do Conjunto Santa Casa de Misericórdia atual.....	151
Figura 82 – Caracterização do Conjunto Santa Casa de Misericórdia em 2008....	151
Figura 83 – Comércio informal à Praça Antônio do Monte nos anos 2000.....	152
Figura 84 –Praça Antônio do Monte atualmente	152
Figura 85 – HEMOPI na Praça Antônio Monte.....	153
Figura 86 – Conjunto Praça Santo Antônio	154
Figura 87 – Localização da Praça Santo Antônio	155
Figura 88 – Praça Santo Antônio em 1935	155

Figura 89 – Monumento ao centenário de Parnaíba, 1957	156
Figura 90 – Praça Santo Antônio em 1948	156
Figura 91 – Praça Santo Antônio em 1952	156
Figura 92 – Praça Santo Antônio em 19-?	157
Figura 93 – Praça Santo Antônio em 1957	157
Figura 94 – Cajueiro de Humberto de Campos	157
Figura 95 – Localização do Centro Cívico.....	158
Figura 96 – Residência rua José Narciso n. 740.....	159
Figura 97 – Tipologias Conjunto Praça Santo Antônio.....	159
Figura 98 – Colégio Nossa Senhora das Graças	160
Figura 99 . Colégio Nossa Senhora das Graças, 1934	161
Figura 100 - Colégio Nossa Senhora das Graças, 2011	162
Figura 101 – Localização do Centro Cívico.....	162
Figura 102 – Gabarito do Conjunto Praça Santo Antônio	163
Figura 103 - Diagnóstico de uso do Conjunto Praça Santo Antônio em 2007	164
Figura 104 - Diagnóstico de uso do Conjunto Praça Santo Antônio atual	164
Figura 105 – Mudança de função na rua Pires Ferreira n.º697	165
Figura 106 - Estado de conservação do Conjunto Praça Santo Antônio em 2007	165
Figura 107 - Estado de conservação do Conjunto Praça Santo Antônio atual	166
Figura 108 – Hotel Casa de Santo Antônio	167
Figura 109 – Diagnóstico comparativo do estado de conservação - edificações conj. Praça Santo Antônio.....	168
Figura 110 – Arruinamento no conj. Praça Santo Antônio	168
Figura 111 – Casarão Rua Pires Ferreira n.º649.....	169
Figura 112 - Diagnóstico de caracterização do Conjunto Praça Santo Antônio em 2007.....	170
Figura 113 - Diagnóstico de caracterização do Conjunto Praça Santo Antônio em 2020.....	170
Figura 114 – Rua Riachuelo n.º682	171
Figura 115 – Conjunto Praça da Graça.....	172
Figura 116 – Praça da Graça	173
Figura 117 – Vista aérea da Praça da Graça em 1935	174
Figura 118 - espelho d'água na Praça da Graça, 2021.....	175
Figura 119 – Praça Coronel Jonas Correia	175

Figura 120 – Praça Coronel Jonas Correia, 1935	176
Figura 121 – Praça Coronel Jonas Correia, 1940	176
Figura 122 – Praça Coronel Jonas Correia, 2007	176
Figura 123 – Praça Coronel Jonas Correia, 2021	177
Figura 124 – Praça Constantino Correia	177
Figura 125 – Praça dos poetas	178
Figura 126 – Mercado de Frutas, 1940	178
Figura 127 – Praça dos poetas, 2021	178
Figura 128 – Tipologias Conjunto Praça da Graça	179
Figura 129 – Sobrado Dona Auta.....	180
Figura 130 Gabarito do Conjunto Praça da Graça.....	180
Figura 131 - Diagnóstico de uso do Conjunto Praça da Graça em 2008.....	181
Figura 132 - Diagnóstico de uso do Conjunto Praça da Graça atual	181
Figura 133 - Estado de conservação do Conjunto Praça da Graça em 2008.....	183
Figura 134 – Rua Almirante Gervásio Sampaio, n. 690	183
Figura 135 - Estado de conservação do Conjunto Praça da Graça atual	184
Figura 136 – Antigo Mercado de Frutas	184
Figura 137 - Diagnóstico de caracterização do Conjunto Praça da Graça em 2008	185
Figura 138 - Diagnóstico de caracterização do Conjunto Praça da Graça atual....	186
Figura 139 – Cine teatro Éden	186
Figura 140 – Antigo mercado em frente a praça Coronel Jonas Correia	187
Figura 141 – Conjunto Av. Getúlio Vargas	188
Figura 142 – Ferrovia – Porto das Barcas via linha férrea	189
Figura 143 – Tipologias Conjunto Av. Getúlio Vargas.....	189
Figura 144 – Casarão de Simplício Dias da Silva.	190
Figura 145 – Casarão de Azulejos	191
Figura 146 – SESC Caixeiral.....	191
Figura 147 – Perspectiva histórica da sede da União Caixeiral	192
Figura 148 – SESC educacional Miranda Osório.....	193
Figura 149 – Armazém Paraíba	193
Figura 150 – Hotel Delta.....	194
Figura 151 – Edifício eclético no local onde hoje se encontra o Armazém Paraíba.	194

Figura 152 – Edifício com características coloniais no local onde hoje se encontra o Hotel Delta	194
Figura 153 – Gabarito do Conjunto Av. Getúlio Vargas	195
Figura 154 - Diagnóstico de uso do Conjunto Av. Getúlio Vargas em 2008	196
Figura 155 - Diagnóstico de uso do Conjunto Av. Getúlio Vargas atual	196
Figura 156 - Estado de conservação do Conjunto Av. Getúlio Vargas em 2008 ...	197
Figura 157 – Casarão de Simplício Dias da Silva em 2008	197
Figura 158 - Estado de conservação do Conjunto Av. Getúlio Vargas em 2020. ..	198
Figura 159 – Comparativo do estado de conservação Rua Riachuelo n.º 645.....	198
Figura 160 – Comparativo do estado de conservação Rua Simplício Dias n.º 113	199
Figura 161 - Diagnóstico de caracterização do Conjunto Av. Getúlio Vargas em 2008	199
Figura 162 - Diagnóstico de caracterização do Conjunto Av. Getúlio Vargas em 2020	200
Figura 163 - Localização do Conjunto Estação Ferroviária.....	201
Figura 164 – Maria Fumaça	201
Figura 165 - Tipologias do Conjunto Estação Ferroviária	202
Figura 166 - Gabarito do Conjunto Estação Ferroviária.....	202
Figura 167 - Usos do Conjunto Estação Ferroviária em 2008	203
Figura 168 – Museu do Trem	203
Figura 169 - Usos do Conjunto Estação Ferroviária em 2020	204
Figura 170 - Estado de conservação do Conjunto Estação Ferroviária em 2008 ...	204
Figura 171 - Estado de conservação do Conjunto Estação Ferroviária em 2020 ..	205
Figura 172 – Comparativo estado de conservação 2008-2020.....	206
Figura 173 - Caracterização do Conjunto Estação Ferroviária em 2008	206
Figura 174 - Caracterização do Conjunto Estação Ferroviária em 2020	207
Figura 175 - Parnaíba Contemporânea –áreas de Parnaíba	218
Figura 176 - Proposta de divisão dos bairros de Parnaíba	219
Figura 177 - Parnaíba Contemporânea –áreas de.....	219
Figura 178 - Localização da Universidade Federal do Delta do Parnaíba, UFDPAR	221
Figura 179 - Localização da Praça do Amor	222
Figura 180 - Praça Mandu Ladino em Parnaíba	223
Figura 181 - Locomotiva nos arredores da Praça Mandu Ladino	223

Figura 182- Locais de apropriação e espaços livres de Parnaíba.	224
Figura 183- Rota das emoções	225
Figura 184- Artesanato no Morro da Mariana (Ilha Grande de Santa Isabel)	226
Figura 185- Edifícios mais significativos citados pelos entrevistados	259

LISTA DE GRÁFICOS

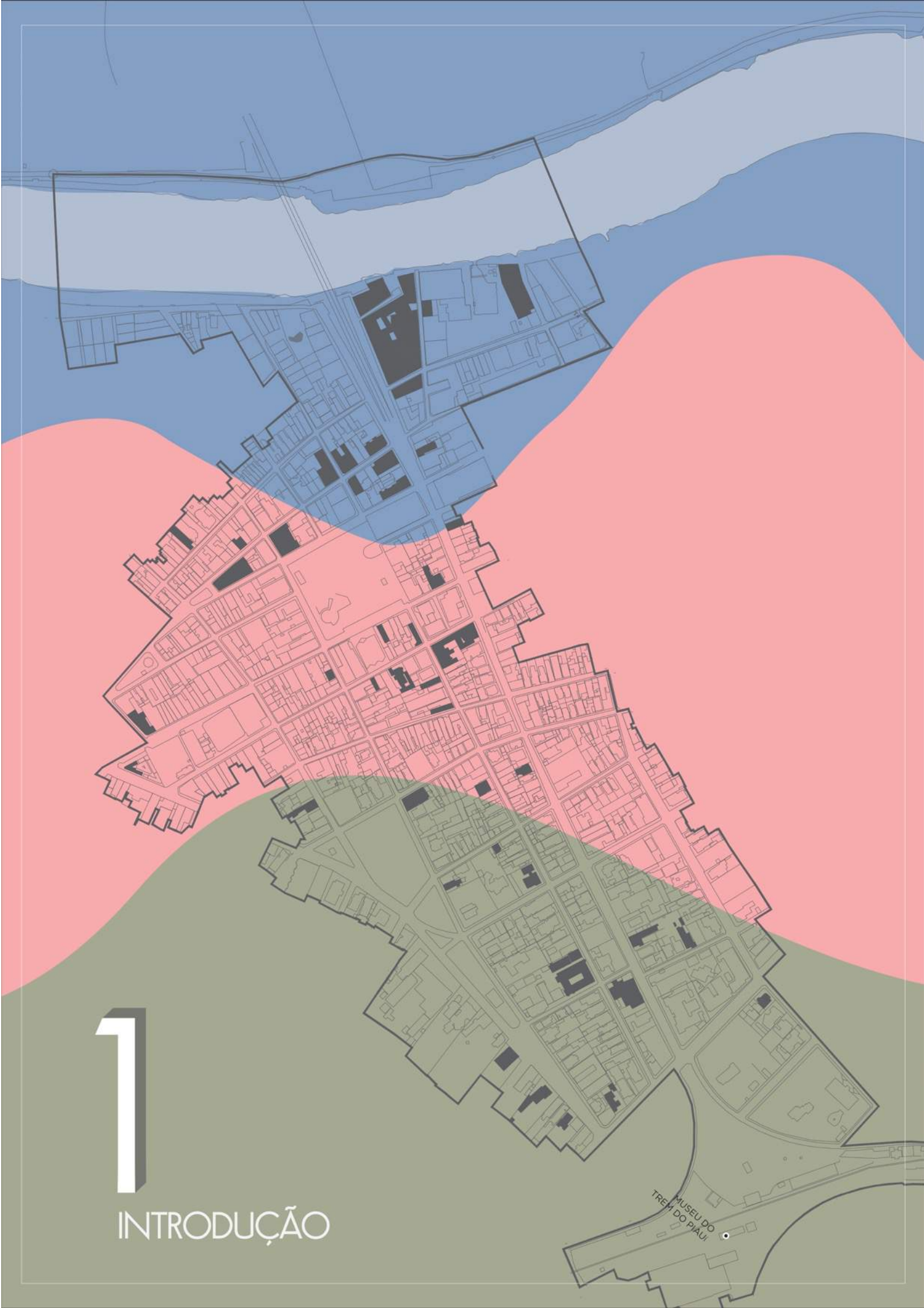
Gráfico 01 – Identificação dos entrevistados por gênero	228
Gráfico 02 – Identificação dos entrevistados por idade	229
Gráfico 03 – Naturalidade dos entrevistados	230
Gráfico 04 – Relação afetiva e de memória dos entrevistados com a região do sítio histórico	230
Gráfico 05 – Conhecimento dos entrevistados acerca da história sobre a origem e formação do lugar	235
Gráfico 06 – Avaliação do tombamento pelos entrevistados	242
Gráfico 07 – Sobre os benefícios do tombamento pelos entrevistados	243
Gráfico 08 – Consideração da região tombada patrimônio histórico pelos entrevistados	245
Gráfico 09 – Meio de locomoção dos entrevistados pela cidade	248
Gráfico 10 – Utilização dos espaços e equipamentos urbanos do sítio histórico pelos entrevistados	249
Gráfico 11 – Principais problemas do centro histórico	251
Gráfico 12 – Identificação dos responsáveis pela gestão do Patrimônio pelos entrevistados	253
Gráfico 13 – Avaliação da manutenção e preservação dos bens patrimoniais pelos entrevistados	254

SUMÁRIO

VOLUME I

1	INTRODUÇÃO	21
2	PATRIMÔNIO, PAISAGEM E TURISMO: representações e narrativas	42
2.1	Patrimônio cultural urbano, apropriação do espaço e representações sociais	42
2.1.1	Cultura, cotidiano e práticas sociais	42
2.1.2	Patrimônio, memória, espaço vivido e espaço social	52
2.1.3	As representações sociais na sociedade contemporânea	62
2.2	Paisagem e turismo: Narrativas em construção	81
3	PARNAÍBA: CONSTRUÇÕES, REPRESENTAÇÕES E NARRATIVAS NA PAISAGEM	90
3.1	Patrimônio e a formação da paisagem do Conjunto Histórico e Paisagístico de Parnaíba-PI	90
3.2	Paisagem, cotidiano e desenvolvimento econômico: “Parnaíba – Norte do Brasil”	100
3.3	Considerações gerais sobre o conjunto histórico e paisagístico de Parnaíba	112
3.4	Conjunto Histórico e Paisagístico de Parnaíba: Diagnóstico comparativo (2008-2021)	114
3.3.1	Conjunto Porto das Barcas e Galpões Portuários	121
3.3.2	Conjunto Santa Casa de Misericórdia	142
3.3.3	Conjunto Praça Santo Antônio	153
3.3.3	Conjunto Praça da Graça	172
3.3.3	Conjunto Av. Getúlio Vargas	188
3.3.6	Conjunto Estação Ferroviária	200
3.5	As dimensões públicas e privadas e suas atuações em nome das ações de preservação do patrimônio	207

3.5.1 IPHAN, o tombamento e a permanência do patrimônio	215
3.6 Parnaíba contemporânea: transformações e desenvolvimento urbano....	216
4 A PAISAGEM EM FRAGMENTO – REPRESENTAÇÕES, PERMANÊNCIAS E CONTRADIÇÕES DA PAISAGEM PARNAIBANA.....	228
4.1 Os sujeitos e suas representações	228
4.2 Relação afetiva e de memória com a região do sítio analisado	230
4.3 Conhecimento dos entrevistados acerca da história sobre a origem e formação do lugar	235
4.4 Participação, avaliação e reconhecimento do tombamento	236
4.5 Forma de deslocamento, utilização, permanência e apreensão do sítio histórico	248
4.6 Sobre a gestão do patrimônio.....	253
4.7 Identificação dos lugares mais representativos	257
4.8 Expectativas em relação à recuperação e manutenção do sítio histórico	259
4.9 Narrativas da Paisagem: contradições e permanências no objeto de estudo	261
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	266
REFERÊNCIAS.....	272
APÊNDICES.....	304



1

INTRODUÇÃO

MUSEU DO
TREM DO PIAU

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho, intitulado “Narrativas da Paisagem do Conjunto Histórico e Paisagístico de Parnaíba-PI: Contradições e permanências”, trata da dimensão material e imaterial da paisagem urbana e ambiental. Objetiva-se compreender quais agentes atuaram e atuam na urbanização e na possível reurbanização da paisagem urbana histórica de Parnaíba-PI. A partir disso, busca-se desvelar o microterritório tombado a partir da análise e diagnóstico comparativo do Conjunto. Para tanto, a investigação será conduzida à luz da Teoria da Paisagem e suas narrativas e a Teoria das Representações Sociais, a fim de compreender as tensões existentes entre a cidade contemporânea e a cidade protegida pelo instrumento de tombamento.

A cidade de Parnaíba localiza-se na porção litoral do Estado do Piauí, região nordeste do Brasil. Atualmente, estima-se sua população em 153.078 (cento e cinquenta e três mil e setenta e oito) habitantes com dimensão territorial de 435,942km, sendo a segunda maior do estado (atrás apenas da capital, Teresina) (IBGE, 2019).

Parnaíba tornou-se uma das cidades mais relevantes da microrregião do litoral Piauiense (IBGE, 2018). A proximidade com o Rio Igarçu garantiu a localização da *Vila de São João da Parnahyba* em 1762, originando a cidade em 1844. O desenvolvimento econômico parnaibano baseou-se na função de entreposto comercial, permitindo trocas com as regiões vizinhas e o intercâmbio e exportações internacionais (SILVA FILHO, 2007).

Vinculado ao valor histórico, a região apresenta o valor paisagístico marcado, principalmente, pela presença do Rio Igarçu, mais notadamente na porção do microterritório tombado pertencente à região do Porto das Barcas. Esse conjunto tem formação anterior à da própria cidade. Os galpões portuários foram edificadas entre o séc. XIX e XX, a partir da ascensão econômica da produção e seu escoamento fluvial. Essa região tem forte valor cultural pelo estabelecimento da relação de Lugar de Memória e local de apropriação da população. O local possui as dimensões histórica, paisagística e ambiental. Na dimensão histórica, ressaltam-se o conjunto arquitetônico e o traçado urbano que se encontram preservados, embora existam descaracterizações.

A relação da cidade com rio sugere uma das maiores contradições verificadas no objeto de estudo. Isto porque a origem e formação da cidade encontra-se, conforme

exposto, diretamente relacionada à presença do corpo d'água. Hoje, o rio não exerce mais sua função de escoamento comercial devido à impossibilidade de navegação e essa relação se transformou de origem do núcleo urbano, fonte de subsistência e valor econômico para uso turístico nos dias atuais.

A cidade tem buscado explorar o potencial turístico ocasionado pelas belezas naturais (turismo ecológico) e pela relevância de seu centro histórico. Dessa forma, o turismo, com ênfase no turismo cultural, apresenta-se como opção de desenvolvimento econômico local. Todavia, esse recurso permanece pouco explorado no contexto contemporâneo da cidade.

A importância do estudo reside, portanto, na necessidade de entendimento das relações entre o território histórico protegido e as áreas de expansão da cidade atual para uma melhor reflexão e direcionamento para as políticas de salvaguarda, passível de aplicação não apenas no sítio analisado, mas em objetos de estudo semelhantes. Ademais, busca-se desvelar as condições de representação social dos moradores do sítio histórico a fim de compreender sua condição de pertencimento, além das relações de memória e identidade com o lugar, desenvolvidas em um contexto cultural diretamente relacionado à construção de dada paisagem.

Sabe-se que a destruição do patrimônio urbano impacta diretamente nos valores comuns de uma sociedade. Igualmente, uma melhor compreensão propiciada pelo conhecimento histórico acerca do patrimônio e das relações de memória e identidade de determinado local podem auxiliar no planejamento urbano contemporâneo e no fortalecimento da cultura na vida urbana.

O conhecimento dos fatores estruturantes e das características do campo de produção do conjunto histórico e paisagístico de Parnaíba a partir de suas propriedades relacionais podem auxiliar na revisão dos instrumentos de gestão do patrimônio aplicados não apenas no objeto pesquisado, mas em sítios similares. Espera-se contribuir para a reflexão sobre os caminhos possíveis para uma gestão e salvaguarda mais eficaz do patrimônio no séc. XXI.

Para o desenvolvimento dos argumentos que embasam essa pesquisa se faz necessário retomar as definições de alguns termos fundamentais aqui utilizados. O primeiro deles refere-se à Cultura. A origem da palavra cultura faz alusão ao processo

de cultivar, criar. Em meados do séc. XVIII, cultura distinguia as realizações do homem em relação ao mundo natural.

“‘Cultura’ significava aquilo que os homens podem fazer” (BAUMAN, 2012, p. 12) Dessa forma, pode-se entender cultura com um sentido de permanência, realizado através da transmissão (cultura como educação). Desta forma se atinge o que afirmam Sacristán e Gomez (1998, p. 13):

A espécie humana, constituída biologicamente como tal, elabora instrumentos, artefatos, costumes, normas, códigos de comunicação e convivência como mecanismos imprescindíveis para a sobrevivência dos grupos e da espécie.

Assim, cultura significa, para autores como Moura (2009, p. 12): “o horizonte que torna possível a materialização do gênio humano”, ou “suporte de uma vivência concreta”.

Cultura pode ser definida como forma de expressão da ideia de pertencimento expressa no cotidiano. A vida cotidiana constitui realidade interpretada pelos homens e dotada de sentido de maneira subjetiva. O senso comum torna-se aquilo que se partilha na vida cotidiana e o conhecimento distribui-se socialmente pelos indivíduos (BERGER; LUCKMANN, 2008).

Assim como o termo Cultura, o vocábulo Paisagem apresenta múltiplos significados e interpretações. Considera-se paisagem o campo de visão do observador ou porção de terra específica de um tipo de forma ou determinada aparência. Entretanto, no campo sócio espacial, a definição do termo atinge o campo das relações sociais e interações que ocorrem entre o meio social e natural (LOPES, 2013, p. 46). Sobre a multiplicidade de conceitos que o termo paisagem designa e sua relação com a experiência do meio ambiente, afirma Berleant (2012):

Ao reconhecer que a experiência do meio ambiente é muito mais ampla e variada do que a ideia de paisagem pode acomodar e incluir a diversidade e o alcance da experiência apreciativa da natureza, o conceito de paisagem teve que ser esticado em várias direções: de um objeto de uma área, de uma experiência visual para um multissensorial onde, do cenário natural para toda a gama de transformações feitas pelo homem da natureza (BERLEANT, 2012, p. 2, tradução nossa)¹.

¹“In recognizing that the experience of environment is far broader and more varied than the idea of landscape can accommodate, and to include the diversity and range of the appreciative experience of nature, the concept of landscape has had to be stretched in many directions: from an object to an area, from a visual experience to a multi-sensory one, from natural scenery to the whole range of human-made transformations of nature.”

Dentro dessa experiência multissensorial, encontram-se as sociabilidades e práticas sociais existentes no espaço. Isso porque, as práticas sociais em diferentes temporalidades produzem espaço. Essas formas produzidas pelo homem em um contexto específico geram uma conformação compreendida como paisagem, que reúne elementos a natureza e da produção humana. Para Santos (2007, p. 66) “paisagem é o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza”. Pode ser o conjunto dos elementos que distinguem um lugar ou ainda vários tempos presentes em sobreposição. A paisagem, mais do que apenas uma ancoragem espacial, possibilita interpretar os acontecimentos de um local (POTTEIGER; PURINTON, 1998).

A arquitetura que compõe a paisagem integra a memória por sediar os acontecimentos e assim essa memória coletiva se espelha na transformação do espaço realizado pela coletividade. A paisagem, portanto, não pode ser considerada em sua totalidade, mas apenas como parte integrante de algo maior, delimitado pela sociedade e pelo espaço (SANTOS, 2007).

Em relação à paisagem e ao meio ambiente, longe de considerá-la apenas mero enquadramento visual, interessa para a presente pesquisa os valores nela imbricados e relacionados à ação humana no lugar e no tempo. Sobre isso, Serrão (2005, p. 6) afirma:

Se a paisagem pode ser visualmente 'recortada' e o território trabalhado, o lugar é a base de vida modelada pelo curso temporal das comunidades autóctones e que apenas subsiste devido à tradição, ou seja, à permanência das formas humanas de vida que dele cuidaram.

Logo, a dimensão simbólica dessa paisagem revela tradições e permanências ao mesmo tempo em que se costumam rupturas e modificações próprias das evoluções e desenvolvimentos sociais. Assim, a relação das pessoas com o lugar ou as representações acerca de determinada paisagem revelam mais que o simples enquadramento visual de determinada região.

O espaço, segundo Lefebvre (2006) possui dimensão abstrata (espaço mental), física (material) e social (produto social). O caráter social do espaço encontra-se relacionado à forma de produção de determinada sociedade enquanto a prática social insere os conceitos de produção e reprodução tanto de lugares quanto de conjuntos espaciais

referentes à determinada formação social que permite uma continuidade. Assim, para o autor, o espaço pode ser simultaneamente natural e social, prático e simbólico.

Considera-se a produção do espaço fruto da temporalidade e espacialidade de conformação socioespacial capitalista (CORREA, 2016). Espaço pode ser entendido como condição, meio e produto de reprodução da sociedade (CARLOS, 2016). A compreensão do espaço passa pela compreensão da própria sociedade de sua organização, ou cultura. Desse modo, a cultura, a memória coletiva e as identidades sociais são, portanto, agentes de produção do espaço.

Para Carlos (2016, p. 63):

A espacialidade das relações sociais pode ser efetivamente compreendida no plano da vida cotidiana, e, a partir desta, articulada e redefinida com plano da reprodução das relações sociais, vista a multiplicidade dos processos que envolvem a reprodução do espaço em seus mais variados aspectos e sentidos como prática sócio espacial.

Observa-se, então, a existência de relações entre paisagem, memória e práticas sociais ou coletivas. Diante disso, entende-se a memória coletiva nesse estudo conforme o pensamento de Halbwachs (2013). Para o autor, a memória coletiva pressupõe um ato de recordar que só pode ser compreendido em um contexto social. A memória, longe de ser apenas uma recordação individual e subjetiva torna-se indissociável de um grupo social sobre o qual age e é atingida. A Memória coletiva converte-se em fenômeno coletivo e social como menciona Pollack (1992, p. 202): “[...] um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes”. Percebe-se então, que a memória coletiva se constitui por sujeitos.

Se podemos dizer que, em todos os níveis, a memória é um fenômeno construído social e individualmente, quando se trata da memória herdada, podemos também dizer que há uma ligação fenomenológica muito estreita entre a memória e o sentimento de identidade (POLLACK, 1992, p. 205).

Segundo Halbwachs (2013), uma sociedade só se desenvolve em um enquadramento espacial. Para Abreu (2016), isso pode ser denominado de inseparabilidade do tempo e do espaço na memória cujo objeto resultante seria o “lugar de memória”. Esse lugar de memória contém uma dimensão espacial onde muitas vezes se encontra uma arquitetura passível de identificação. Isso porque o lugar, algo espacialmente delimitado, fixo, baseia-se em variáveis que incluem não apenas aspectos

geográficos, mas também práticas sociais (GHIONE, 2013). Lugar de Memória seria, portanto, o espaço onde as lembranças são ancoradas. Lugares de memória possuem três dimensões: simbólica, funcional e material (NORA, 1993). A dimensão material advém da existência, o carácter funcional provém das relações com apropriações e sociabilidades praticadas e o valor simbólico encontra-se na vontade de se arquivar ou perpetuar determinadas tradições ou acontecimentos. É a cidade (ou a arquitetura em sua materialidade) que ancora a memória no tempo (ABREU, 2016).

Ao se falar de identidade, recorda-se a existência de uma identidade individual ou pessoal, que se relaciona na diferenciação entre si e com os outros e a identidade social (ou coletiva) associada ao sentimento de semelhança entre alguns (outros). O processo identitário é dinâmico e ocorre a partir da constatação de semelhanças e diferenças entre si, os outros e diferentes grupos (DESCHAMPS; MOLINER, 2014).

O termo Arquitetura pode ser definido como um conjunto analisável de signos. E, a significação do objeto arquitetônico inclui as relações sociais nele praticadas, da produção do indivíduo e de sua relação com os demais. Necessita-se, portanto, conforme Coelho Netto (1993, p. 46) “conhecer o significado preciso que uma ordenação espacial assume para determinado grupo social”. A partir disso, torna-se possível compreender a adição ou supressão de significados, sentidos e significações ocasionados a partir da prática do espaço, seja ela física ou imaginária.

As representações de um dado grupo ocorrem pelo processo de assimilação ao entrar em contato com outros, construindo memórias que não necessariamente traduzem a realidade, sendo consideradas “imagens produzidas sobre o real” (MINAYO, 2013, p. 90). Dessa forma, como as pessoas interpretam os eventos e entendem o meio social e físico depende fundamentalmente do contexto cultural e do político em que eles estão inseridos (SAMMUT et al, 2017).

As representações possuem um carácter dinâmico, assim como os processos de identidade e memória, que recebem interferências do meio. Essa relação de identificação pode ser entendida como imaginário social, conforme Souza (2009). A construção do imaginário social acerca de fatos acontecidos se constitui numa narrativa que pode ser diversa (ou não) da realidade, porém ancorada no imaginário comum e por ele legitimada.

Apesar do hábito de se relacionar a paisagem como plano de fundo dos acontecimentos sociais ou simples espaço de contemplação natural, a paisagem, por si mesma, também tem a capacidade de desenvolver narrativas. Isso encontra-se relacionado com as experiências, memória e outros aspectos intangíveis do espaço. Para Potteiger e Puriton (1998, p. 5-6, tradução nossa)²:

Narrativas também se encontram nas paisagens. Elas se cruzam com os locais, acumulam-se como camadas da história, organizam sequências e são inerentes aos materiais e processos da paisagem. de várias maneiras, as histórias 'acontecem'. O termo *paisagem narrativa* designa a interação e o relacionamento mútuo que se desenvolve entre a paisagem e a narrativa. Para começar, os lugares configuram narrativas. A paisagem não apenas localiza ou serve como cenário de fundo para histórias, mas é em si uma figura e um processo que muda e que produz histórias.

Dessa forma, a paisagem torna-se uma narrativa com a qual se interpreta os processos e eventos de determinado lugar. Conhece-se bem um lugar quando se reconhece sua história (POTTEIGER; PURITON, 1998). Esse conceito é o cerne da presente pesquisa visto que se relaciona diretamente com as relações e agentes de produção do espaço anteriormente mencionados (identidade, memória, representações, práticas sociais) e que atuam sobre as narrativas implícitas nas paisagens.

Do conceito de paisagem surge a Paisagem cultural, que pode ser compreendida como diferentes interações entre a ação do homem e o espaço físico existente, natural ou produzido. A Paisagem Cultural é um dos objetos de preservação do Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional, o IPHAN. Essa chancela visa reconhecer as relações entre cultura humana e ambiente natural em territórios de conformações diferenciadas, autênticas ou singulares (COSTA; GASTAL, 2010).

A Paisagem Cultural de determinado lugar, ao ser reconhecida por meio do ato de tombamento, torna-se Patrimônio. A origem da palavra relaciona-se à esfera familiar, econômica e jurídica de uma sociedade. Derivado do latim - *patrimonium* – o termo referia-se a herança familiar. Choay (2017, p. 11) conceitua o termo da seguinte forma: "algo que é transmitido, segundo as leis, dos pais e das mães aos filhos". Considera-

²"Narratives are also there in landscapes. They intersect with sites, accumulate as layers of history, organize sequences, and inhere in the materials and processes of the landscape. In various ways, stories "take place". The term *landscape narrative* designates the interplay and mutual relationship that develops between landscape and narrative. To begin with, places configure narratives. Landscapes not only locates or serves as background setting for stories, but is itself a changing, eventful figure and process that engenders stories."

se patrimônio como passagem de status cuja base encontra-se nas relações entre os membros de determinado grupo, receptor e transmissor (CHOAY, 2017).

O patrimônio, em sua composição apresenta tanto aspectos materiais (objetos) quanto imateriais (discurso, saberes e fazeres), pois trabalha a ideia da herança de bens, posse e na tradição familiar e posição social. A compreensão do termo patrimônio passa pelo conceito de herança e se relaciona com a afirmação de Bourdieu (2011, p. 70): “qualquer herança material é, propriamente falando, e simultaneamente, uma herança cultural”.

São as produções culturais que perpetuam o conhecimento de uma sociedade, ocasionando o que Bourdieu (2011, p. 71) determina: “poder social sobre o tempo reconhecido”. Isso faz com que essa organização permaneça mesmo quando seus integrantes não existam mais, assim, transcendendo os limites antropológicos e temporais (BOURDIEU, 2011). Para o autor:

Possuir algo “antigo” ou seja, as coisas presentes que são do passado, da história acumulada, entesourada, cristalizada – tais como, títulos de nobreza e nomes nobres, châteaux ou “mansões históricas”, quadros e coleções, vinhos velhos e móveis antigos – é dominar o tempo, ou seja, a melhor escapatória possível de estar as voltas com o tempo, através de todas as coisas que tem em comum o fato de serem adquiridas, exclusivamente, mediante o tempo, de lutar contra o tempo, ou seja, pela herança – e, se me permitem, aqui, a expressão - pela antiguidade ou graças as disposições que, a semelhança do gosto pelas coisas antigas, adquirem-se, por sua vez, somente com o tempo (BOURDIEU, 2011, p. 70).

A apropriação cultural se dá de maneira distinta e intimamente relacionada com as divisões de classes existentes em uma sociedade (BOURDIEU, 1992). Assim foi a escolha do patrimônio, especialmente ao relacioná-lo as instituições e formação das identidades nacionais, ainda no séc. XIX, como aponta Choay (2017). Tanto a escolha quanto o usufruto do patrimônio se dão, então, de maneira diferenciada pelos indivíduos a partir de sua posição social. Compreende-se o patrimônio não como uma certificação perene, mas, como afirma Canclini (2015, p. 194): “um processo social que, como o outro capital, acumula-se, reestrutura-se, produz rendimentos e é apropriado de maneira desigual por diversos setores”. A partir dessa perspectiva, pode-se considerar o patrimônio como arena de disputas simbólicas e de classe (CANCLINI, 2015).

Toda edificação pode se transformar em história ou, conforme Choay (2017), em testemunho histórico, mesmo que não tenha sido realizada com a intenção rememorativa, como os antigos monumentos. Dessa forma, compreende-se como patrimônio cultural como qualquer produção humana de origem material ou imaterial que seja herdada ou que permaneça ao longo de gerações. Para a autora, a expressão Patrimônio Histórico:

Designa um bem destinado ao usufruto de uma comunidade que se ampliou a dimensões planetárias, constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum (CHOAY, 2017, p. 11).

A classificação de patrimônio material no Brasil considera o conjunto de bens culturais que são classificados e inseridos nos Livros do Tombo. No território nacional são constituídos de bens imóveis, núcleos urbanos, sítios arqueológicos, paisagísticos e bens individuais como coleções e acervos (SILVA, 2015).

Entende-se, em relação ao patrimônio edificado, que o mesmo não deve encontrar-se separado do seu contexto. Para Choay (2017, p. 201) “o entorno do monumento mantém com ele relação essencial”. A autora afirma que:

O domínio patrimonial não se limita mais aos edifícios individuais; ele agora compreende os aglomerados de edificações e a malha urbana: aglomerados de casa e bairros, aldeias, cidades inteiras e mesmo conjunto de cidades (CHOAY, 2017, p. 13).

Dessa forma, passou-se a buscar a preservação patrimonial, ou seja, a permanência ao longo do tempo desses bens que refletem uma sociedade, não apenas como edifícios isolados, mas como conjuntos que representassem a história e cultura de determinada organização social. Para Jeudy (2005, p. 19)

Para que exista patrimônio reconhecível, é preciso que ele possa ser gerado, que uma sociedade se veja o espelho de si mesma, que considere seus locais, seus objetos, seus monumentos reflexos inteligíveis de sua história, de sua cultura.

Dentro desse cenário, durante as últimas décadas do séc. XX e início do séc. XXI aumentaram os números de tombamento das chamadas cidades-patrimônio pelo IPHAN. Esses locais, conhecidos como centros históricos ou cidades históricas, correspondem às áreas centrais de cidades ou regiões que originaram os processos de expansão urbana de determinado lugar (PEREIRA, 2016).

O tombamento foi instituído no Brasil através do decreto lei nº 25 de 1937. Nesse decreto, estabelece-se a definição de Patrimônio Histórico Artístico Nacional e o

instrumento do tombamento, que tem por finalidade a preservação dos itens inscritos nos diferentes livros do tombamento (Livro do Tombamento Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, Livro do Tombamento Histórico, Livro do Tombamento das Belas Artes e Livro do Tombamento das Artes Aplicadas) frente as destruições, demolições e descaracterizações (BRASIL, 1937). O tombamento consiste no instrumento máximo de preservação existente em vigor no país.

O centro histórico de Parnaíba encontra-se tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). A proteção do conjunto foi aprovada em reunião do Conselho Consultivo do IPHAN realizada no dia 11 de setembro no ano de 2008 (IPHAN, 2008a) e a inscrição no Livro do Tombamento Histórico foi homologada em junho de 2011 (IPHAN, [2011?]). Divide-se em cinco setores distintos e possui cerca de 830 imóveis na região do perímetro de tombamento (IPHAN, 2008a). O valor de excepcionalidade do conjunto tombado reside na diversidade de tempos, usos, formas construtivas arquitetônicas e urbanas existentes em cada um dos subconjuntos.

Antes da aplicação do instrumento federal de Tombamento, a cidade apresentava apenas três edificações tombadas na esfera estadual: o sobrado de Dona Auta, o Casarão de Simplicio Dias e o Porto das Barcas (FUNDAC, 2018). Na esfera Municipal, houve a criação do Conselho Consultivo Municipal do Patrimônio Cultural e Natural de Parnaíba (CONSPAC) através da lei municipal Nº 1908, de 11 de março de 2003. Esse Conselho Consultivo foi instituído com a participação de 15 membros de diferentes órgãos federais, municipais, educacionais de representação da sociedade, com o objetivo de definir os bens a serem protegidos em nível municipal, bem como as suas regulamentações. A lei já direcionava os bens que deveriam prioritariamente ser salvaguardados, num total de cerca de 60 edificações de interesse histórico e quatro de interesse turístico e paisagístico. O Plano Diretor vigente, com data do ano de 2006 previa diretrizes e delimitava de áreas de interesse patrimonial na região central da cidade.

O Tombamento de Parnaíba justificou-se, conforme Pereira (2016, p. 60) “pela sua valorização enquanto parte de uma rede de cidades capaz de concatenar o processo de ocupação do território no interior do Brasil”.

Frente aos dados apresentados, a escolha do Conjunto Histórico e Paisagístico de Parnaíba como recorte espacial dessa investigação deu-se por o mesmo ser parte

integrante da Paisagem Urbana Histórica de uma cidade de potencial turístico e econômico para o Piauí e vizinhança. Aqui, entende-se por Paisagem Urbana Histórica a definição utilizada pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) (2011) no preâmbulo de “Recomendações sobre a paisagem histórica urbana” que a considera resultado da sobreposição de valores e atributos culturais e naturais de um local, estendendo o contexto urbano para além de seu centro histórico.

A salvaguarda e preservação do patrimônio permanece como um desafio para a gestão das cidades no Brasil. Nota-se a existência de uma rede de tensões entre o antigo e o novo no desenvolvimento da paisagem e do território urbano em cidades que possuem regiões tombadas. Problemas como esvaziamento, arruinamento, descaracterização, insegurança e abandono são frequentes em muitos desses locais.

Em Parnaíba, a realidade não se encontra diferente. Em visita in loco, foi possível observar diferentes problemáticas na região do sítio histórico, com destaque para o estado de conservação das edificações, muitas vezes em ruínas e a existência de um acelerado processo de descaracterização. Tal processo decorre, muitas vezes, em virtude de interesses econômicos advindo do predomínio atual da função comercial no lugar. A problemática da conservação, portanto, torna-se uma das questões norteadoras do presente trabalho.

As representações podem ser consideradas como um conjunto de valores, ideias e práticas utilizadas para ordenar socialmente um grupo, facilitando sua comunicação (SAMMUT et al, 2017). Para auxiliar no esclarecimento das problemáticas apontadas na presente pesquisa, recorreu-se à teoria das Representações Sociais. Como precursor desta análise, Serge Moscovici (1961), no campo da Psicologia Social, muito contribuiu para esta abordagem. O autor aborda as relações de significações criadas pelos integrantes de determinada sociedade. Assim, quando um objeto se torna um signo abstrato, esse pode existir para além do plano físico, na imaginação e na memória, sendo dotado de significação pelo indivíduo. Isso ocorre não apenas em elementos singulares, mas por todo o ambiente ou conjunto. Esses valores encontraram-se presentes no material elaborado para o tombamento do sítio histórico analisado e serão alvo de investigação por essa pesquisa.

Para Jeudy (2005, p. 36) “a conservação patrimonial impõe-se, pois, como a via real de proteção do simbólico”. Compreender como se comporta o microterritório tombado frente à expansão contemporânea da cidade constitui outra preocupação desse estudo.

Passados mais de dez anos de tombamento do objeto de estudo, observa-se que o estado de conservação e usabilidade das edificações pouco evoluiu, apresentando perdas no conjunto tombado apesar da aplicação do instrumento legal máximo de proteção disponível na federação. O mesmo ocorre em outros sítios pelo Brasil. Diante da dificuldade contemporânea de salvaguardar e preservar efetivamente o patrimônio, como seria possível analisar criticamente uma paisagem dotada de patrimônio tombado frente à realidade do cotidiano? Faz-se necessário refletir acerca dessa temática a fim de encontrar alternativas que despontem para uma gestão mais eficiente e integrada dos bens tombados nas cidades atuais.

Assim, a presente pesquisa possui como ponto inicial de investigação a compreensão do papel dos agentes modeladores do espaço histórico urbano e cultural dentro do campo de tensões entre a cidade e patrimônio. Portanto, o questionamento central do trabalho perpassa o conhecimento sobre: Quais as narrativas da paisagem presentes na contemporaneidade e de que forma elas interferem na salvaguarda do patrimônio no conjunto analisado? A partir disso outras questões se fazem pertinentes tais como: Quais agentes atuam na produção da paisagem urbana histórica de Parnaíba-PI? Quais as condições históricas que possibilitaram a construção dessa paisagem? Quais são as narrativas das pessoas do lugar? Como se relacionam com as ações de proteção patrimonial?

Algumas hipóteses apresentam-se diante do estudo proposto. Nessa pesquisa, pode-se compreender que a salvaguarda do patrimônio histórico de determinado local encontra-se intimamente relacionada às narrativas desenvolvidas sobre o lugar, sejam elas socialmente construídas ou oriundas da própria paisagem. Afirma-se, portanto, que a aplicação do instrumento de salvaguarda do tombamento disponível na lei brasileira até o presente momento não conduz a salvaguarda efetiva do patrimônio histórico urbano e arquitetônico. Desse modo, a preservação do patrimônio no séc. XXI seria possível a partir da revisão dos instrumentos atuais de preservação a partir da compreensão das relações entre os territórios protegidos e a expansão urbana contemporânea.

Ante o exposto, o objetivo geral desse estudo é investigar e compreender com o auxílio da Teoria das Representações sociais e da Teoria da Paisagem as permanências e contradições da paisagem analisada. Como objetivos específicos espera-se analisar as condições históricas e agentes atuantes na construção da paisagem do sítio analisado e identificar as permanências e contradições a partir do entendimento das narrativas que ecoam da e na paisagem.

Neste trabalho, compreende-se o termo metodologia como arcabouço analítico enquanto o método corresponde às escolhas de coleta e análise dos dados (SOMEKH, LEWIN, 2015, p. 19). Utilizou-se uma combinação de métodos para obtenção e análise dos dados a fim de encontrar as respostas aos questionamentos aferidos na exposição da problemática. Assim, os aspectos metodológicos adotados para o desenvolvimento da presente pesquisa basearam-se fundamentalmente na abordagem exploratória de natureza mista, tanto qualitativa quanto quantitativa.

A pesquisa qualitativa, segundo Minayo (2004), procura por significado e intenções relacionadas ao comportamento humano e as construções realizadas pela sociedade, fatos esses, não passíveis de organização estatística. A pesquisa quantitativa ou estatística atende a critérios de amostragem de determinada população e índices de confiança e margem de erro aceitáveis (BUSSAB; BOLFARINE, 2005). A combinação de ambas permite o desenvolvimento de uma base de dados mais rica sobre determinada situação.

Inicialmente, na abordagem exploratória, desenvolveu-se a pesquisa histórica e documental, além da revisão e construção do aporte teórico sobre o objeto de estudo, utilizando-se das teorias de representações sociais e da paisagem, observando suas vinculações com temas como identidade, memória e patrimônio material e imaterial. Realizou-se pesquisa iconográfica e levantamento histórico sobre o recorte espacial do trabalho. A pesquisa histórica, conforme Benévolo (1984), possui natureza funcional, tornando-se essencial para o entendimento do objeto analisado. Essa base permitiu a elaboração dos instrumentos de pesquisa. Isso porque, apesar do recorte cronológico da pesquisa inserir-se na contemporaneidade, ele também aborda fenômenos históricos.

O trabalho embasa-se nas discussões da pesquisa social. Para Someck et al (2015, p. 30) “Nos últimos anos, a globalização trouxe à baila novas questões sobre a

natureza da identidade, da cultura e das relações sociais, bem como das configurações de poder”. Em vista disso, tais temas passaram a desempenhar papel relevante na pesquisa social. Uma vez que se busca a compreensão de fatos no contexto cotidiano da prática social, utilizaram-se como métodos qualitativos e quantitativos a entrevista individual semiestruturada e a aplicação de formulários. Os entrevistados serão ouvidos como sujeitos/autores de ações e histórias vividas e vivenciadas a fim de obter suas percepções e identificar as relações que se desenvolvem no âmbito espacial, da memória e produção do patrimônio em questão. Para tanto, alguns critérios foram adotados acerca do local da coleta de dados e da definição da população e amostra.

Os dados foram coletados prioritariamente *in situ*, na cidade de Parnaíba- PI, com ênfase na região do centro histórico. As informações foram obtidas através de visitas para realização de entrevistas, aplicação de questionários, desenvolvimento de relatórios fotográficos, pesquisa em acervos documentais como o do IHGGP (Instituto Histórico Geográfico e Genealógico de Parnaíba), Biblioteca Municipal, secretarias e órgãos públicos afins. Desenvolveu-se investigação e observação quanto ao estado de conservação dos bens, a relação entre o patrimônio e o meio ambiente urbano, aplicação de políticas públicas e apropriação dos moradores e usuários bem como verificação das relações existentes entre a comunidade, moradores e usuários e o local.

As representações sociais surgem das relações entre os sujeitos, através de um diálogo que deve ser analisado por meio de múltiplas fontes como imagens, documentos, publicações e entrevistas (SANTOS; DIAS, 2015). Sabe-se que as representações estão imbricadas nas esferas as quais o sujeito pertence, tornando o indivíduo sempre como sujeito social não compreendido isoladamente. Se faz, portanto, necessário compreender a maneira como os sujeitos se situam tanto na esfera material quanto simbólica, compreendendo suas atividades, experiência e participação visto que as representações sociais integram os sujeitos pensantes de maneiras diversa que dependem de relações sociais, pertencimento social, que variam de maneira simbólica e material. Para Jodelet (2017, p. 26):

Elas implicam também, no plano simbólico, as circulações dos modos de apreensão e de interpretação da realidade e dos acontecimentos que marcam a atualidade, via os diversos meios de comunicação:

interindividuais, comunitários, midiáticos, estéticos, assim como as transmissões sociais entre gerações.

A respeito da temporalidade das representações sociais (as quais o presente estudo encontra-se vinculado) Jodelet (2017, p. 27) afirma:

Estão na história e tem história: evoluem na medida das mudanças intervenientes nos modelos culturais, nas relações sociais, nas circunstâncias históricas que afetam os contextos em que se desenvolvem, nos agentes que as forjam a partir de sua experiência e inserção em uma rede de vínculos sociais e intersubjetivos

Dessa forma, não seria possível realizar o estudo proposto sem que se considerassem aspectos de evolução histórica do conjunto analisado em seu contexto de formação, sociedade, desenvolvimento econômicos e político ancorados e refletidos na cotidianidade da prática do espaço e das relações que foram e que são dos sujeitos com “o” ou “os” lugares de memória analisados.

De acordo com a autora, torna-se relevante destacar o comportamento dos indivíduos frente à realidade local. Assim, as entrevistas foram aplicadas como pesquisa de campo com os sujeitos divididos em grupos de interesses (agentes tais como gestores, membros da comunidade, moradores mais antigos, usuários dos espaços localizados no objeto de estudo, técnicos dos órgãos de patrimônio), definidos e organizados por relevância e interação com o campo de produção do objeto.

Para o desenvolvimento desta pesquisa os sujeitos foram divididos nos seguintes grupos: Grupo 1 – Antigos moradores e usuários do centro histórico; Grupo 2 – moradores atuais do centro histórico; Grupo 3 – Comerciantes locais; Grupo 4 – Usuários dos locais públicos e de lazer do centro histórico; Grupo 5- Agentes atuantes no processo de tombamento e gestão do sítio histórico. A divisão permitiu a escolha de diferentes abordagens de acordo com os critérios qualitativos ou quantitativos das informações a serem buscadas.

Para coleta dos dados do grupo 1 escolheu-se a análise qualitativa, portanto, a quantidade amostral não se encontra embasada em quantidades. Dessa forma, fixou-se uma quantidade amostral determinada em 5 entrevistas de personalidades representativas aqui chamadas de M1, M2, M3, M4 e M5, cujo critério de seleção foi o fato de serem residentes ou comerciantes há mais de 50 anos, proprietários de imóveis na região delimitada pelo IPHAN na região do centro histórico e terem mais de 75 anos. Entende-se, portanto, que foram testemunhas das diferentes formas de apropriação do objeto de estudo num espaço temporal distinto, das transformações da paisagem e vivenciaram a experiência do tombamento em seu cotidiano.

Assim, escolheu-se M1, com 86 anos de idade por ser proprietário de um imóvel comercial que permanece em atuação há mais de 50 anos no microterritório tombado. M2, 85 anos, também possui ponto comercial em funcionamento no sítio histórico. M3, 87 anos morador e proprietário de estabelecimento comercial em atividade desde a década de 50. M4, 84 anos, moradora e proprietária de residência situada à Praça Santo Antônio, e M5, 76 anos, comerciante detentor de ponto comercial ainda em funcionamento no objeto de estudo.

Para os grupos 2, 3 e 4, escolheu-se a abordagem quali-quantitativa com a adoção de formulários a serem aplicados. A escolha da população e amostra a fazer parte da pesquisa deu-se de maneira probabilística aleatória simples cujo cálculo do universo encontra-se no Apêndice A. A amostra foi realizada considerando a população estimada da cidade de Parnaíba para o ano de 2018, conforme dados do IBGE (2019), de 152.653 pessoas. Aplicou-se uma margem de erro de 7% e nível de confiança da pesquisa de 90%.

O resultado encontrado para a amostra foi o número de 138 pessoas. A partir de então, dividiu-se o resultado em 3 categorias de formulários a serem aplicados: residentes (Grupo 02), trabalhadores locais (Grupo 03) usuários dos espaços públicos (Grupo 04). Os números de formulários aplicados em cada um dos grupos foram definidos pela facilidade de acesso aos grupos. Foram distribuídos, portanto, da seguinte forma: 38 formulários a serem aplicados entre residentes (Grupo 02), 50 entre trabalhadores locais (Grupo 03) e 50 entre usuários dos espaços públicos (Grupo 04).

Os formulários foram aplicados no mês de julho de 2019, em dias distintos, em horário comercial com a presença de elevado fluxo de pessoas. A abordagem das questões se deu com o intuito de compreender as percepções dos participantes acerca dos locais patrimoniais, de forma a verificar suas preferências, formas de utilização e relações de identidade para com patrimônio em estudo. Não foi observada resistência em relação à participação da pesquisa.

A escolha do grupo 5 deu-se com base na função desempenhada por cada agente junto ao processo de tombamento e à atual gestão do patrimônio. Sua análise ocorreu de maneira qualitativa. Assim, os agentes entrevistados encontram-se designados conforme o quadro 01 a seguir. Os nomes foram suprimidos e substituídos por códigos

de identificação de maneira a preservar a identidade dos participantes. As entrevistas foram realizadas entre os meses de maio de 2019 a junho de 2021.

Quadro 01 – Identificação dos agentes (Grupo 5)

Código de identificação	Sexo	Cargo/função/ relevância
AG1	F	Superintendente da 19a SR/IPHAN – PI à época do tombamento
AG2	F	Chefe da Divisão Técnica da 19a SR/IPHAN – PI à época do tombamento
AG3	F	Arquiteta, Integrante da comissão de desenvolvimento do dossiê de tombamento em 2008
AG4	M	Arquiteto lotado no escritório técnico do IPHAN em Parnaíba
AG7	M	Prefeito municipal
AG8	F	Representante da Secretaria de Cultura do Piauí- SECULT

Fonte: Elaboração própria, 2019

O roteiro das entrevistas semiestruturadas encontra-se no Apêndice B e o modelo dos formulários aplicados podem ser encontrados no Apêndice C desse trabalho.

Utilizou-se da Teoria da Paisagem e as narrativas da paisagem para auxiliar na compreensão do campo de produção e interpretação do patrimônio parnaibano. Dessa maneira, a própria paisagem será utilizada para construção das narrativas que possibilitaram a consolidação da história e memória do local.

Após a coleta e análise sistemática de todos os dados, realizou-se a análise e discussão dos resultados na busca de se compreender as tensões e permanências existentes nas narrativas da paisagem analisada. Em seguida, como última etapa, desenvolveu-se uma revisão nos atuais instrumentos de gestão do patrimônio à luz dos resultados encontrados, a fim de desvelar caminhos para a salvaguarda desses bens integrando-os às cidades contemporâneas. A síntese de todo percurso metodológico adotado pode ser verificada no quadro 02.

Quadro 02 – Procedimentos metodológicos



Fonte: Elaboração própria, 2019.

Durante o desenvolvimento deste trabalho a sociedade passou a conviver com uma série de privações ocasionadas por um problema sem precedentes de saúde pública, a pandemia causada pelo vírus SARS COV-2 causador da COVID 19. Deflagrada em março do ano de 2020 a pandemia que permanece em curso interferiu substancialmente a coleta de dados qualitativa que ainda se encontrava em andamento. Com as restrições do período pandêmico, o acesso ao grupo formado pelos moradores de mais de 75 anos tornou-se uma tarefa de difícil realização dado algumas situações excepcionais: os idosos são grupo de maior risco, portanto, entrevistas presenciais não foram possíveis de serem realizadas; as entrevistas por meios eletrônicos para o público dessa faixa etária são um desafio pois eles, em sua maioria, necessitaram de suporte de cuidadores ou familiares afim de viabilizá-las.

Quanto ao grupo 5, no período de pandemia algumas entrevistas não puderam ser desenvolvidas por problemas pessoais dos envolvidos ou limitações técnicas como as já mencionadas. Isso reduziu em cerca de 20% o espectro proposto inicialmente. Em relação aos dados coletados in loco, houve restrições de acesso em função do distanciamento social e demais imposições oriundas do estado de emergência,

dificultando os deslocamentos de maneira geral. A pandemia, portanto, apresentou-se como um limite para esta pesquisa.

A presente tese encontra-se estruturada em 5 capítulos que buscam compreender Parnaíba em sua dimensão histórica e contemporânea, estruturados conforme os capítulos a seguir:

No capítulo 2 – *Patrimônio, paisagem e turismo: representações e narrativas* discorre-se sobre as bases teóricas e as categorias de análise que serão utilizadas nesse trabalho com o intuito de compreender a construção das representações e narrativas acerca do patrimônio, paisagem e meio ambiente.

Na primeira parte analisaram-se as definições de patrimônio cultural urbano, apropriação do espaço e representações sociais, subdivididos em partes: Primeiro observou-se como a cultura, o cotidiano e as práticas sociais encontram-se relacionadas entre si. No item 2.1.2 apresentou-se as questões acerca do Patrimônio e as relações de espaço vivido, espaço social apoiada nas definições de autores como Bourdieu (1992) e Lefebvre (1991). No item 2.1.3, buscou-se aprofundar na teoria das representações sociais de Serge Moscovici (1961) apresentando conceitos como objetificação e ancoragem. No item 2.2 Paisagem e Turismo discutiu-se a categoria de paisagem e a construção cultural das narrativas.

A análise desses conceitos e categorias tornaram possível a construção das bases teóricas sob as quais essa pesquisa desenvolveu-se, na busca por uma melhor compreensão da realidade do objeto de estudo que será melhor apresentada nos capítulos a seguir.

Em seguida, no capítulo 3- *Parnaíba: construções, representações e narrativas na paisagem* buscou-se apresentar aspectos da origem e formação do município e da construção da paisagem histórica urbana do conjunto estudado. Também foram abordadas questões como o contexto econômico e social de Parnaíba e realizou-se o diagnóstico comparativo da análise do conjunto entre os anos de 2008 e 2020. Discorreu-se sobre as dimensões públicas e privadas em prol da defesa do patrimônio no âmbito local, bem como o papel do IPHAN. Ao final desse capítulo, debateu-se a realidade da cidade contemporânea a fim de fomentar a discussão entre o antigo, o novo e o tombamento urbano na atualidade.

Em *Narrativas da Paisagem Histórica Urbana de Parnaíba – PI: contradições e permanências* – (Cap. 4) busca-se analisar o objeto de pesquisa à luz das teorias anteriormente discutidas e apresentadas, com o intuito de compreender o patrimônio frente às transformações cotidianas a partir da relação da paisagem com a comunidade. Aqui aparecem os resultados das entrevistas e formulários em linhas temáticas gerais por conteúdo, como participação, avaliação e reconhecimento do tombamento, gestão, identificação dos lugares mais representativos, entre outros.

Nas considerações finais retomam-se os resultados obtidos e as interações desenvolvidas nas categorias de análise acima citadas buscando ampliar as discussões acerca da salvaguarda e preservação do patrimônio a partir da ótica das narrativas da paisagem representações sociais no objeto de estudo.

2

PATRIMÔNIO, PAISAGEM E TURISMO:
REPRESENTAÇÕES E NARRATIVAS



2. PATRIMÔNIO, PAISAGEM E TURISMO: representações e narrativas

Nesse capítulo busca-se compreender as categorias do patrimônio, paisagem e do turismo e como elas se entrelaçam na construção social de representações e narrativas. Para tanto, estruturou-se a investigação teórica em duas partes. A primeira aborda as questões de patrimônio, apropriação do espaço e as representações sociais apoiadas na teoria da Representações Sociais desenvolvida por Serge Moscovici (1961). Trás as temáticas da cultura por autores como Geertz (2014) e Chartier (1990); do cotidiano por Heller (1992) e Lefebvre (1991); Patrimônio, espaço vivido e espaço social embasada em teóricos como Bourdieu (1992) e Choay (2017) que tangenciam as categorias de memória, identidade e seus enquadramentos espaço-temporais. Por fim, discute-se as representações sociais na sociedade contemporânea a partir da teoria desenvolvida por Moscovici (1961) na perspectiva das investigações de Jodelet (2017), Sammut et al (2016) entre outros.

Em seguida, no item 2.2 Paisagem e turismo: narrativas em construção, aprofundam-se os estudos nas questões da paisagem com autores como Berque (2004), Santos (2016), Sauer (2004) e Salgado (2017). Para a construção do entendimento acerca da paisagem suas narrativas, tangenciadas pela relação entre a paisagem e o turismo, usualmente verificada em regiões de valor patrimonial utilizou-se como aporte Potteiger e Puriton (1998) e Simão (2006).

Aqui aprestam-se, portanto, as bases teóricas sob as quais o desenvolvimento deste trabalho tornou-se possível de forma a possibilitar uma melhor compreensão acerca das questões que atingem o objeto de estudo desta tese.

2.1 Patrimônio cultural urbano, apropriação do espaço e representações sociais

2.1.1 Cultura, cotidiano e práticas sociais

Sabe-se que o ser humano é constituído de aspectos biológicos, históricos e culturais. É justamente o fato de ser cultural e social que o difere dos outros animais. Os aspectos fisiológicos não devem ser desconsiderados em seu desenvolvimento junto ao meio em que se encontram. Isso porque, em seu nascimento, o homem já se torna portador, conforme a existência de condutas inerentes e relacionadas à conformação biológica do mesmo. Entretanto, as crianças não nascem com o conhecimento sobre a sociedade a que pertencem. Elas se desenvolvem em um contexto pré-existente,

instituído temporalmente através de gerações. São, portanto, desde o início, expostas às convenções sociais assimiladas por meio do contato e interação com os outros. Dessa forma, as crianças se inserem no processo cultural quando aprendem a utilizar a fala, ferramenta que proporciona a decodificação do conteúdo simbólico imbricado nas instituições culturais (BONIN, 2016). Portanto, essa habilidade em criar símbolos e reagir a eles separa o comportamento irracional da conduta humana (MUMFORD, 1958).

O sujeito atua como agente intencional de um mundo cheio de interpretações subjetivas e objetos culturais. Logo, as pessoas não podem ser consideradas receptores passivos de informação, mas sim sujeitos ativos. Isto é, não se formam automaticamente a partir da exposição à narrativa cultural estabelecida. Mas, conforme Bonin (2016), essas traçam novas formulações e posicionamentos, que acolhem e elaboram de maneira criativa e coletiva um processo cultural de um tempo histórico definido. Dessa maneira, seria o homem o responsável por produzir a si mesmo em um contexto sócio cultural distinto. Tal condição pode ser denominada, de acordo com Berger e Luckmann (2008, p. 72), a “humanização variável”. Assim, segundo os autores, há múltiplas formas de construção da natureza humana (BERGER; LUCKMANN, 2008).

A epistemologia da palavra cultura referia-se, inicialmente, ao processo de cultivo. Para Laraia (2017, p. 25), “*Kultur* era utilizado para simbolizar todos os aspectos espirituais de uma comunidade, enquanto a palavra francesa *Civilisation* referia-se principalmente às realizações de um povo.” Contudo, a partir do séc. XVIII, o conceito de cultura vinculou-se à noção de erudição e comportamento, associando-se ao modo de vida global e se aproximou da noção de civilização, integrado a três principais significados que perpassam pelo intelecto, meio e processo de desenvolvimento, como pode ser observado em Willians (1992, p. 11):

Houve grande desenvolvimento do sentido de cultura como cultivo ativo da mente. Podemos distinguir uma gama de significados desde (i) *um estado mental desenvolvido* – como em “pessoa de cultura”, “pessoa culta”, passando por (ii) *os processos desse desenvolvimento* – como em “interesses culturais”, “atividades culturais”, até. (iii) *os meios desses processos* – como em cultura considerada como “as artes” e “o trabalho intelectual do homem”.

A relação do termo cultura com a ideia de civilidade encontra-se no entendimento de que cultura designaria o que se espera que alguém saiba ou faça para ser reconhecido

entre seus semelhantes, ou seja, a conduta esperada para convívio em sociedade. Para Carsalade (2014, p. 159):

Essa visão se caracteriza através do entendimento do conceito de civilização como conjunto de valores supremos sobre os quais se apoia a ordem social, transmitida especialmente pelos exemplares mais nobres das manifestações de um povo, consubstanciado nas suas instituições basilares, nos seus avanços científicos e nas suas manifestações e heranças artísticas e literárias de excelência.

Dessa forma, o entendimento de cultura conforma definições de comportamento aprendido, legado social adquirido pelo homem e ainda, mecanismo para regulamentação normativa do comportamento. A cultura encontra-se relacionada com a construção e o intercâmbio de significados ocorridos entre os integrantes de determinada sociedade ou grupo (HALL, 2009). Verifica-se, portanto, uma relação íntima entre cultura e contexto social. Assim, é possível compreender cultura como algo pertencente a um contexto que só é passível de compreensão dentro de um sistema simbólico. Para Geertz (2014, p. 10):

A cultura não é um poder, algo ao qual podem ser atribuídos casualmente os acontecimentos sociais, os comportamentos, as instituições ou os processos: ela é um contexto, algo dentro do qual eles podem ser descritos de forma inteligível – isto é, descritos com densidade.

Geertz (2014) define cultura como interpretação, e por isso, necessita de estruturas de significação e códigos estabelecidos para seu entendimento. Ela possui natureza pública e social sendo indissociável das ações humanas. Para Geertz (GEERTZ, 2014, p. 8) “o comportamento humano é visto como ação simbólica”.

A cultura pode ser entendida e assimilada como transmissão histórica de significados apropriados em símbolos, heranças expressas de maneira simbólica por meio da qual os indivíduos se comunicam. Cultura para Geertz (2014), citado por Bonin (2016, p. 65),

[...] não é redutível ao fenômeno mental nem a meros padrões de comportamento e desejos exclusivamente individuais. O que importa é estudar esses processos em estruturas de significados formadas publicamente. Público aqui significa que algo é compartilhado também visualmente, como em rituais e na fabricação e uso de artefatos. [...] a ênfase está nas atividades, nos objetos, os artefatos e nos símbolos compartilhados.

O conceito de cultura tangencia o conceito de homem como analisado por Geertz (2014, p. 37):

[...] o conceito de cultura tem seu impacto no conceito de homem. Quando vista como um conjunto de mecanismos simbólicos para controle do comportamento, fontes de informação extrassomáticas, a cultura fornece o vínculo entre o que os homens são intrinsecamente capazes de se tornar e o que eles realmente se tornam, um por um. Tornar-se humano é tornar-se individual, e nós nos tornamos individuais sob a direção dos padrões culturais, sistemas de significados criados historicamente em termos dos quais damos forma, ordem, objetivo e direção às nossas vidas.

A cultura é vista como ação social e evidencia costumes e modos de vida. Segundo Geertz (2014, p. 123), “os padrões culturais – religiosos, filosófico, estético, científico, ideológico – são ‘programas’: eles fornecem um gabarito ou diagrama para a organização dos processos sociais e psicológicos”. Nesse contexto, os costumes agem, portanto, de maneira assemelhada aos genes e processos genéticos.

Willians (1992) trata o conceito de cultura como um conjunto de sentidos efetivados. Na organização social da cultura encontra-se, segundo o autor, diversas ações, relações e instituições onde apenas algumas podem ser enquadradas como ‘culturais’ (WILLIANS, 1992). Desse modo, as práticas de apropriação cultural são reconhecidas como meios distintos de significação (CHARTIER, 1990).

Para Bergman e Luckmann (2008), linguagem determina a direção da vida em sociedade e a torna os objetos dotados de significação. Embora existam outros, a linguagem define o sistema de sinais e decodificação de signos mais relevante da humanidade. É através da linguagem que se torna possível categorizar as experiências dotando-as de sentido para o indivíduo e para os seus semelhantes, além de permitir a comunicação. Além disso, a linguagem integra a vida cotidiana dando a ela sentido. Portanto, linguagem se configura como essencial para a significação da cultura. Assim, compreende-se a linguagem como depositária de sentido e valor cultural (HALL, 2009).

Para Lefebvre (1991) cultura não atua como como componente ativo relacionado à forma de viver. No modo de vida, vincula-se a vida cotidiana. Para o autor, a cotidianidade permite compreender a sociedade a partir da análise global do cotidiano, o que inclui, entre outros aspectos, o conhecimento da cultura. Embora permita a compreensão do coletivo, a cotidianidade também se relaciona com a individualidade, como afirma Heller (1992). Para a autora, a “condução da vida” pode ser entendida como uma cotidianidade hierarquizada pela “individualidade consciente” (HELLER, 1992, p. 40). A vida cotidiana torna-se, para Lefebvre (1991, p. 38):

Um lugar desdenhado e decisivo, que aparece sob um duplo aspecto: é o resíduo (de todas as atividades determinadas e parcelares que podemos considerar e abstrair a prática social e o produto do conjunto social).

A vida cotidiana atinge a todos e contempla todas as esferas de atuação do indivíduo, sendo dominada pela espontaneidade. Para Agnes Heller (1992, p. 17): “a vida cotidiana é a vida de *todo* homem. Todos a vivem, sem nenhuma exceção, qualquer que seja seu posto na divisão do trabalho intelectual e físico.” Todo ser humano já nasce inserido no cotidiano como atestam os autores a seguir. “A realidade da vida cotidiana aparece já objetivada, isto é, constituída por uma ordem de objetos que foram designados como objetos antes de minha entrada em cena.” (BERGER; LUCKMANN, 2008, p.38)

O amadurecimento do indivíduo se dá através da assimilação dos hábitos e comportamentos, e este se considera adulto aquele que vive diretamente sua cotidianidade (HELLER, 1992). Entretanto, embora essa cotidianidade apresente uma forte tendência à alienação, a principal característica do homem na cotidianidade consiste na atitude “atuante e fruidora” no lugar de uma recepção passiva pelo sujeito. Para a autora, a vida cotidiana torna-se o cerne da substância social, intrinsecamente relacionada ao acontecer histórico. Essa substância converte-se em algo mais essencial que a individualidade humana (capaz de construir e transmitir as estruturas sociais) pois é a partir dela que se possui continuidade (HELLER, 1992).

Verifica-se na cotidianidade a existência de uma hierarquia que se constrói de maneira espontânea e se estabelece pela localização do sujeito tanto no tempo/época quanto na sociedade (HELLER, 1992). A estrutura social transforma-se em elemento essencial da vida cotidiana e o conhecimento na vida cotidiana encontra-se diluído socialmente de maneira diversa entre os indivíduos e seus tipos (BERGER; LUCKMANN, 2008).

O significado de “cotidiano” para autores como Lefebvre (1991) advém da filosofia e designa as atividades não apenas do homem, mas de todos os seres vivos, enquadrados no mundo e no universo e que não se resume apenas à representação e classificação das coisas/objetos. Mas também:

[...] seria algo mais: não uma queda vertiginosa, nem um bloqueio ou obstáculo, mas um campo e uma renovação simultânea, uma etapa e um trampolim, um momento composto de momentos (necessidades trabalho, diversão – produtos e obras) passividade e criatividade,

meios e finalidades etc.) interação dialética da qual seria impossível não partir para realizar o possível (a totalidade dos possíveis) (LEFEBVRE, 1991, p. 20).

Esse “momento composto de momentos” acima citado é constituído de um movimento contínuo de repetições e reprodução passível de modificações graduais.

Em sua trivialidade o cotidiano se compõe de repetições: gestos no trabalho e fora do trabalho, movimentos mecânicos (das mãos e do corpo, assim como peças de dispositivos, rotação, vaivéns), horas, dias, semanas, meses, anos, repetições lineares e repetições cíclicas, tempo da natureza e tempo da racionalidade etc. o estudo da atividade criadores (da produção no sentido mais amplo) conduz a análise da re-produção, isto é, das condições em que as atividades produtoras de objetos ou de obras se re-produzem elas mesmas, re-comecem, re-tomam seus elos constitutivos ou, ao contrario, se transformam por modificações graduais ou por saltos. (LEFEBVRE, 1991, p. 24)

Conforme Lahlou (2016) o cotidiano pode ser considerado a essência do desenvolvimento cultural uma vez que as novas gerações encontram a experiência das gerações anteriores que estão armazenadas no ambiente. Desse modo, a vida cotidiana detém tanto do equilíbrio como a revolução, esta, por sua vez, insurge quando os sujeitos são impedidos de exercê-la (LEFEBVRE, 1991).

Segundo Lefebvre (1991) a cotidianidade contém a práxis, o que torna o homem capaz de modificar o meio e ocorre a partir da interação do sujeito com outros sujeitos e com a natureza. Para o autor, a cotidianidade origina ações e atividades que possuem ideologia como elemento motivador. Portanto, a cotidianidade significa estar em processo de práticas sociais.

Segundo Berger e Luckmann (2008) a vida cotidiana constitui-se de interpretação subjetiva de uma realidade dotada de sentido. Para os autores, esse mundo cotidiano forma-se no pensamento e na ação, constituindo-se em realidade para os sujeitos. A vida cotidiana estrutura o espaço temporal e fornece a historicidade ou se apresenta de maneira intersubjetiva em que não se pode existir sem interação e comunicação social. E tudo isso, práxis, conhecimentos, interpretações, podem ser intituladas “cultura” (BERGER; LUCKMANN, 2008). Por fim, o cotidiano orienta o espaço físico de atuação do homem, programando o espaço urbano para utilização humana, conforme afirma Lefebvre (1991):

O cotidiano torna-se objeto de todos os cuidados: Domínio da organização, espaço-tempo da auto regulação voluntária e planejada. Bem cuidado, ele tende a constituir um sistema com um bloqueio próprio (produção-consumo-produção) [...] nesse sentido, a

cotidianidade seria o principal produto da sociedade dita organizada, ou de consumo dirigido, assim como sua moldura, a modernidade (LEFEBVRE, 1991, p. 82).

A vida cotidiana auxilia a expor o estilo de determinada época, uma vez que ressalta a existência vivenciada pela coletividade (MAFFESOLI, 1995). Nesse sentido, o cotidiano constituiria uma rede onde todos os elementos são importantes e só fazem sentido quando na globalidade. Entretanto, ao se olhar para o plano da participação individual, tal fato se dá de maneira limitada, visto que não se consegue participar inteiramente de todos os elementos que constituem determinada cultura (LARAIA, 2017). Além disso, os comportamentos dos indivíduos são herança de modos de vida e advém da posição desse sujeito na sociedade.

O modo de ver o mundo, as apreciações de ordem moral e valorativa, os diferentes comportamentos sociais e mesmo as posturas corporais são assim produtos de uma herança cultural, ou seja, o resultado da operação de uma determinada cultura (LARAIA, 2017, p. 68).

Esse capital cultural que perpassa gerações atua como benefício inicial ou 'usufruto antecipado', conforme afirma Bourdieu (2011, p. 70). Verifica-se nas sociedades contemporâneas divisões que normalmente encontram-se relacionadas à divisão de trabalho. Dessa maneira, uma posição diferenciada nessa divisão implica uma experiência cultural diferente. Para Bourdieu (1992, p. 83-84)

A relação originária com o mundo social a que estamos acostumados, quer dizer, para o qual e pelo qual somos feitos, é uma relação de posse, que implica a posse do possuidor por aquilo que ele possui.

Assim, se observa uma estreita relação entre cultura e poder, visto que há sempre uma hierarquia dominante que converge para o que se chama de senso comum (COSGROVE, 2004). Bourdieu (1992, p. 142) define o senso comum como “o consenso explícito de qualquer grupo”. A cultura possuiria, então, função dupla, enquanto divisão e comunicação. Para ele:

A cultura que une (intermediário de comunicação) é também a cultura que separa (instrumento de distinção) e que legitima as distinções competindo todas as culturas (designadas como subculturas) a definirem-se pela sua distância em relação a cultura dominante (BOURDIEU, 1992, p. 11).

Inserido nesse pensamento de sociedade dividida em classes, autores como Chauí (2008, p. 57) discutem a abrangência do significado de cultura, definindo-a como:

Campo no qual os sujeitos humanos elaboram símbolos e signos, instituem as práticas e os valores, definem para si próprios o possível

e o impossível, o sentido da linha do tempo (passado, presente e futuro), as diferenças no interior do espaço (o sentido do próximo e do distante, do grande e do pequeno, do visível e do invisível), os valores como o verdadeiro e o falso, o belo e o feio, o justo e o injusto, instauram a ideia de lei, e, portanto, do permitido e do proibido, determinam o sentido da vida e da morte e das relações entre o sagrado e o profano.

Dessa maneira, a cultura também apresenta as chamadas “divisões culturais”. Essas diferenças podem vir expressas, por exemplo, no entendimento da cultura popular em distinção à cultura formal. Ao se considerar a cultura como diferenciação entre classes de dominados e dominantes, a cultura popular seria uma elaboração das classes populares, que pode atuar como repetição ou contestação moldada pelo contexto histórico e pelas formas de organização populares (CHAUÍ, 2008). Nesse sentido, para Canclini (2005), popular retrataria as expressões da classe dominada enquanto a cultura considerada legítima, seria a determinada pelos detentores de maior capital cultural, ou seja, a elite dominante.

Ao longo dos anos, essa dicotomia entre dominantes e dominados se refletiu no alcance das manifestações culturais. Entretanto, nas últimas décadas se observa o fenômeno de hibridização da cultura. Tal processo, para Canclini (2015) compreende processos socioculturais antes separados se unem para formação de novos elementos e práticas. Tais processos surgem no cotidiano e encontram-se acentuados pelo desenvolvimento tecnológico e pelos processos de globalização.

A globalização produz um efeito de redução do espaço tempo social. Ela ocasiona o que Chauí (2008) aponta como perda do sentido da cultura como ação histórica.

Volátil e efêmera, hoje nossa experiência desconhece qualquer sentido de continuidade e se esgota num presente sentido como instante fugaz. Ao perdermos a diferenciação temporal, não só rumamos para o que Virilio chama de “memória imediata”, ou ausência da profundidade do passado, mas também perdemos a profundidade do futuro como possibilidade inscrita na ação humana enquanto poder para determinar o indeterminado e para ultrapassar situações dadas, compreendendo e transformando o sentido delas. Em outras palavras, perdemos o sentido da cultura como ação histórica (CHAUÍ, 2008, p.62).

Para Castells (2016, p. 498), a globalização engendra uma cultura não mais ancorada na identidade de um local ou sociedade e sim subsidiada no internacional, leva à criação de símbolos abstratos e aculturais. Essa discussão se faz pertinente para a compreensão do objeto de estudo e entendimento das dinâmicas contemporâneas de

apropriação do espaço edificado bem como a forma atual de uso (ou consumo) de locais considerados como 'culturais'.

Atualmente, em locais históricos, espera-se que o capital cultural se encontre vinculado ao potencial desenvolvimento econômico do lugar. Nessa perspectiva, o IPHAN efetuou no início do séc. XXI diversos tombamentos de cidades históricas. Esse sentido de preservação de áreas maiores juntamente com demarcações de áreas de transição e entorno encontra-se sob influência do desenvolvimento teórico de autores como Giovannoni (1873-1947), cujo pensamento consolidou-se ao longo do séc. XX. Giovannoni defendeu a conservação da cidade e do tecido urbano de maneira ativa em detrimento à perspectiva museológica ou contemplativa (CHOAY, 2011). Arantes (2006) considera adequado o retorno dessa noção totalizante de patrimônio e ambiente visto que ela permite refletir sobre os valores que levam os cidadãos a reconhecerem determinado patrimônio como "lugar" dotado de sentido e não apenas cenário sem relação com as práticas sociais ali desenvolvidas.

Dessa forma, o tombamento dos conjuntos dotados de patrimônio cultural em Parnaíba expressou um reconhecimento político de um capital cultural, patrimonial urbano e arquitetônico. Se fez necessário oficializar o status de patrimônio cultural não em bens isolados como ocorreu em tempo anteriores e sim em uma porção significativa do território, não limitada à centralidade ou ao núcleo original.

Em seu desenvolvimento, a região do centro histórico parnaibano abrigou dinâmicas culturais e econômicas, logo, o capital cultural da cidade aparece refletido nas edificações, em suas formas, tessituras, simbologias e significados. Os edifícios e monumentos espelham as relações econômicas ali acontecidas e que influenciaram diretamente no aspecto formal e ambiência da cidade, na espacialização da memória e constituição de relações indentityárias ao longo dos anos.

Entretanto, o espaço cotidiano local abriga um patrimônio sede de uma dinâmica econômica não mais existente na contemporaneidade. A aparente estagnação econômica pela qual a cidade passou na segunda metade do séc. XX contribuiu para preservação dos bens até o período do tombamento (IPHAN, 2008). Após o ato de tomar, observou-se um crescente afastamento entre o capital econômico e capital cultural no território. Não se verifica, por parte das camadas sociais privilegiadas, uma valorização ou um olhar potencial para esse patrimônio de valor cotidiano tão

relevante. Tal resultado encontra-se refletido no esvaziamento dos imóveis, abandonados, aliados à uma ampla degradação social e econômica nos perímetros de tombamento e entorno. Há uma ausência de apropriação social do capital cultural que se encontra disponível e imbricado nas construções locais por parte dos cidadãos.

Outras centralidades e novos locais de desenvolvimento cidadão despontam para além do perímetro que antes sediou os principais acontecimentos urbanos. O centro histórico torna-se então um espaço não ativo e marginalizado justamente por influência da sua proteção. Nesse sentido, o estudo sobre o Conjunto histórico e paisagístico de Parnaíba, auxilia na compreensão e entendimento sobre as perspectivas de preservação do patrimônio contemporâneas pautadas nos seguintes questionamentos realizados por Giovanni e apresentados por Choay (2009 p. 194):

Como fazer coexistir, sem nostalgia nem amálgama em benefício de uma ou de outra, duas entidades de escalas incompatíveis, a cidade antiga, tesouro da memória e das raízes, e a cidade moderna, ou antes, segundo a terminologia de Giovannoni, o 'organismo urbano a devir'?

De tais observações surgem outras indagações: Teriam o casario e a paisagem urbana tombadas em Parnaíba se tornado aculturais na contemporaneidade, à semelhança do fenômeno relatado acima por Castells (2016)?

Para Castells (2016), a comunicação é fator determinante para existência de cultura. Logo, o termo "aculturado" utilizado pelo autor não se refere à ausência de cultura, mas sim à perda do valor de origem que ocorre quando essa cultura, materializada nos símbolos ou monumentos, perde a sua ambiência. E o que seria essa ambiência cultural no caso de Parnaíba? Conforme mencionado, as funções para as quais esse patrimônio foi construído caíram em desuso ou encontram-se adormecidas na maior parte do perímetro de proteção, incluindo as margens do Rio Igarçu. A ambiência cotidiana desse local encontra-se enfraquecida e de maneira simultânea não se observa no local, por parte do poder municipal, nenhum projeto de dinamização para a área preservada. No âmbito estadual, existem algumas reestruturações pontuais, as margens do rio que, de maneira geral, são pouco exploradas econômica e socialmente.

A partir da verificação da diluição do valor cotidiano que esse patrimônio apresenta/apresentou nasceu a inquietação para realização da presente pesquisa e emergem outras questões tais como: O capital cultural urbano e arquitetônico

existente em Parnaíba encontra-se desvinculado das necessidades e realizações cotidianas de sua comunidade local?

Essas discussões se seguem nos tópicos a seguir, a partir da abordagem de categorias como patrimônio, memória e espaço vivido na cotidianidade devido o valor social indissociável no qual o patrimônio urbano encontra-se imerso.

2.1.2 Patrimônio, memória, espaço vivido e espaço social

Como discutido no item anterior, a apropriação cultural, segundo Bourdieu (1992), ocorria de maneira distinta e intimamente relacionada com as divisões de classes existentes em uma sociedade. Segundo o autor:

A cultura dominante contribui para integração real da classe dominante (assegurando a comunicação imediata entre todos os seus membros e distinguindo-os das outras classes); para integração fictícia da sociedade no seu conjunto, portanto, à desmobilização (falsa consciência) das classes dominadas; para legitimação da aula estabelecida por meio do estabelecimento das distinções (hierarquias) e para legitimação dessas distinções. (BOURDIEU, 1992, p. 10).

A escolha do patrimônio se deu de maneira relacionada às associações de classe e usufruto mencionadas nos estudos de Bourdieu (1992), especialmente ao relacioná-lo às instituições e formação das identidades nacionais, ainda no séc. XIX, como aponta Choay (2017). Sobre isso, Fonseca (2009, p. 21) pontua:

A constituição de patrimônios históricos e artísticos nacionais é uma prática característica dos Estados modernos que, através de determinados agentes, recrutados entre os intelectuais, e com base em instrumentos jurídicos específicos, delimitam um conjunto de bens no espaço público. Pelo valor que lhes é atribuído, enquanto manifestações culturais e enquanto símbolos da nação, esses bens passam a ser merecedores de proteção, visando sua transmissão para as gerações futuras.

Tanto a escolha quanto o usufruto do patrimônio ocorrem de maneira diferenciada, pelos indivíduos, a partir de sua posição na sociedade. Fonseca (2009) destaca a necessidade de um aprofundamento em áreas específicas do saber pelos indivíduos responsáveis por conduzir o significado de patrimônio para determinada sociedade e um conhecimento maior ainda dos usuários para o reconhecimento desses códigos.

A legitimidade da constituição de um patrimônio assenta, para seus mentores, não apenas no seu valor como símbolo da nacionalidade, mas também em valores culturais atribuídos a partir de critérios formulados por aquelas disciplinas (FONSECA, 2009, p. 22).

Entretanto, atualmente, verifica-se que essa associação entre cultura e classe social não necessariamente obedece a um padrão de cultural estabelecido ou com vinculação direta à posição econômica. Segundo Canclini (2015) a forma de apropriação dos repertórios culturais cada vez mais conectados e heterogêneos ocasionam novas formas de segmentação mesmo dentro de grupos identitários que possuem alguma estabilidade. Assim, essa divisão pode tornar-se, por exemplo, transclassistas, transétnicas e transnacionais.

Para Canclini (2015), embora pareça acessível, o patrimônio cultural ainda apresenta desigualdades em sua apropriação, conhecimento e usufruto, especialmente para as classes com menor acesso econômico e educacional e, conseqüentemente, capital cultural. Segundo o autor,

Se considerarmos os usos do patrimônio a partir dos estudos sobre reprodução cultural e desigualdade social, vemos os bens reunidos na história por cada sociedade não pertencem realmente a todos, mesmo que formalmente pareçam ser de todos e estejam disponíveis para que todos os usem (CANCLINI, 2015, p. 194).

Dessa forma, compreende-se o patrimônio não como uma certificação perene, mas como capital social que se acumula, reestrutura, rende e muitas vezes é utilizado de maneira desigual entre os setores (CANCLINI, 2015).

Entretanto, em Parnaíba, essa discussão não se dá dessa forma. O estudo in loco sugere que amiúde o capital cultural não se transmuta em dividendos. Os setores empresariais e públicos não encontraram caminhos para dinamização efetiva desse patrimônio. No campo do planejamento urbano, não se verificam ações de promoção ou “city marketing”³ desse capital cultural. Deve-se pontuar que a relação de um grupo com o patrimônio não se limita à posição econômica do indivíduo na sociedade visto que um sujeito pode reagir de maneira indiferente aos bens patrimoniais quer pertença ele às camadas economicamente privilegiadas ou às menos favorecidas, de maneira circunstancial. A relação de salvaguarda ou indiferença mostra-se pendular e diretamente relacionada com a inexistência ou presença de memória afetiva do sujeito

³City Marketing, segundo Pinto (2001, p. 21): “(...) é uma promoção da cidade que objetiva atingir os seus próprios habitantes bem como os possíveis e eventuais investidores, que busca a construção de uma nova imagem da cidade, dotada de um forte impacto social.”

com o lugar. Dito isso, não se pode atribuir assertivas sobre essa separação de formas de representação social visto as condições especiais desse patrimônio comunal.

A conexão entre Patrimônio, história e memória encontra-se na permanência da realidade material, dos espaços e edificações que proporcionam equilíbrio mental para o desenvolvimento de determinado grupo social (HALBWACHS, 2013). Isso porque as tradições mudam mais lentamente que os gostos e a moda. Para Heller (1992, p. 89):

A tradição e a moda são formas particulares de manifestação do sistema consuetudinário e também, até certo ponto, do sistema de valores. A tradição ganha maior importância na estrutura social orientada para o passado, enquanto a moda predomina naquela orientada para o futuro.

Acerca dos objetos que permanecem como traços da cultura, o mesmo tem o poder de evocar lembranças sobre costumes e tradições sociais, ajudando a fixá-las. As imagens espaciais, conforme Halbwachs (2013), introduzem, portanto, papel decisivo para memória coletiva.

Ora, espaço é uma realidade que dura: nossas impressões se sucedem, uma à outra, nada permanece em nosso espírito, e não seria possível compreender que pudéssemos recuperar o passado, se ele não se conservasse, com efeito, no meio material que nos cerca. É sobre o espaço, sobre o nosso espaço – aquele que ocupamos, por onde sempre passamos, ao qual sempre temos acesso, e que em todo o caso, nossa imaginação ou nosso pensamento é a cada momento capaz de reconstruir – que devemos voltar nossa atenção; é sobre ele que nosso pensamento deve se fixar, para que reapareça esta ou aquela categoria de lembranças (HALBWACHS, 2013, p. 143).

Bachelard (1997) considera que, mais importante que as datas do acontecido é a localização no espaço de determinada lembrança. Essa expõe a chave para a conceituação do que se denomina lugar de memória. Quanto mais relacionadas ou, segundo Bachelard (1997) fixadas no espaço mais concretas se tornam as memórias.

Quando um grupo está inserido numa parte do espaço, ele a transforma à sua imagem, ao mesmo tempo em que se sujeita e se adapta as coisas materiais que a ele resistem. Ele se fecha no quadro que construiu. A imagem do meio exterior e das relações estáveis que mantém consigo passa ao primeiro plano da ideia que faz de si mesmo. Ela penetra todos os elementos de sua consciência, comanda e regula sua evolução. A imagem das coisas participa da inércia destas. Não é o indivíduo isolado, é o indivíduo como membro do grupo, é o próprio grupo que, dessa maneira, permanece submetido à influência da natureza material e participa do seu equilíbrio (HALBWACHS, 2013, p. 133).

A memória não registra a duração real do fato, impossível de reviver, restando apenas o pensamento sobre os fatos vividos num tempo abstrato (BACHELARD, 1997). Com relação ao tempo e sua divisão, são imprescindíveis para escrita e classificação da história e advém da necessidade de se poder fazer uma correlação entre grupos sociais distintos, conforme afirma Halbwachs (2013, p. 90):

Mas é também, e talvez sobretudo, porque as divisões do tempo, a duração das partes assim fixadas, resultam de convenções e costumes, e porque exprimem também a ordem, inelutável, segundo a qual se sucedem as diversas etapas da vida social.

Para Bergson (1999, p. 29) “a percepção dispõe do espaço na exata proporção em que a ação dispõe do tempo”. A percepção aqui referida encontra-se, segundo o autor, infiltrada de lembranças conforme observa-se no seguinte trecho:

Na verdade, não há percepção que não seja impregnada de lembranças. Aos dados imediatos e presentes de nossos sentidos misturamos milhares de detalhes de nossa experiência passada. Na maioria das vezes, essas lembranças deslocam nossas percepções reais, das quais não retemos mais que algumas indicações, simples “signos” destinados a nos trazerem à memória antigas imagens (BERGSON 1999, p. 30)

As lembranças são representações de um objeto ausente e a memória se constitui de lembranças e percepções e, para Lefebvre (1983) a representação associa mais conteúdo do que apenas o objeto representado pois o dota de relação afetiva.

A memória coletiva permeia a memória de um grupo (BERGSON, 1999). Para Halbwachs (2013) apenas os membros de um grupo social enunciam uma lembrança partilhada, reconhecida e construída. Pollack (1992) considera que a memória coletiva se integra tanto por acontecimentos vividos de maneira individual quanto pelos acontecimentos vivenciados pelo grupo em que o indivíduo se encontra inserido.

A memória coletiva se efetiva enquanto um grupo a compartilha e toda memória tende a ter um enquadramento espacial, ou seja, um lugar do acontecido. Segundo Castells (2016, p. 463) “Espaço e tempo são as principais dimensões materiais da vida humana”. Entretanto, individualmente, a memória coletiva contém lembranças que não necessariamente fazem parte do espaço-tempo de todos os sujeitos que dela partilham. De acordo com Pollack (1992, p. 203):

É perfeitamente possível que, por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de

identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase que herdada.

Memória e história possuem intensa correlação, mas significados diferentes, como apontam os estudos de Maurice Halbwachs (2013). História poderia ser definida como, de acordo com o autor: “compilação dos fatos que ocuparam o maior espaço na memória dos homens” (HALBWACHS, 2013, p. 80). Assim, a história torna-se uma maneira de fixar a memória coletiva quando o grupo que lhe dá suporte deixa de existir. A história se faz então necessária, pois os grupos sociais não são imóveis e imutáveis e a narrativa histórica assinalaria essas mudanças, garantindo sua continuidade através do tempo. Preocupa-se, portanto, segundo Halbwachs (2013, p. 109) “em fixar a imagem e a ordem de sucessão dos fatos que agora é a única capaz de conservar”.

A relação entre história e memória é, então, assim definida por Maurice Halbwachs (2013, p. 81-82).

A memória coletiva se distingue da história pelo menos sob dois aspectos. É uma corrente de pensamento contínuo, de uma continuidade que nada tem de artificial, já que retém do passado somente, aquilo que ainda está vivo ou capaz de viver na consciência do grupo que a mantém.

Dessa forma, o pensamento de um indivíduo é o que o ele tem em comum com seus contemporâneos. Logo, a História cultural se relaciona com a maneira de conceber as relações entre os grupos sociais e os níveis culturais (CHARTIER, 1990). Por meio dela pode-se explicar as diferenças entre as organizações sociais, comunidades, sejam essas diferenças de nacionalidade, etnias, cronológicas ou socialmente discriminadas (BAUMAN, 2012).

Esse universo simbólico relaciona a contemporaneidade e seu passado numa totalidade dotada de sentido, e organiza o que se entende por história. E, em relação aos acontecimentos passados, a história cultural estabelece uma memória a ser compartilhada (BERGER; LUCKMANN, 2008).

O patrimônio tem o poder e missão de refletir os valores culturais existentes de um grupo e constitui-se de um capital cultural produzido, acumulado, dotado de significação e constantemente reinterpretado ao longo do tempo. Os valores são evocados pelas memórias coletivas e lembranças que determinado bem provoca em determinada sociedade. Isso porque a vida cotidiana não pode ser dissociada de sua ambiência espacial e as práticas sociais encontram-se vinculadas ao capital cultural

expresso no patrimônio. É preciso reforçar que para que a memória coletiva se forme existe algum senso de unidade, pertencimento. Sem essa vinculação a sustentabilidade desse capital e sua (re) significação são colocados à prova, tal qual como o observado no caso de Parnaíba. Embora possua potencial para restabelecimento dessa relação entre história e memória, o adormecimento da vida cotidiana nas ruas e construções patrimoniais parnaibanas enfraquece essa relação e faz com que, à semelhança de muitas intervenções no Nordeste brasileiro, essa ressignificação seja mais ficcional do que propriamente de uso cotidiano. Isso porque frequentemente edificações são pontualmente restauradas para transformar-se em museus, bares e restaurantes, usos que não refletem os valores da memória coletiva ali desenvolvidos. Preservam-se as construções, mas a força simbólica necessária para preservação da memória e manutenção da identidade local se esvai. Dessa forma, o risco de destruição desses patrimônios é ampliado.

Em relação à identidade e memória, Pollack (1992, p. 205) afirma:

Podemos, portanto, dizer que a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si.

Jaques (2016, p. 159-160) compreende a identidade como: “imagem, representação e conceito de si; em geral, referem-se a conteúdos como conjunto de traços, de imagens, de sentimentos que o indivíduo reconhece como fazendo parte dele próprio”. Já para autores como Berger e Luckmann (2008, p. 117) a identidade pode ser definida como: “localização em um certo mundo”. Em ambos os casos a identidade é, portanto, formada por processos sociais.

A identidade coletiva permite o sentimento de unidade, de continuidade e de coerência do sujeito em relação ao seu grupo. É essa identidade e sentimento de pertencimento que constitui o lugar produzido espacialmente, seja ele histórico ou de memória (MOREIRA; HESPANHOL, 2007). Logo,—essa mesma identidade se encontra imbricada no patrimônio edificado, uma vez que o mesmo retrata e se fundamenta naquilo que é de reconhecimento e interesse de determinada comunidade.

No caso dos patrimônios históricos e artísticos nacionais, o valor que permeia o conjunto de bens, independentemente de seu valor histórico, artístico, etnográfico, etc. é o valor nacional, ou seja, aquele

fundado em um sentimento de pertencimento a uma comunidade, no caso a nação (FONSECA, 2009, p. 36).

Assim, as discussões atuais sobre salvaguarda e preservação partem, muitas vezes, do entendimento da dimensão afetiva de determinado patrimônio e das representações a ele associadas. A preservação dos lugares deveria ser analisada, para Fonseca (2009, p. 21): “basicamente, no nível do simbólico, tendo como objetivo reforçar uma identidade coletiva, a educação e a formação de cidadãos.” Compreende-se que a arquitetura corporifica a maneira que se tem de preservar vivo alguma relação com o passado que instituiu a nossa identidade (CHOAY, 2017).

Essa abordagem afetiva responsabiliza-se por esclarecer os mecanismos de continuidade e perenidade dos bens escolhidos como patrimônio, pois os compreende como símbolos fundamentais de leitura da sociedade. Dessa forma, adentra na compreensão de sua dimensão simbólica em determinado espaço-tempo.

A recepção dos bens tombados tem uma dinâmica própria em dois sentidos: primeiro, no da mutabilidade de significações e valores atribuídos a um mesmo bem em diferentes momentos históricos – mudança que diz respeito inclusive as próprias concepções do que seja histórico, artístico, etc.; segundo, no da multiplicidade de significações e de valores atribuídos, em um mesmo momento e um mesmo contexto, a um mesmo bem, por grupos econômica, social e culturalmente diferenciados (FONSECA, 2009, p. 44)

Muito interessa, portanto, ao se destacar a preservação do patrimônio edificado e análise do objeto de estudo do presente trabalho, compreender as dinâmicas de significação e o valor simbólico do patrimônio, que serão discutidas a seguir.

Viu-se que a sociedade se desenvolve prioritariamente em enquadramentos fundamentais como o eixo espaço-temporal. É por isso que, para autores como Castells (2016), o ambiente espacial expressa ou demonstra a própria sociedade. Para Castells (2016, p. 493), “as formas e processos espaciais são constituídos pela dinâmica de toda a estrutura social”. E, para Lefebvre (1983, p. 24, tradução nossa)⁴ “Também se pode dizer que a arquitetura representa uma sociedade, mas também que os membros da sociedade se representam nos edifícios que figuram entre eles”. Entende-se, portanto, que o ambiente construído configura a herança das estruturas sociais e organizações espaciais de tempos passados. “Na verdade, espaço é tempo

⁴“También se puede decir que la propiedad o la paternidad se representan de una manera que las valora y tiende a perpetuarlas en nuestra-sociedad.”

cristalizado [...] é suporte material de práticas sociais de tempo compartilhado” (CASTELLS, 2016, p. 493-494). O espaço edificado materializa condutas, formas de viver e de se diferenciar na vida social. De fato, as práticas sociais são agentes modeladores do espaço. Lefebvre (2006) ressalta que as mesmas se tornam uma projeção em determinado sítio dos componentes da prática social. Para o autor:

A prática espacial de uma sociedade secreta seu espaço; ela o põe e o supõe, numa interação dialética: ela o produz lenta e seguramente, dominando-o e dele se apropriando. Para a análise, a prática espacial de uma sociedade se descobre decifrando seu espaço (LEFEBVRE, 2006, p. 39)

Lefebvre (2006) aponta uma relação entre a linguagem e o espaço. Os componentes do espaço encontram-se articulados em uma dialética de inclusão e exclusão, semelhante ao que acontece com um discurso. O discurso, para Lefebvre (2006, p. 113), compõe-se de articulações e ‘encadeamentos’. Em sua obra “A produção do espaço” o autor se questiona se os espaços têm significações e mensagem. Para ele, embora o espaço contém mensagens, não se reduz a elas.

Toda linguagem se situa num espaço. Todo discurso diz qualquer coisa sobre um espaço (lugares ou conjuntos de lugares); todo discurso fala de um espaço. É preciso distinguir o discurso no espaço, o discurso sobre o espaço e o discurso do espaço. Por conseguinte, entre a linguagem e o espaço existem relações mais ou menos mal conhecidas (LEFEBVRE, 2006, p. 110).

Nesse raciocínio o espaço encontra-se organizado conforme uma sintaxe que serve à decodificação do lugar de acordo com as práticas sociais que lá existem e aos significados a eles conferidos (LEFEBVRE, 2006). Assim, o espaço, na condição de produto social e cultural, se constitui através de processos. diferencia a prática espacial, as representações do espaço e os espaços de representação. Esses configuram de maneira tríplice o espaço percebido-concebido-vivido. Segundo Lefebvre (2006, p. 114)

[..] É imprescindível que o vivido, o concebido, o percebido sejam reunidos, de modo que o ‘sujeito’, o membro de determinado grupo social, possa passar de um ao outro sem aí se perder. [...] Nessa triplicidade de existência (social, imaginária e experimentada ou material) o espaço comporta a produção material, o processo produtivo e o processo criador.

Isso corresponde ao processo significante agenciados pela arquitetura conforme defende o autor:

O talento arquitetural produziu espaços cheios de sentido, e, antes de mais nada, escapando à morte: duráveis, radiantes, dotados de um

tempo local específico. A arquitetura produz corpos viventes, com esses traços distintivos: o que anima esse corpo, sua presença, não é nem visível nem legível como tal, e não se discorre. A vida se reproduz no que faz uso do espaço, em seu *vivido*, do qual o turista não tem senão a sombra e do qual o espectador é apenas o fantasma (LEFEBVRE, 2006, p.114).

A vida cotidiana se realiza no espaço vivido e a percepção desta aliada à sua concepção o dota de significado. O espaço vivido, percebido e produzido em Lefebvre (2006) encontra-se relacionado com o conceito de espaço social de Bourdieu (1992). O espaço social conforma um campo de forças instituídas a todos que adentram ao campo e que não podem ser reduzidas às intenções individuais ou a interações diretas entre os agentes participantes.

Observa-se que esse espaço social funciona, portanto, de maneira simbólica, como, segundo Bourdieu (1992, p. 144) “espaço dos estilos de vida”. O espaço edificado que posteriormente vem a se categorizar como patrimônio encontra-se integrado ao espaço social, vivido, percebido e produzido. Mas o que poderia, portanto, ser considerado o poder simbólico da arquitetura?

Para Bourdieu (1992), o poder do simbólico, à semelhança da cultura e do patrimônio, se constitui por meio de processos resultantes de lutas de classes e estabelecimento de distinções, relacionadas as classes dominantes.

O poder do simbólico é, com efeito, esse poder invisível que pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber eu lhes estão sujeitos ou mesmo que o exercem (BOURDIEU, 1992, p. 7-8)

Da mesma forma que a comunicação e a linguagem, os sistemas simbólicos possuem poder estruturante justamente por serem estruturados. O “poder símbolo”, enquanto instrumento de conhecimento e comunicação, produz a realidade e sentido imediato do mundo social, gerando um conformismo lógico. Para Bourdieu (1992, p. 9): “[...] o conformismo lógico é uma concepção homogênea do tempo, do espaço, do número, da causa, que torna possível a concordância entre as inteligências.” Os símbolos possibilitam o consenso no mundo social e interferem de maneira direta na realidade e na reprodução da ordem social.

Esses elementos simbólicos pressupõem e cumprem uma função política que impõe, legítima e auxilia na dominação de uma classe social sobre a outra. Para Bourdieu (1992, p. 12) “o campo da produção simbólica é um microcosmo da luta simbólica entre classes”. Assim, o capital simbólico atua como distinção.

Segundo Hall (2009) os significados são produzidos através de diferentes processos e práticas sociais. O significado produz a identidade e a sensação de pertencimento. Dessa forma, utiliza-se a cultura para delimitar identidade com a diferença entre grupos. Em todas as interações humanas há produção de significado (HALL, 2009).

A arquitetura como poder simbólico atua como reflexo da cultura dominante e expressão dos meios de vida de determinada sociedade. Para Fonseca (2009, p. 22) “a produção de um universo simbólico é, nesse caso, o objeto mesmo da ação política, daí a importância do papel que exercem os intelectuais na construção dos patrimônios culturais”.

Em relação às cidades, tais locais possuem um *genius loci* atribuído pela memória e representações de sua dimensão espacial. Para Maffesoli (1995, p. 116):

Assim compreendido, o ambiente não é uma simples coisa inerte. Certamente, é composto de espacialidade: são os lugares, os monumentos, as ruas, mas ao mesmo tempo, segundo a expressão consagrada, esses lugares possuem um gênio, o *genius loci*. Esse gênio lhes é dado por construções imaginárias, seja elas contos e lendas, memórias escritas ou orais, descrições romanescas ou poética.

Assim argumenta Maffesoli (1995, p. 116): “a referência ao espaço vivido simbolicamente, que chamei de ‘animação’ do país ou do território, permite compreender que são as representações coletivas que constituem o meio no qual se vive com os outros.” A imagem coletiva de um lugar, segundo Maffesoli (1995, p. 117), “preserva, protege e faz vir ao mundo”. Isso acarreta uma atuação da imagem coletiva do patrimônio cultural urbano como agente modelador dos comportamentos humanos de um local enquanto, de maneira simultânea, molda o espaço através desses comportamentos.

Na sociedade atual, Castells (2016) aponta problemas culturais em relação ao espaço arquitetônico. “O abandono da experiência, história e cultura específica para a formação de significado está levando à generalização da arquitetura a-histórica, acultural.” (CASTELLS, 2016, p. 500). Ressalta-se que o aculturalismo encontra-se não apenas no patrimônio passivo e esvaziado de relações sociais, mas também naquele onde intervenções se afastam da vocação desses bens ou se descolam da cotidianidade do lugar. Essa problemática está presente quando o patrimônio cultural passa a ser entendido como produto a ser explorado pelo capital e torna os bens protegidos um espetáculo vazio dissociado da experiência histórica. Nesse sentido,

pode-se falar em espetacularização do patrimônio ou, como coloca Harvey (2001), difusão da indústria da herança pelas cidades, que reduz os bens patrimoniais a bens de consumo e os torna, muitas vezes, espaços cenográficos produzidos e reproduzidos pelo capital. Para Jaques (2003, p. 34) “O patrimônio cultural urbano passa, assim, a ser visto como uma reserva, um potencial de espetáculo a ser explorado.”

Em Parnaíba, verifica-se esse esvaziamento de significado e experiência histórica e cultural dado o estado de abandono em que se encontra parte do patrimônio salvaguardado. Muitas edificações encontram-se sem uso, portanto, deixam de sediar a vida cotidiana e por consequência as práticas sociais que produziriam ali algum significado. Dessa forma, tem-se um patrimônio esquecido, que funciona como estoque de território, dissociado da sua dimensão simbólica. De maneira oposta, a salvaguarda é prejudicada pelo uso muitas vezes incompatível com as restrições legais às quais essas edificações atualmente encontram-se sujeitas. Para Arantes (2006, p. 429):

Assim, inúmeros problemas enfrentados no dia-a-dia da preservação dizem respeito ao fato de os bens preservados – tangíveis ou intangíveis – serem interpretados e utilizados pela população de forma nem sempre compatível com as restrições legais decorrentes do reconhecimento do seu interesse e sentido para coletividades nacionais ou regionais

Esse tem sido o grande desafio da contemporaneidade: a permanência e continuidade da dimensão simbólica do patrimônio histórico urbano, ou seja, daquele patrimônio próprio da tessitura das cidades.

2.1.3 As representações sociais na sociedade contemporânea

A conduta humana sempre foi alvo de investigações e pesquisas. Diferentes ações geram diferentes respostas em contextos culturais distintos. Isso porque o homem é um ser fundamentalmente social e seu comportamento não é ditado apenas pela genética, mas antes por respostas à interações e estímulos sociais que ocorrem no encontro social.

Cada sujeito detém uma função em um conjunto maior de normas e objetivos comuns que determinam a sociedade em que se encontra inserido. No contato de uns com os outros, os homens aprendem como proceder (ou responder) a situações

determinadas. Tais situações são ensinadas e repassadas de maneira simbólica e assimiladas pela decodificação de um sistema de significados desenvolvido por essa sociedade. Esses significados, respostas, ações e decodificações foram estudados ao longo dos anos por diferentes áreas do conhecimento, incluindo a Psicologia Social e Psicanálise, entre outras interessadas no comportamento humano (SAMMUT et al, 2016).

A Teoria das Representações Sociais foi desenvolvida por Serge Moscovici (1961/1976), na França, a partir da publicação de *La Psychanalyse: Son image et son public*. Em seu trabalho, Moscovici desenvolve pesquisas de opinião baseadas em questionários e entrevistas buscando as informações que circulavam entre as pessoas a cerca dos seus temas de análise (FARR, 2013).

O significado da palavra “representação” é diverso e denota a imagem que se concebe do mundo ou de um objeto. Em termos psicológicos, é considerada uma elaboração intencional que possui formulações que se encontram na esfera científica, estatística, política e mental (BAUER, 2016). Para Sammut (2016, p. 104, tradução nossa)⁵: “Usada como um verbo, ‘representação social’ refere-se a um processo de representar ‘socialmente’, enquanto como substantivo, refere-se a algum produto de representação, cujo conteúdo é possível estudar.” Chartier (1990, p. 20) chama a atenção para esses dois significados:

As definições antigas do termo (por exemplo, a do dicionário Furetière) manifestam a tensão entre duas famílias de sentidos: por um lado, a representação como dando a ver uma coisa ausente, o que supõe uma distinção radical entre aquilo que representa e aquilo que é representado; por outro, a representação como exibição de uma presença, como apresentação pública de algo ou alguém.

Para Minayo (2013, p. 73) “Representações Sociais é um termo filosófico que significa a reprodução de uma percepção retida na lembrança ou do conteúdo do pensamento.” A representação, segundo Lefebvre (1983), possui significado em diferentes esferas (política, científica, mundana, estética e filosófica). O conceito surge tanto em condições históricas quanto particulares das esferas do conhecimento ou da ciência. “A representação é, pois, apresentação, mas debilitada e também oculta” (LEFEBVRE, 1983, p. 19, tradução nossa)⁶.

⁵“Used as a verb, ‘social representation’ refers to a process of representing ‘socially, while as a noun, it refers to some product of representation, whose content it is possible to study”.

⁶La re-presentación es, pues, presentación, pero debilitada y aun ocultada.

Representar é uma ação constituída e construída de uma relação seja ela mental, comunicativa ou de matéria, onde pensamentos, comportamentos e símbolos são usados na relação. Segundo Bauer (2016) “x” representa “y” e o elemento “y” pode existir na realidade ou não.

Conforme Bauer (2016, p. 50, tradução nossa): “A contribuição conceitual da Teoria das Representações Sociais para a psicologia social em geral é destacar e guiar a análise de grupos sociais como um jogo de atuação envolvendo o 'como se' do senso comum, mentalidades e conhecimento vernacular.” Encontra-se, portanto, vinculada à cultura e à historicidade (JODELET, 2017). Além disso, Moscovici (1961) reconhece as representações sociais não apenas como um conceito e sim, como um fenômeno diretamente relacionado aos processos sociais inscritos como diferenciações do grupo ou sociedade (DUVEEN, 2015).

Verifica-se que uma das funções primordiais das representações sociais é o estabelecimento de significados que originam sistemas de conhecimento que, por sua vez, desencadeiam certas práticas sociais de determinado grupo em um espaço de tempo definido. Dessa maneira, –objetos, pessoas, acontecimentos e condutas se tornam familiares e compartilhadas pelas práticas sociais, como um guia de interação social ou conjunto de ideias e crenças que facilitam/permitem a comunicação (SAMMUT et al, 2016).

As características fundamentais das representações são as que, segundo Jovchelovitch (2013, p. 64) “sempre são referência de alguém para alguma coisa, seu caráter imaginativo e construtivo que a faz autônoma e criativa e finalmente sua natureza social”.

Para Moscovici (1961) as representações sociais podem ser entendidas como estruturas cognitivas organizadas num corpo de conhecimento e em múltiplas dimensões, definido o corpo como aglomerado de elementos com que os sujeitos se conectam e estabelecem relações (MOLINER; ABRIC, 2016).

Jodelet (2017, p. 65) afirma que:

As representações sociais têm relação com o saber do senso comum, que opera na experiência cotidiana; são programas de percepção de

⁷“The conceptual contribution of the theory of social representations to social psychology at large is to highlight and to guide the analysis of social groups as a serious pretend play involving the ‘as if’ of common sense, mentalities and vernacular knowledge.”

constructos com estatuto de teoria ingênua, que serve de guia de ação e de grade de leitura da realidade, de sistema de significações que permitem interpretar o curso dos acontecimentos e das relações sociais; exprimem a relação que os indivíduos e grupos mantêm com o mundo e os outros; são forjadas na interação do contato dos discursos circulantes no espaço público; estão escritas na linguagem e nas práticas e funcionam como uma linguagem, em razão de sua função simbólica e das referências que fornecem para codificar categorizar o que povoa o universo de vida.

Assim, não apenas a cognição, mas a dimensão afetiva e social se encontra imbricada nas representações sociais visto que a constituição de conhecimento é uma ação afetiva (GUARESCHI; JOVCHELOVITCH, 2013). Com isso, verifica-se que a origem das representações sociais se encontra vinculada à experiência cotidiana. Essas permitem verificar de que forma os sujeitos se situam no mundo material e simbólico em que realizam suas atividades e desenvolvem sua experiência (JODELET, 2017).

A afirmação dessa dimensão afetiva e social das representações sociais se faz de suma importância nesta pesquisa, pois, na construção dos conceitos até aqui estabelecidos, é imprescindível verificar como os sujeitos experimentam o ambiente construído na sua cotidianidade e quais as representações advêm dessa experiência. Apenas dessa forma será possível compreender os significados e as relações de identidade e pertencimento, existentes ou não, em sítios históricos como o de Parnaíba.⁸

O conceito, para Moscovici (2015, p. 217) “é sempre e em todo lugar uma questão de compreensão das formas das práticas de conhecimento e de conhecimento prático que cimentam nossas vidas sociais como existências comuns”. Essa definição permite acessar fenômenos sociais onde as práticas de conhecimento e o conhecimento prático são fundamentais e estão inseridos nas experiências ancorados por indivíduos e compartilhados em sociedade. (MOSCOVICI, 2015)

Antes do surgimento das Teoria das Representações sociais os estudos eram predominantemente divididos entre análises do individual e análises do coletivo. “As leis que explicavam os fenômenos coletivos eram diferentes do tipo de leis que explicavam os fenômenos em nível de indivíduo” (FARR, 2013, p. 30). Autores como Le Bon (1895) interessavam-se em analisar a diferença que acontecia entre o comportamento racional do indivíduo e o mesmo enquanto membro de um grupo. Já

⁸A Teoria das Representações sociais merece especial atenção e discussão para que se atinjam os objetivos e hipóteses estabelecidos nesse trabalho.

para outros pesquisadores como Freud (1856-1939), os indivíduos no contexto do grupo encontravam-se relacionados uns com os outros a partir do senso de identificação existente com um líder. Wundt (1832-1920) aprofundou-se no estudo de fenômenos mentais coletivos que surgiam de interações entre os indivíduos. As pesquisas de Durkheim (1898) tiveram relevante influência no desenvolvimento da teoria proposta por Moscovici.⁹

Guareschi e Jovchelovitch (2013, p. 8) afirmam:

O conceito de representação social ou coletiva nasceu na sociologia e na antropologia. Foi obra de Durkheim e Levi-Bruhl. Nessas duas ciências ele serviu de elemento decisivo para elaboração de uma teoria da religião, da magia e do pensamento mítico. Poderia acrescentar que ele desempenhou um papel análogo na teoria da linguagem de Saussure, na teoria das representações infantis de Piaget ou ainda, na do desenvolvimento cultural de Vygotsky. E, de certo modo, esse conceito continua presente nesse tipo de teorias.

A Teoria das Representações sociais contribuiu com avanços em relação a teorias pré-existentes, notadamente a desenvolvida por Durkheim (1924/1974) que tratava da existência e das distinções entre as representações sociais e coletivas. Para Sammut et al (2016, p. 06, tradução nossa)¹⁰ “Durkheim descartou o primeiro em favor do segundo em seu esforço para compreender modos de vida coletivos que determinaram o costume e a prática em sociedades particulares”. Durkheim foi pioneiro no uso do conceito de representações sociais, tendo sido utilizado de maneira semelhante a representações coletivas. Esse termo denomina as categorias de pensamento com as quais uma sociedade desenvolve e manifesta a realidade (MINAYO, 2013).

Entretanto, para Moscovici (1961), o coletivo hegemônico defendido por Durkheim não seria apropriado para a pluralidade de representações que existem nas esferas públicas contemporâneas, devendo-se então pensar em representações sociais e não coletivas. Para Guareschi (2013, p. 157), “Moscovici tinha consciência que o modelo de sociedade de Durkheim era estático e tradicional, pensado para tempos em que a mudança se processava lentamente”. Essa distinção entre representações coletivas e/ou sociais é amplamente abordada e discutida nas ciências. Considera-se a

⁹As pesquisas acima mencionadas, entre outras, serviriam de base para a formulação da teoria das representações sociais, cujos pilares foram lançados, como mencionado, anteriormente e em diversas áreas do conhecimento

¹⁰“Durkheim discarded the former in favour of the latter in his efforts to understand collective way of life that determined custom and practice in particular societies.”

representação coletiva uma vez que é originada nas trocas simbólicas efetuadas por grupos. Por outro lado, o que induz a distinção entre as representações sociais e coletivas é a consideração da dimensão temporal (JODELET, 2017).

Para Sammut (2016, p. 102, tradução nossa)¹¹, “como Asch explica, humanos não vivem em seu próprio espaço, no seu próprio tempo e nos seus próprios sistemas de causa e efeito. Eles vivem num espaço compartilhado num tempo compartilhado e em sistemas compartilhados de causalidade”. Assim, para alguns autores não seria possível separar o individual do coletivo visto que se pode considerar indivíduo e sociedade intrínsecos uns aos outros, conforme Gareschi e Jovchelovich (2013, p. 18) afirmam: “[...] sinônimos ou redutíveis um ao outro. [...] vidas individuais não são realidades abstraídas de um mundo social; pelo contrário, elas só tomam forma e se constroem em relação a uma realidade social”.

Entende-se, portanto, que figura nas representações sociais um carácter tanto coletivo quanto social. No aspecto coletivo encontra-se o pertencimento ou crença pelos indivíduos de uma comunidade cultural e, no referente ao carácter social têm-se o auxílio na organização de determinada sociedade. (JODELET, 2017).

Para autores como Lopes e Gaskell (2016) as representações sociais são consideradas uma evolução do conceito de consciência social inicialmente entendido por Durkheim (1894) como as convicções que são compartilhadas entre os membros de uma sociedade e embasam a integração social. Entretanto, Moscovici se distancia de tais proposições durkheimianas embora reconheça a função simbólica das representações no que concerne à garantia do vínculo e ordem sociais (JODELET, 2017).

As representações sociais se revelam como base da interação social e os valores que organizam o conhecimento possuem sentido tanto na esfera social quanto coletiva (LOPES; GASKELL, 2016). A questão central, conforme Sammut et al (2016, p. 06, tradução nossa)¹², “é que um grupo social desenvolve uma compreensão inteligível de certos aspectos da realidade que vem para informar as várias perspectivas dos membros desse grupo”.

¹¹“As Asch explains, humans do not live in their own space, in their own time, and in their own systems of cause and effect. They live in a shared space, in shared time, and in shared systems of causality.”

¹²“The central idea here is that a social group develops some intelligible understanding of certain aspects of reality, which comes to inform the various perspectives of the members of that group.”

Moscovici (2015) considera que se tende a analisar o mundo de uma maneira semelhante visto que se vive em uma realidade que é fundamentalmente social. Para o autor:

Nenhuma mente está livre dos efeitos de condicionamentos anteriores que lhe são impostos por suas representações, linguagem ou cultura. Nós pensamos através de uma linguagem; nós organizamos nossos pensamentos, de acordo com um sistema que está condicionado, tanto por nossas representações, como por nossa cultura. Nós vemos apenas o que as convenções subjacentes nos permitem ver e nós permanecemos inconscientes dessas convenções (MOSCOVICI, 2015, p. 35).

O progresso de Moscovici se dá ao perceber que as representações sociais não são estáticas nem tampouco consensuais, devendo-se analisar a produção e evolução das representações sociais de um objeto no tempo. Isso porque as representações são mutáveis no eixo temporal e diferentes pontos de vista do mesmo objeto podem dar origem a novas representações. De tal modo, é preciso compreendê-las como um sistema e como processo. Jodelet (2017, p. 24) entende que, nas pesquisas sobre o tema, o que se almeja é a captura do que denomina 'fenômenos representacionais no trabalho na experiência cotidiana'. Assim, para a autora:

Esses fenômenos são produtos mentais que podem ser abordados no plano individual e coletivo, enquanto sistemas de conhecimentos, saberes e significados. No plano individual, eles são tidos como baseados nos pertencimentos sociais, no lugar nas relações sociais, nas trocas intersubjetivas e induzindo a engajamentos ideais e práticos. No coletivo, correspondem a visões compartilhadas, comuns a uma formação social, e nelas disseminadas por meio das comunicações. O que leva a concentrar a ênfase no pensamento social, como uma construção mental de objetos do mundo e fonte de formas de vida que afetam o devir social (JODELET, 2017, p. 24).

Como visto, as representações sociais surgem do conceito de duas ou mais pessoas sobre um objeto, conceito esse formulado no presente, influenciado pelo passado e que atravessa para o futuro (SAMMUT et al, 2016). Isso insere o passado diretamente na realidade do tempo presente e torna as representações fruto das mudanças de perspectivas acontecidas ao longo de gerações. (MOSCOVICI, 2015). Moscovici (1961) identificou dois processos de produção existentes na formulação das representações: a "Ancoragem" e a "Objetificação". Esses dois processos possuem funções distintas assim definidas, conforme autores como Sá (1995, p. 34):

A função de duplicar um sentido por uma figura, dar materialidade a um objeto abstrato, 'naturaliza-lo', foi chamada de 'objetivar'. A função

de duplicar uma figura por um sentido, fornecer um contexto inteligível ao objeto, interpretá-lo, foi chamada de ‘ancorar’.

Por “Ancoragem” entende-se a classificação de um novo objeto num quadro de referências familiares. Quando o novo se torna familiar passa a ser passível de imaginação e representação. Para Moscovici (2015, p. 61) “esse é um processo que transforma algo estranho e perturbador, que nos intriga, em nosso sistema particular de categorias e o compara com um paradigma de uma categoria que nós pensamos ser apropriada”. Ou seja, “Ancorar” significa denominar, classificar ou categorizar alguma coisa e, ao realizar esse enquadramento, o objeto classificado passa a possuir atributos dessa categoria. “O significado de um novo objeto ou evento é assim *ancorado* a uma representação social existente”(SAMMUT et al.,2009, p.09, tradução nossa)¹³.

Ao se classificar algo ou alguém, deve-se inserir o objeto em um conjunto de ações ou comportamentos convencionados e previamente estabelecidos, dentro do que é permitido ou não aos componentes desse grupo. A nomeação e a categorização são aspectos diferentes da ancoragem. A primeira permite que se inclua o objeto no que Moscovici (2015, p. 66) denomina de ‘matriz de identidade de nossa cultura’. A partir disso, Moscovici (2015) observa três consequências: pode-se descrever o objeto e obtém características; o mesmo distingue-se dos demais através dessas características. Por fim, o objeto torna-se um acordo entre aqueles que utilizam e compartilham dessa convenção. Dota-se, portanto, o objeto de identidade social, dando-lhe um sentido que antes não lhe era atribuído.

“A objetificação é um processo de externalização do significado do objeto ou evento projetado no mundo através de imagens ou proposições” (SAMMUT et al, 2016, p.09, tradução nossa)¹⁴. Dessa forma, novas ideias ou acontecimentos podem ser objetificados de diferentes maneiras compreensíveis para promover a construção de significado (SAMMUT et al, 2016). Esse é um dos principais processos que envolve a construção das representações sociais (MOSCOVICI, 1961). Assim, transfere-se algo que está na mente para o plano físico, e, torna-se concreto o que antes era abstrato, a partir de um processo cognitivo. (MOLINER; ABRIC, 2016)

¹³“The meaning of a new object or event is thus anchored to an existing social representation.”

¹⁴“Objectification is a process of externalization by which the meaning of an object or event is projected in the world through imagens or propositions.”

Segundo Moscovici (2015, p. 71-72) “Objetivar é descobrir a qualidade icônica de uma ideia, ou ser impreciso; é reproduzir um conceito em uma imagem”. A primeira etapa desse processo é a seleção da percepção, onde alguma informação é retida a partir de outra. Em seguida, há uma descontextualização dessa informação por parte dos sujeitos retirando-a de seu contexto original e a naturalizando em sequência. Após isso, essa informação passa a ser recombina em um núcleo figurativo (ou “core”) traduzindo-se em um compilado simplificado de noções que irão providenciar uma base sólida de apreensão dos objetos e de legitimação do significado que é formulado agora. Logo, esse núcleo figurativo é a semente da representação social que promove linguagens individuais e nomeia categorias que organizam a informação acerca do objeto (MOLINER; ABRIC, 2016, p. 85).

Segundo Moscovici (2015, p. 72)

As imagens que foram selecionadas devido sua capacidade de ser representadas, se mesclam, ou melhor, são integradas no que eu chamei de um padrão de núcleo figurativo, um complexo de imagens que reproduzem visivelmente um complexo de ideias.

A partir disso, imagens sintetizam o objeto antes desconhecido. Nesse processo de familiaridade, ocorrem mudanças durante a transmissão. Moscovici (2015) compara essas mudanças as mesmas mudanças que ocorrem no leito de um rio por razão da passagem das águas nele. Percebe-se, então, que passa a acontecer uma diferenciação entre o que é percebido e o que é concebido. Isso porque o estudo das representações sociais engloba o estudo da comunicação (PSALTIS, 2016). A comunicação é determinante na conexão entre o social a representação, exercendo papel fundamental na produção de novas representações, bem como na evolução das representações sociais e na maneira como as mesmas circulam garantindo sua continuidade ou perpetuação (JODELET, 2017).

Analisar a influência da comunicação nas representações sociais significa entender como as mesmas passam a vigorar como “senso comum”. Isto porque para Duveen (2015, p. 08):

Elas entram para o mundo comum e cotidiano em que nós habitamos e discutimos com nossos amigos e colegas esse com a mídia que lemos e olhamos. Em síntese, às representações sustentadas pelas influências sociais da comunicação constituem as realidades de nossas vidas cotidianas e servem como principal meio para estabelecer as associações com as quais nós nos ligamos aos outros.

Moscovici (2015) verifica o carácter fundamental de estabelecer um vínculo entre comunicação e as representações sociais. Para o autor:

Uma condiciona a outra, porque nós não podemos comunicar, sem que partilhemos determinadas representações, e uma representação é compartilhada e entra na nossa herança social quando ela se torna um objeto de interesse e de comunicação (MOSCOVICI, 2015 p. 372).

Entre as estratégias que permitem a circulação e desenvolvimento das representações identificadas por Moscovici (1961) estão a *propaganda*, *propagação* e *difusão* (SAMMUT et al, 2016). Essas estratégias de comunicação auxiliam na criação de laços afetivos entre os membros de um grupo. A propagação tem valor no desenvolvimento da comunicação. Já a difusão faz com que se desenvolva a simpatia, facilitando a afiliação dos membros àquele grupo e conseqüentemente, o expandindo.

A teoria do Núcleo Central divide as representações sociais em dois elementos constituintes: Centro (*Core*) e Periferia (*Periphery*). O centro define a essência da representação social. De acordo com Sammut et al (2016, p. 9, tradução nossa)¹⁵, “o componente periférico de uma representação social consiste nas crenças e estereótipos que servem para fazer a representação social relevante e aplicável em um meio.” São os elementos periféricos que permitem a adaptação das representações sociais às evoluções da sociedade. Essa teoria colabora para explicação da dinâmica e estabilidade das representações sociais, compreendendo-a como um sistema.

Dessa forma, segundo Moliner e Abric (2016, p. 83, tradução nossa)¹⁶ “[...] independentemente do objeto social, qualquer representação social é organizada em um sistema dual”. Esse sistema mantém estável as representações com os grupos que a contém, consolidando os significados que os membros agregam a representação do objeto. O equilíbrio é influenciado pela habilidade do sistema em preservar o consenso do grupo embora haja discordâncias pontuais entre os sujeitos (MOLINER; ABRIC, 2016).

Para os autores os elementos centrais são poucos, de natureza abstrata, possuem consenso significativo entre os membros do grupo e mantém-se estáveis ao longo do tempo, sendo independentes do contexto. Os elementos periféricos são numerosos,

¹⁵“The peripheral component of a social representation consists of beliefs, ideas and stereotypes that serve to make the social representation relevant and applicable to a particular milieu”.

¹⁶“(…) regardless of social object, any social representation is organized in a dual system.”

possuem diferentes pontos de vista divididos de maneira desigual entre os membros do grupo e variam sem estabilidade ao longo do tempo. Fora isso, são condicionais às crenças. Os elementos periféricos demonstram experiências realizadas em um contexto onde os indivíduos relacionam de maneira condicional a representação do objeto. (MOLINER; ABRIC, 2016).

O núcleo desenvolve as funções de significado, organização e estabilização. A partir dele, o significado é criado, as relações desse significado com os elementos periféricos são organizadas e a perpetuação da representação é garantida a partir da continuidade ou estabilização das crenças centrais (MOLINER; ABRIC, 2016).

Sobre a dinâmica e evolução das representações sociais, afirmam Moliner e Abric (2016) que, em situações circunstanciais alguns elementos movem-se de um sistema para outro. Isso torna o mesmo capaz de evoluir e se adaptar as transformações da sociedade. Assim, elementos periféricos podem vir a se tornar representações e a transformação de uma representação deve passar pela modificação dos seus elementos centrais.

Para Jodelet (2017, p. 27):

Alguns desses fenômenos que estão em movimento outros se apresentam como materializações de elementos que apresentam estados estáveis os quais, mesmo que temporariamente, vão intervir na formação de outros estados estáveis ou moventes sob a forma de extratos onde sedimentos ou ainda de plano de fundo de informação.

Jovchelovitch (2013, p. 64) ao mencionar a construção do pensamento desenvolvido por Jodelet afirma que a ação de representar excede os limites existentes entre externo e interno e provoca uma construção e reconstrução simultânea. O sujeito e autor da elaboração mental a transforma ao mesmo tempo em que a representação se desenvolve. Assim, observa-se a transdisciplinaridade do conceito de representações sociais a partir dessa abordagem sistêmica e holística de fenômenos nas esferas individual e coletiva que servem a diferentes áreas de conhecimento (SPINK, 1993).

As representações sociais desempenham papel fundamental na garantia de reprodução e modificação gradual da sociedade. Nessa continuidade, destaca-se o papel da educação e da transmissão oral. Os papéis sociais e as instituições são originárias das relações interpessoais fundamentadas nas regras e hábitos instituídos

que envolvem a cultura (BONIN, 2016). Já se compreendeu o fenômeno das representações sociais como algo sistêmico, mediador e coletivo (SAMMUT, 2016).

As representações advêm de sujeitos, contendo uma ambiguidade entre a subjetividade e a objetividade (LEFEBVRE, 1983). Para Berger e Luckmann (2008, p. 22), “Não há pensamento humano que seja imune as influências ideologizantes de seu contexto social”. Entende-se que, dessa forma, mesmo inserido em instituições, o sujeito pode alterá-las e simultaneamente ser modificado por elas. Assim, as instituições possuem poder especial de impor ou determinar os comportamentos através das regras contidas na representação (LAHLOU, 2016).

Nessas relações interpessoais o valor do simbólico é destacado de tal forma que qualquer ação humana aludiria à classificação e interpretação, portanto, qualquer percepção ou ação decorreria do simbólico (BONIN, 2016).

Para Wagner (2016) as crenças sociais atuam em determinado comportamento e ambos são componentes das representações sociais. Existem em ação e em crença no discurso, por isso, para ele, as representações sociais estão em ação. A principal relação entre cultura e representação se dá através da linguagem, visto que esse sistema representacional é o principal veículo e repositório de valores e significados culturais, difundindo-os e armazenando-os (HALL, 2009). O conceito de representação conecta significado, linguagem e cultura. A representação encontra-se diretamente vinculada a linguagem não apenas por ser a fala um dos seus suportes, mas, porque, para Lefebvre (1983, p. 99, tradução nossa)¹⁷:

Viver é representar (a si mesmo), mas também transgredir representações. Falar é designar o objeto ausente, passar da distância para a ausência preenchida pela representação. Pensar é representar, mas superar representações. O conceito de representação implica – explica a linguagem.

As representações como forma de expressão social e cultural são, para Jodelet (2017), condutores da interpretação dos valores, ideologias e códigos relacionados aos sistemas de interpretação de uma sociedade. Dessa maneira é possível compreender os significados relacionados a determinado comportamento apresentado em um contexto social. Entretanto, longe de reduzi-las a descrições e generalizações, as representações devem ser entendidas como pensamento

¹⁷“Vivir es representar(se), pero también transgredir las representaciones. Hablar es designar el objeto ausente, pasar de la distancia a la ausencia colmada por la representación. Pensar es representar pero superar las representaciones. El concepto de representación implica-explica el lenguaje.”

constituente e constituído onde os aspectos subjetivos, culturais e sociais não podem ser ignorados.

Diversos autores ressaltam a relação entre as representações sociais e as práticas sociais. As práticas sociais são consideradas um conjunto de ações que se apresentam como arranjo padronizado (ALMEIDA; SANTOS; TRINDADE, 2000). As representações são fator determinante das práticas sociais e interdependentes como pode ser verificado:

Observa-se atualmente o predomínio da ideia de interdependência. As RS regulam as práticas sociais dos sujeitos, porém, ao mesmo tempo, elas emergem das diferentes práticas sociais, da diversidade das práticas no cotidiano (ALMEIDA; SANTOS; TRINDADE, 2000, p. 262).

De tal maneira que se pode compreender então a relação entre representações sociais e práticas sociais conforme Lefebvre (1983, p. 94, tradução nossa)¹⁸:

As relações das representações entre si provêm de seus suportes: dos "sujeitos" falantes e atuantes, dos grupos e classes nas relações conflitivas (relações sociais). As representações não são fatos simples, nem resultados compreensíveis por sua causa ou efeitos simples. Elas são feitas na palavra (ou se você preferir fala) e na prática social.

A relação entre representação e práticas sociais fica evidente ao se observar o que diz Chartier (1990, p. 17):

As percepções sociais não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas.

Nesse sentido, Chartier (1990, p. 17) reflete sobre os interesses que permeiam a construção das representações como reflexo social de um grupo dominante:

As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de um grupo que as forjam.

Para Bourdieu (2011, p. 447) "A representação que os indivíduos e os grupos exibem inevitavelmente através de suas práticas e propriedades faz parte integrante de sua realidade social". "Na vida pública cada sujeito é unicamente posicionado em relação

¹⁸"Las relaciones de las representaciones entre sí provienen de sus soportes: de los "sujetos" hablantes y actuantes, de los grupos y clases en relaciones conflictivas (relaciones sociales). Las representaciones no son simples hechos, ni resultados comprensibles por sus causa ni simples efectos. Son hechos de palabra (o si prefiere de discurso) y de práctica social."

aos outros no processo de representação social” (SAMMUT, 2016, p. 104, tradução nossa)¹⁹. A localização do sujeito em relação a dada hierarquia cultural interfere em suas práticas e modos de vida, conseqüentemente, nas representações e nos significados simbólicos dado aos objetos e situações.

Junto às práticas, as representações não indicam apenas a continuidade, mas também a possibilidade de ruptura para novas representações e/ou práticas (ALMEIDA; SANTOS; TRINDADE, 2000). Assim, entende-se a relevância do papel das representações junto ao imaginário e as experiências de vida. Ambos os temas são pertinentes para abordagem na presente pesquisa visto que se pretende explorar as influências das representações sociais na preservação do patrimônio. Um campo múltiplo, que se encontra com o espaço, o lugar, o senso comum e o fluxo da vida cotidiana, além de outros pontos aqui tratados.

No livro *Representações sociais e mundos de vida*, diversos escritos de Jodelet (2017) são reunidos e um capítulo é inteiramente dedicado para falar do imaginário e representação social, bem como outro para a experiência vivida nos processos de formação das representações sociais. Antes de adentrar as categorias de imaginário e experiência de vida e suas relações com a teoria das representações sociais, é necessário esclarecer, através das palavras da própria autora, o significado da expressão “mundos de vida”. Por “mundos de vida” Jodelet (2017, p. 434) compreende o “mundo comum, intersubjetivo, mediatizado pela linguagem” possuidor de duas dimensões distintas: a do conhecimento e a do experimentado. Advindo da expressão *lebenswelt*, utilizada em estudos de autores como Husserl, Dilthey e Shütz. Essa expressão refere-se, segundo Jodelet (2017, p. 26) “ao conjunto de situações nas quais estão situados os sujeitos pensantes”. Sua relação com as representações sociais se dá através de fenômenos, conforme Jodelet (2017, p. 27) afirma: “Tais fenômenos são apreendidos nos indivíduos que os criam a partir de sua vivência, na interlocução, ou os endossam quando de sua circulação no espaço social como visões compartilhadas, subentendidos ou pré-concebidos”.

Para autores como Sá (1995, p. 26), “[...] as representações sociais, por seu poder convencional e prescritivo sobre a realidade, terminam por constituir o pensamento em um verdadeiro *ambiente* onde se desenvolve a vida cotidiana.” Assim como as

¹⁹“In public life, each individual is uniquely positioned in relation to others in the process of social representation”.

representações sociais, a categoria do imaginário também é pautada pela transdisciplinaridade do tema, alvo de investigações em múltiplas ciências tais como história, psicanálise, filosofia e outros (ARRUDA, 2016).

O imaginário pode ser traduzido como mitos, composição da memória, representações e etc., objeto de estudo de fácil identificação, porém de explicações imprecisas e vagas. O imaginário se define por uma ação mental de elaboração de imagens icônicas ou linguísticas. Já o imaginário social faz referência a trama de significados compartilhados de maneira coletiva e utilizados por dada sociedade ao refletir sobre si. Em outras palavras, o imaginário social origina-se de significados sociais e não se relaciona de maneira precisa com o que existe ou se passou na realidade. E, à semelhança das representações, o imaginário se movimenta tanto pela esfera individual quanto coletiva. Individual, pois, se formula pelos sujeitos e coletivo por ser compartilhado por eles (ARRUDA, 2016).

Tanto a imagem quanto a imaginação e o imaginário estão relacionados ao fluxo temporal. O que é essencial no imaginário é, então sua repetição e aproximam a imagem da lembrança ao imaginário da memória e do conhecimento (LEFEBVRE, 1991). O autor acrescenta que:

O possível, o virtual, o futuro, não são representados, mas através do imaginário. Trabalhado, elaborado, essas representações se tornam utopias afirmativas ou negativas. De tal maneira que o imaginário possua uma função igual ou superior àquela do conhecimento que se refere ao 'real' (LEFEBVRE, 1983, p. 63-64, tradução nossa)²⁰.

Embora alguns autores como Lefebvre (1983) considerem de difícil compreensão a relação entre representação e imaginário, o imaginário encontra-se entrelaçado com as representações sociais de diversas maneiras. Pode ser encontrado nas imagens das representações sociais formuladas por meio dos processos de ancoragem e objetificação, visto que esses dois processos associam tanto imagens quanto a imaginação (ARRUDA, 2016).

As vidas de indivíduos e grupos na sociedade não se limitam a realidades materiais e tangíveis. Elas incluem e são também explicadas pelas representações que os sujeitos fizeram sobre a história, sobre seu próprio lugar e o papel da sociedade. Esse imaginário faz parte de tais representações. E a história do imaginário

²⁰No obstante, lo posible, lo virtual, lo futuro no se representan sino a través de lo imaginario. Trabajadas, elaboradas, esas representaciones se vuelven utopías afirmativas o negativas. De tal modo que lo imaginario posee una "función" igual o superior a la del saber que se refiere a lo 'real'".

é um território da história das representações. (ARRUDA, 2016, p. 131, tradução nossa).²¹

“O território do outro é um lugar privilegiado para o jogo do imaginário” (JODELET, 2017, p. 406). Esse território é, para a autora, espaço de projeção em que se pretende atrelar valores. Nesse sentido, as imagens do outro correspondem às representações sociais.

Assim, conforme Arruda (2016, p. 129, tradução nossa)²²:

A produção de significado é, portanto, um processo criativo: soluções imaginativas para as dificuldades associadas ao entendimento do não familiar. O imaginário social pode ser uma das fontes para esta produção, na medida em que fornece o plano de fundo para ancorar o familiar.

O imaginário é então, conforme Jodelet (2017) local adequado à construção de representações que traduzem indisposições e capacidades inerentes à um tempo histórico. O conjunto de significados presentes nas representações sociais é sua dimensão imagética. Logo, o imaginário integra o sistema de representações sociais. “Além disso, o imaginário também faz parte do movimento de redefinição (significação: ancoragem) e redesenho (figuração: objetivando) o objeto.” (ARRUDA, 2016, p. 130, tradução nossa)²³. O imaginário torna-se motor gerador da representação social porque, segundo Arruda (2016, p. 141, tradução nossa)²⁴:

Como a imagem é uma dimensão das representações sociais e, como a elaboração de toda representação social apela para a imaginação, a fim de proceder à ancoragem e objetivação, a criação está em jogo nesse movimento.

As representações sociais situam-se entre a prática e o imaginário, a partir da projeção do desejo nas coisas/objetos, que o faz com que exista tanto no mundo concreto

²¹The lives of individuals and groups in society are not limited to material, tangible realities. They include and also explained by the representations subjects have made about history, about their own place and the role of society. This imaginary is part of such representations. And the history of the imaginary is a territory of the history of representations.

²²“The production of meaning is thus a creative process: imaginative solutions to the difficulties associated with understanding the unfamiliar. The social imaginary may be one of the sources for this production, inasmuch as it provides the background for anchoring the unfamiliar.”

²³“Moreover, the imaginary is also part of the dynamics of social representations, whenever it is part of the movement of redefining (signification: anchoring) and of redesigning (figuration: objectifying) the object”.

²⁴“Since imaging is a dimension of social representations and since every social representation’s elaboration appeals to imagination in order to proceed to anchor and objectify, creation is at play in this movement.”

quanto no plano imaginário, por isso, a representação pode ser considerada uma mediação entre o estado mental/imaginário e a realidade (LEFEBVRE, 1991).

Os conflitos e problemas da cotidianidade remetem a soluções *conflitivas* que se sobrepõem as soluções *reais* quando estas são ou aparecem *impossíveis*. Assim os problemas e a procura de uma solução transpõem o limiar do imaginário. Entre a prática e o imaginário se insere, ou melhor, se insinua o 'investimento'; as pessoas projetam seu desejo sobre estes ou aqueles grupos de objetos, estas ou aquelas atividades: a casa, o apartamento a mobília, a cozinha, a viagem de férias, a 'natureza' etc. esse investimento confere ao objeto uma dupla existência, real e imaginaria (LEFEBVRE, 1991, p. 98).

Já a definição de experiência encontra-se intimamente relacionada com a de senso comum, ao passo que se refere à forma de desenvolvimento no mundo de vida. Para Jodelet (2017, p. 433):

a noção de experiência, nos usos científicos e leigos é polissêmica e ambígua, ainda e geralmente concordemos quanto a certas características e percepções dela. Assim, a distinguimos da percepção porque não tem caráter transitório e supõe uma ligação entre os elementos fornecidos pelo sentido.

Lefebvre (1983) compreende a experiência constituída por representações. A relação entre sentido e representação deve explicar quais componentes das representações são usados para realizar o sentido da experiência, que debatem as relações entre experiência e representação social. A análise da representação de um objeto equivale a uma abordagem da experiência e os sentidos a ele atribuídos subjetivamente. Considera-se que, concebida entre situações concretas e históricas, a experiência constitui uma ampliação da relação do sujeito com o mundo (JODELET, 2017). Para tanto, as categorias da experiência e do vivido devem ser diferenciadas.

O vivido se refere ao que o sujeito experimenta e sente. Já a experiência possui um aspecto cognitivo facilitador da experiência do mundo e sobre o mundo que converge para o processamento da realidade conforme configurações que são socialmente produzidas (JODELET, 2017).

A experiência pode ser combinada à dimensão do vivido através do sujeito. Essa experiência vivida encontra-se atrelada à consciência do sujeito em relação ao mundo em que habita ou no qual se vive. Conforme Jodelet (2017, p. 434-435), "o modo como elabora, por meio de um trabalho psíquico e cognitivo, as repercussões positivas ou negativas dessa situação e das relações e ações que elas desenvolvem na referida

situação, semelhante a um eco do acontecido”. Portanto, a experiência vivida implica também no vivenciado.

De maneira sintética, a experiência vivida se refere a uma situação concreta. É uma maneira de apreensão do mundo, é expressada por meio de sistemas de códigos como a linguagem, necessita de aprovação/autenticação e faz alusão ao modo de existência de um sujeito em sua experiência real (JODELET, 2017).

Considera-se, conforme o pensamento de Jodelet (2017, p. 438) a experiência “social e socialmente construída”. Só há existência de uma experiência a partir do seu compartilhamento com os outros através da linguagem ou dos códigos. Códigos estes que indicam artigos e emoções para aquela sociedade. É nesse lugar do vivido que a conexão entre representação social e experiência emerge. Como se vê, a experiência precisa ser informada ou, comunicada, ocasionando um ponto de convergência com as representações sociais:-

Para além de oferecer os meios de interpretação da experiência que significa o vivido, a experiência vivida, para Jodelet (2017, p. 450): “pode assumir em situações novas ou desconhecidas até então a função reveladora que resulta na criação de novas representações”. É através da experiência vivida pelo sujeito que o torna capaz de alterar as representações e realizar alguma mudança na sociedade. De tal modo que, é a partir da experiência e do surgimento do novo, as modificações sociais se operam.

A autora menciona, na conclusão de suas análises sobre a relação da experiência, conhecimento vivido e representações sociais, que a experiência apenas é passível de análise a partir das referências que são fornecidas pelas representações sociais. O estudo da experiência torna-se fundamental na compreensão para o desenvolvimento de determinado significado em dado contexto social e temporal.

Atualmente existem três tendências ou áreas para pesquisa sobre as representações sociais: a primeira relativa a difusão dos conhecimentos, a segunda que considera a representação social como uma variável e a terceira na qual, conforme Jodelet (2017, p. 38) “as representações sociais são captadas em contextos sociais reais ou grupos circunscritos na estrutura social, a partir de formações discursivas diversas.” A autora cita os diferentes enquadramentos dados às pesquisas em representações sociais. Para ela, “destacam-se algumas perspectivas: a que considera a representação social

como um modo de expressão social e cultural, a que entende como resultante de uma dinâmica psicossocial” (JODELET, 2017, p. 39)

Piaget e Vygotsky trouxeram uma questão fundamental da modernidade que permanece na pós modernidade devido a intensa globalização, conforme afirma Psaltis (2016, p. 127, tradução nossa)²⁵:

Em meio à crise financeira e ao questionamento do multiculturalismo como forma de administrar a diversidade (Psaltis, 2012a), esses últimos desenvolvimentos nas representações sociais oferecem uma maneira de navegar a teoria para longe do relativismo cultural do "tudo vai" ou reducionismo das representações sociais para um simples empreendimento descritivo, no sentido de potencializar o potencial crítico da teoria das representações sociais.

Esse potencial crítico a que o autor se refere pode ser interpretado como a características das representações sociais em fazer compreender o discurso dos sujeitos, como foi formulado e que agentes atuaram em sua constituição. Isso porque, para compreensão da representação social, se faz necessário compreender a trajetória histórica do projeto representacional (SAMMUT, 2016).

O propósito das pesquisas em representações sociais é apreender fenômenos representacionais e isso ocorre tanto no âmbito individual quanto no coletivo. Enquanto sistema de significação os estudos em representações sociais servem para revelar e compreender as práticas cotidianas, de maneira individual, por grupos ou coletivamente. Elas estão expressas nos espaços, sejam eles públicos ou privados e, a partir disso, interferir com o olhar de mudança (JODELET, 2017). Nessa perspectiva de mudança reside a ótica dessa pesquisa. Em Parnaíba, as representações sociais serão analisadas a fim de perscrutar seu papel na construção das identidades, história e memória do lugar. O entendimento da experiência do espaço vivido pelos sujeitos contribui para clarificar os significados sociais e temporais locais, a partir das representações sociais ali encontradas.

Os estudos no séc. XXI e nas sociedades plurais e híbridas intencionam melhor compreender as dinâmicas sociais existentes em um dado momento histórico, seja ele passado ou presente a fim de planejar o futuro, e, no caso do estudo de sítios

²⁵“Amidst the financial crisis and the questioning of multiculturalism as a way of managing diversity (Psaltis, 2012a), these latest developments in social representations offer a way to navigate the theory away from the cultural relativism of ‘everything goes’, or reducing social representations to a simple descriptive enterprise, towards enhancing the critical potential of social representations theory.”

históricos como o de Parnaíba, entender os mecanismos capazes de proporcionar sua passagem no tempo de maneira contextualizada e funcional.

2.2 Paisagem e turismo: Narrativas em construção

O termo paisagem encontra-se relacionado às formas e composições existentes sobre a terra (COSGROVE, 2004). É um termo cujas origens remontam ao período do Renascimento e que conota uma relação do homem e o meio. Dessa maneira, para Cosgrove (2004, p. 99):

Paisagem é um conceito complexo de cujas implicações desejo especificar três: (i) um foco nas formas visíveis de nosso mundo, sua composição e estrutura espacial. (ii) unidade, coerência e ordem ou concepção racional do meio ambiente; (iii) a ideia de intervenção humana e controle das forças que modelam e remodelam nosso mundo.

Para Berque (2004) a paisagem materializa de maneira concreta o sentido social da relação do espaço e o meio ambiente natural. “Existe, em primeiro lugar, na sua relação com um sujeito coletivo: a sociedade que a produziu, que a reproduz e a transforma em função de uma certa lógica [...] A explicação ultrapassa decididamente o campo do percebido.” (BERQUE, 2004, p. 84-85). A paisagem demonstra de maneira concreta a relação existente entre espaço, natureza e sociedade.

A paisagem é uma marca, pois expressa uma civilização, mas é também uma matriz porque participa dos esquemas de percepção, de concepção, e de ação -ou seja, da cultura – que canalizam, em certo sentido, a relação de uma sociedade com o espaço e com a natureza e, portanto, a paisagem do seu ecúmeno (BERQUE, 2004, p. 85).

Paisagem constitui forma de expressão de uma sociedade. Sua articulação com o termo cultura é expressa uma vez que é o capital cultural que permite a decodificação e articulação entre o mundo imaginário e a realidade concreta (DOLLFUS, 2004). Já para Sauer (2004), paisagem corresponde a um agrupamento de diversas formas simultaneamente culturais e físicas.

Segundo Santos (2016), para definir um território, deve-se considerar a relação inseparável entre materialidade (natureza), ação humana (trabalho e política). Ou seja, enquanto portadora de significados, a paisagem expressa a dimensão simbólica da sociedade (CORREA; ROSENDAHL, 2004, p. 8) A paisagem encontra-se carregada de significados. Para Cosgrove (2004, p. 108) “Todas as paisagens possuem significados simbólicos porque são o produto da apropriação e

transformação do meio ambiente pelo homem.”. A compreensão desses significados perpassa o domínio da cultura, da linguagem, da decodificação dos símbolos existentes e do entendimento das representações sociais.

Para compreender as expressões impressas por uma cultura em sua paisagem, necessitamos de um conhecimento da ‘linguagem’ empregada: símbolos e seu significado nessa cultura. Todas as paisagens são simbólicas, apesar da ligação entre o símbolo e o que ele representa (seu referente) poder ser muito tênue (COSGROVE, 2004, p. 105-106).

Portanto, a decodificação da paisagem não se trata apenas da visão ou das sensações. É necessário domínio da cultura para compreendê-la. Berleant (1997, p. 14, tradução nossa)²⁶ afirma: “Além do mais, não somos perceptores puros dos sentidos, e a experiência não é apenas sensação. Formas sociais e padrões culturais nos equipam com os meios para ordenar e compreender as ocasiões na qual estamos envolvidos.”.

Segundo Santos (2016, p. 247), “O território revela também as ações passadas e presentes, mas já congeladas nos objetos, e as ações presentes constituídas em ações. No primeiro caso, os lugares são vistos”. Assim, além dessa dimensão simbólica, a paisagem detém uma dimensão histórica e espacial. Caracteriza-se por sua expressão morfológica uma vez que é moldada pela natureza, mas também pela ação humana que se integra a uma dimensão funcional visto o relacionamento entre as diversas partes que compõem a paisagem (CORREA; ROSENDAHL, 2004). Para Leite (2011) a arquitetura que integra a paisagem possui também dimensão comunicativa.

A arquitetura como ato de comunicação pressupõe, desse modo, planos e projetos enraizados no lugar, mas, ao mesmo tempo, com uma carga conotativa tal, que permita à sociedade vê-los como estruturas passíveis de gerar significados múltiplos e preenchê-los com seus próprios significados latentes (LEITE, 2011, p. 62)

De acordo com Sauer (2004), o conteúdo da paisagem encontra-se nos aspectos qualitativos físicos, nos modos de utilização e na base cultural humana. O autor considera a compreensão da paisagem dividida em partes, onde uma corresponde ao sítio em que se encontra e outra refere-se à expressão cultural, compreendida por ele

²⁶Moreover, we are not pure sense perceptrors, and experience is not solely sensation. Social forms and cultural patterns equip us with the means for ordering and grasping the occasions in which we are involved.

como resultado da ação humana no lugar. Essa distinção corresponderia ao que se denomina paisagem natural e paisagem cultural. Para o autor, a paisagem natural corresponde a “área anterior a introdução da atividade humana” (SAUER, 2004, p. 42).

As ações do homem se expressam por si mesmas na paisagem cultural. Pode haver uma sucessão de paisagens com uma sucessão de culturas. Elas derivam em cada caso da paisagem natural, com o homem expressando seu lugar na natureza como um agente distinto de modificação (SAUER, 2004, p. 43).

A paisagem cultural encontra-se, em constante processo de evolução, modificação e substituição, sendo tão dinâmica quanto são as dinâmicas culturais do local.

A paisagem cultural é modelada a partir de uma paisagem natural por um grupo cultural. A cultura é o agente, a área natural é o meio, a paisagem cultural, o resultado. Sob influência de uma determinada cultura ela própria mudando através do tempo, a paisagem apresenta um desenvolvimento, passando por fases e, provavelmente, atingindo no final o término do seu ciclo de desenvolvimento. Com a introdução de uma cultura diferente, isto é, estranha, estabelece-se um rejuvenescimento da paisagem cultural ou uma nova paisagem se sobrepõe sobre o que sobrou da antiga. A paisagem natural é evidentemente de fundamental importância pois ela fornece os materiais com os quais a paisagem cultural é formada. A força que modela, entretanto, está na própria cultura (SAUER, 2004, p. 59).

O termo paisagem cultural difundiu-se em 1992 especialmente por ocasião da definição dada pela UNESCO em sua convenção para o patrimônio em que se chancela a paisagem cultural como tipologia de reconhecimento de bens culturais. A paisagem, segundo essa perspectiva, poderia ser classificada como paisagem claramente definida, paisagem evoluída organicamente e paisagem associada. Na primeira categoria encontram-se as paisagens criadas intencionalmente pelo homem como jardins. Em paisagens evoluídas organicamente estão as paisagens advindas de contextos diversos tais como econômicos e sociais e como paisagens associadas encontram-se as paisagens resultantes de associações de aspectos artísticos, religiosos ou culturais associadas com elementos naturais (SALGADO, 2017). A Paisagem passa a ser então amplamente compreendida como bem patrimonial.

A partir do momento que a sociedade percebe seus traços na paisagem reconhecendo aquele lugar como a expressão de uma identidade – seja o próprio habitante do local, ou mesmo um visitante de passagem - esta paisagem passará a ser considerada um bem cultural, ou seja, um elemento com características sociais, históricas, artísticas e

culturais a ser preservado para as próximas gerações como testemunho de suas tradições, sejam estas físicas ou simbólicas. Assim, esta paisagem poderá ser reconhecida através de elementos que a tornam distinta das outras, como por exemplo, através do caráter da paisagem (SALGADO, 2017, p. 15).

Para Marina Salgado (2017) não há que se falar em paisagem cultural visto não ser possível existir uma paisagem que não seja relacionada a cultura visto que a paisagem necessita do aporte cultural para sua construção.

A paisagem é uma construção mental que tem a cultura como seu principal aporte. Neste sentido, para se denominar algum lugar como paisagem, esta passou primeiramente pelo olhar do homem, pela sua compreensão, que associou os objetos naturais separadamente formando um conjunto, antes disso tinha-se apenas a natureza. Portanto, a inclusão do observador para a consolidação da ideia de paisagem como lugar existencial é primordial, o que automaticamente a transforma em um objeto cultural. (SALGADO, 2017, p. 135)

Isso porque o vocábulo Paisagem individualmente comunica os valores culturais nela imbricados (SALGADO, 2017). Para a autora, além das dimensões acima citadas, a paisagem compreenderia também a dimensão existencial do homem, como afirma no trecho:

Para que o homem possa refletir sobre o seu estar-no-mundo, a compreensão sobre a relação com a natureza é essencial, pois é partindo deste ponto que a consciência sobre o ambiente e a condição do homem neste espaço começa a ser formada. Percebe-se, assim, a importância da paisagem para a formação do chamado significado existencial do homem (SALGADO, 2017, p. 67).

Dessa forma, paisagem é importante elemento de identificação humana no espaço e que constrói o significado existencial do homem através do tempo (SALGADO, 2017).

De acordo com Leite (2011) a paisagem contém uma sucessão espacial de acontecimentos que se traduz em narrativas:

A paisagem, naturalmente, não nos conta seu passado, mas o contém, na medida em que combina duas dimensões: uma seqüência temporal de eventos e uma configuração não-sincrônica, organização espacial dos eventos em narrativas. Uma narrativa, mais do que uma história, mostra-nos processos naturais e culturais que, organizados pelo observador, revelam o sentido histórico das ações humanas (LEITE, 2011, p. 73).

Para Potteiger e Puriton (1998, p. 19, tradução nossa)²⁷ “as narrativas da paisagem encontram-se implícitas na paisagem, inscritas em processos naturais e práticas culturais”. Dentre os diversos meios de se explorar as narrativas advindas da paisagem, um deles é o de realizar perguntas (*asking questions*).

Fazer perguntas é uma maneira de encontrar histórias e engajar comunidades com sua própria compreensão de lugares. Perguntas não só desmascaram informações, mas também desafiam suposições e iniciam o discurso. Quem faz a pergunta, e como as perguntas são direcionadas, afeta as respostas e o que será encontrado. (POTTEIGER; PURITON, 1998, p. 193, tradução nossa)²⁸.

O ato de questionar provoca respostas que fazem com que os participantes se tornem mais conscientes de suas experiências. As perguntas não necessitam ser feitas de maneira literal, antes podem estar contidas na escolha, na ambiguidade ou no espaço de resposta de um questionário. Quanto maior a população pesquisada, maior a complexidade e potencial de construção das representações e interpretações das narrativas da paisagem. “À medida que mais vozes participam da interpretação da paisagem, o conflito de complexidade e o potencial de diálogo aumentam” (POTTEIGER; PURITON, 1998, p. 193, tradução nossa)²⁹.

Na presente pesquisa, prioriza-se desvelar as relações existentes entre a paisagem histórica urbana, suas narrativas e o atual estado de preservação. Intenciona-se o entendimento sobre a percepção e comportamento da população local frente ao tombamento do conjunto histórico. Espera-se verificar quais narrativas emergem dessas representações e as consequências para a preservação da área protegida. Dessa forma, os questionamentos acima mencionados se fazem essenciais para compreensão das permanências e fragmentações ocorridas entre os habitantes e o lugar. Para autores como Simão (2006) a investigação acerca das representações sociais dos sítios urbanos tombados, buscando o entendimento dos significados permanentes e o tipo de apropriação vivenciada é essencial para pensar em preservação e uso dos bens patrimoniais.

²⁷“Narratives are already implicit to landscapes, inscribed by natural process and cultural practices.”

²⁸“Asking questions is a way of finding stories and engaging communities with their own understanding of places. Question not only ferret out information, bus also challenge assumptions and initiate discourse. Who asks the question, and how the questions are directed affect responses and what will be found.”

²⁹“As more voices participate in the interpretation of landscape, complexity conflict, and the potential for dialogue increase.”

Nesta tese considera-se relevante para o entendimento das narrativas que ecoam de sítios históricos duas categorias ainda não exploradas: o turismo e o consumo do lugar. Ao aproximar o tema e o objeto de estudo, observa-se que a cidade de Parnaíba apresenta paisagens culturais vocacionadas para o turismo devido às suas conformações geográficas e litorâneas às quais se somam as marcas do tempo da sua arquitetura e do seu urbanismo registradas nos diferentes contextos histórico-sociais que permeiam a paisagem histórica urbana do lugar.

Os elementos do ambiente construído, como edifícios e ordenamentos urbanos aliados aos elementos naturais que compõem determinada paisagem são itens fundamentais de consumo do espaço turístico, além de agente produtor do mesmo. Juntam-se a esses agentes modeladores da paisagem, as representações vinculadas às dimensões do simbólico e do imagético (PAIVA, 2016). Para Paiva (2016, p. 289-290):

Na contemporaneidade, a lógica do consumo reforça a relação entre o turismo, os ícones urbanos e arquitetônicos e a imagem turística, condicionada pelas práticas sociais (econômicas, políticas e cultural ideológicas) da globalização, que tem direcionado sobremaneira o planejamento, a gestão e as intervenções urbanas em consonância com o processo de espetacularização da arquitetura e valorização da sua carga simbólica.

Destaca-se que a paisagem concilia valores culturais, econômicos e sociais ainda mais expressivos no séc. XXI (PEREIRA, 2016). Preservar significa compreender economicamente as possibilidades de determinado local. O tombamento de muitas cidades no nesse início de século tinha, para além da preservação e conservação do patrimônio, a intenção de catalisar o desenvolvimento econômico a partir do impulsionamento do turismo.

Para Cruz (2007), o conceito de turismo é impreciso, ambíguo e historicamente relacionado aos conceitos de lazer e viagens. A dificuldade de conceituar o termo é expressa por Simão (2006, p. 63-64): “Encontram-se, assim, diversas definições de turismo, poucas com conteúdo que realmente represente a multiplicidade e complexidade do fenômeno social que gera uma série de efeitos sobre o meio ambiente, de caráter econômico, social, cultural ecológico e político.”

Há uma tendência na atualidade a definir qualquer deslocamento com permanência inferior a um ano que não implique remuneração ou relação de trabalho no local como turismo (CRUZ, 2007). E, ao se considerar o espaço como ‘principal objeto de

consumo do turismo', esse se alicerça numa atividade econômica produtiva (CRUZ, 2007 p. 5). O turismo consiste, na sua operacionalidade, numa forma de apropriação do espaço e prática social.

A relação entre a atividade turística e o território atende a três questões básicas destacadas por Simão (2006, p. 19): "satisfação das necessidades do turista, os benefícios que trás à população residente e a preservação do patrimônio cultural e ambiental." Desse modo, a atividade do turismo tem potencial para atuar junto à manutenção da identidade de um local insere o turismo como alternativa econômica possível para preservação de sítios históricos (SIMÃO, 2006).

O (re)conhecimento do lugar faz-se, também, pela identificação de todo o seu potencial intrínseco, ou seja, a sua oferta turística. Além da identificação da infraestrutura urbana, de seus equipamentos e serviços turísticos, em um núcleo urbano possuidor de acervo histórico e cultural, o levantamento e a interpretação de seu patrimônio é fundamental. (SIMÃO, 2006, p. 69).

Entretanto, a inserção da perspectiva turística muitas vezes acarreta perturbações para a população residente e interferências, nem sempre positivas, na própria preservação dos sítios históricos (SIMÃO, 2006).

Para os núcleos urbanos preservados, a introdução da atividade turística de maneira espontânea e a inexistência da apropriação pela população local podem resultar na depredação do patrimônio cultural ou, talvez, na total descaracterização da cultura local (SIMÃO, 2006, p. 70).

A efetividade do beneficiamento econômico de um território turístico pressupõe o reconhecimento e valorização do potencial urbano, ambiental e cultural. Deve-se entender que essas categorias implicam no comprometimento e envolvimento da população do lugar (SIMÃO, 2006), por isso a relevância da presente pesquisa. Sem esse reconhecimento, a preservação e o aproveitamento da atividade turística tornam-se conflituosos.

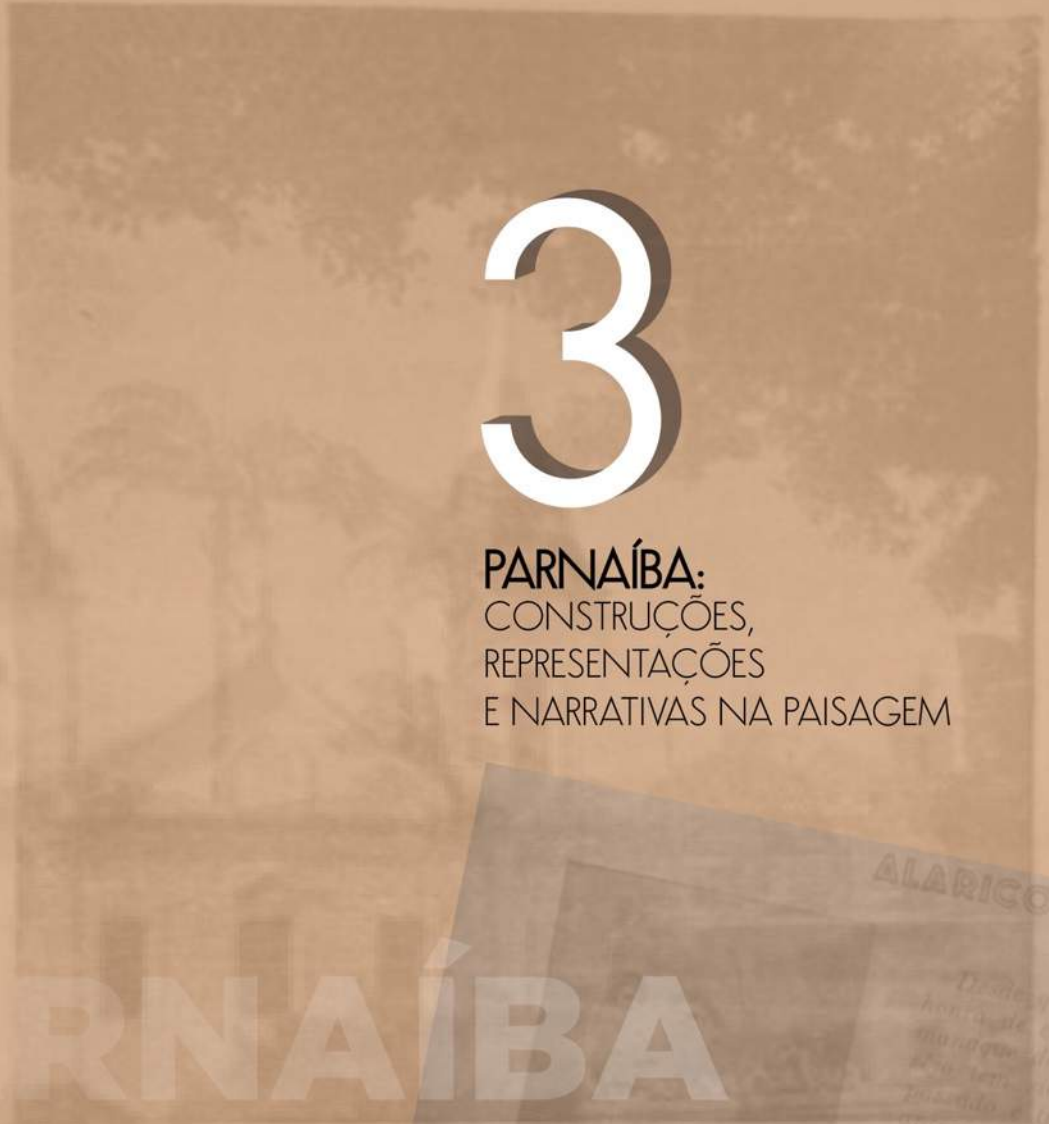
A discussão aqui apresentada serviu de aporte teórico para as análises presentes nos capítulos subsequentes, ou seja, o entendimento do papel das representações sociais compreensão e verificação das narrativas que ecoam na e da paisagem existente em conjuntos históricos e paisagísticos preservados.

.A Teoria das Representações Sociais aliada ao conhecimento da paisagem de determinado local pode potencializar a preservação e continuidade dos bens tombados quando aliada à força simbólica do valor cotidiano ali estabelecido No caso

de Parnaíba, o entendimento das questões sobre as representações sociais e narrativas da paisagem do Conjunto Histórico e paisagístico de Parnaíba seria capaz de auxiliar na proposição de diretrizes para ações turísticas e de *city marketing* mais efetivas na contemporaneidade.

1949

Parnaíba



3

PARNAÍBA:
CONSTRUÇÕES,
REPRESENTAÇÕES
E NARRATIVAS NA PAISAGEM

Praça da Graça,
um dos mais
lindos logradou-
ros da cidade

PARNAÍBA

TEM DESENVOLVIDO

ARTES VISUAIS

ALMANAQUE DA PARNAÍBA
VULTOS DE OUTRORA

1949

—A liberdade que me concedeu
cidade para o seu consentimento
Marizinhos, que se escolheu
ano, no meio da
neste momento, pareceu a
bocas de bronzes
O par não
que me
Foi melhor assim
al da cruz, chorava e

ALARICO DA C

—Desde que me
honra de colaborar
manaque da Parna
para ser o
trabalho e trazer
representações
rua de rua

—A liberdade que me
cidade para o seu consentimento
Marizinhos, que se escolheu
ano, no meio da
neste momento, pareceu a
bocas de bronzes
O par não
que me
Foi melhor assim
al da cruz, chorava e

—A liberdade que me
cidade para o seu consentimento
Marizinhos, que se escolheu
ano, no meio da
neste momento, pareceu a
bocas de bronzes
O par não
que me
Foi melhor assim
al da cruz, chorava e

—A liberdade que me
cidade para o seu consentimento
Marizinhos, que se escolheu
ano, no meio da
neste momento, pareceu a
bocas de bronzes
O par não
que me
Foi melhor assim
al da cruz, chorava e

—A liberdade que me
cidade para o seu consentimento
Marizinhos, que se escolheu
ano, no meio da
neste momento, pareceu a
bocas de bronzes
O par não
que me
Foi melhor assim
al da cruz, chorava e

3. PARNAÍBA: CONSTRUÇÕES, REPRESENTAÇÕES E NARRATIVAS NA PAISAGEM

Nesse capítulo apresenta-se em maior profundidade o Conjunto Histórico e Paisagístico de Parnaíba, desde suas características geográficas, da formação da paisagem do Conjunto Histórico e Paisagístico de Parnaíba-PI perpassando pelo contexto social e econômico de desenvolvimento da sua paisagem apresentando no item Paisagem, cotidiano e desenvolvimento econômico: Parnaíba – Norte do Brasil.

Para melhor entendimento do estado da arte do objeto de estudo nos anos que sucederam a aplicação do tombamento, realizou-se um diagnóstico comparativo do conjunto. O diagnóstico que originou o dossiê de tombamento e os dados do conjunto à época foram confrontados com a realidade atual.

Em seguida, realizaram-se considerações gerais acerca do objeto de estudo. Abordou-se também as dimensões públicas e privadas e suas atuações em prol da permanência do patrimônio histórico urbano em Parnaíba, com destaque para o IPHAN que possui escritório técnico com sede no objeto de estudo. Por fim, no encerramento deste capítulo apresenta-se a realidade contemporânea da cidade em Parnaíba Contemporânea: transformações e desenvolvimento.

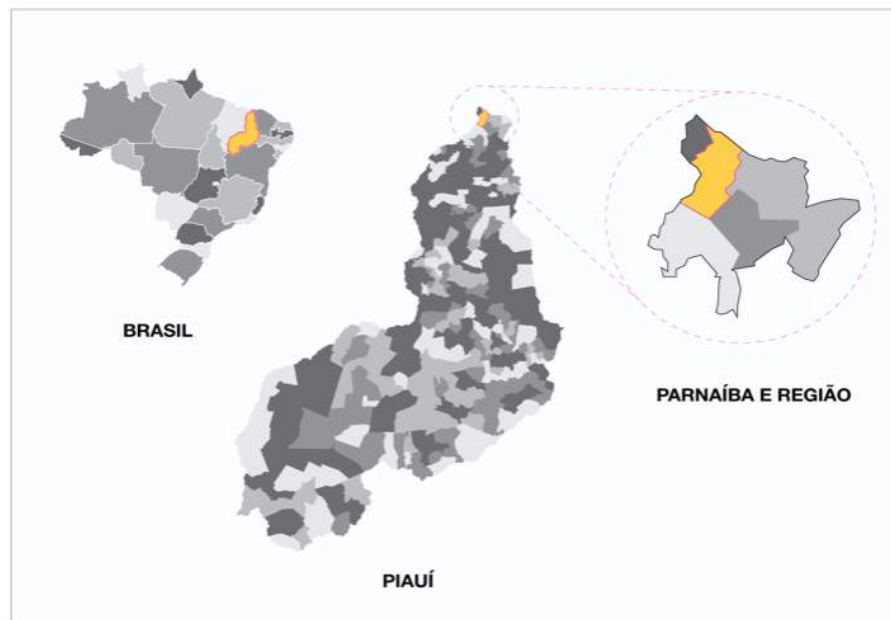
3.1 Patrimônio e a formação da paisagem do Conjunto Histórico e Paisagístico de Parnaíba-PI

O município de Parnaíba (02° 54' 17''S de Latitude e 41° 46'36''W de Longitude) encontra-se localizado no estado do Piauí, região nordeste do Brasil (Figura 01). A cidade faz parte da pequena porção litorânea do Estado que possui em sua totalidade pouco mais de 65 km de extensão. Parnaíba é o município de maior relevância da microrregião do litoral Piauiense, pertencente a Mesorregião Norte Piauiense e encontra-se situado em área de planície litorânea a cinco metros de altitude do nível do mar (IBGE, 2019). Parnaíba faz limite com as cidades de Buriti dos Lopes, Cocal, Bom Princípio, Luís Correia e Ilha Grande de Santa Isabel, além de fazer divisa com o estado do Maranhão (Figura 02). Com estimativa de mais de 150 mil habitantes (IBGE, 2019), quase 70% da população parnaibana reside em domicílios urbanos. O clima local é classificado como quente e úmido, com duas estações distintas: seca entre os meses de novembro a junho e chuvosa, iniciada em dezembro com duração até maio. A vegetação é composta por caatinga, cerrado e trechos de matas dos

coais (IBGE, 2019) O solo encontra-se na maior porção com características arenosa e possui também áreas de várzea e planície. (PMP, 2016). Integra a bacia hidrográfica do Rio Parnaíba.

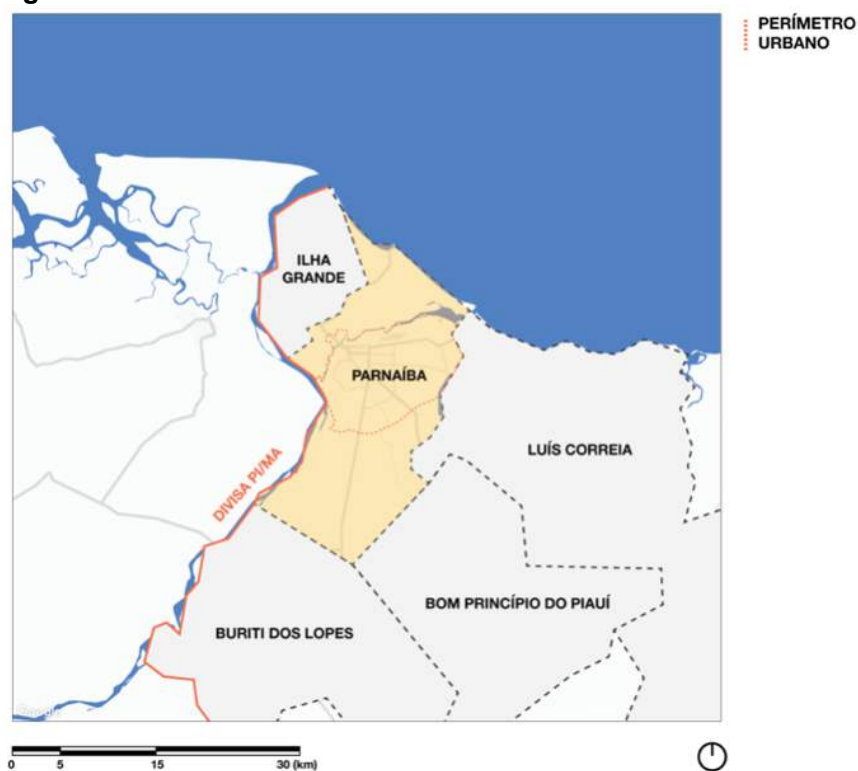
Figura 01 – Diagrama de localização da cidade de Parnaíba

LOCALIZAÇÃO DE PARNAÍBA



Fonte: FIGUEIROA; SAMPAIO, 2019

Figura 02 – Cidades Limítrofes a Parnaíba



Fonte: FIGUEIROA; SAMPAIO, 2019

A faixa litorânea é composta pela praia da Pedra do Sal (Figura 03) e Delta do Parnaíba, único delta em mar aberto das Américas e ponto turístico que sai da região de Ilha Grande de Santa Izabel em direção aos Lençóis Maranhenses através do Rio Igarapé (Figura 04).

Figura 03 - Praia de Pedra do Sal



Fonte: CARVALHO, 2018

Figura 04 – Margens do rio Igarapé

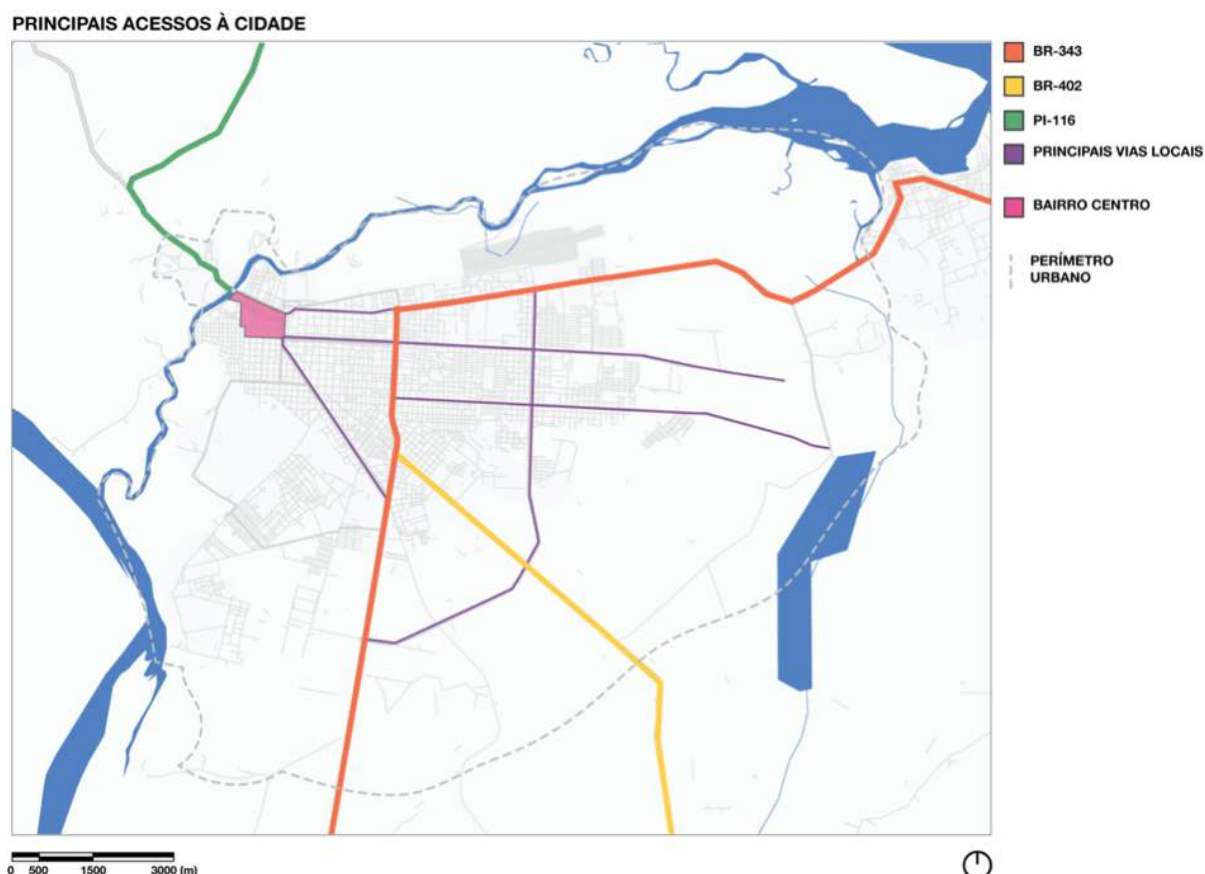


Fonte: MARQUES, 2020

Esse estuário pertence aos estados do Maranhão e Piauí, ficando o Piauí com 35% da extensão territorial total, que é de 2.750 Km² (MACHADO JR; MACEDO, 2016). O acesso à cidade se dá principalmente pela BR 343, vinda do sul do estado que atravessa a cidade e segue na direção Oeste para a cidade vizinha de Luís Correia. Pode-se acessá-la através da BR 402 que conecta através da cidade os estados vizinhos do Maranhão e Ceará. A cidade possui um aeroporto internacional em funcionamento desde 1971, o aeroporto Prefeito Dr. João Silva Filho.

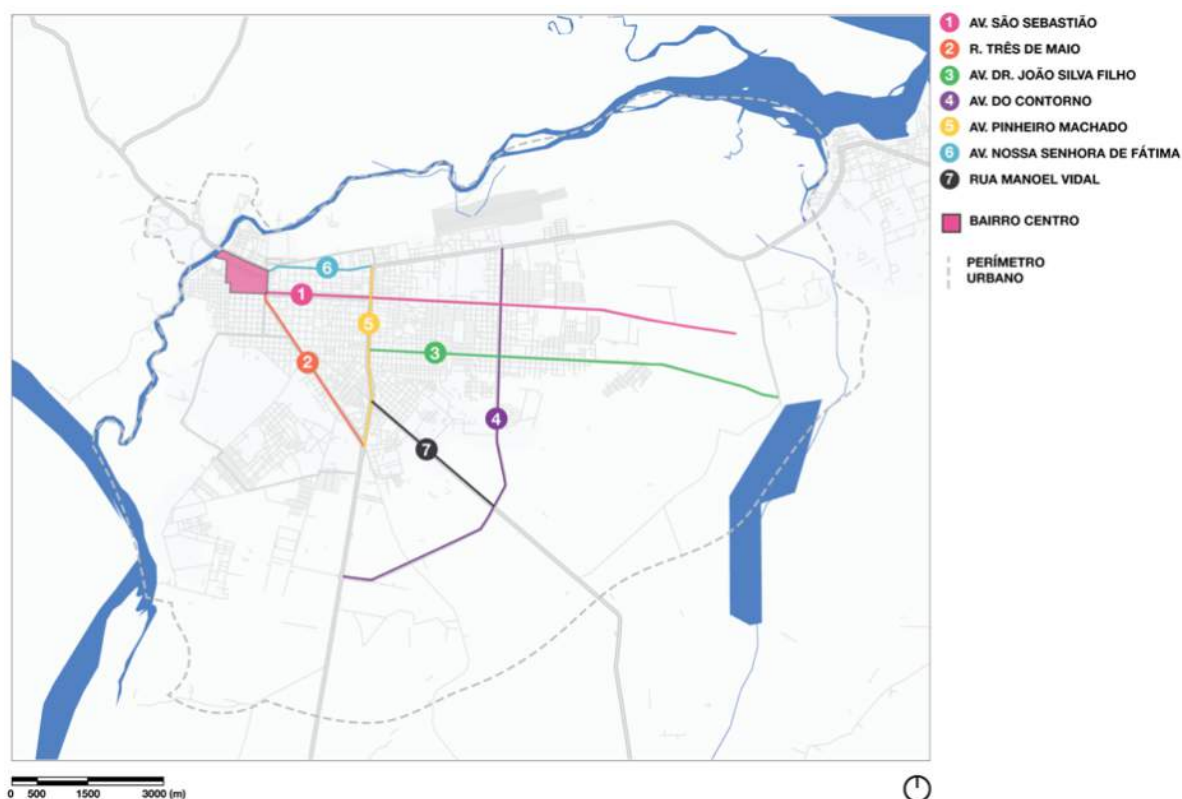
Na figura 05 é possível verificam-se as principais rodovias federais de chegada ao município. De extrema relevância para o desenvolvimento de Parnaíba foi sua localização as margens do rio Igarçu. O núcleo central da cidade atualmente abriga a região do Porto das Barcas que pode ser acessado pelas principais vias da cidade, conforme mostra a Figura 06.

Figura 05 –acessos rodoviários da cidade de Parnaíba



Fonte: FIGUEIROA; SAMPAIO, 2019

Figura 06 –principais vias locais de Parnaíba



Fonte: FIGUEIROA; SAMPAIO, 2019

A formação da paisagem urbana histórica de Parnaíba tem estreita relação com a paisagem natural, notadamente a partir da proximidade da região com o Rio Igarapé, afluente do Rio Parnaíba que desagua no mar. Em suas margens instalou-se a *Vila de São João da Parnahyba* no ano de 1770, elevada à categoria de cidade em 1844. A Vila advém do povoado Testa Branca, localizado na região onde atualmente encontra-se o Porto das Barcas (1762). A função de entreposto comercial garantiu a localização do assentamento. Esse porto foi relevante para as trocas comerciais e para o escoamento da produção, refletindo no desenvolvimento econômico local (SILVA FILHO, 2007).

A formação dos núcleos urbanos piauienses deu-se a partir da instalação de fazendas para criação de gado que se tornaram freguesias, vilas e depois cidade. Iniciou-se com a instalação da Vila da Mocha no ano de 1717 numa região mais interiorizada do estado, atualmente conhecida como Oeiras, antiga capital do Piauí e um dos primeiros núcleos urbanos do Estado. Firmou-se enquanto núcleo urbano por sua função comercial e encontrava legitimação pela presença da Igreja. Esse tipo de ocupação foi chamado de dispersiva e circunstancial por autores como Silva Filho (2007).

Embora o início da ocupação piauiense se dê no séc. XVIII, já no séc. XVII havia sinais da presença de colonizadores no litoral, em especial na região do Delta do Parnaíba, a partir de expedições de reconhecimento, notadamente nas regiões próximas ao território da cidade de Parnaíba (SILVA FILHO, 2007). Diante disso, a implantação do núcleo urbano na região parnaibana possuiu desenvolvimento diferenciado em relação aos demais grupos urbanos do Estado. Por lá, a ênfase recaiu na atividade comercial fluvial e marítima no lugar da usual criação de gado (IPHAN, 2008b).

O núcleo urbano originário da Vila de São João da Parnahyba possui características de ordenamento presentes nas vilas de origem portuguesa com tradicional influência da Igreja como agente modelador e estruturante (VASCONCELOS, 2006), influenciando o posicionamento das edificações mais relevantes à época. Ao longo do séc. XIX a cidade desenvolveu-se em direção ao Rio Igarauçu. A atividade comercial permitiu a instalação de fábricas e empresas de exportação comandadas por europeus, como descreve Rodrigues (2014, p. 19-20):

Devido ao grande comércio exportador/importador, Parnaíba recebe muitos imigrantes que fixam residência na cidade e aqui, desenvolvem sua riqueza, a exemplo do que ocorre no Brasil, com o processo migratório. Entre as famílias que aqui chegaram para morar, destaque para as famílias Clark e Jacob.

Essa estreita relação com a Europa permitiu que as influências do outro continente em termos de ordenamento e construção civil atuassem na formação da vida urbana. O desenvolvimento econômico teve influência no desenvolvimento das edificações e da cidade, a exemplo disso, verifica-se a ilustração publicada no Almanaque da Parnaíba em 1944 (Figura 07).

Figura 07– Margens do rio Igarauçu



Fonte: ALMANAQUE DA PARNAÍBA, 1944, p. 38

Na figura 08, verifica-se a situação atual das margens do Rio Igarauçu, utilizada apenas para saídas de barcos turísticos rumo ao Delta do Parnaíba, devido ao declínio da navegação comercial após o processo de rodoviarização brasileiro.

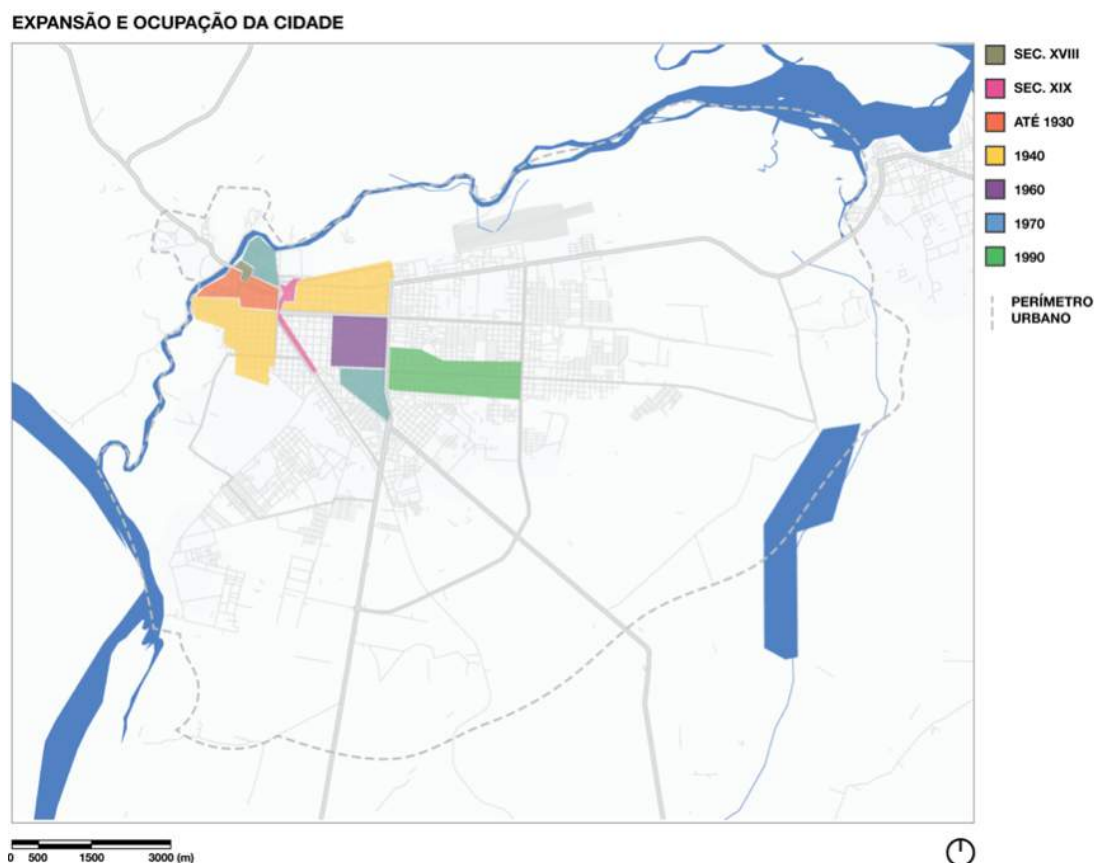
Figura 08 – Porto das Barcas



Fonte: BRITO; SAMPAIO, 2018

Assim, até a metade do séc. XX, a cidade vivia um crescimento baseado nas formas e modelos europeus (SILVA, 2012). A figura 09 apresenta uma projeção da evolução urbana da cidade do séc. XVIII até o séc. XX.

Figura 09 – Expansão urbana da cidade de Parnaíba (séc. XVIII, XIX e XX)



Fonte: FIGUEIROA; SAMPAIO, 2019 com dados da PMP, 2016

É possível observar a dimensão e evolução urbana da cidade até o final do séc. XIX, concentrada na região do seu centro histórico e da ferrovia. A Figura 10 apresenta algumas edificações do sítio tombado, das quais resultam seu valor histórico.

Figura 10– Edificações relevantes no centro histórico

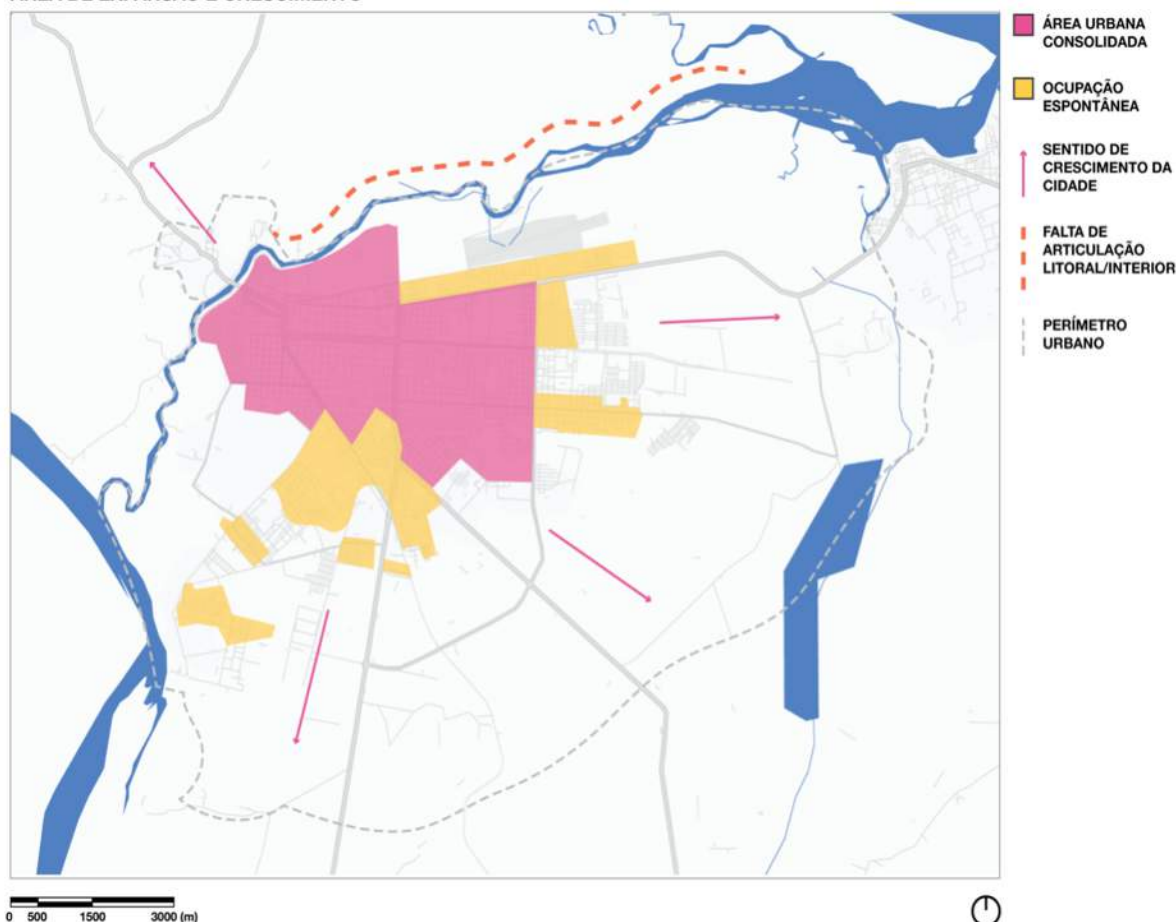


Fonte: FIGUEIROA; SAMPAIO, 2020

Durante o séc. XX, a partir da década de 1940, houve uma expansão do traçado na direção Leste-Oeste, sobretudo pela implantação de conjuntos habitacionais que originaram novos bairros. Após a década de 1990 a cidade apresenta um preenchimento e expansão dos eixos norte e sul, tendência essa que se verifica até a atualidade.

A figura 11 expõe a área urbana consolidada, as áreas de expansão e de crescimento urbano espontâneo, conforme informações da Prefeitura municipal de Parnaíba, 2016. Verifica-se que cidade se expande para todas as direções, com uma tendência de crescimento maior na direção sudoeste. Entre os fatores que justificam o direcionamento dessa expansão há o direcionamento para núcleos urbanos vizinhos como o litoral (cidade de Luís Correia) e a instalação de novos conjuntos habitacionais pela iniciativa privada. Há um vazio significativo entre o perímetro urbano e a área urbana consolidada. Observa-se uma visível falta de articulação entre o litoral e o interior da cidade, ocasionada, em parte, pela qualidade do terreno mais alagadiço próximo as margens do rio.

Figura 11 – Expansão urbana de Parnaíba - tendências – revisão do Plano Diretor, 2016



Fonte: FIGUEIROA; SAMPAIO, 2019 com dados da PMP, 2016.

O Plano Diretor atual, lei 2.296 de 2007 encontra-se em processo de revisão. Uma das metas da revisão estabelecia a expansão do perímetro urbano a partir da criação de novos bairros (PMP, 2016).

Em relação à forma urbana original, o processo de estagnação econômica pelo qual a cidade passou, ocasionado pelo declínio do transporte fluvial, atuou de forma relevante para a preservação urbana e arquitetônica da região. Embora tenha preservado aspectos da história urbana a partir do tombamento em 2008, o estado de conservação de algumas das edificações atualmente apresenta edificações degradadas e/ou arruinadas (figura 12).

Figura 12– Comparativo do estado de conservação de algumas edificações – 2007 e atual

Fonte:

LOCALIZAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES



Fonte: FIGUEIROA; SAMPAIO, 2019 (Fonte das imagens utilizadas: 1, 2 e 3 - IPHAN, 2007; A e B - Brito; Sampaio, 2019, C - CIDADE VERDE, 2019).

No início do séc. XXI, o tombamento que ocorre pelo IPHAN em 2008 representa o reconhecimento da qualidade histórica urbana e arquitetônica do sítio preservado, visando garantir sua continuidade e conhecimento às gerações futuras. Para IPHAN (2008b, p. 93):

O Conjunto Histórico e Paisagístico de Parnaíba é identificado pelo ambiente natural antropizado que abriga a malha viária e as edificações de características arquitetônicas diversas, remanescentes do longo percurso de urbanização, iniciado no século XVIII e que chega até os dias atuais, compondo a paisagem urbana, integrante e representativa do processo de ocupação do interior do Brasil, em especial da região nordeste, além de materializar o percurso cultural das sociedades Piauiense e Parnaibana nos diversos períodos históricos da vida local e da região, referenciada particularmente pelo Delta do Rio Parnaíba.

Essa nova relação com o turismo acarreta uma diferenciação nas relações de pertencimento e apropriação da cidade, bem como interfere na memória e, de maneira direta, na preservação do patrimônio natural, imaterial, urbano e edificado.

A seguir discutir-se-á como essa parcela histórica do município encontra-se relacionada com o crescimento urbano e quais representações urbanas são

verificáveis no objeto de estudo. Ao se analisar os riscos encontrados para a continuidade do patrimônio a ser preservado e as narrativas emergentes da paisagem, busca-se repensar as ações de salvaguarda, educação, promoção econômica e turísticas locais.

3.2 Paisagem, cotidiano e desenvolvimento econômico: “Parnaíba – Norte do Brasil”

Compreender os aspectos e influências culturais e econômicas torna-se fundamental para o entendimento da paisagem cultural de determinado local. O presente item busca abordar os reflexos e interferências do desenvolvimento econômico na construção da paisagem urbana histórica parnaibana e sua relação com o cotidiano, as representações e narrativas que dela emergem.

Conforme exposto no capítulo anterior, a formação econômica piauiense encontra-se atrelada às atividades de pecuária principalmente no interior do estado. A partir dela foi possível o desenvolvimento do comércio extrativista e exportador na região, inicialmente com a produção de charque e posteriormente de matérias primas como a borracha e a cera de carnaúba. Esses materiais eram bastante requisitados pela industrialização europeia e americana em pleno desenvolvimento, sobretudo no início do séc. XX.

Nesse cenário, o rio Parnaíba atuou como importante meio de escoamento dessa produção que saía para águas internacionais do entreposto comercial instalado às margens do Rio Igarçu, um de seus braços (REGO, 2010). Assim, Parnaíba desenvolveu-se até meados do séc. XX baseada nas funções extrativistas e de exportação e importação de produtos animais e vegetais por meio da navegação fluvial.

Até a primeira metade do séc. XX, em Parnaíba, houve um desenvolvimento econômico próspero e intenso diálogo internacional advindo desse comércio de importação e exportação de mercadorias. A produção econômica permitiu que múltiplas influências permeassem os hábitos de vida e às construções, baseados principalmente nos modelos europeus. O município litorâneo chegou a ter receita maior que a da própria capital, Teresina, nesse período (ALMANAQUE DA PARNAÍBA, 1995). Parnaíba tornou-se referência de desenvolvimento econômico e social não apenas no âmbito local, mas também nacionalmente.

Nesse ínterim houve a abertura de diversas firmas de representações comerciais estrangeiras e com elas a acomodação dessas famílias na cidade. Dentre as mais representativas tem-se a família inglesa Clark, proprietária da Casa Inglesa, importadora de bens como tecidos. A residência familiar localizada à Av. Getúlio Vargas, edificada no séc. XIX e remodelada em 1920 permanece como símbolo de poder econômico até os dias atuais (figura13).

Figura 13– Casa Inglesa em 1926



Fonte: Almanack da Parnaíba, 1926

Além da presença inglesa, Parnaíba recebeu influência francesa a partir da presença de famílias como os Jacob, proprietários de empresa comercial exportadora conhecida como Casa Marc Jacob. De acordo com Sousa (2018) muitos dos estrangeiros que se instalavam em Parnaíba possuíam o status de vice-cônsul, o que garantia a esses comerciantes posição social para tornar-se referência para a cidade.

Sabe-se que os padrões e formas culturais e sociais interferem no ordenamento e compreensão do espaço (BERLEANT, 1997). Dessa forma, a presença estrangeira proporcionou reflexos em relação à urbanização e embelezamento da cidade de Parnaíba, que, graças a prosperidade econômica do momento, tornou-se mais acelerada durante o apogeu da economia extrativa. (REGO, 2010).

O antigo Porto Salgado deu início à via urbana e à instalação das primeiras edificações, situadas à Rua Grande, atual av. Getúlio Vargas, eixo estruturador do

núcleo urbano inicial. Nessa região, destacam-se os sobrados (construções com um ou mais pavimentos), construído no período colonial, cuja presença já se verificava desde o séc. XIX, segundo a cartografia da época (CAVALCANTE, 2021). Ali se observam edificações decoradas com influências estilísticas europeias, uma forma se diferenciar das demais construções locais, sobretudo as de cunho comercial como os casarios coloniais e os armazéns do porto, denotando a riqueza e o poder das famílias da região (REGO, 2010).

A partir da forte vocação econômica, vê-se emergir em Parnaíba uma elite comercial com interesse em desfrutar de uma ambiência urbana mais próxima aos cenários existentes em outras metrópoles, diretamente influenciada pelos padrões estéticos e de sociabilidade estrangeiros (SILVA, 2012). Isso porque as representações sociais estabeleciam significados que por sua vez eram expressos pelas práticas sociais. Hábitos, condutas e o usufruto cotidiano dos lugares elucubravam as ideias e crenças trazidas pelas famílias que ali se estabeleciam.

Novas tipologias e programas arquitetônicos foram inseridos na cidade, principalmente os setores de lazer e entretenimento como por exemplo a inauguração do cine teatro Éden, fundado por libaneses no ano de 1924 (REGO, 2010) e dos *Night clubs* e cassinos. Junto a isso havia o próprio flunar pela cidade, especialmente pelas praças públicas e a prática de esportes importados como o *Foot-ball*, como retrata a figura 14, publicada no *Almack da Parnahyba* do ano de 1925.

Figura 14– Foot-ball em Parnahyba, 1925



Fonte: *Almack da Parnahyba*, 1925, p. 16.

Como centro e espaço contínuo das sociabilidades cotidianas da cidade nesse período, tem-se como principal palco do coletivo a Praça da Graça³⁰. O local que inicialmente era composto por duas praças, Largo da Matriz e Largo do Rosário em alusão às duas igrejas existentes no local, possuía uma configuração distinta da que permaneceu na atualidade, identificado em muitos relatos locais como local de encontros, fruição e palco dos principais rituais cotidianos. Na figura 15 observa-se a apropriação social do espaço na década de 1950. Já na figura 16 é possível perceber a composição morfológica dos largos da Matriz e do Rosário, divididos pela rua da Glória em imagem datada de meados da década de 1970.

Figura 15– Sociabilidades na Praça da Graça – década de 50



Fonte: Arquivo Cosme Sousa, sem data

Figura 16– Praça da Graça no final da década de 70



Fonte: Arquivo Cosme Sousa, sem data.

³⁰Para saber mais sobre a historiografia da Praça da Graça ver RODRIGUES, I. M. Praça da graça em Parnaíba: transformações urbanísticas durante o Regime Militar (1964-1985). Dissertação (Mestrado em História do Brasil) Teresina: UFPI, 2014.

Alguns historiadores denominam esse período de abertura e desenvolvimento econômico de Belle Époque parnaibana (1930-1950), em comparação ao período de prosperidade econômica e social vivenciado na Europa alguns anos antes (SILVA, 2012).

O período conhecido como Belle Époque na Europa, ocorrido entre o final do séc. XIX e a Primeira Guerra Mundial consolidou a introdução de novos serviços urbanos, avanços que alteraram significativamente a vida cotidiana nas cidades. O espaço torna-se protagonista do cotidiano urbano. Essa atitude de valorização do meio urbano era própria da modernidade que acontece a partir da segunda metade do séc. XVIII. Nesse período acentuou-se nas sociedades o fascínio pelo espaço urbano e há uma valorização gradual dos espaços públicos.

Dessa maneira, tem-se a ampliação das reformas e melhorias na paisagem urbana, agora entendida como palco dos rituais sociais cotidianos e espaço complementar da moradia. Há uma ampliação da dimensão do cotidiano, especialmente na busca do prazer e da fruição dos lugares.

Em Parnaíba, essas referências, apesar de chegarem de maneira um pouco mais tardia, se consolidam em estreita relação com o desenvolvimento econômico e a construção dessa nova sociedade comercial. Portanto, o entendimento das distribuições das peças no espaço e no tempo, a decodificação dos significados das superfícies são elementos essenciais para compreensão da paisagem e entendimento de suas narrativas visto que através da paisagem o sujeito se reconhece.

Conforme Alvarenga (2017), a existência da Belle-époque parnaibana durante o período de modernização urbana coincide com o ápice da economia extrativa (SILVA, 2012), embora exista um outro lado desse desenvolvimento que perpassa a miséria e a prostituição da época, registrado em diferentes relatos.

No caso da modernização urbana de Parnaíba, a exclusão pode estar relacionada à percepção de que esse processo gerou no imaginário popular a existência de pelo menos duas cidades: uma era aquela calçada, de palacetes à europeia, de gente fina e escolarizada, de praças arborizadas, onde a elite desfilava todo o seu luxo e requinte; já a outra, sem calçamento, sem palacetes, sem praças, luxo ou requinte, era a cidade não da elite, mas da gente pobre, daqueles que foram gradualmente empurrados para áreas periféricas. Esta cidade singular, e ao mesmo tempo múltipla, ensejou uma intrincada rede de relações onde os indivíduos passaram a ser identificados a partir de lugares distintos e de experiências conflitantes que acabaram

traduzindo-se na própria produção social e nas maneiras de existir.
(SILVA, 2012 p. 79)

Nas mudanças urbanas em Parnaíba, a ênfase recai sobre a escolha do ecletismo como estilo preponderante por ser esse estilo um dos mais adaptados a contornar as transformações da vida da cidade. Com ancoragem histórica, o ecletismo proporciona uma identificação de repertórios instituintes do presente, além de legitimar o legado do passado. O entendimento de mundo encontra-se ancorado no repertório estético da arquitetura, a fim de materializar a modernidade nas edificações, fixando os indivíduos e integrando espaços.

Sobre a relação entre a Belle Époque e as remodelações urbanas, sobretudo em razão da escolha pelo estilo arquitetônico eclético em Parnaíba, Melo (2011, p. 73) pontua:

O Ecletismo não só atingiu as novas edificações, mas também as construções mais antigas da cidade. Parnaíba, ao vivenciar também a Belle Époque, quis se modernizar e as transformações sofridas foram visíveis na arquitetura, inclusive a partir do núcleo mais antigo da cidade, a região do Porto das Barcas, onde algumas edificações coloniais sofreram modificações e receberam elementos ecléticos.

Nesse cenário, muitas casas foram edificadas ou reformuladas conforme o estilo eclético. A arquitetura regional da terra natal dos estrangeiros era objetificada nas novas construções da cidade, tornando o desconhecido mais familiar aos novos residentes. Por isso, viu-se despontar pela cidade edificações como chalés de influência francesa e alemã, a exemplo da construção da figura 17, localizada na Av. Getúlio Vargas.

Figura 17– Edificações ecléticas à Av. Getúlio Vargas.



Fonte: IPHAN, [194?]

Segundo Mendes (2017, p.1) em Parnaíba:

As residências, e mesmo sobrados comerciais, são elaboradas como palacetes buscando transmitir a posição social dos proprietários. Fachadas rebuscadas, gradis de ferro fundido, estucarias, vidraças, azulejaria, louças e metais, bandeiras e lambrequins recortados em serra de fita, pastilhas, ladrilho hidráulico e telha plana são os produtos da mecanização e do trabalho assalariado, associados às alterações técnicas construtivas. Nesse cenário sobressai-se a casa de porão alto com águas retas e sem galbo correndo para as laterais ao contrário das coloniais. Nos sobrados o andar superior foi destinado à parte íntima da família e o térreo para salas, refeições e serviço.

Isso auxiliava na criação de uma atmosfera cosmopolita e de prosperidade cultural e econômica. Outro estilo amplamente utilizado no período foi o *Art Déco*, com suas linhas retas e abstratas acarretava dinamismo modernidade nos edifícios locais. Os estilos Eclético e *Art Déco* interferiram não apenas nas edificações, mas também no desenho urbano, mobiliário interno e mobiliário urbano, além de refletirem no traçado de logradouros como a Praça Santo Antônio e seu entorno, de predominância eclética (MELO, 2011).

Essas remodelações foram intensamente registradas pela imprensa local, em que prevalecem as narrativas e representações desse momento de prosperidade e riqueza nas publicações da época. A exemplo disso, tem-se nas edições do Almanaque da Parnaíba, indicações sobre a “Parnahyba Moderna”, com suas edificações e remodelamentos e a “Parnahyba que progride”, entre outras narrativas. Para Melo (2011), a própria existência do Almanaque da Parnaíba, publicado pela primeira vez em 1924, demonstrava o desenvolvimento econômico local.

Segundo Sousa (2018, p.143):

Os Almanques eram recheados de fotografias que criavam uma imagem modernizadora de Parnaíba, com seus palacetes esbanjando um ar de sofisticação e uma aura de poder econômico, acentuados com instantâneos de personalidades da elite local. Os prédios públicos também sofreram mudanças com a construção de novas instituições e a demolição dos antigos. A cidade foi, aos poucos, cedendo às pressões sociais de uma elite desejosa de uma nova cidade moderna, com suas praças arborizadas e limpas. É possível perceber, ao longo das publicações entre 1924 e 1941, uma mudança considerável na moda, no lazer, na política, na religião e na economia.

O editorial trazia importantes recorte dos modos de vida e interesses da classe dominante, embora nele se verifique registros de uma realidade urbana antagônica, como pode ser observado no trecho do poema “Progressos” de Lívio Castello Branco publicado em 1927 (p. 20):

Parnahyba progruide...! Acorda o foot-ball.
De dansas se organiza um club colossal!
O cinema atingindo o máximo ideal,
Um prédio construiu brilhante como um sol!

O Auto ou caminhão não teme um caracol
Das ruas da cidade e corre triumphal.
Fundou-se um restaurant, correto, especial
Onde se vê o povo, o verdadeiro escol!

Da moda ou “bataclan”, se cuida com desvello
Uma estrada de ferro invade o sertão nú
Ligando o littoral ao centro em um só elo

Não deixamos, porém, de ser “jeca tatu”
Porque também progride o velho pesadelo
Do porto em abandono e secco, o Igarassu!...

A representação de abertura econômica, prosperidade e diálogo internacional ocorrida em Parnaíba é reforçada para além da capital e do estado do Piauí como se observa no texto que leva parte do título de abertura desse item: “Parnaíba – Norte do Brasil”, escrito por João da Parnaíba e publicado no Almanaque da Parnaíba na edição do ano de 1933. Nele o autor explica que o endereçamento de cartas e mercadorias para Parnaíba deveriam ter como destinatário a expressão “Parnaíba – Norte do Brasil”. Embora o autor explique a necessidade do endereçamento dessa forma se devia apenas para evitar extravios de mercadorias, reforça que seu uso causava mal estar entre as esferas administrativas locais, como ressalta no trecho a seguir:

Da Inglaterra é muito difícil um extravio de correspondência porque toda ela traz um endereço de Parnaíba – Norte do Brasil. Por esse motivo os comerciantes importadores que não desejam ficar prejudicados nos seus negócios, puseram nos timbres de suas cartas e envelopes o mal interpretado ‘NORTE DO BRASIL’. Também já houve quem mandasse imprimir cartões de visita com idêntica nota; não para menoscabar de Teresina e muito menos do Estado do Piauí mas por uma razão de ordem comercial, econômica, progressista, inteligente e justificável. (DA PARNAIBA, 1933, p. 159).

Outro evento relevante ao desenvolvimento econômico e construção da paisagem urbana local foi a instalação da estrada de ferro que unia Parnaíba ao porto de Amarração (localizado no município vizinho de Luís Correia, antiga Amarração). A obra iniciou-se em 1915 e foi inaugurada em 19 de novembro de 1916 (REGO, 2010). Sua principal função era de potencializar o escoamento de mercadorias do Estado. A figura 18 apresenta um registro do funcionamento da estação no ano de 1936.

Figura 18– Estação Ferroviária em 1936



Fonte: Almanaque da Parnaíba, 1936

Posteriormente ampliada à outras cidades do interior, a ferrovia tornou-se um marco de desenvolvimento urbano e econômico, ambientando espacialmente uma importante região do centro histórico onde encontravam-se as edificações necessárias à sua administração e funcionamento.

Após esse intenso período de desenvolvimento e influenciada pelos direcionamentos nacionais de progresso que ocasionaram o declínio da navegação fluvial e ascensão do rodoviarismo no Brasil, junto aos reflexos das mudanças econômicas mundiais no período pós Segunda Guerra Mundial, Parnaíba passa por um período de estagnação econômica (MELO, 2011). Para Tajra e Tajra Filho (1995, p. 145)

O ciclo da extração e exportação da cera de carnaúba teve seu declínio logo após a II Guerra Mundial, devido a substituição do produto por sintéticos e derivados de petróleo no mercado mundial, e, em meados da década de 50, verifica-se a queda brusca dessa atividade e a desorganização do processo de exportação.

Os efeitos da retração econômica são sentidos na paisagem. De um lado, o fim do ciclo de desenvolvimento econômico pautado na navegação e no comércio extrativista proporcionou a permanência material dessa prosperidade, evidenciada através de suas edificações e desenho urbano. Por outra perspectiva, o fato de a ambiência permanecer imutável contrariando as expectativas desenvolvimentistas que

permeavam a segunda metade do séc. XX, acentuou a transformação, remodelação e substituição de várias construções e logradouros públicos na busca pelo progresso.

Parnaíba, sem um desenvolvimento industrial expressivo e com um comércio varejista ainda tímido, perde muito da sua força econômica enquanto a capital, Teresina, passa a gerar a maior parte da receita e população do estado. Isso porque a posição geográfica de Teresina era melhor para o transporte rodoviário dada a convergência das estradas para lá (TAJRA; TAJRA FILHO, 1995).

As décadas de 1960 e 1970 no Piauí são marcadas por investimentos em infraestrutura principalmente na capital, Teresina (TAJRA; TAJRA FILHO, 1995). Em Parnaíba, destacam-se a construção da ponte Simplício Dias da Silva na década de 70, que alterou morfológica e paisagisticamente a região do Porto das Barcas e a transformação da Praça da Graça em 1979, causando rupturas na paisagem e nas relações de memória e identidade do local.

No que concerne a instalação da ponte, sua implantação alterou a apreensão da cidade e modificou a conformação urbana existente, inclusive dos espaços de apropriação social. Sua presença possibilitou a exploração do litoral e inseriu a cidade no desenvolvimento turístico que começava a ser trabalhado no Estado com a criação da PIENTUR (Empresa de turismo do Piauí S/A) em 1971. A ponte possuía função de escoar a produção agrícola e pesqueira para o núcleo urbano e auxiliar no fluxo de pessoas, especialmente de trabalhadores (SOTERO; PERINOTTO, 2016). Assim conectou-se o continente à Ilha Grande de Santa Isabel. Muitos moradores da Ilha já faziam a travessia diária ao continente afim de usufruir do cotidiano urbano e cidadão e a presença da Ponte melhorou esse acesso que antes desenvolvido por meio da travessia fluvial. .

Para Ribeiro e Oliveira (2017, p. 78):

A paisagem praiana paisagem praiana era entendida, entre os anos 1973 e 1985, em Parnaíba, como alternativa para tirar o município de sua 'letargia'. Transformar Pedra do Sal em ponto turístico, poderia em tese, fazer a cidade se desenvolver novamente.

A reforma da Praça da Graça iniciou-se em 1979 visto que os Largos do Rosário e da Graça necessitavam de reforma. Entretanto, a alteração de traçado desagradou a população que chegou à incendiar os tapumes da obra em protesto à ação (RODRIGUES, 2014). A obra ocasionou uma alteração de traçado que unificou os

dois largos existentes, impediu ajuntamentos sociais e alterou de maneira abrupta e definitiva um lugar de memória e identidade na cidade. O resultado da reforma é a atual configuração morfológica da praça, que pode ser observada na figura 19.

Figura 19– Praça da Graça em 2010



Fonte: Arquivo Cosme Sousa, publicada em Rodrigues, 2014, p. 106

As transformações e substituições também atingiram os exemplares do entorno que agora traziam novas formas de ocupação do lote e estilos arquitetônicos. Os exemplares ecléticos foram sendo substituídos por edificações de estilo modernistas, fachadas foram alteradas e edificações de múltiplos pavimentos romperam a horizontalidade da paisagem. O declínio econômico ocasionou a desvalorização de zonas como a região do porto das barcas e galpões portuários, fechamento de indústrias e acelerou o processo de esvaziamento da área histórica.

Nos anos 80, verificou-se um incremento no desenvolvimento urbano a partir das políticas de desenvolvimento habitacional que ocorriam em âmbito nacional. Destaca-se o crescimento da cidade e a criação de novos bairros para além do centro histórico, principalmente na porção leste do município (BARCELLAR, 1997).

A estagnação econômica vivenciada no Brasil a partir da segunda metade do séc. XX, na contramão do progresso, que aconteciam contemporaneamente mundo a fora colaborou para a construção de uma representação nostálgica do desenvolvimento econômico do início do século, evidenciado e registrado através de narrativas

encontradas nas publicações da segunda metade do séc. XX. Sobre isso Alvarenga (2017, p. 200) coloca:

Por isso, a nostalgia é um espectro muito forte nessa literatura que vai se constituindo no caminho de ferro desativado; nas águas que já não possuem a função de ser a estrada líquida através da qual fluíam o desenvolvimento e o progresso; nas ondas do rádio que já não se expandem mostrando o avanço técnico e a modernidade do parnaibano à outras partes do Estado; na decadência da arquitetura urbana de estilo neoclássico que evidenciava o bom gosto e a civilidade da elite local; nas ausências das antigas festas comemorativas (...).

Dessa forma, tradicionalmente encontra-se nas pesquisas locais e na construção da historiografia parnaibanas críticas à essa ruptura econômica em tom de lamento coletivo (ALVARENGA, 2017). Entre os motivos para estagnação econômica são constantemente apontados a ausência de um Porto na cidade vizinha de Luís Correia (antes denominada Amarração), desejo antigo já expresso no séc. XIX (MENDES, 2008) e que até a atualidade não foi realizado, além de um suposto isolamento político, como verifica-se no texto de Ferraz (2017, p. 63):

A falta de manutenção de um serviço regular de transporte aéreo e a não conclusão do porto marítimo de Luís Correia, que seria a redenção econômica de Parnaíba e, por extensão, do próprio estado do Piauí, na prática, evidenciam sinais da fragilidade de sua economia, bem como a de sua representação política no cenário nacional.

A partir do final da década de 1980 e início da década de 1990, o desenvolvimento econômico do Piauí passa a se alicerçar no setor de serviços, o que altera a configuração de produção e as relações de consumo locais. A população do estado deixa de ser rural e passa a ser definitivamente urbana. Há uma concentração de renda e desenvolvimento na capital, Teresina.

Em 1994 a capital piauiense concentrava 75% da atividade econômica do Estado e 24% da população do Piauí. (TAJRA, TAJRA FILHO, 1995). Parnaíba contava com uma parcela pouco expressiva desse desenvolvimento.

Em 1995 foi criada a área de proteção ambiental do Delta do Parnaíba. O ecoturismo começava a se desenvolver e era visto como alternativa de desenvolvimento econômico local. Verificaram-se nesse período iniciativas de recuperação do patrimônio histórico pela PRODETUR (Programas Regionais de Desenvolvimento do turismo) (SOTERO; PERINOTTO, 2016).

Com a proteção federal do tombamento, a vocação turística do município tornou-se ainda mais evidente. Algumas construções do centro histórico foram reformuladas para abrigar hotéis de charme, uma categoria recente do turismo de luxo que dialoga diretamente com áreas históricas e culturais ou museus. Surgiram na região protegida restaurantes onde antes se localizavam os armazéns comerciais do porto. As residências da av. Getúlio Vargas gradativamente deram lugar à clínicas e pontos comerciais. Novas centralidades foram desenvolvidas e a região do centro histórico, com muitas edificações vazias e abandonadas perdeu parte do protagonismo de outrora, tanto nos locais de apropriação social quanto nos setores de desenvolvimento econômico.

Essa sinopse acerca do desenvolvimento econômico da cidade de Parnaíba auxilia na compreensão da construção da paisagem história urbana local até o momento de seu tombamento. Nela pode-se perceber algumas de suas permanências, rupturas, representações e narrativas. Isso porque, entende-se a paisagem como um repositório de tempo e valores que cada geração insere na região (BERLEANT, 1997).

Dessa forma, foi essencial escrutinar como se produziram e qual a evolução das representações sociais dessa paisagem, na busca pelo seu entendimento. Junto a isso, se faz necessário ampliar a compreensão sobre os fenômenos que se verificaram no sítio histórico após tombamento até dias atuais. Para tanto, desenvolveu-se um diagnóstico comparativo a ser explorado nos itens a seguir.

3.3 Considerações gerais sobre o conjunto histórico e paisagístico de Parnaíba

Ao longo do tempo, muitas construções de características coloniais foram substituídas ou alteradas nas cidades brasileiras numa atitude de negação das estruturas urbanas coloniais (SEGAWA, 2014). Essa negação foi característica marcante durante o período histórico do modernismo, cujas ações embasavam-se na ideia de progresso e desenvolvimento. As edificações do início do séc. XX ou anteriores a esse período encontravam-se suscetíveis às intervenções de descaracterização ou passíveis de serem substituídos por construções modernas ou de arquitetura popular. À semelhança do que relata Segawa (2014), em Parnaíba, tais alterações no tecido urbano também se verificaram, o que resultou na diversidade de estilos arquitetônicos encontrados atualmente no conjunto analisado. À época do tombamento, o

mapeamento dos estilos arquitetônicos nas áreas de proteção e entorno encontrava-se conforme a Figura 01 do Apêndice D.

Verifica-se a predominância de estilos diferentes em regiões distintas do perímetro, o que posteriormente levou o IPHAN a dividir a área tombada em subconjuntos. Apesar do elevado número de edificações sem estilo definido ainda se encontram conservados exemplares do séc. XIX e observa-se uma maior concentração de estilos do séc. XX (ecletico, *Art Déco* e moderno).

O gabarito da área tombada compõe-se principalmente por construções de até dois pavimentos, embora existam edifícios com mais de três pavimentos. A edificação de maior altura possui cinco pisos. A figura 20 apresenta uma vista aérea da região, em que se verifica as relações de altura entre os edifícios que compõem a paisagem do sítio histórico. O levantamento do gabarito das edificações da região tombada pode ser observado no Figura 02 do Apêndice D.

Figura 20 – Vista aérea do Conjunto Histórico e Paisagístico de Parnaíba



Fonte: IPHAN, 2008b

Sobre o estado de conservação a área tombada, em 2008, a maioria dos imóveis encontrava-se bem ou regularmente conservados. As áreas de arruinamento encontravam-se dispostas de maneira pontual, conforme pode-se observar na figura 03 do Apêndice D e concentradas na região do Porto das Barcas e Galpões portuários,

com vestígios de formas construtivas de tipologia colonial. Havia edificações categorizadas como mal conservadas porém em número bem menos expressivo e com predominância maior nas áreas mais próximas ao rio Igarauçu. Hoje, com a atualização desse levantamento, identifica-se um aumento nas áreas de arruinamento por toda área de proteção. Muitos dos imóveis antes categorizados como regularmente conservados evoluíram para um estado pior de conservação e encontram-se categorizados como mal conservados. Entretanto, há casos de edificações mal conservadas que foram recuperadas e se encontram em bom estado de conservação, contudo, em menor número.

Quanto ao uso dado às edificações do conjunto histórico. De acordo com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, verificava-se como uso principal das construções, a função comercial seguida pelo uso residencial. As edificações fechadas concentravam-se quase que exclusivamente na região das margens do rio Igarauçu, conforme mapeamento da Figura 04 do Apêndice D. Atualmente verificou-se o aumento dos imóveis com uso comercial e uma variação nas localizações dos imóveis fechados e sem uso expresso nas análises individuais de cada conjunto.

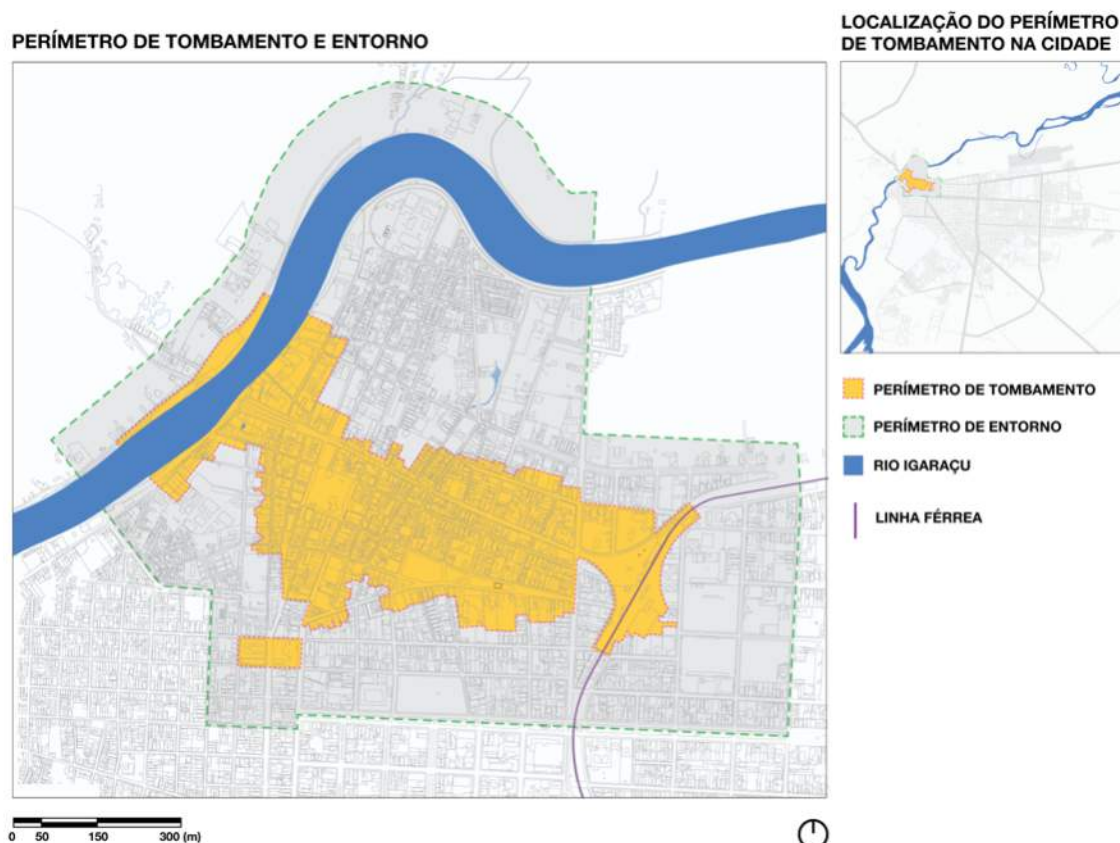
Quanto à caracterização das edificações, em 2008 o número de edificações descaracterizadas ou substituídas já se encontrava elevado. As descaracterizações, em sua maioria, encontram-se relacionadas à natureza do uso, sobretudo comercial. Ao se observar os mapas do ano de 2008 (Figura 05 do apêndice D) e percebe-se não haver mudanças significativa em relação ao estado de caracterização. Houve um pequeno aumento em relação a isso, inibido pela atuação reguladora do IPHAN. Mesmo assim, pequenas modificações como retiradas de portas, instalações de equipamentos como ar-condicionado e propaganda escapam à fiscalização do órgão e acabam realizadas. A seguir serão apresentadas as análises dos subconjuntos que compõem o Conjunto Histórico e Paisagístico de Parnaíba.

3.4 Conjunto Histórico e Paisagístico de Parnaíba: Diagnóstico comparativo (2008-2021)

O Conjunto Histórico e Paisagístico de Parnaíba divide-se em duas áreas distintas: Perímetro de proteção e perímetro de entorno, com área total estimada em duzentos e quarenta hectares. A região preservada abrange porções dos bairros Centro, Do Carmo, Mendonça Clarck, Fátima, São José e Ilha Grande de Santa Isabel.

Aproximadamente 166 quadras compõem o conjunto. Dessas, setenta e uma quadras encontram-se na área de tombamento e noventa e cinco na região de entorno. A figura 21 apresenta a demarcação de ambos os perímetros na cidade de Parnaíba.

Figura 21 – Perímetro de proteção e perímetro de entorno



Fonte: FIGUEIROA; SAMPAIO, 2019 com dados do IPHAN, 2008b

O perímetro de tombamento possui cerca de oitocentos imóveis e, na área do entorno, estima-se existir um total de mil setecentas e sessenta edificações (CAU PI, 2013). A divisão em perímetro de proteção e perímetro de entorno pelo IPHAN se fez tanto por questões de similaridade quanto de proximidade ao se considerar a formulação da paisagem cultural local e a composição com o ambiente natural, norteadas pelas construções, malha urbana e paisagem natural. Sobre a delimitação das áreas de tombamento e entorno no conjunto analisado, o dossiê de tombamento menciona:

Por essas áreas podemos identificar as relações urbanas que permitem compreender a formação dos espaços em perspectiva histórica e paisagística, consolidados em vários momentos ao longo de sua trajetória, e que guardam ainda um conjunto de bens imóveis – edifícios, logradouros e espaços livres – compatíveis com a estrutura remanescente do núcleo urbano do século XVIII e sua atual paisagem cultural, e que asseguram uma qualidade de vida própria e

característica, direta ou indiretamente referida aos usuários que desfrutam dessa qualidade (IPHAN, 2008b, p. 93).

Na área do Perímetro de Tombamento, as edificações e o traçado urbano encontram-se sob regulamentação do IPHAN no que concerne às alterações físicas, sejam elas de materiais, revestimento ou publicidade, a fim de evitar descaracterizações ou modificações indesejadas na paisagem. Na região de entorno, sob responsabilidade do IPHAN, considera-se o perímetro como agente de transição entre o contemporâneo e o antigo. Nele, as intervenções pautadas no equilíbrio e harmonia entre os diferentes tempos da cidade são permitidas, quando autorizadas pelo IPHAN (IPHAN, 2008b).

Na elaboração inicial do Dossiê para proposta de tombamento, a delimitação dos perímetros de proteção e entorno abrangiam uma área mais extensa e que incluía edificações de valor patrimonial situadas mais à sul da delimitação do conjunto.

Entretanto, devido à dimensão final do sítio, o IPHAN optou por limitar tanto o perímetro de proteção quanto de entorno ao considerar, sobretudo, as limitações técnicas que tal dimensionamento acarretaria à fiscalização e manutenção local. (IPHAN, 2008). Assim, a relevância arquitetônica e urbanística da paisagem da cidade não se limita à área sob efeito da proteção federal.

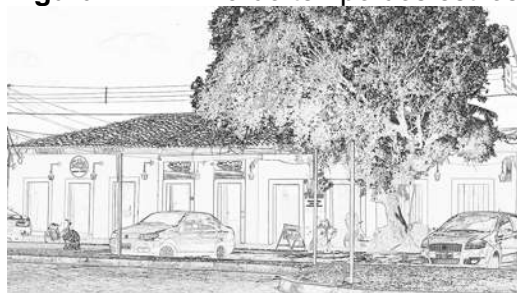
Em sua composição material, o Conjunto histórico arquitetônico e paisagístico de Parnaíba apresenta imóveis de características arquitetônicas coloniais, ecléticas (de dois momentos distintos: séc. XIX e séc. XX), *Art Déco* e modernistas, edificações cujo estilo arquitetônico não se encontra definido e construções de arquitetura considerada popular. A figura 22 apresenta a temporalidade relacionada aos diferentes estilos arquitetônicos citados acima e suas características principais junto à ilustrações de exemplares locais.

Muito do traçado urbano original encontra-se preservado. As quadras e o desenho de ruas já estavam presentes em mapas datados do séc. XIX e mantêm-se na contemporaneidade com poucas alterações.

Os principais aspectos paisagísticos do conjunto residem principalmente da arborização de praças e da margem do rio Igaráçu, importante elemento da paisagem. A relação das pessoas com a navegação e/ou o lazer no Rio perdura no tempo

presente, embora tenha se modificado de entreposto comercial para função turística ao longo dos anos.

Figura 22 – Linha do tempo dos estilos arquitetônicos em Parnaíba



COLONIAL

1500-1880

Estilo arquitetônico utilizado no Brasil desde o descobrimento, possuía referências arquitetônicas trazidas pelos portugueses e executadas junto à métodos construtivos locais.



ECLÉTICO

1880-1920

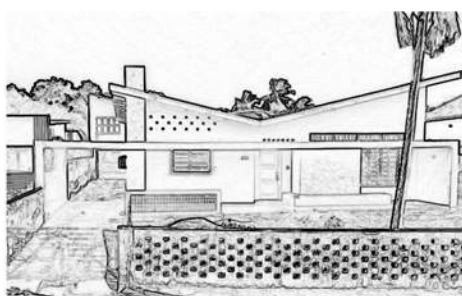
Estilo ricamente ornamentado, baseava-se em estilos estéticos anteriores utilizados simultaneamente em uma mesma construção como o renascimento, gótico e arquitetura clássica.



ART DECÓ

1920-1940

Relacionada ao contexto histórico conhecido como Belle Époque, possuía ornamentos geométricos e estilizados de inspiração egípcia, asteca entre outros, sempre com design mais abstrato



MODERNO

1917-1980

Entre suas características principais encontram-se a racionalização das formas, eliminação dos ornamentos considerados supérfluos, predominância de linhas e formas geométricas puras e cores primárias

Fonte: SAMPAIO, 2019

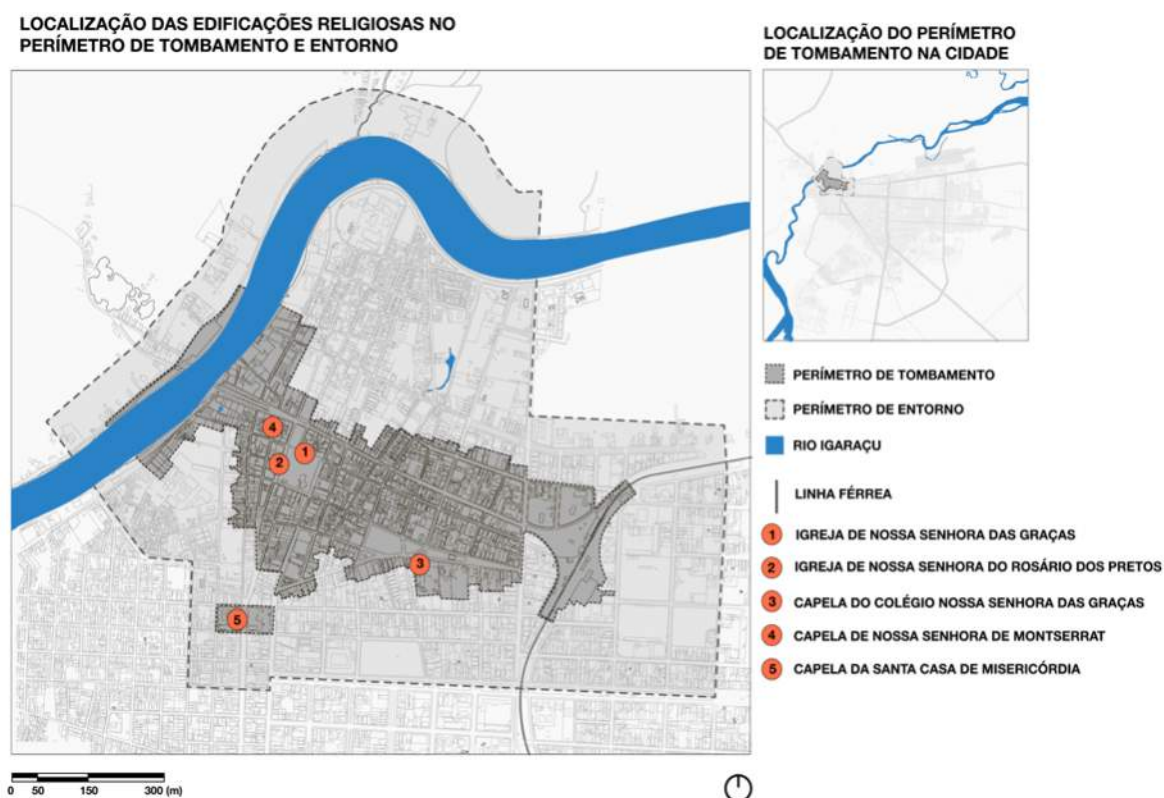
A distribuição entre as diferentes funções e atividades ao longo do conjunto não é homogênea. Verifica-se uma prevalência da ala residencial na porção leste do perímetro e comercial na região central e oeste.

No perímetro protegido há registro de imóveis institucionais, arquitetura religiosa e de uso misto no conjunto. Entre as edificações de função religiosa existente, destacam-

se a presença das de 2 igrejas e 3 capelas no perímetro de proteção, cada uma como exemplar de uma temporalidade distinta da formação do tecido urbano.

São elas: a Igreja Nossa Senhora das Graças, Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, a capela do Colégio Nossa Senhora das Graças, Capela de Nossa Senhora de Montserrat e a Capela da Santa Casa de Misericórdia, todas localizadas no perímetro de proteção conforme Figura 23.

Figura 23– Edificações religiosas no perímetro de tombamento



Fonte: FIGUEIROA; SAMPAIO, 2020

A mais antiga é a Capela de Nossa Senhora de Montserrat (Figura 24), localizada na rua Duque de Caxias n. 557. A antiga ermida foi criada pelo Coronel Pedro Barbosa no ano de 1711 em homenagem a Nossa Senhora de Monserrat e foi instalada antes mesmo da fundação da Vila de São João da Parnaíba (MAVIGNIER, 2005). A nomenclatura inicial dada ao arraial que antecedeu a vila e foi fundado por questões estratégicas de defesa, expansão das fazendas de gado e entreposto comercial era Nossa Senhora de Montserrate da Parnaíba, em homenagem à santa conhecida como padroeira dos navegantes (MIRANDA, 2020). A imagem original foi levada para a cidade de Piracuruca – PI em 1712, onde permanece hoje, e uma réplica foi colocada no local (JORNAL DA PARNAÍBA, 2013).

Figura 24– Capela de Nossa Senhora de Montserrat



Fonte: SAMPAIO, 2021

A Igreja de Nossa Senhora mãe da Divina Graça (Figura 25) e a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos (Figura 26) encontram-se localizadas junto a um largo que marca o início da vida urbana e que posteriormente originou a atual Praça da Graça. Ambas têm data de construção estimada do final do séc. XVIII. A igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos foi fundada para que os escravos, que não podiam adentrar à Igreja de Nossa Senhora mãe da Divina Graça frequentassem os ritos religiosos. A presença das duas igrejas em torno da Praça da Graça é uma das particularidades do conjunto, testemunho da participação ativa da Igreja como agente modelador das cidades brasileiras.

Figura 25– Igreja de Nossa Senhora Mãe da Divina Graça



Fonte: SAMPAIO, 2021

Figura 26– Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos



Fonte: SAMPAIO, 2021

A capela de Santo Antônio, também conhecida como Capela do Colégio Nossa Senhora das Graças ou Colégio das Irmãs (Figura 27) localiza-se na região do Conjunto da Praça Santo Antônio e integra o conjunto de edifícios pertencentes ao colégio Nossa Senhora das Graças, fundado em 1907. Com características neoclássicas, a atual configuração da capela tem data provável da década de 1960 (BASTO, 1997). A Capela Santa Casa de Misericórdia (Figura 28), edificação contígua à Santa Casa de Misericórdia, tem sua construção datada do final da década de 1920.

Figura 27– Capela de Santo Antônio



Fonte: SAMPAIO, 2020

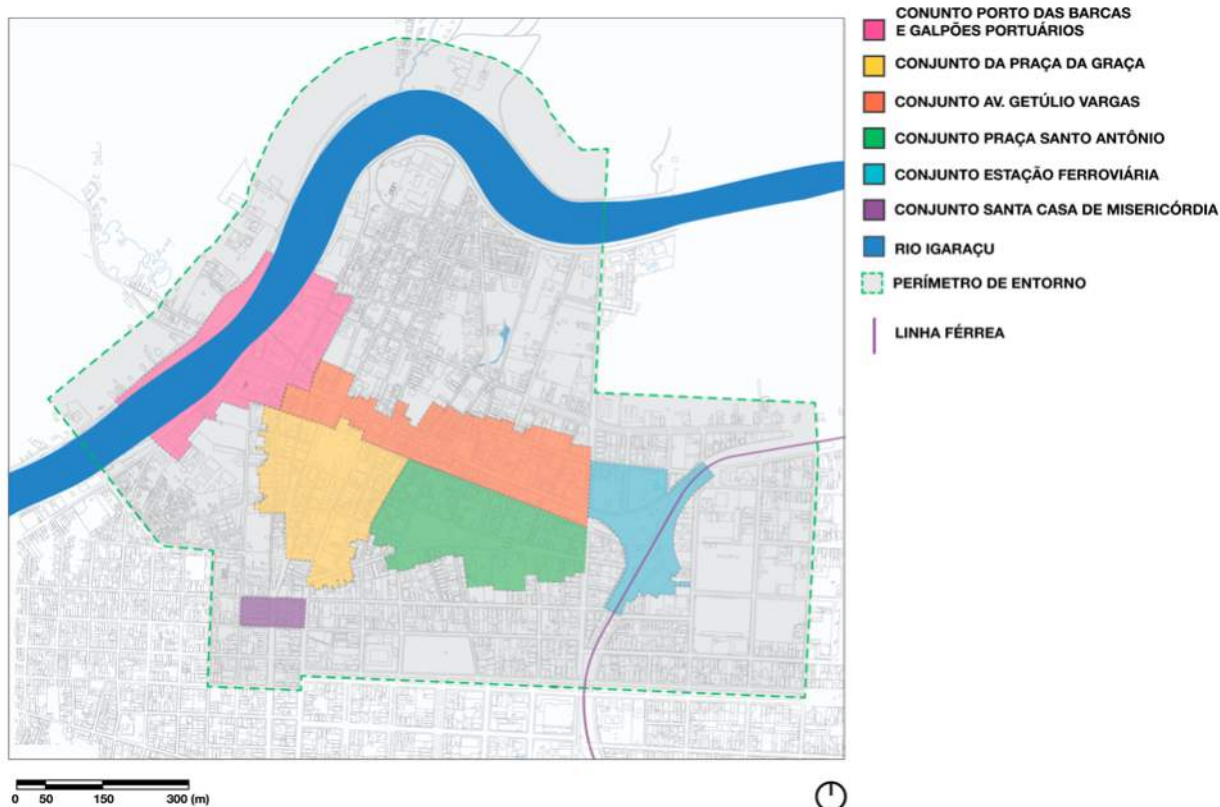
Figura 28– Capela da Santa Casa de Misericórdia



Fonte: SAMPAIO, 2021

De maneira a facilitar o entendimento e apreensão da paisagem, a área tombada foi organizada por critérios de similaridade. O Conjunto Histórico e Paisagístico de Parnaíba apresenta 6 subgrupos a serem apresentados a seguir, divididos conforme Figura 29. São eles: Conjunto Porto das Barcas e Galpões Portuários, Conjunto Praça da Graça, Conjunto Av. Getúlio Vargas, Conjunto Praça Santo Antônio, Conjunto Estação Ferroviária e Conjunto Santa Casa de Misericórdia (IPHAN, 2008b).

Figura 29 – Divisão do Conjunto Histórico e Paisagístico de Parnaíba



Fonte: FIGUEIROA; SAMPAIO, 2019 com dados do IPHAN, 2008b.

Se faz necessário analisar a região, dentro do recorte temporal estabelecido, do tombamento aos dias atuais. Assim, obtém-se o diagnóstico a partir da perspectiva das divisões dos subconjuntos realizados pelo IPHAN. As análises que serão apresentadas na sequência foram realizadas à luz dos mesmos critérios utilizados pelo IPHAN na elaboração do dossiê de tombamento: tipologias³¹, gabarito³², estado de conservação³³, caracterização³⁴ e usos³⁵.

3.3.1 Conjunto Porto das Barcas e Galpões Portuários

O mais antigo dos subconjuntos que compõe o objeto de estudo, o Conjunto Porto das Barcas e Galpões Portuários, refere-se as edificações do cais do Rio Igarauçu. Localizado na porção mais à norte do Conjunto Histórico e Paisagístico de Parnaíba, a delimitação do conjunto abrange parte das duas margens do Rio Igarauçu e um total

³¹Refere-se as formas arquitetônicas utilizadas e seus significados

³²Altura das edificações

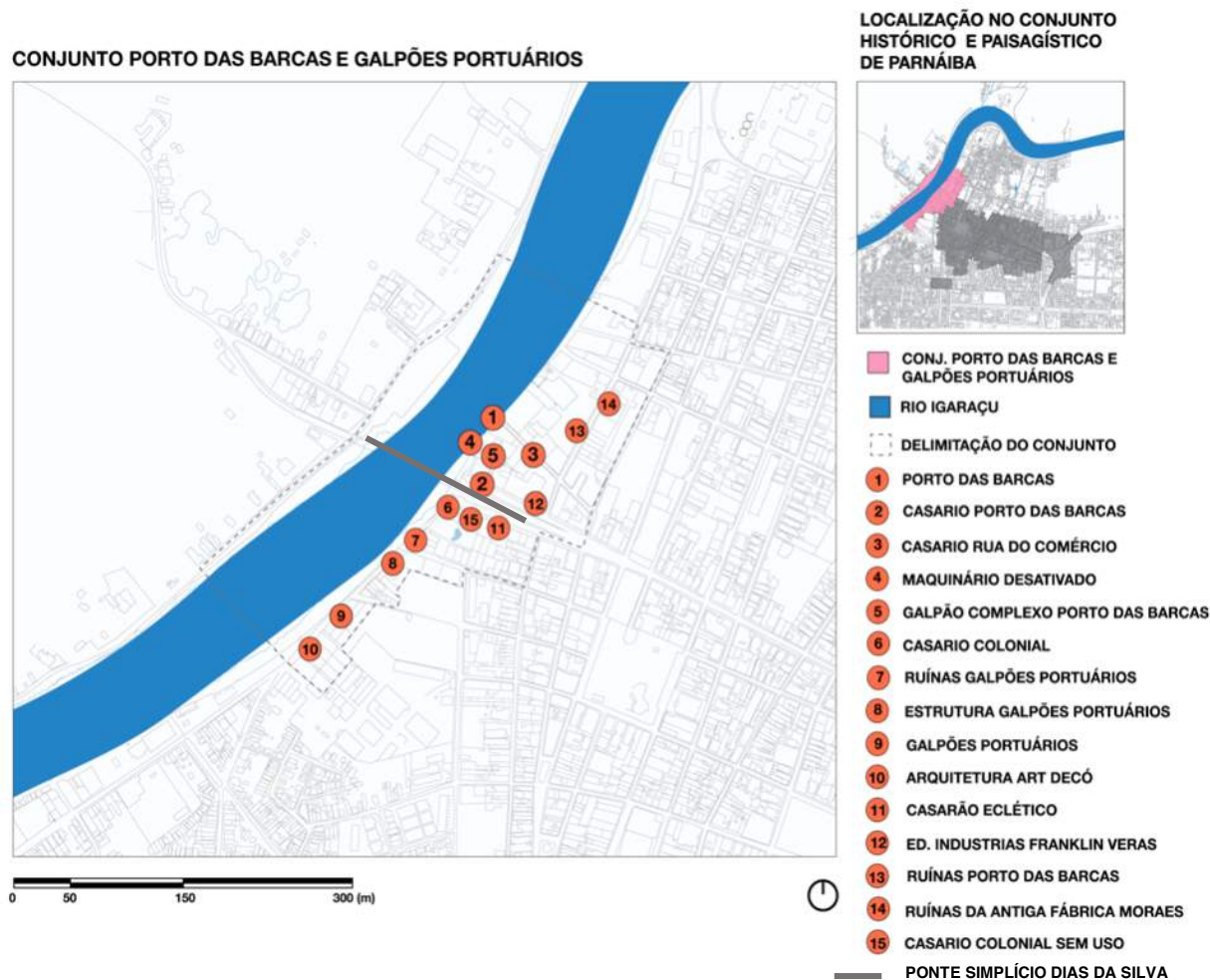
³³Análise dos materiais em relação à existência de patologias, agentes de degradação, danos, comprometimento estrutural e das fundações, conforme orientações técnicas do IPHAN

³⁴Permanências das características originais da edificação

³⁵Função que abriga: comercial, residencial institucional, religiosa etc.

de dez quadras. Na Figura 30 se encontram indicadas a delimitação do subconjunto e a localização das suas principais edificações.

Figura 30 – Conjunto Porto das Barcas e Galpões portuários



Fonte: FIGUEIROA; SAMPAIO, 2020

Conforme apresentando anteriormente, a formação desse local remete à formação urbana e ao desenvolvimento econômico da região a partir da relação com a navegação do Rio Igarauçu. O escoamento de matérias primas para exportação perdurou até o início do séc. XX, segundo registro de carregamento de mercadorias contido na Figura 31.

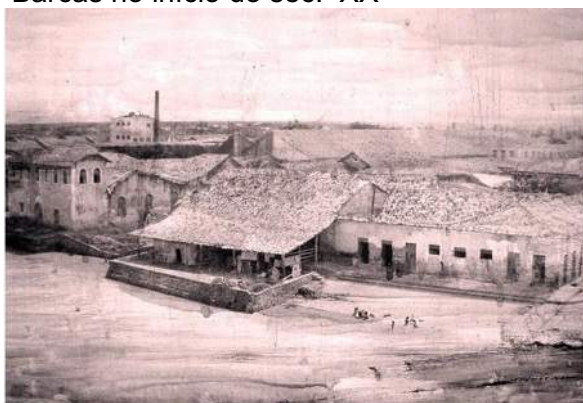
Figura 31 – Carregamento de mercadorias no Rio Igarazu



Fonte: Acervo IHGGP, 19--

As Figuras 32 e 33 apresentam registros históricos do local, com data provável do início do séc. XX, onde tem-se a captura do cais com suas edificações coloniais e das práticas sociais que ali aconteciam. Alguns dos maquinários utilizados na época permanecem no local e integram a paisagem da região, como visto na Figura 34.

Figura 32 – Região do porto das Barcas no início do séc. XX



Fonte: Acervo IHGGP, 1928

Figura 33– Carregamento de mercadorias no Porto das Barcas



Fonte: Acervo IHGGP, 19--

Figura 34– Maquinário antigo no Porto das Barcas



LOCALIZAÇÃO NO CONJUNTO HISTÓRICO E PAISAGÍSTICO DE PARNÁIBA



4 MAQUINÁRIO DESATIVADO



Fonte: Sampaio, 2020

Outro elemento relevante da paisagem local é a Ponte Simplício Dias da Silva. Construída em concreto, com 300 metros de extensão e inaugurada em 1975 (Figura

35), a ponte conectou a região do centro ao bairro Santa Isabel e à Praia da Pedra do Sal (SAMPAIO; MAGALHAES, 2018).

Figura 35 – Porto das Barcas e Ponte Simplício Dias



Fonte: IPHAN, 2008b

A construção da ponte alterou a morfologia urbana de uma região antes conhecida como Largo Porto Salgado. Porto Salgado era a forma original de nomenclatura da região do Porto das Barcas e galpões portuários.

Na figura 36 se verifica que houve ocupação e aterramento de áreas antes alagadas que posteriormente deram lugar a novos galpões. A fotografia registra que as edificações compostas principalmente por casarios de telhado aparente e feições coloniais. Hoje, a obra de infraestrutura urbana da Ponte Simplício Dias da Silva não apenas integra a paisagem como interfere diretamente na sua apreensão e percepção como pode ser observado na Figura 37.

Figura 36– Largo no Porto Salgado antes da Ponte Simplício Dias



Fonte: Acervo do IHGGP, [19--] in SAMPAIO; MAGALHAES, 2018

Figura 37– Contraste entre a Ponte Simplício Dias e as edificações históricas



Fonte: Brito; Sampaio, 2018

Atualmente, poucos são os elementos urbanos e arquitetônicos que permitem a permanência e contemplação da paisagem às margens do rio. Entre os existentes, destacam-se a área privada pertencente à uma edificação colonial situada no Complexo Porto das Barcas (figura 38) e algumas mesas instaladas pela iniciativa privada às margens do rio, próximo à mureta de contenção existente (figura 39).

Figura 38– Varanda às margens do rio Igarauçu



Fonte: Brito; Sampaio, 2018

Figura 39– Mesas às margens do Rio Igarauçu



Fonte: Brito; Sampaio, 2018

Na margem oposta à região do centro de Parnaíba, no bairro de Ilha Grande de Santa Isabel verifica-se uma outra perspectiva das edificações que compõem o conjunto, como observado na figura 40, com as edificações constituintes do Porto das Barcas e na Figura 41, alguns dos antigos galpões portuários.

Figura 40 – Margens do Rio Igarauçu – Porto das Barcas



Fonte: Brito; Sampaio, 2018

Figura 41 – Margens do Rio Igarauçu – Galpões portuários



Fonte: Brito; Sampaio, 2018

A margem localizada no bairro Ilha Grande de Santa Isabel faz parte do perímetro de tombamento e, embora permita essas miradas do Conjunto analisado, não apresenta nenhum tipo de infraestrutura que permita a contemplação da paisagem ou passeio. Constitui-se apenas de vegetação nativa e algumas construções privadas (predominantemente residências) em torno de uma via local paralela ao rio (figura 42). Não é, portanto, explorada nem comercial nem turisticamente e tampouco faz parte do contexto social de apropriação local.

Figura 42 – Margens do Rio Igarauçu

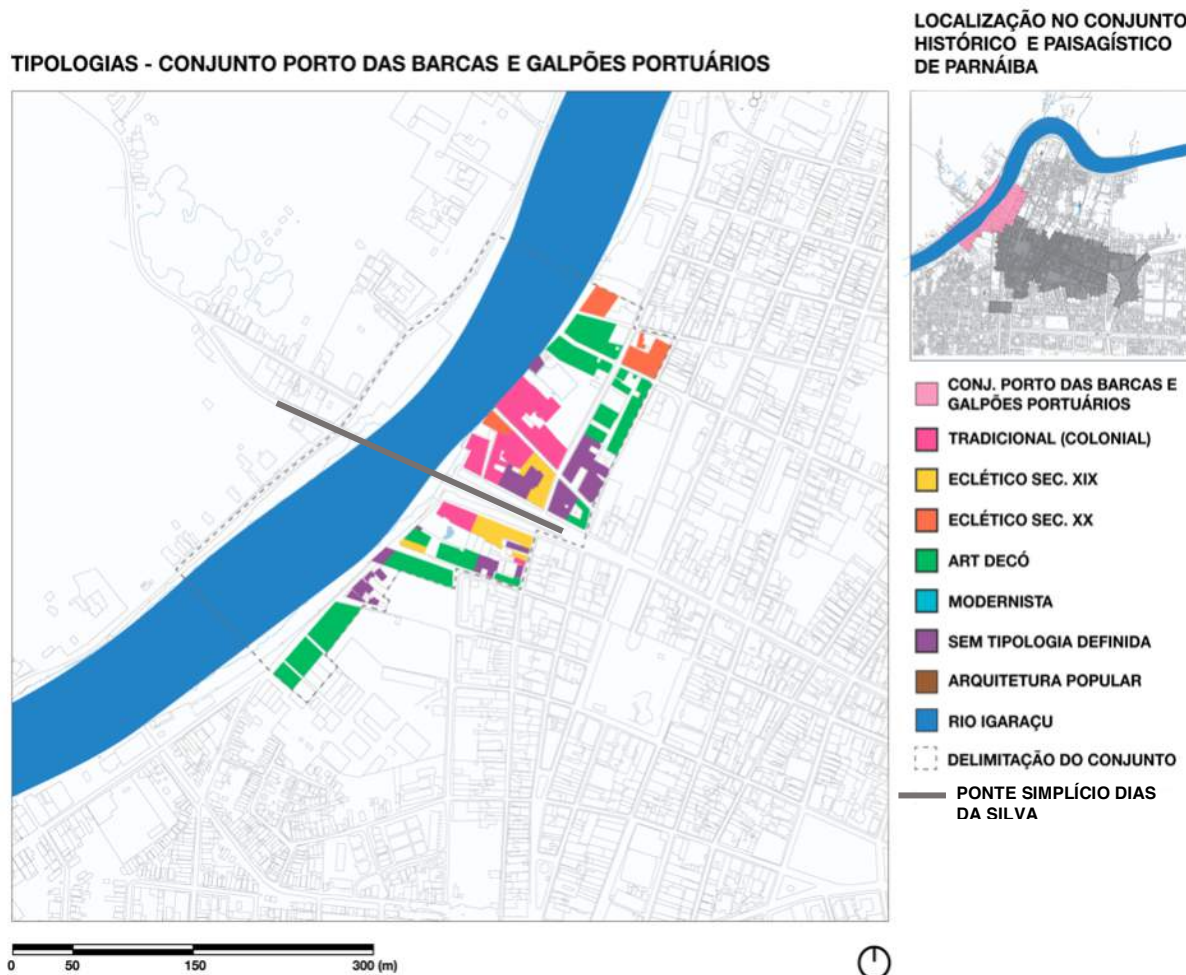


Ilha Grande de Santa Isabel

Fonte: ANA, 2017 com modificações da autora, 2020.

Sobre as tipologias arquitetônicas integrantes do conjunto, coexistem edificações do séc. XIX em estilo colonial e eclético, ecletismo do séc. XX e construções *Art Déco*. O levantamento das tipologias constituintes do conjunto encontra-se na Figura 43.

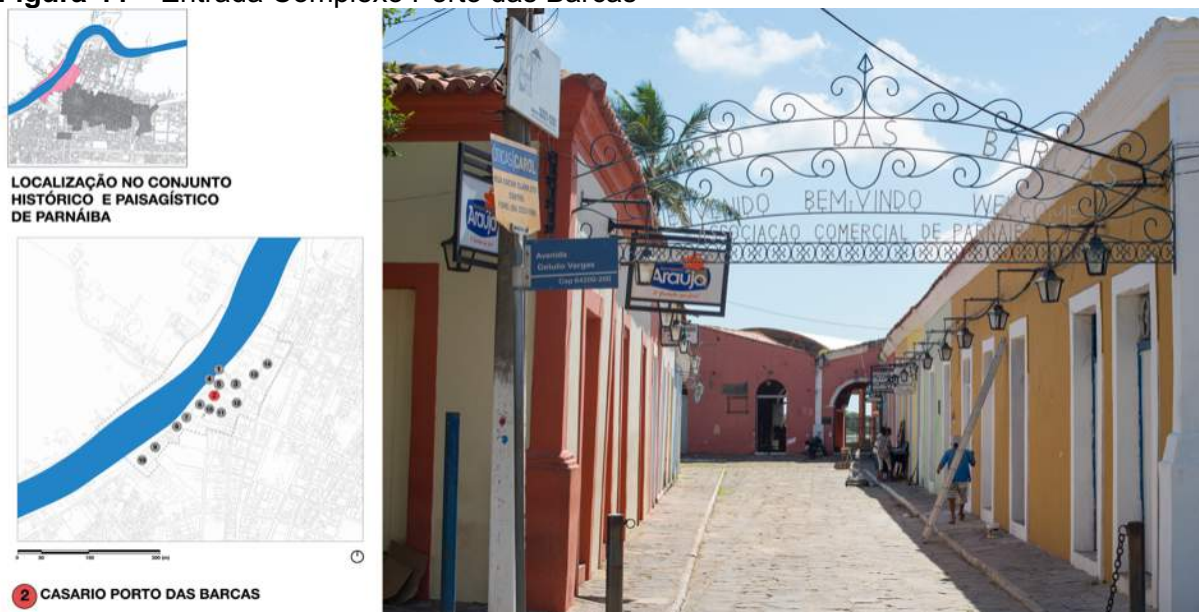
Figura 43 – Tipologias Conjunto Porto das Barcas e galpões portuários



Fonte: FIGUEIROA; SAMPAIO, 2019 com dados do IPHAN, 2008b

Entre as edificações de características coloniais, percebe-se que se concentram essencialmente na região do Complexo Cultural Porto das Barcas (figura 44), mais à Leste da Ponte Simplício Dias. Um dos fatores a que se atribui isso é a origem do porto datar de um tempo anterior à formação da própria cidade.

Figura 44 – Entrada Complexo Porto das Barcas



Fonte: FIGUEIROA; BRITO; SAMPAIO, 2018

O Complexo Cultural Porto das Barcas conforma construções de tipologias constituídas no período colonial em suas formas e alinhamentos, sem recuos laterais (como pode ser visto na Figura 45), cais, galpões em estilo eclético do séc. XX e ruínas do séc. XIX que expõem as formas de construção originais (figura 46).

Figura 45 – Complexo Cultural Porto das Barcas



Fonte: Brito; Sampaio, 2018

Figura 46 – Ruínas no Complexo Porto das Barcas



Fonte: FIGUEIROA; SAMPAIO, 2021

Algumas edificações ainda conservam a estrutura original de sustentação do telhado em madeira de carnaúba, como visto na figura 47. Esse sistema construtivo foi amplamente utilizado no Piauí (SILVA FILHO, 2007).

Figura 47 – Estrutura de sustentação do telhado



Fonte: Brito; Sampaio, 2018

Os galpões portuários construídos durante o séc. XX possuem características *Art Déco*. Encontram-se principalmente na porção oeste do conjunto, às margens do rio, conforme registro histórico da figura 48.

Figura 48 – Galpões portuários no início do em madeira de carnaúba séc. XX



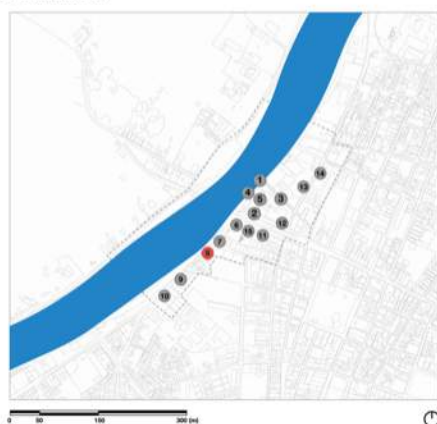
Fonte: IHGP, 19—

Na figura 49 visualiza-se uma das estruturas remanescentes dos galpões portuários, construídas (sem tipologia definida) com a finalidade de proteger as mercadorias durante o processo de carga e descarga.

Figura 49– Estrutura dos Galpões Portuários



LOCALIZAÇÃO NO CONJUNTO
HISTÓRICO E PAISAGÍSTICO
DE PARNÁIBA



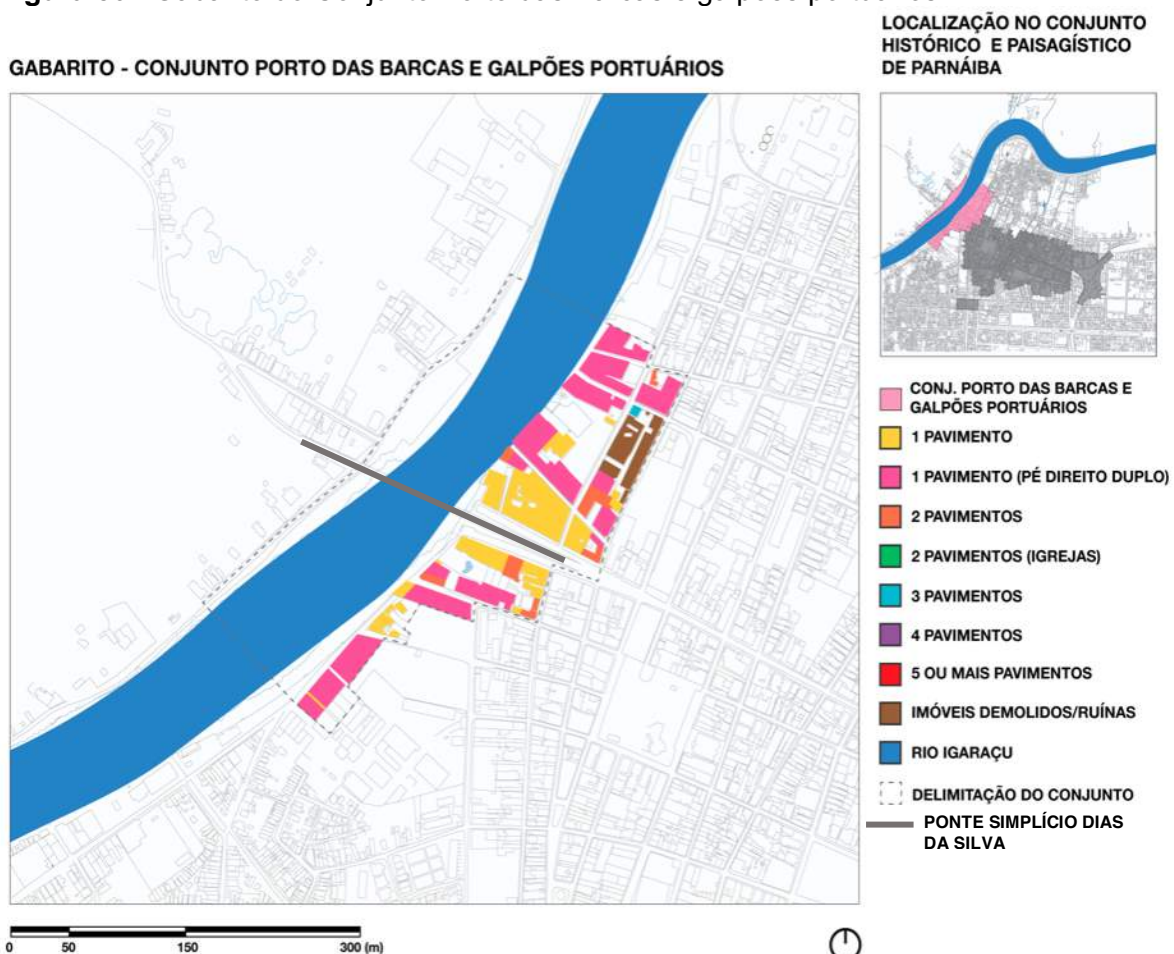
8 ESTRUTURA GALPÕES PORTUÁRIOS



Fonte: FIGUEIROA; BRITO; SAMPAIO, 2018

Sobre o gabarito das edificações, a maior parte do conjunto analisado possui apenas um pavimento enquanto os galpões portuários são formados essencialmente por edificações de pé direito duplo devido sua função de estocagem de produtos e matérias primas. O mapeamento do gabarito das edificações do conjunto encontra-se no Figura 50.

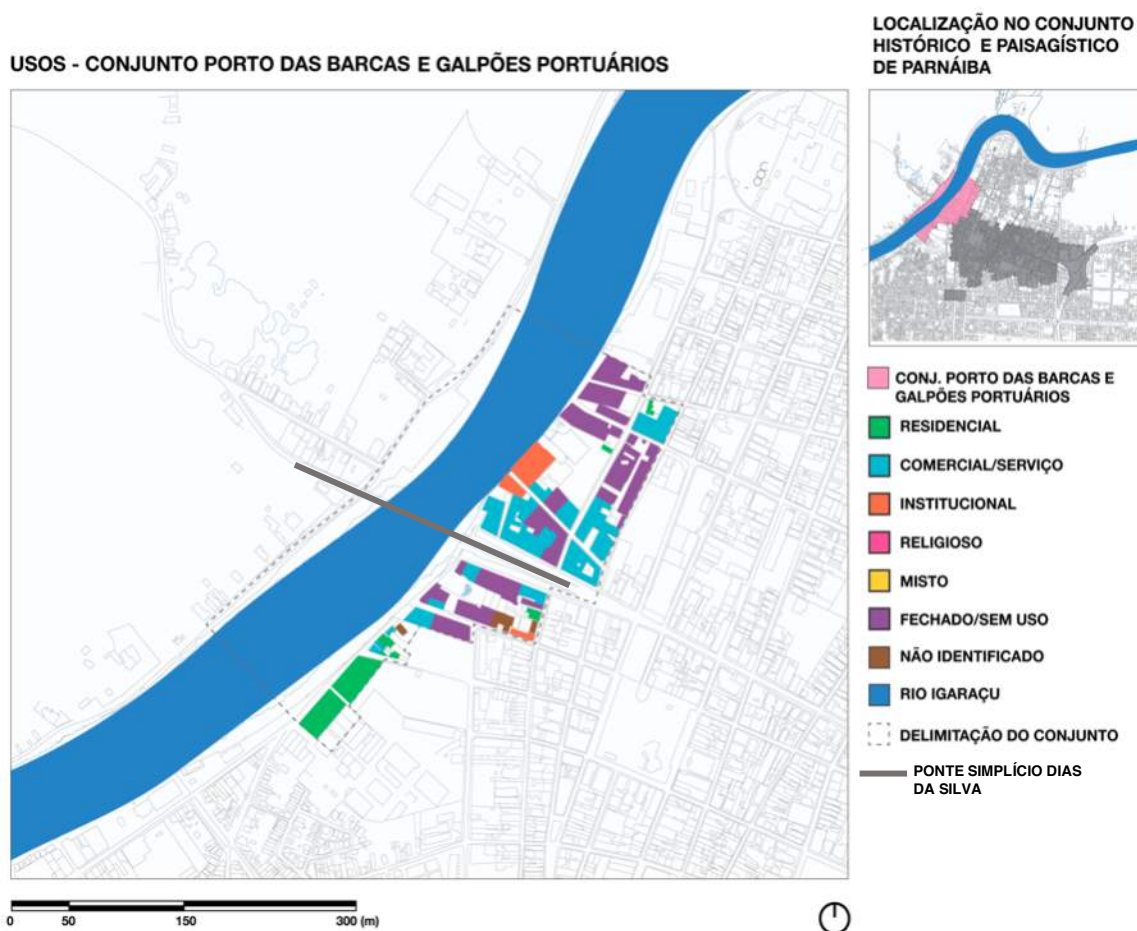
Figura 50– Gabarito do Conjunto Porto das Barcas e galpões portuários



Fonte: FIGUEIROA; SAMPAIO, 2019 com dados do IPHAN, 2008b.

Em relação aos usos mapeados em 2008 (Figura 51), a predominância era de edificações fechadas e sem uso seguidas de edificações comerciais. O casario do Complexo Porto das Barcas aparece no mapeamento do IPHAN com uso institucional por pertencer ao patrimônio do Governo do Estado do Piauí, entretanto, em seu interior, encontra-se a função comercial (Figura 52) e de lazer.

Figura 51– Diagnóstico de uso do Conjunto Porto das Barcas e galpões portuários em 2008



Fonte: FIGUEIROA; SAMPAIO, 2019 com dados do IPHAN, 2008b.

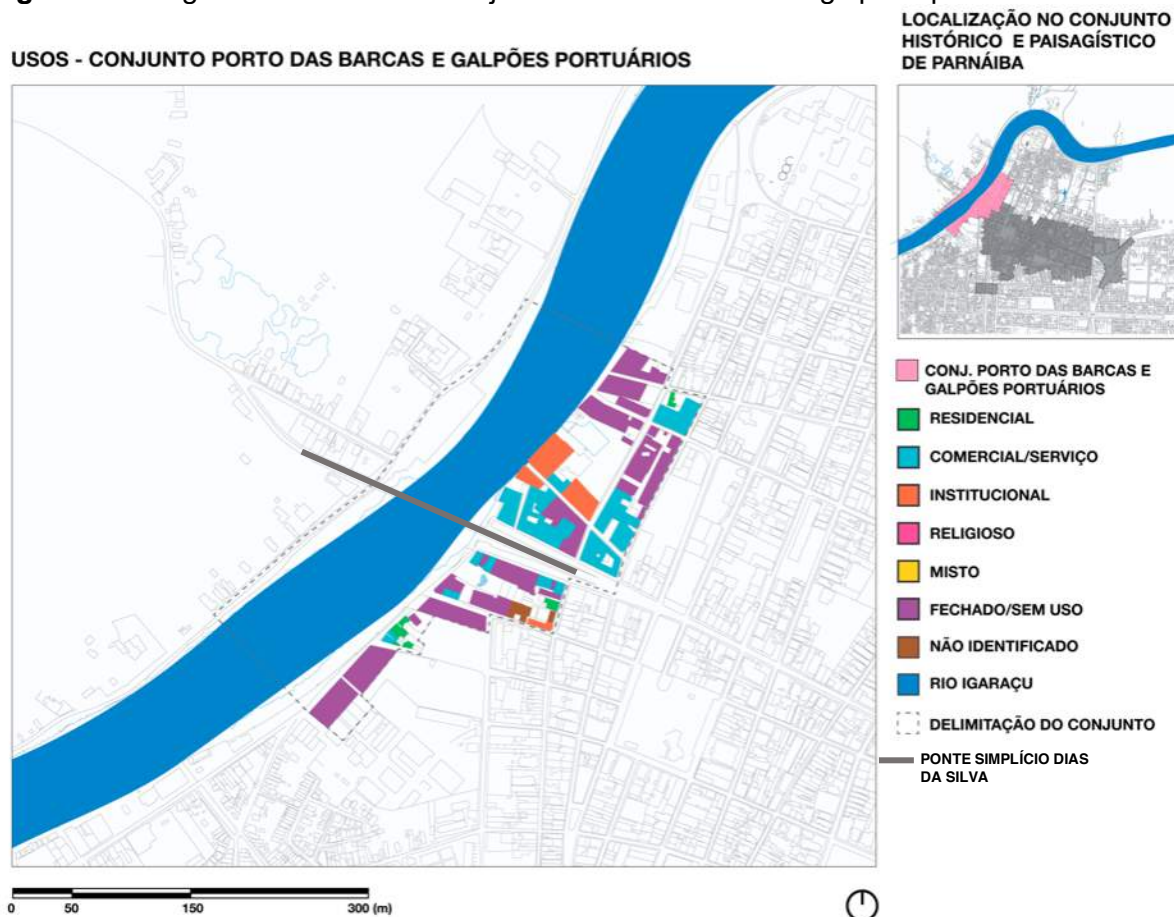
Figura 52–Lojas e restaurantes no Complexo cultural Porto das Barcas



Fonte: Brito; Sampaio, 2018

Atualmente, percebe-se um aumento no número de imóveis fechados e sem uso e a redução da função residencial, como observado no mapeamento do Figura 53.

Figura 53- Diagnóstico de uso do Conjunto Porto das Barcas e galpões portuários atual

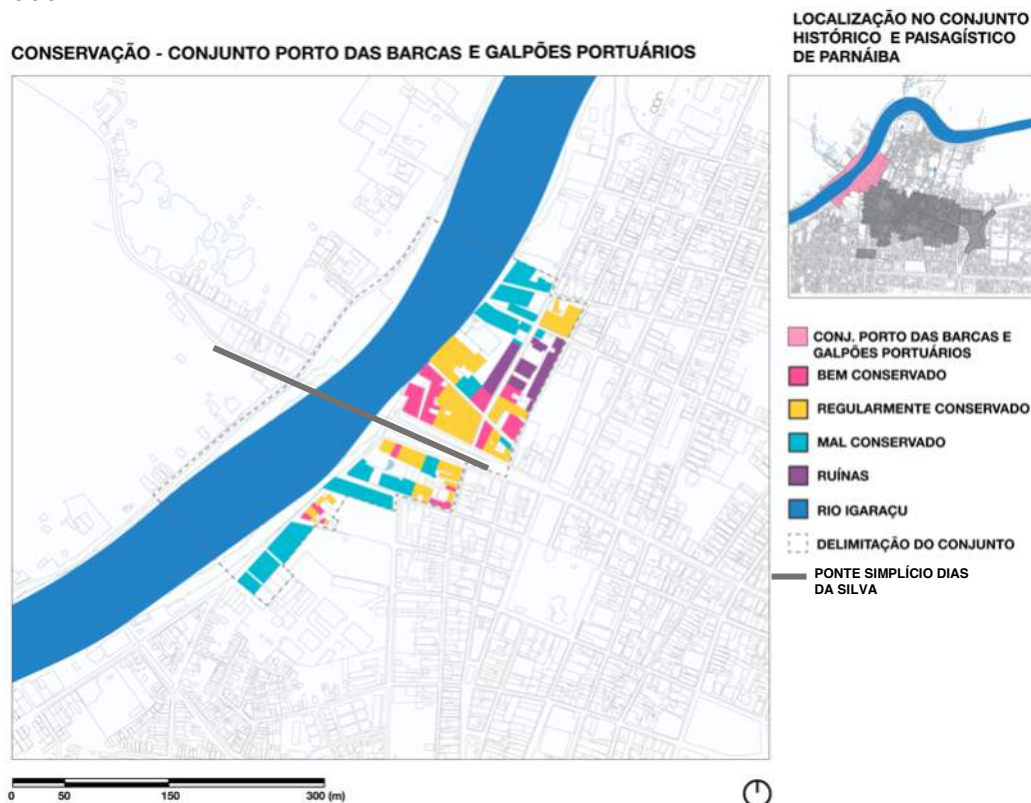


Fonte: FIGUEIROA; SAMPAIO, 2020

O desuso dos imóveis se reflete diretamente no estado de conservação das edificações na região analisada. Em 2008, o conjunto já possuía elevado número de imóveis considerados mal conservados (Figura 54).

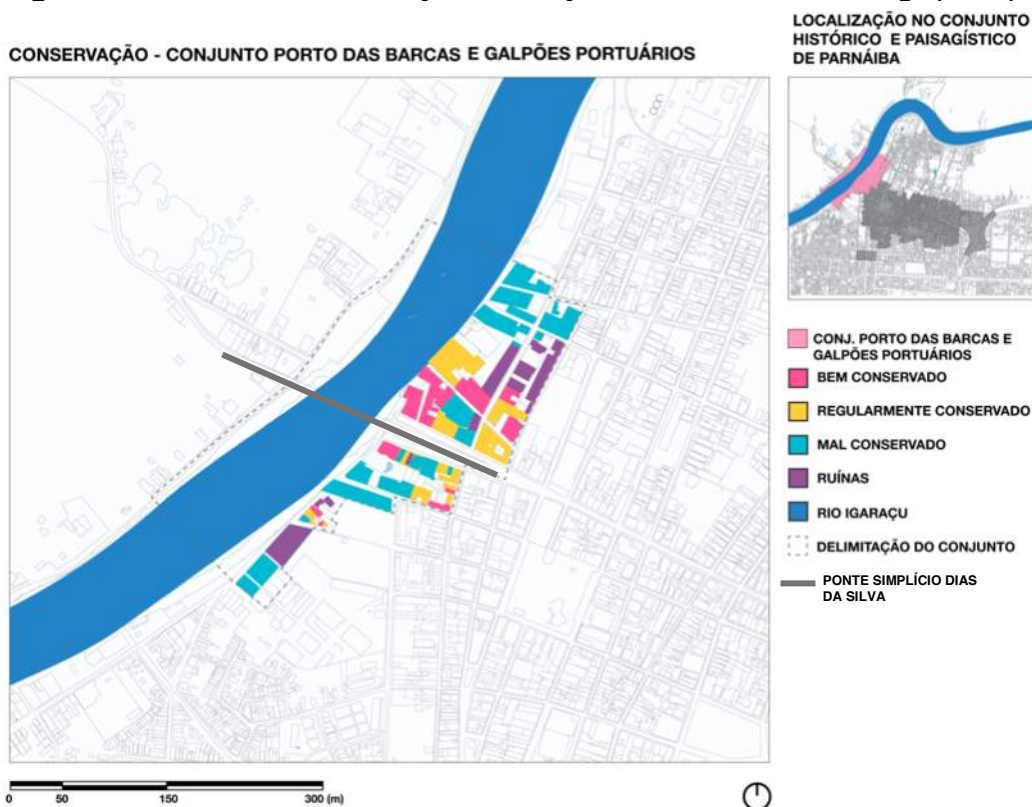
Em 2020, o número de edificações deterioradas e arruinadas subiu. Muitas edificações consideradas mal conservadas permaneceram nessa classificação. Na área em análise ocorreram casos de arruinamento e algumas antes marcadas como regularmente conservadas agora encontram-se em más condições de conservação. O mapeamento atual acerca do estado de conservação encontra-se no Figura 55.

Figura 54- Estado de conservação do Conjunto Porto das Barcas e galpões portuários em 2008



Fonte: FIGUEIROA; SAMPAIO, 2019 com dados do IPHAN, 2008b.

Figura 55- Estado de conservação do Conjunto Porto das Barcas e galpões portuários atual



Fonte: FIGUEIROA; SAMPAIO, 2020

Na figura 56 verifica-se um conjunto de edificações particulares que se encontravam abandonadas durante a realização do diagnóstico comparativo no ano de 2020 na Rua do Comércio, bem próximo ao Complexo Cultural Porto das Barcas. Na fig. 57 tem-se o detalhe de como se encontrava uma dessas edificações após mais de dez anos fechada/sem uso.

Figura 56 – Conjunto de Imóveis fechado/ sem uso na Rua do Comércio



Fonte: SAMPAIO, 2020

Figura 57 – Detalhe de edificação fechada/ sem uso na Rua do Comércio



Fonte: BRITO; SAMPAIO, 2018

Hoje, a Rua do Comércio encontra-se reformada, como pode-se observar na figura 58. A reforma ocorreu porque o logradouro encontra-se dentro da área do projeto de revitalização e restauração do Complexo Porto das Barcas, reinaugurado em julho de 2021.

Figura 58 –Rua do Comércio revitalizada



Fonte: SAMPAIO, 2020

A figura 59 apresenta comparativos do estado de conservação de alguns imóveis à época do tombamento e no ano de 2020. Nela observam-se ruínas de antigos galpões portuários cuja classificação à época do tombamento era de má conservação e que atualmente encontram-se em elevado grau de destruição e abandono. A figura 60 trás uma outra perspectiva do arruinamento dos galpões portuários, ocorrido de maneira mais acelerada devido às fortes chuvas que acometeram a região no ano de 2019.

Figura 59- Comparativo de Estado de conservação edificações no Conjunto Porto das Barcas



Fonte: FIGUEIROA; SAMPAIO, 2019 com imagens do IPHAN, 2008b.

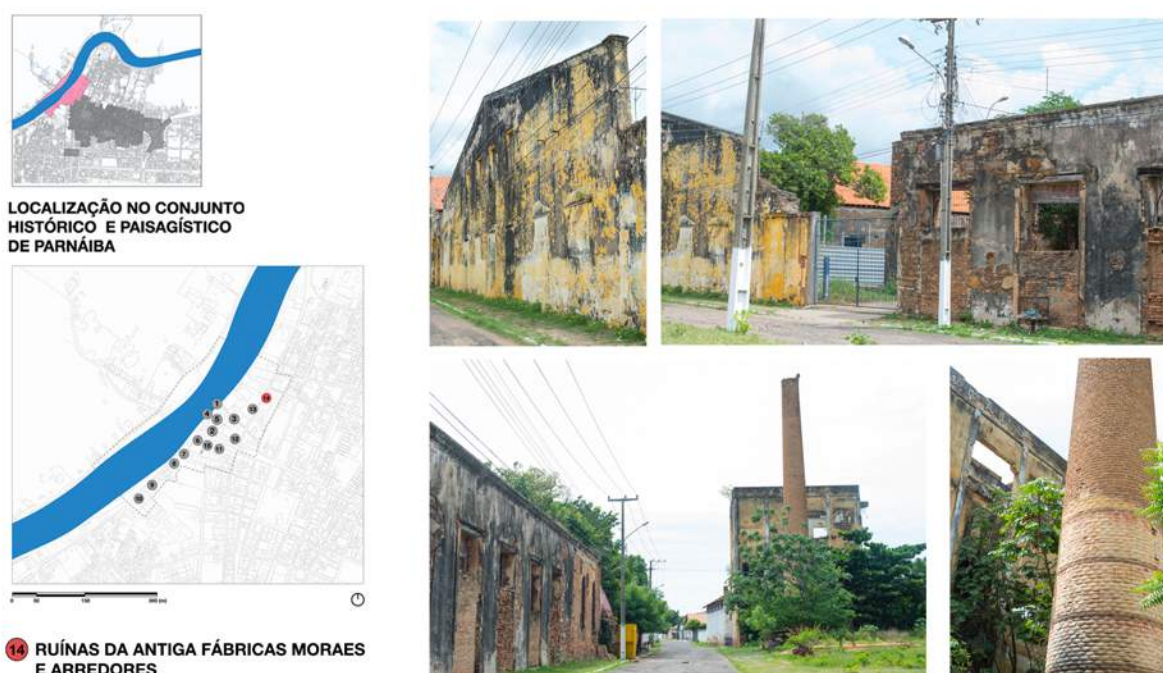
Figura 60 - Comparativo de Estado de conservação edificações 2019-2020



Fonte: A- BRITO; SAMPAIO, 2019; B- GOOGLE EARTH, 2020.

À semelhança do edifício anterior, em muitos dos imóveis do conjunto analisado, apenas as fachadas resistem como nos exemplos da figura 61. Ressalta-se que, em sua maioria, as edificações analisadas possuem histórico de abandono anterior à inserção dos imóveis na proteção do tombamento.

Figura 61- Estado de conservação da ruína da antiga fábrica Moraes e arredores



14 RUÍNAS DA ANTIGA FÁBRICAS MORAES E ARREDORES

Fonte: SAMPAIO, 2020

A figura 62 apresenta outro comparativo do estado de conservação de edificações categorizadas como regularmente conservadas que evoluíram para más condições de conservação mesmo após a aplicação do instrumento de proteção (tombamento).

Figura 62 Estado de conservação de edificações no Conjunto Porto das Barcas - comparativo



Fonte: FIGUEIROA; SAMPAIO, 2019 com imagens do IPHAN, 2008b.

Dessa forma, constata-se que o número de edificações bem conservadas reduziu, embora algumas edificações tenham sido recuperadas como o Complexo Cultural do Porto das Barcas, que passa por reformas de responsabilidade da Secretaria de Estado da Cultura, SECULT, e abrigará restaurantes, lojas comerciais e eventos culturais, o Museu Náutico e Parque das Ruínas (figura 63) (PORTAL COSTA NORTE, 2019). Além da recuperação das edificações, foram inseridos elementos de acessibilidade como o piso tátil (figura 64).

Figura 63 - Parque das ruínas



Fonte: SAMPAIO, 2020

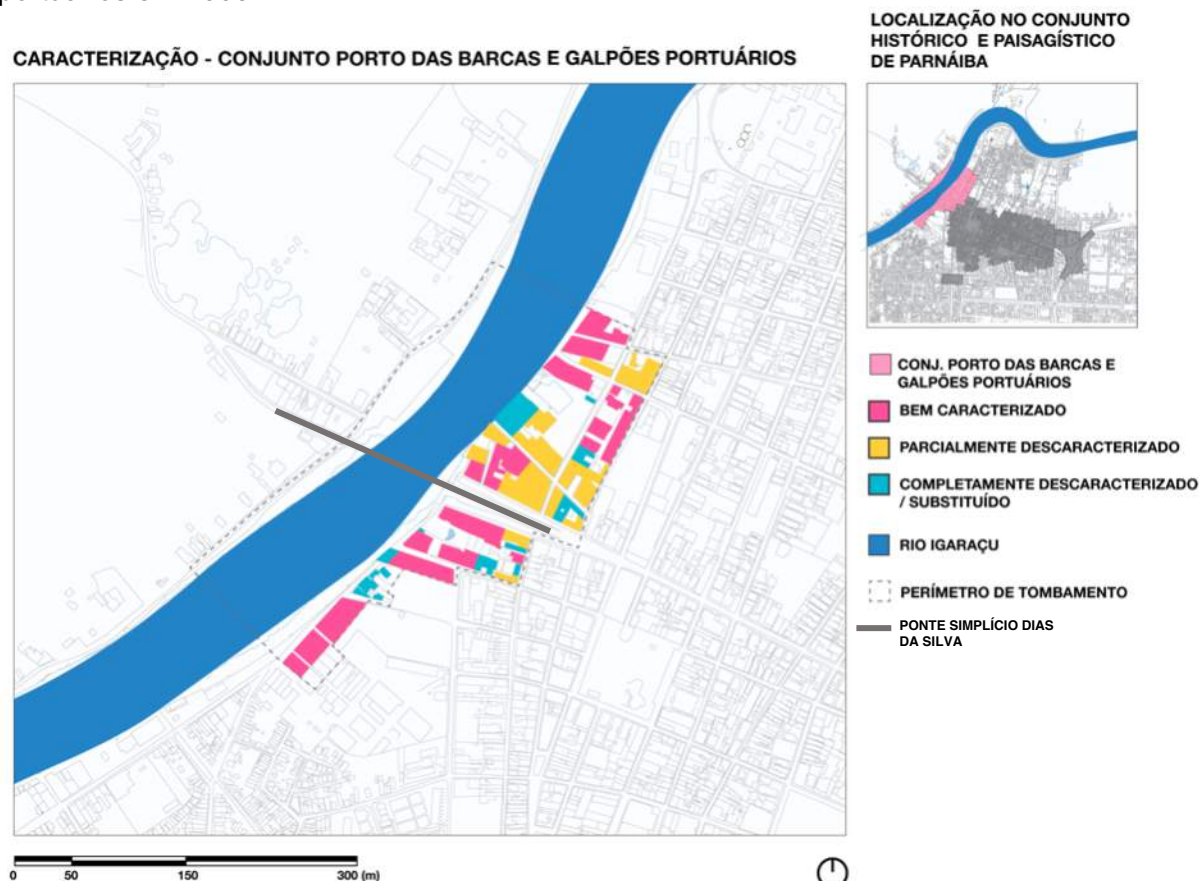
Figura 64- Reforma do Complexo Cultural Porto das Barcas



Fonte: SAMPAIO, 2020

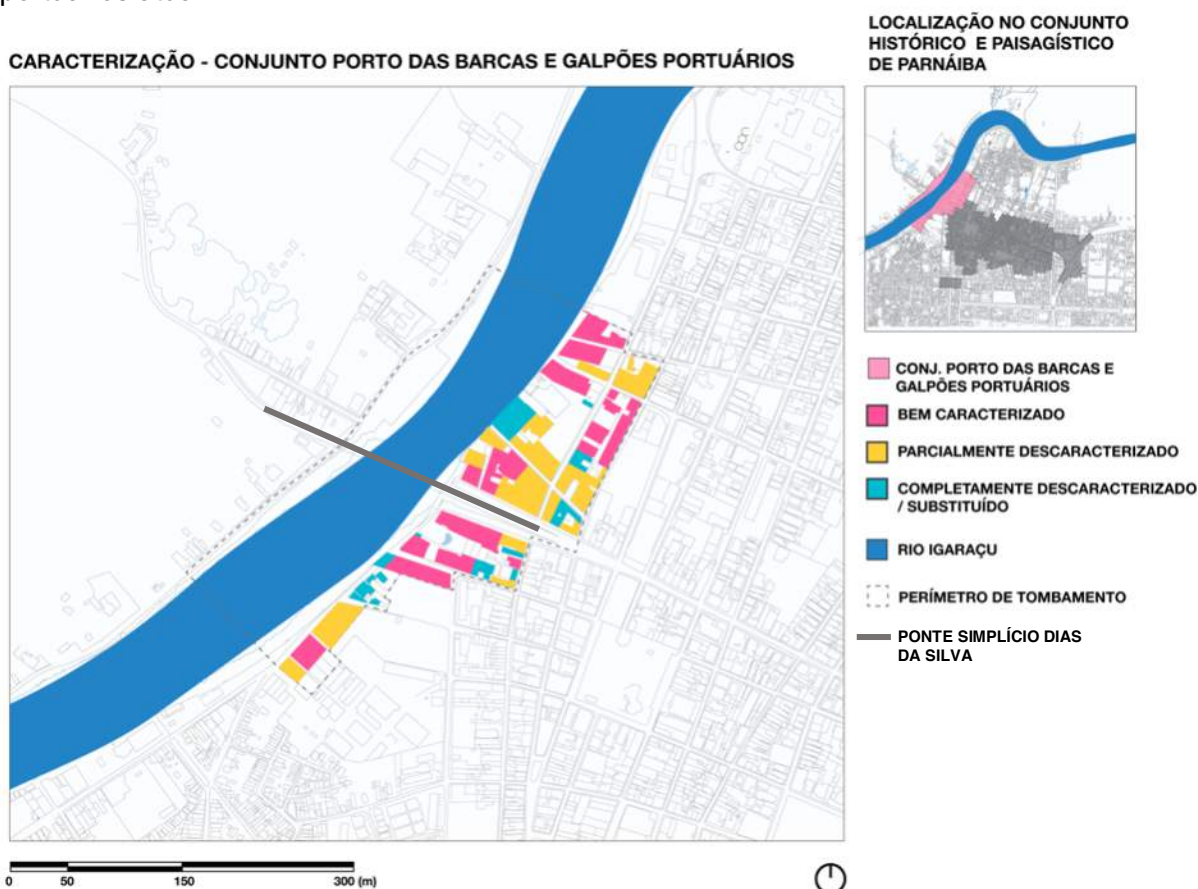
Em relação à caracterização dos edifícios, após a aplicação da legislação do tombamento não houve mudanças significativas, como pode ser observado no Figura 65, com a situação no ano de 2008 em comparação com o levantamento atualizado (Figura 66).

Figura 65- Diagnóstico de caracterização do Conjunto Porto das Barcas e galpões portuários em 2008



Fonte: FIGUEIROA; SAMPAIO, 2019 com dados do IPHAN, 2008b.

Figura 66- Diagnóstico de caracterização do Conjunto Porto das Barcas e galpões portuários atual



Fonte: FIGUEIROA; SAMPAIO, 2020

As descaracterizações identificadas ocorrem, sobretudo pela retirada e/ou substituição das portas como na figura 67 ou pelo estado de arruinação demonstrado anteriormente.

Figura 67 – Descaracterizações no Conjunto Porto das Barcas e Galpões portuários



Fonte: Sampaio, 2020 com dados do IPHAN 2008b

A partir da análise realizada, entende-se que o Conjunto Porto das Barcas e galpões portuários, uma década após a aplicação do instrumento de tombamento, reduziu de maneira substancial a qualidade arquitetônica de suas edificações. O Conjunto pouco

evoluiu em relação à recuperação de imóveis, adoção de novos usos e vitalidade do lugar.

A reforma proposta para Revitalização do Complexo cultural Porto das Barcas é um dos poucos, mas significativos avanços em prol da usabilidade das construções e recuperação do valor simbólico do local. De todo modo, embora seja relevante criar estruturas culturais como parques e museus, o valor cotidiano do lugar é modificado a partir dessas novas funções.

O Conjunto do Porto das Barcas e Galpões portuários encontra-se fortemente marcado pela dimensão cotidiana do trabalho e pela relação da paisagem da margem do rio com a população local. Esses valores encontram-se ameaçados por invasões às edificações abandonadas, a insegurança ocasionada pelo alto número de prédios em desuso, arruinamentos e, por conseguinte a esses fatores, desvalorização imobiliária de um território relevante em significado histórico, ambiental e paisagístico para a cidade.

Dessa maneira, o local perde em valor econômico e empobrece no que concerne às relações de memória. Como visto anteriormente, a memória encontra-se ancorada nos espaços, logo, é necessário que sejam utilizados cotidianamente nas práticas sociais locais para que possam ser palco da ancoragem e objetificação e assim tornar-se elemento de representação e narrativa da paisagem local.

3.3.2 Conjunto Santa Casa de Misericórdia

O Conjunto Santa Casa de Misericórdia, composto por apenas duas quadras, possui a menor dimensão entre os conjuntos do sítio Histórico e Paisagístico de Parnaíba. Localiza-se na Praça Antônio do Monte Furtado, n.1080, Bairro Centro. O conjunto constitui-se do edifício sede da Santa Casa de Misericórdia de Parnaíba e da Praça Antônio do Monte Furtado, também conhecida como Praça da Santa Casa, delimitado conforme o Figura 68.

Figura 68 – Conjunto Santa Casa de Misericórdia

Fonte: FIGUEIROA; SAMPAIO, 2020.

A Santa Casa de Misericórdia de Parnaíba foi fundada em 1896 por Manoel Fernandes de Sá Antunes com a finalidade de prestar assistência social e espiritual à população carente e é o mais antigo hospital do Piauí (ATHAYDE, 1984). Atualmente, a Santa Casa de Parnaíba compõe-se de um conjunto de edificações contíguas, construídas ao longo dos anos, com predominância do modelo pavilhonar e presença de pátio interno. O complexo ocupa área de cerca de 4.600m². Na figura 69 verifica-se a implantação da unidade hospitalar no lote, que atualmente ocupa a totalidade da quadra.

Figura 69 – Conjunto Santa Casa de Misericórdia

Fonte: PHB DRONES in Jornal da Parnaíba, 2018 com modificações da autora.

Inicialmente instalado em um edifício alugado na antiga Rua Grande, a sede da Santa Casa de Misericórdia mudou-se para o térreo de outra edificação à rua Duque de Caxias em 1899 (ALMANAQUE DA PARNAÍBA, 1934). Em 1914 deslocou-se para a atual localização, lugar que antes abrigava a antiga residência do Coronel Pacífico

Castelo Branco, um sobrado de características coloniais (figura 70). (ATAHYADE, 1984)

Figura 70 – Santa Casa de Misericórdia em 1914



Fonte: SILVA, 2018 p. 143

Em 1917 a Santa Casa de Misericórdia já possuía sala de operações, curativos, gabinetes médicos e dentários. (ALMANACK DA PARNAYBA, 1929). Em 1918 houve adaptações no sobrado para fins de adequação dos ambientes hospitalares tais como inserção de salas de operações e enfermaria (ALMANAQUE DA PARNAÍBA, 1934).

Em 1922 iniciou-se a construção do pavilhão frontal, o que ocasionou a alteração morfológica da antiga residência (ATHAYDE, 1984). Neste mesmo ano estabeleceu-se na Santa Casa a prestação de serviços pelas religiosas da Congregação das Filhas do Imaculado Coração de Maria (ALMANAQUE DA PARNAÍBA, 1934). Após algumas intervenções arquitetônicas, o edifício recebeu detalhes artísticos do ecletismo a partir da inserção de platibanda e adornos decorativos, como mostra a figura 71, extraída da edição 01 do Almanack da Parnahyba em 1924.

Figura 71 – Santa Casa de Misericórdia em 1924



Fonte: ALMANACK DA PARNAHYBA, 1924 p. 25

Em 1923, iniciou-se a construção de um anexo contíguo ao edifício original, com fachada para as ruas nas ruas Coronel Pacífico e Joao Emílio Falcão Costa (figura 72). Essa construção contemplava dois pavimentos e vinte e um quartos inaugurados em 24 de junho 1928 (CORREIA; LIMA, 1945), e recebeu a denominação de Pavilhão Antônio do Monte. O projeto foi idealizado pelo arquiteto português Justino Vieira, em estilo eclético, com platibandas e frisos decorativos (ALMANACK DA PARNAHYBA, 1929).

Figura 72 – Pavilhões da Santa Casa de Misericórdia, 1929



Fonte: Almanack da Parnahyba, 1929, p. 62

No mesmo período, ao final da década de 1920, e sempre a partir de doações financeiras, dado o carácter beneficente da Santa Casa, a fachada principal foi modificada e um novo pavimento foi inserido. Essa reforma foi elaborada por Brito Ferreira, então diretor da Estrada de Ferro Central do Piauí. A reforma dotou o local de infraestrutura para receber as freiras que passariam a integrar a gestão do local e, para tanto, necessitavam de dormitórios e outras dependências (ATAHYDE, 1984).

A figura 73, publicada no almanaque da Parnaíba do ano de 1934, mostra o resultado das modificações e ampliações realizadas na fachada principal da Santa Casa, em frente à Praça Antônio Monte. Em perspectiva, no lado direito da imagem, já se observa o Pavilhão Antônio do Monte na rua Coronel Pacífico e, no lado esquerdo, a capela inaugurada em 1929 (ATHAYDE, 1984).

Figura 73 – Santa Casa de Misericórdia de Parnaíba, 1934



Fonte: Arquivo Helder Fontenele, sem data apud FERREIRA, 2017

A partir de então, os acréscimos arquitetônicos continuaram para ampliação do hospital. Dentre os principais anexos destacam-se: a instalação do Centro cirúrgico José Narciso em 1934, aquisição de prédios contíguos em 1943, construção do Pavilhão José Narciso em 1945, inauguração do Pavilhão Belarmino Pires e centro cirúrgico Rodrigo Ricardo Coimbra em 1957 (ATHAYDE, 1984).

Em 1967 procedeu-se ampla reforma no Pavilhão Antônio do Monte. Em 1968, com a aquisição do terreno à rua João Emílio Falcão, foi entregue uma rampa para interligar os pavimentos no ano de 1972 e em 1973 construiu-se o pavilhão da lavanderia (ATHAYDE, 1984).

O terreno em frente à Santa Casa, conhecido como largo da Santa Casa, era de propriedade da unidade hospitalar, e foi adquirido juntamente com a residência do Coronel Pacífico. A posse, entretanto, foi ratificada em lei municipal apenas no ano de 1921. Posteriormente, parte do terreno foi cedida ao governo do Estado em 1955 para construção de um centro de saúde (ATHAYDE, 1984). A figura 74 apresenta uma imagem do local na década de 60, com as duas edificações que compõem o conjunto ao fundo.

Figura 74 – Praça Antônio Monte em 1968



Fonte: Biblioteca do IBGE, 2017

Quanto às tipologias existentes no conjunto, em levantamento realizado pelo IPHAN em 2008, foram indicadas a presença de três períodos artísticos, em que se destacam o *Art Déco* e o Ecletismo (Figura 75).

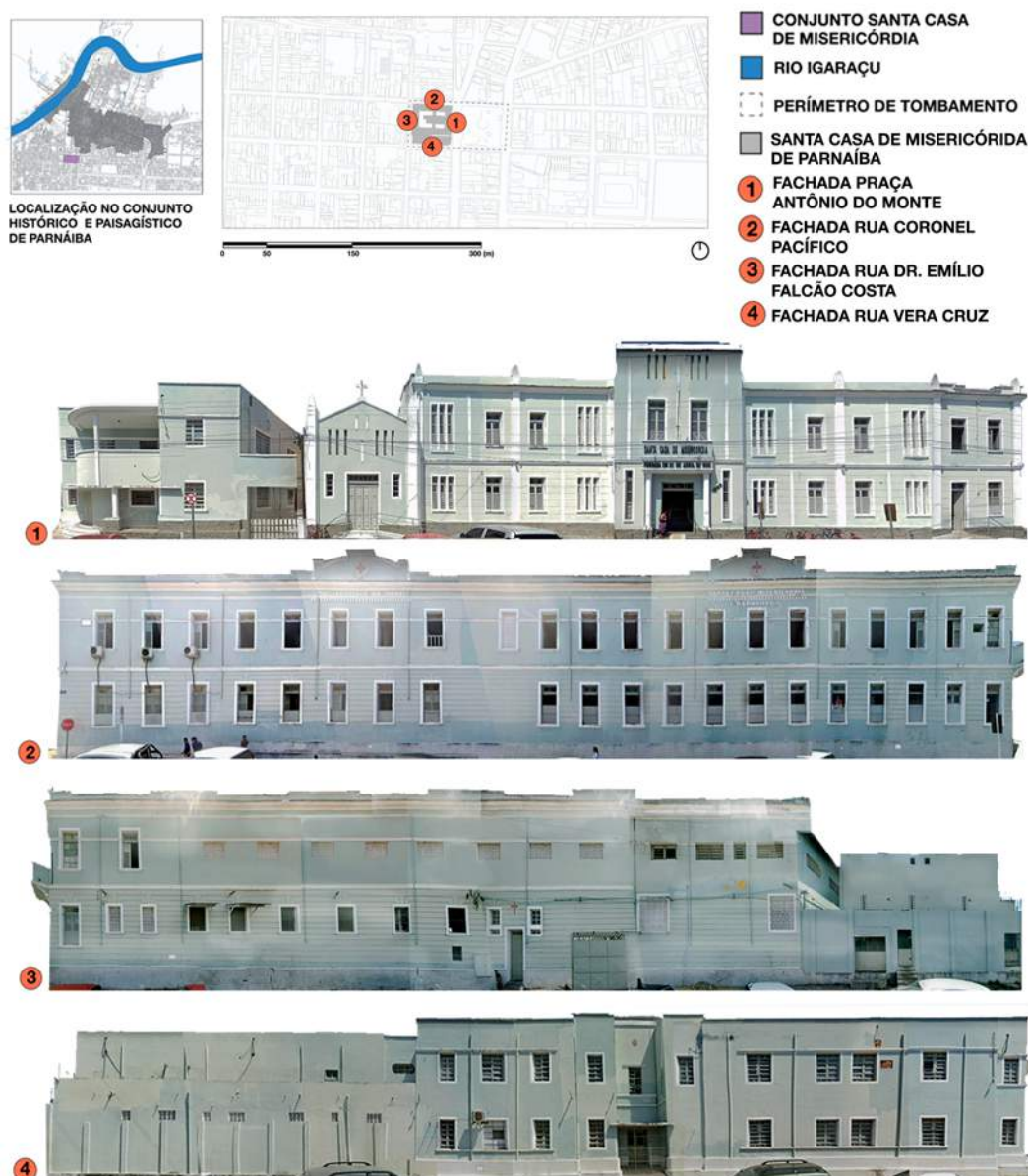
Figura 75 – Tipologias do Conjunto Santa Casa de Misericórdia



Fonte: FIGUEIROA; SAMPAIO, 2020 com dados de IPHAN 2008b.

Alguns detalhes do Ecletismo predominam nas fachadas voltadas para Praça Antônio do Monte e no pavilhão de mesmo nome (fachada para rua Coronel Pacífico). O *Art Déco* coexiste com a tipologia eclética, principalmente no edifício contíguo (Rua Vera Cruz), como pode-se verificar nas faces de quadra presentes na figura 76.

Figura 76– Faces de quadra da Santa Casa de Misericórdia



Fonte: FIGUEIROA; SAMPAIO, 2020 com imagens do Google Street View, 2019

Quanto ao gabarito das edificações, predominam construções de dois pavimentos (Figura 77) embora exista o edifício térreo da Capela na área da Praça Antônio do Monte Furtado.

Em relação ao levantamento de usos realizado pelo IPHAN antes do tombamento (Figura 78) e a verificação atual, observa-se que, na edificação da Praça Antônio do Monte, classificada em 2008 com uso comercial, atualmente funciona o Hemocentro Regional de Parnaíba, o que torna a função institucional de serviços hospitalares o principal uso do conjunto (Figura 79)

Figura 77 – Gabarito Conjunto Santa Casa de Misericórdia

GABARITO - CONJUNTO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA



LOCALIZAÇÃO NO CONJUNTO HISTÓRICO E PAISAGÍSTICO DE PARNÁIBA



- CONJUNTO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA
- RIO IGARAÇU
- DELIMITAÇÃO DO CONJUNTO
- 1 PAVIMENTO
- 1 PAVIMENTO (PÉ DIREITO DUPLO)
- 2 PAVIMENTOS

Fonte: FIGUEIROA; SAMPAIO, 2020 com dados de IPHAN 2008b.

Figura 78 – Usos em 2008 - Conjunto Santa Casa de Misericórdia

USOS - CONJUNTO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA



LOCALIZAÇÃO NO CONJUNTO HISTÓRICO E PAISAGÍSTICO DE PARNÁIBA



- CONJUNTO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA
- RIO IGARAÇU
- DELIMITAÇÃO DO CONJUNTO
- COMERCIAL/SERVIÇO
- INSTITUCIONAL

Fonte: FIGUEIROA; SAMPAIO, 2020 com dados de IPHAN 2008b.

Figura 79 – Usos atual - Conjunto Santa Casa de Misericórdia

USOS - CONJUNTO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA



LOCALIZAÇÃO NO CONJUNTO HISTÓRICO E PAISAGÍSTICO DE PARNÁIBA



- CONJUNTO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA
- RIO IGARAÇU
- DELIMITAÇÃO DO CONJUNTO
- INSTITUCIONAL

Fonte: FIGUEIROA; SAMPAIO, 2020

Quanto ao estado de conservação, a classificação em 2008 era de bem conservado para o complexo da Santa Casa e regularmente conservado para a edificação à Praça Antônio do Monte (Figura 80).

Figura 80– Conservação do Conjunto Santa Casa de Misericórdia em 2008



Fonte: FIGUEIROA; SAMPAIO, 2020 com dados de IPHAN 2008b.

Atualmente, não se observam modificações em relação à conservação do edifício da Santa Casa de Misericórdia. Esse fator encontra-se associado ao fato do local manter-se em funcionamento durante todo o período, o que permitiu maior vitalidade ao conjunto.

Embora o edifício da Santa Casa de Misericórdia de Parnaíba tenha passado por sucessivas ampliações e modificações, o edifício ainda mantém alguns pisos originais em ladrilho hidráulico, uma capela em homenagem a São João Batista e uma gruta em homenagem à Nossa Senhora de Lourdes (RAMOS, 2008).

Em relação a praça Antônio do Monte e o edifício sediado nela, ambos se encontravam regularmente conservados em 2008 e no levantamento atual encontram-se bem conservadas (Figura 81).

Figura 81– Conservação do Conjunto Santa Casa de Misericórdia atual



Fonte: FIGUEIROA; SAMPAIO, 2021

Quanto à caracterização, o fato do complexo da Santa Casa manter suas atividades de maneira ininterrupta durante os anos se reflete na caracterização do conjunto, inalterada em relação ao levantamento de 2008 (Figura 82).

Figura 82 – Caracterização do Conjunto Santa Casa de Misericórdia em 2008



Fonte: FIGUEIROA; SAMPAIO, 2020

O tombamento da praça em frente ao quarteirão ocupado pelo Hospital foi uma estratégia de valorização da região, à época, descaracterizada pelo comércio informal, como pode ser observado na figura 83. No ano de 2014 a Praça foi reformada pelo

poder municipal (PORTAL COSTA NORTE, 2014) e atualmente encontra-se bem conservada conforme a figura 84.

Figura 83 – Comércio informal à Praça Antônio do Monte nos anos 2000.



Fonte: IPHAN, 2008b

Figura 84 –Praça Antônio do Monte atualmente



Fonte: SAMPAIO, 2021.

Observa-se que o edifício localizado na Praça Antônio Monte recebeu ainda mais acréscimos e modificações na fachada e atualmente abriga as instalações do Centro de Hematologia e Hemoterapia do Piauí- HEMOPI (figura 85).

Figura 85 – HEMOPI na Praça Antônio Monte.



Fonte: SAMPAIO, 2021.

O complexo Santa Casa de Misericórdia de Parnaíba, tem papel relevante na prestação de serviços assistenciais e hospitalares ao longo dos seus 125 anos de existência, não apenas em Parnaíba, mas também no estado do Piauí. Sua relevância já era reconhecida desde o início do século XX, como demonstra o trecho do texto “A Santa Casa de Misericórdia de Parnahyba” publicado no Almanack da Parnahyba de 1929:

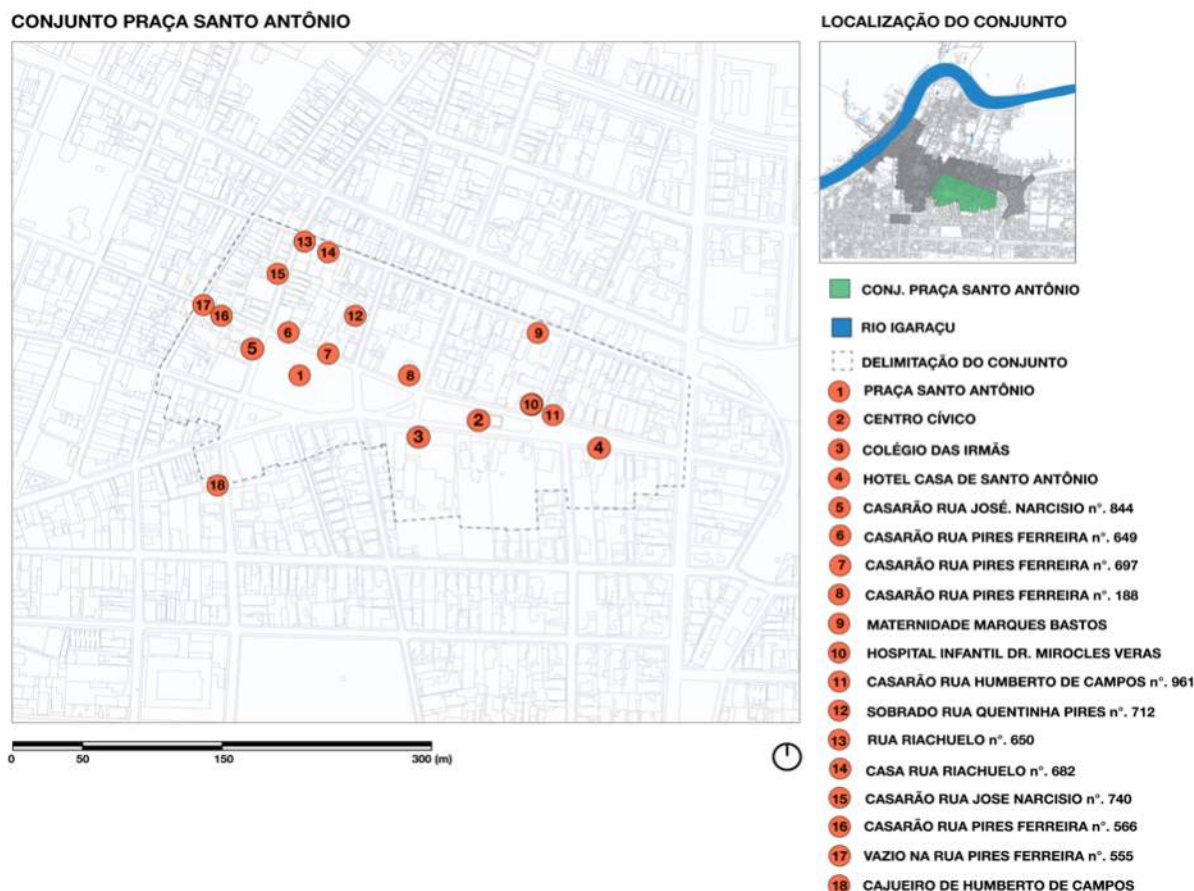
Seria difícil de descrever com precisão a somma immensa de benefícios prestados à pobreza desvalida por esse pio estabelecimento, mormente nas epochas de seccas e innundações, quando a fome e o paludismo mais imensamente flagellam as classes pobres dessa cidade e das circumvizinhanças. (ALMANACK DA PARHANYBA, 1929, p. 81)

Inúmeras representações sociais emergem do seu contexto e permeiam o cotidiano das práticas sociais locais, tornando-se importante marco e referência na paisagem histórica urbana do lugar.

3.3.3 Conjunto Praça Santo Antônio

O Conjunto Praça Santo Antônio é composto por 21 quadras, sendo dez quadras de maneira total e 11 quadras de maneira parcial. Abriga importantes exemplares arquitetônicos remanescentes do período de maior do apogeu econômico. O Conjunto Praça de Santo Antônio sedia uma das mais relevantes áreas paisagísticas do conjunto, a praça que lhe originou o nome, Praça Santo Antônio. A figura 86 apresenta as principais edificações desse subconjunto, bem como sua delimitação.

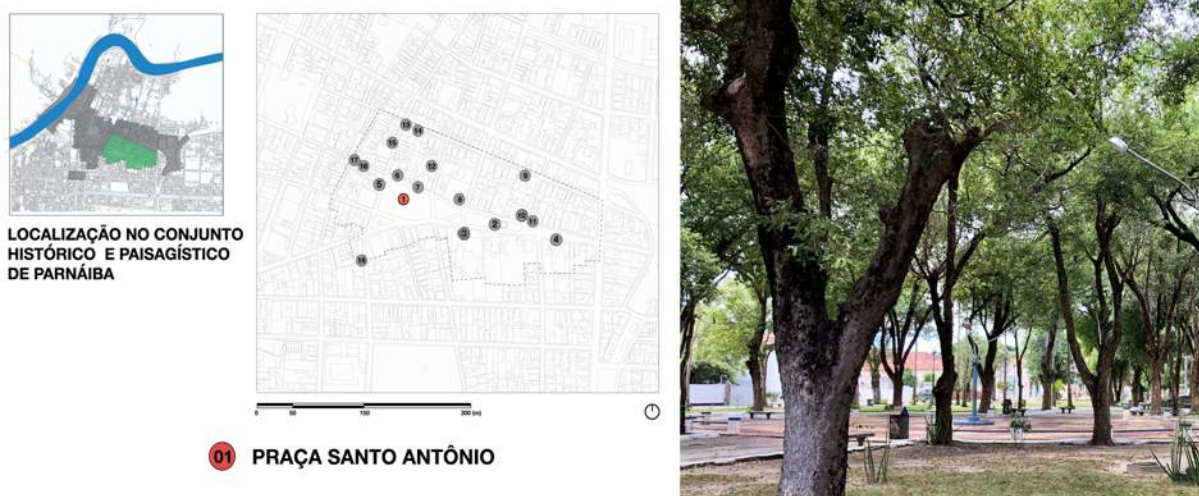
Figura 86 – Conjunto Praça Santo Antônio



Fonte: FIGUEIROA; SAMPAIO, 2021

Essa área cuja forma urbana consolidou-se nos primeiros anos do séc. XX já fazia parte das demarcações urbanas presentes no código de Posturas de Parnahyba, em 1899 (Lei Municipal n. 43 de 17 de outubro de 1899), com a denominação de largo de Santo Antônio, um dos limites urbanos da época. Sua urbanização é mais recente que a de subconjuntos como Porto das Barcas e galpões portuários e Praça da Graça.

Antes da urbanização a área configurava-se como um descampado e as poucas edificações eram, em sua maioria, residenciais (KRUEL, 2020). A praça Santo Antônio, localizada conforme figura 87, e reúne 6.755m². Recebeu diferentes pavimentações e obras de embelezamento urbano ao longo do tempo.

Figura 87 – Localização da Praça Santo Antônio

Fonte: FIGUEIROA; SAMPAIO, 2021

Dentre as primeiras intervenções destacam-se as ocorridas durante a gestão de Ademar Neves (1931-1934), de maneira semelhante ao realizado em outros logradouros da cidade, como a Praça da Graça (ALMANAQUE DA PARNAÍBA, 1933). Posteriormente, sob comando do Prefeito Mirócles Veras (1934-1936) desenvolveram-se melhorias no arruamento e a finalização do ajardinamento da Praça Santo Antônio como pode ser observado na figura 88, com data provável da década de 1930 (CORREIA; LIMA, 1944).

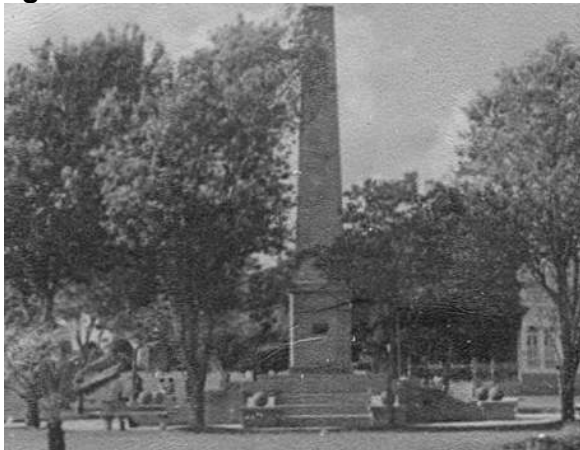
Figura 88 – Praça Santo Antônio em 1935

Fonte: Helder Fontenele, 2012

Em seu segundo mandato (1937-1945) Mirócles Veras instalou na Praça um obelisco em comemoração ao centenário da cidade no ano de 1944 (PASSOS, 1982). O

monumento encontra-se presente nos dias atuais. A figura 89 apresenta um registro do obelisco na década de 50.

Fig. 89 – Monumento ao centenário de Parnaíba, 1957.



Fonte: Acervo de Oswaldo Por Helder Fontenele, 2012

As figuras 90 a 93 trazem algumas perspectivas históricas de apreensão do espaço da Praça e apropriação social em diferentes temporalidades. Neles, verifica-se que a vegetação menos densa permitia uma boa visualização do espaço da Praça e de seu entorno.

Figura 90 – Praça Santo Antônio em 1948



Fonte: Helder Fontenele, 2012

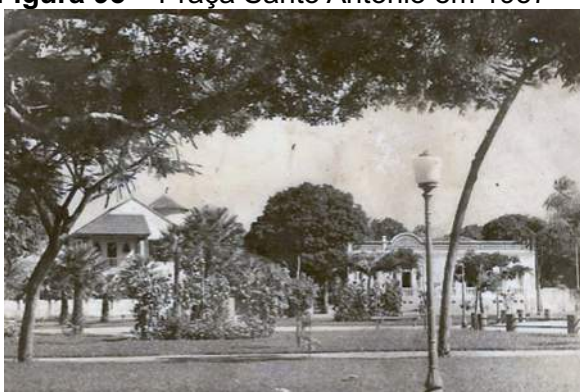
Figura 91– Praça Santo Antônio em 1952



Fonte: Helder Fontenele, 2012

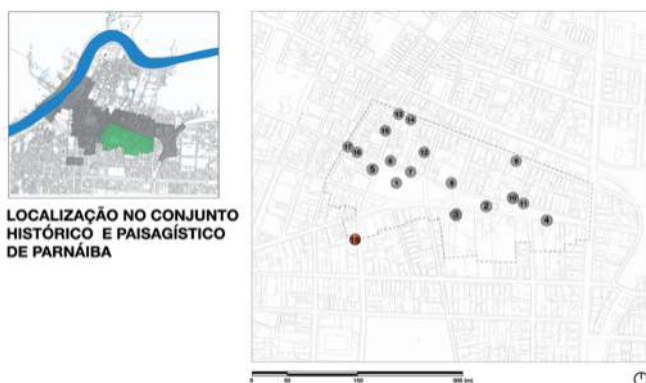
Figura 92 – Praça Santo Antônio em 19-?

Fonte: Helder Fontenele, 2012

Figura 93 – Praça Santo Antônio em 1957

Fonte: Helder Fontenele, 2012

Na gestão de Mirócles Veras (1937-1945) ocorreu a construção do jardim Humberto de Campos (PASSOS, 1982). Humberto de Campos, importante escritor brasileiro, nasceu no Maranhão e passou a sua infância em Parnaíba. Este registrou algumas memórias de sua passagem pela cidade em sua vasta produção literária. O cajueiro ao qual fazia referência em seus escritos tornou-se ponto turístico e fica localizado a uma quadra da praça Santo Antônio (figura 94).

Figura 94 – Cajueiro de Humberto de Campos

18 CAJUEIRO DE HUMBERTO DE CAMPOS

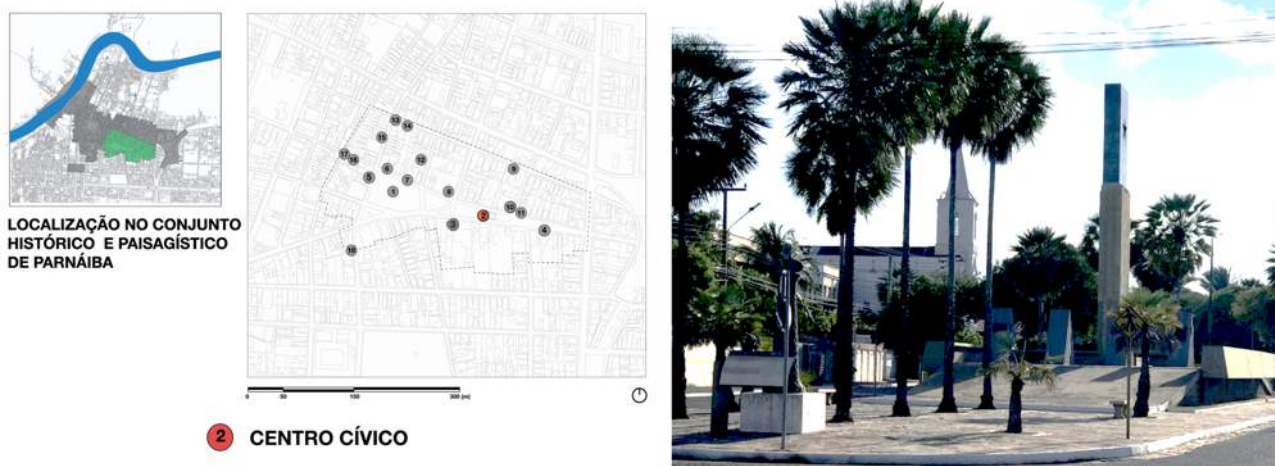


Fonte: FIGUEIROA; SAMPAIO, 2021

Outro importante espaço livre integrante do conjunto analisado é o Centro Cívico Prefeito Lauro Correia (figura 95). Edificado na década de 1960 na gestão do então prefeito Lauro Correia de Andrade (1963-1967), o local sedia muitas memórias afetivas e de apropriação social sobretudo durante os eventos festivos de 7 de setembro, data da independência do Brasil e 19 de agosto, aniversário da cidade, regularmente lá comemorados.

O espaço do centro cívico compõe-se de monumentos que celebram as conquistas locais e foi reformado por ocasião do sesquicentenário da cidade no ano de 1994 pelo prefeito José Hamilton Furtado Castelo Branco (1993-1996), quando ficou com a conformação atual.

Figura 95 – Localização do Centro Cívico



Fonte: FIGUEIROA; SAMPAIO, 2021 com fotografia de Michael Rodrigues, 2021.

As edificações do conjunto Praça Santo Antônio são predominantemente ecléticas e apresentam implantação no lote diferenciada, com recuos frontais e laterais originalmente preenchidos com jardins. Em sua maioria, os exemplares ecléticos que fazem alusão aos tradicionais chalés europeus e datam do início do séc. XX, como a residências situadas na rua José Narciso n.740 (figuras 96). Essas são edificações com cobertura bastante inclinada, inseridas em terrenos amplos, com presença de sótão, porão elevado e por vezes escadarias de entrada.

Figura 96 – Residência rua José Narciso n. 740

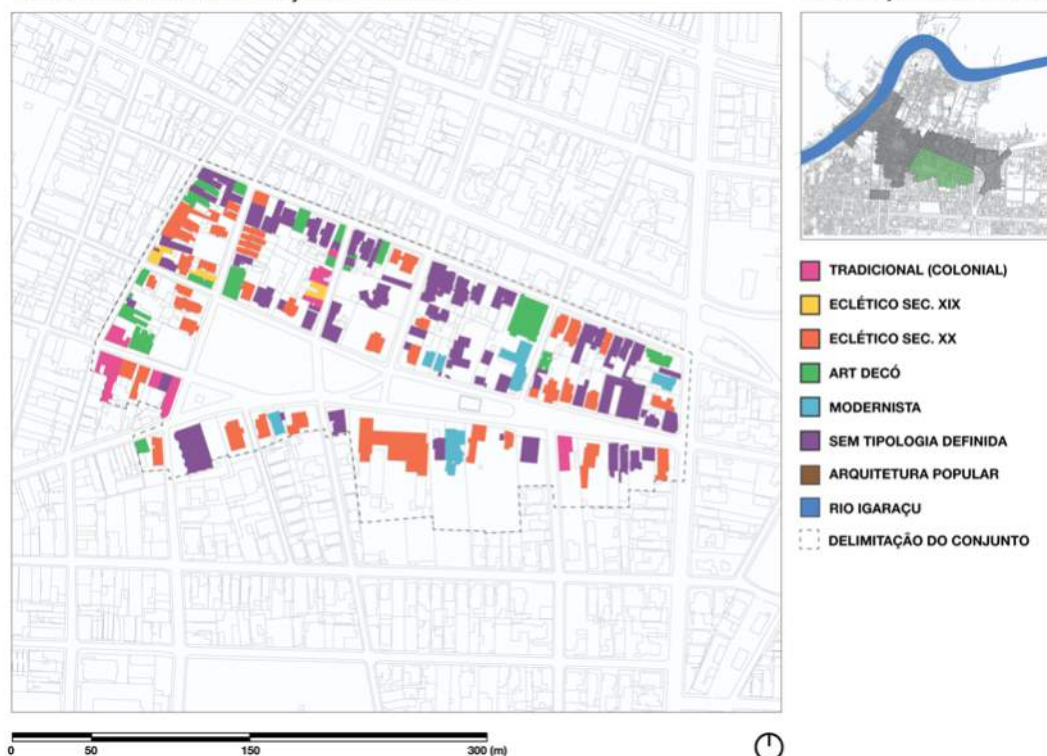


Fonte: FIGUEIROA; SAMPAIO, 2021; fotografia de Michael Rodrigues, 2021.

Era uma tipologia que permitia demonstrar o poder econômico de seus proprietários, em sua maioria prósperos comerciantes do início do séc. XX. Entretanto, existem outras tipologias como o Moderno e *Art Déco* no conjunto. O levantamento das tipologias encontra-se na figura 97.

Figura 97 – Tipologias Conjunto Praça Santo Antônio

TIPOLOGIAS - CONJUNTO PRAÇA SANTO ANTÔNIO



Fonte: FIGUEIROA; SAMPAIO, 2019 com dados do IPHAN, 2008b.

Como pode-se observar, a maior parte das edificações do conjunto já se encontra descaracterizada e sem tipologia definida embora ainda predominem, entre as tipologias definidas, exemplares ecléticos do séc. XIX, XX, construções modernistas e *Art Déco*. Entre as edificações Ecléticas, destaca-se o Colégio Nossa Senhora das Graças, localizado conforme a figura 98.

Figura 98– Colégio Nossa Senhora das Graças



3 COLÉGIO NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS

Fonte: FIGUEROA; SAMPAIO, 2021 com imagens de Parnaíba em Nota, 2018.

A implementação de escolas católicas no início do sec. XX fazia parte do projeto de intensificação da presença da igreja na sociedade, na busca pelo fortalecimento do catolicismo em detrimento a outros dogmas e ideologias que avançavam. E esse projeto religioso e cultural encontrava-se intimamente articulado com as elites locais.

O colégio Nossa Senhora das Graças foi fundado em 30 de maio de 1907 e destinava-se a educação feminina. Nesse mesmo ano as Irmãs dos Pobres de Santa Catarina de Sena chegam à Parnaíba e logo tornam-se responsáveis pela condução da escola. A primeira diretora foi a irmã Amália Petri. Uma das articuladoras da iniciativa foi Angélica Tavares Silva, esposa de Luiz Antônio de Moraes Correia, intendente municipal de Parnaíba de 1905 a 1912. (BRITO, 2018).

As escolas confessionais católicas femininas e masculinas estavam presentes em outras cidades brasileiras, incluindo a capital piauiense, Teresina. Inicialmente, essas escolas instalavam-se em imóveis cedidos pela sociedade local. Em Parnaíba, o local escolhido abrigava a residência da família Pires no final do séc. XIX e início do séc. XX. Todo o mobiliário inicial da escola foi doado por outras famílias tradicionais da cidade. (BRITO, 2018).

Em 1911 o terreno onde localiza-se a sede atual foi adquirido e sua construção iniciou-se em 1918 com recursos advindos de doações. Em 1924, passou por reformas devido inundações relacionadas com a cheia do Rio Igaraçu (SILVA, 2007). A figura 99 apresenta uma imagem histórica do conjunto.

Figura 99. Colégio Nossa Senhora das Graças, 1934



Fonte: Helder Fontelene, 2012

O Colégio Nossa Senhora das Graças ou Colégio das Irmãs, como é popularmente conhecido, ocupa uma área de quase 10.000m² e a maior construção eclética do conjunto, juntamente com a capela de Santo Antônio, também eclética. A capela de Santo Antônio, com as formas mais parecidas com as existentes na atualidade começou a ser construída em 1949 e finalizada em 1954.

Entretanto, a torre desmoronou e a nova reforma da capela apenas finalizou no ano de 1963. O edifício sede escola foi reformado em 1969 (SILVA,2007). A figura 100 traz uma imagem do conjunto na atualidade. Nela pode-se verificar as inspirações clássicas nos elementos arquitetônicos como frontões, colunas, frisos e entablamentos e o ritmo presente na repetição das aberturas.

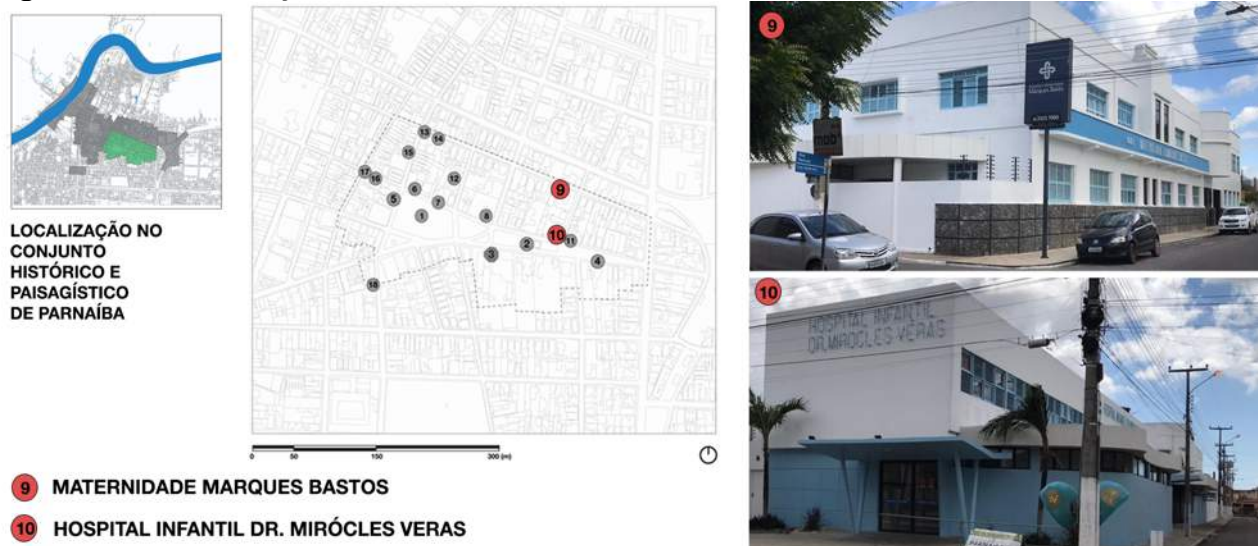
Figura 100- Colégio Nossa Senhora das Graças, 2011



Fonte: Airton Porto, 2011

O *Art Déco* presente no conjunto está representado em alguns edifícios comerciais e de maneira mais significativa no edifício que abriga a Maternidade Marques Bastos inaugurada na década de 1940. Já a tipologia moderna se faz presente no conjunto em algumas residências e no edifício que abriga o hospital infantil Dr. Mirócles Veras. A localização no conjunto e as fachadas dos dois edifícios são apresentadas na figura 101.

Figura 101 – Localização do Centro Cívico

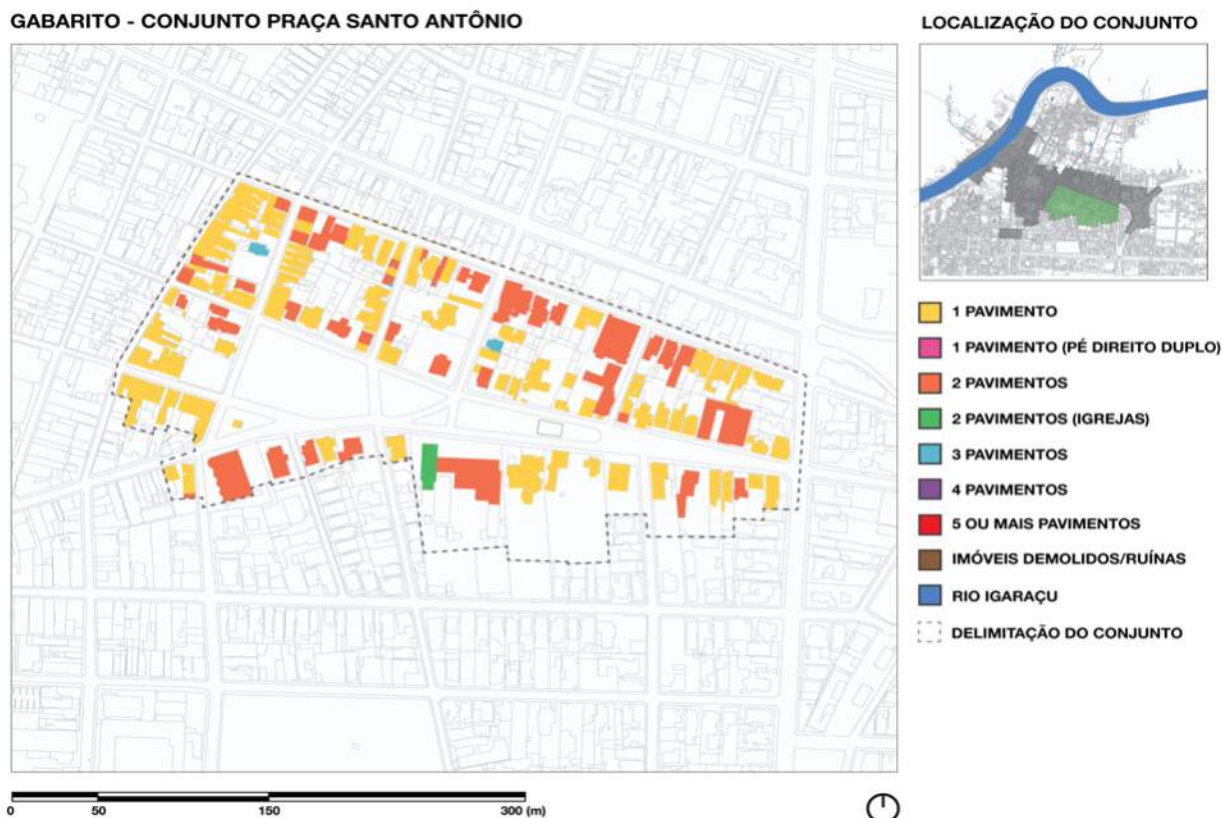


Fonte: FIGUEIROA; SAMPAIO, 2021 com fotografia de Michael Rodrigues, 2021.

Em relação ao gabarito, o conjunto é formado principalmente por edificações térreas, seguido de construções de 2 pavimentos. A edificação mais elevada do conjunto é a capela de Santo Antônio, com dois pavimentos embora existam pontualmente

edificações com 3 pavimentos. O mapeamento das edificações quanto ao gabarito encontra-se na Figura 102.

Figura 102– Gabarito do Conjunto Praça Santo Antônio

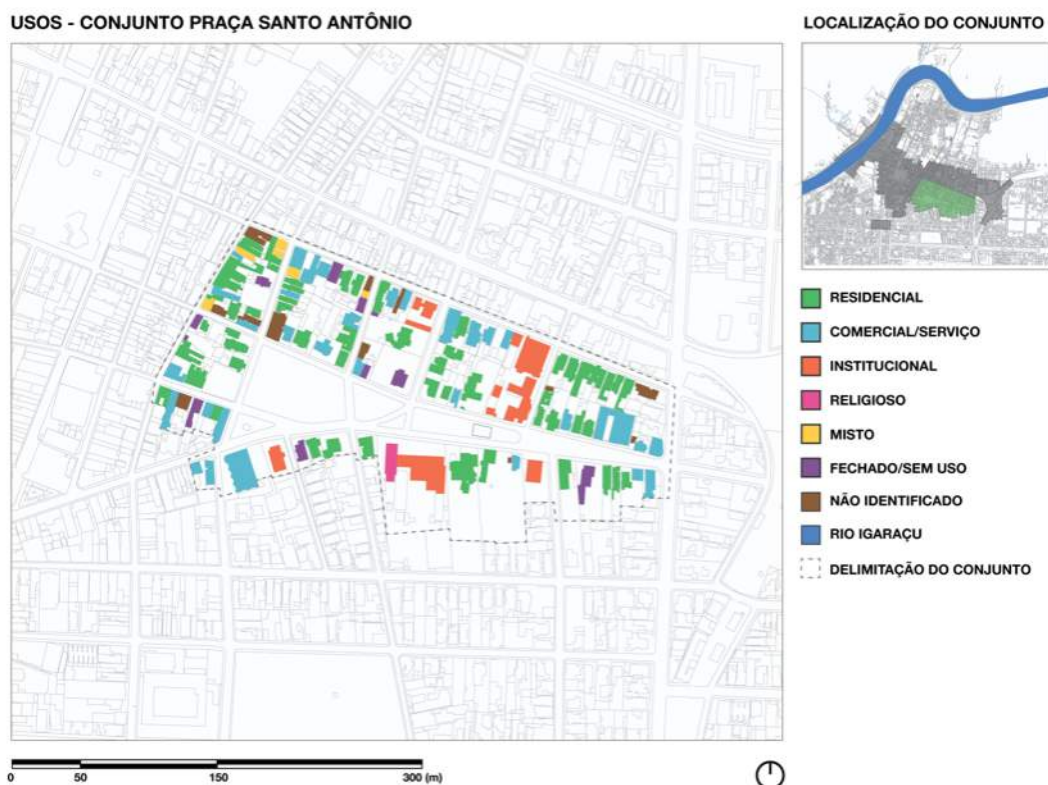


Fonte: FIGUEIROA; SAMPAIO, 2019 com dados do IPHAN, 2008b.

Quanto aos usos presentes no conjunto à época do tombamento (2007) (Figura 103), encontrava-se em maior número a função residencial, seguida da função comercial. Apenas 5 edificações foram identificadas com uso misto. A função institucional é representada pelo Colégio Nossa Senhora das Graças, um sobrado que abriga a sede da Vara do Trabalho juntamente com o Fórum, o Hospital infantil Dr. Mirócles Veras, a maternidade Marques Bastos, um edifício da Justiça do Trabalho e uma clínica do SUS. Não havia registro de ruínas ou demolições e apenas 6 edificações encontravam-se fechadas e sem uso.

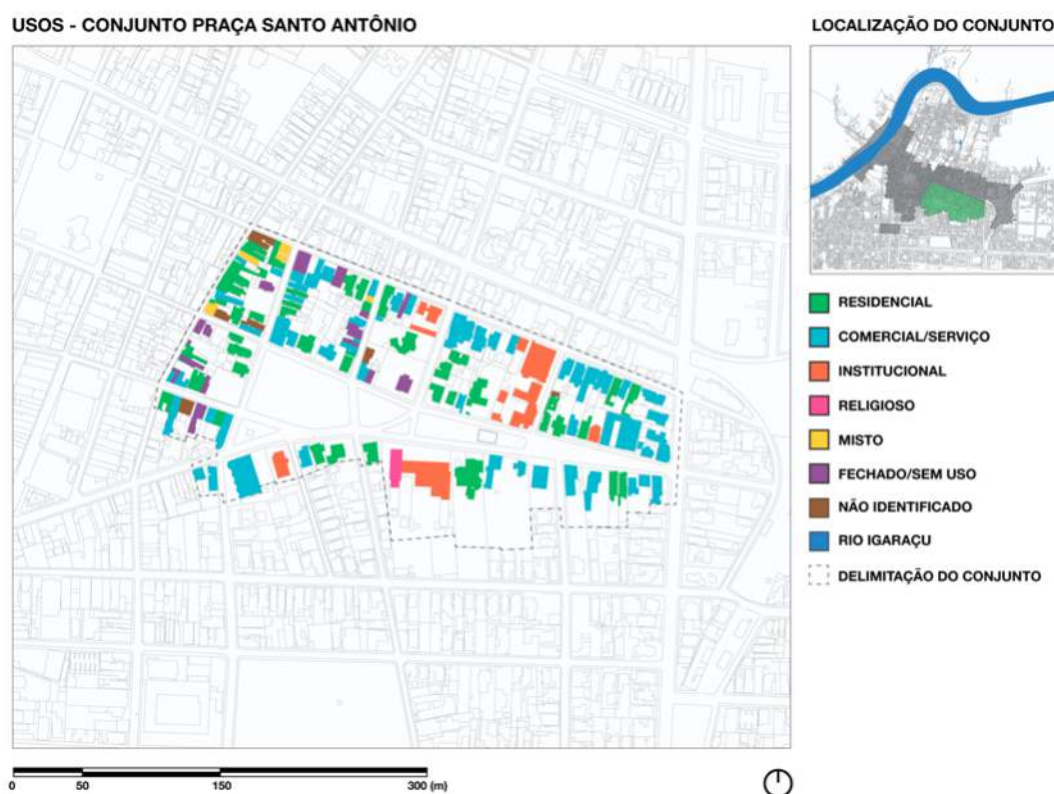
Atualmente, observa-se no levantamento de usos mais recente (Figura 104) alterações de função em diversas edificações, sobretudo as que antes abrigavam o uso residencial e agora passam a sediar comércio e serviços. Entre os novos usos predominam as clínicas e serviços médicos, como se verifica no anexo do Casarão da rua Pires Ferreira n.º697 na figura 105. Houve a ampliação da quantidade de imóveis fechados e sem uso no conjunto que agora somam cerca de doze imóveis.

Figura 103- Diagnóstico de uso do Conjunto Praça Santo Antônio em 2007



Fonte: FIGUEIROA; SAMPAIO, 2019 com dados do IPHAN, 2008b.

Figura 104- Diagnóstico de uso do Conjunto Praça Santo Antônio atual



Fonte: FIGUEIROA; SAMPAIO, 2020

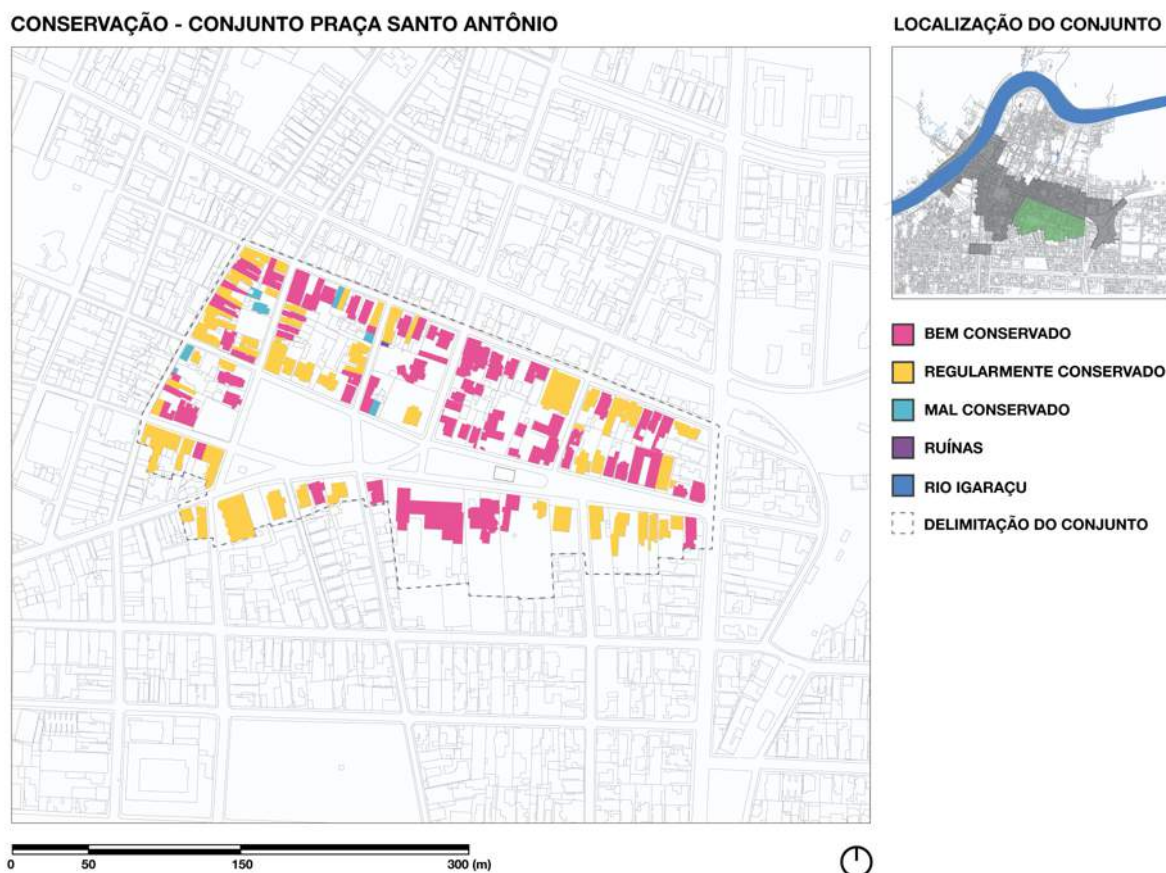
Figura 105 – Mudança de função na rua Pires Ferreira n.º697



Fonte: FIGUEROA;SAMPAIO, 2020.

Por ocasião do tombamento em 2008, o estado de conservação encontrava-se conforme representação da figura 106. O conjunto equilibrava-se entre edificações bem conservadas e regularmente conservadas. Apenas 7 imóveis encontravam-se em estado precário de conservação (mal conservados).

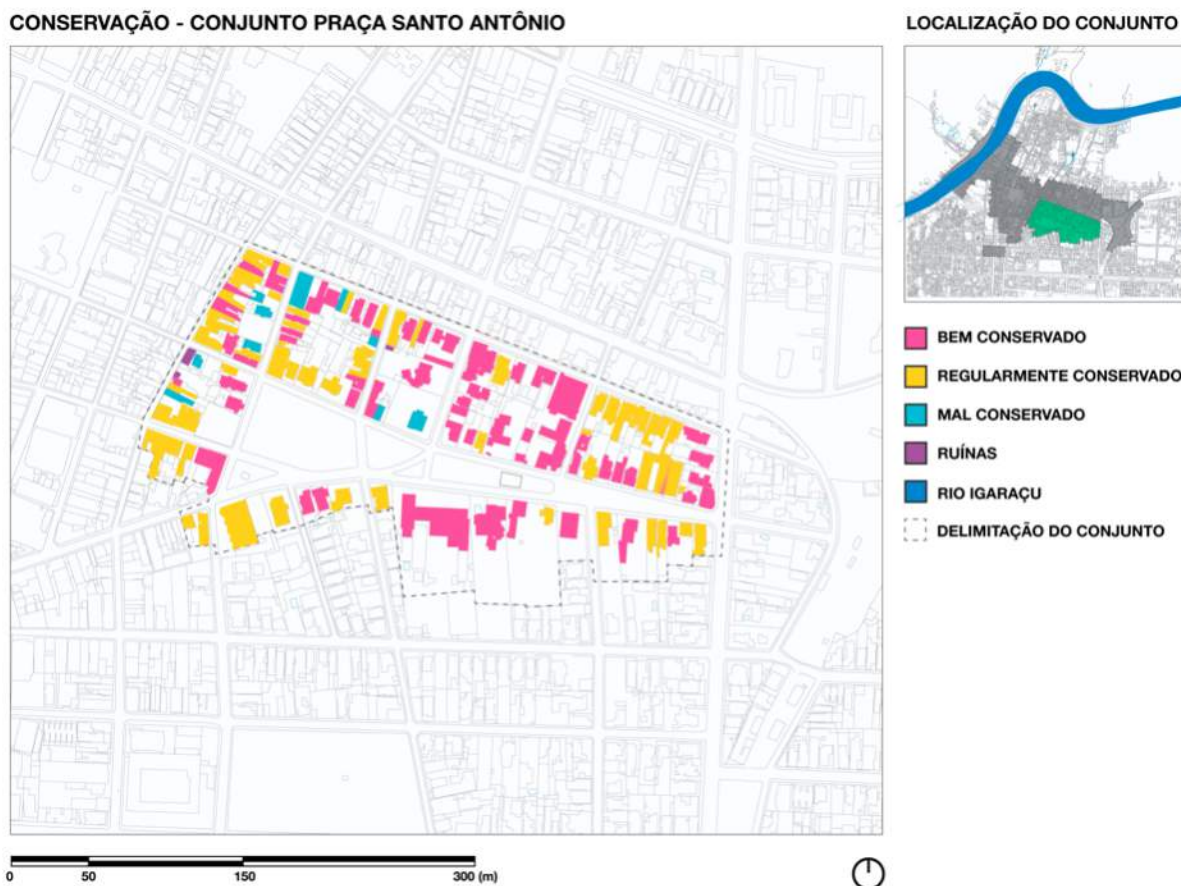
Figura 106 - Estado de conservação do Conjunto Praça Santo Antônio em 2007



Fonte: FIGUEIROA; SAMPAIO, 2019 com dados do IPHAN, 2008b.

Na atualidade o número de edificações bem conservadas é ligeiramente maior que o de regularmente conservadas. Tal fato provoca no conjunto certa estabilidade em relação ao estado anterior de conservação dos bens, mesmo com as mudanças de usos e fechamentos dos imóveis citadas anteriormente. A situação geral do conjunto em relação ao seu estado atual de conservação encontra-se no Figura 107.

Figura 107 - Estado de conservação do Conjunto Praça Santo Antônio atual



Fonte: FIGUEIROA; SAMPAIO, 2019

Entre os imóveis considerados regularmente conservados e que passaram para a categoria de bem conservados destaca-se o caso do Hotel Casa de Santo Antônio (figura 108) que reformou um imóvel residencial de arquitetura eclética para instalar-se. O empreendimento constitui exemplo de como as edificações protegidas podem adequar-se as necessidades da contemporaneidade, utilizando-se do patrimônio para geração de renda e vitalidade econômica.

Figura 108 – Hotel Casa de Santo Antônio



Fonte: FIGUEROA; SAMPAIO, 2020 com imagem de Hotel Casa de Santo Antônio, 2019.

Os reflexos da ociosidade imobiliária estão presentes no estado de conservação das edificações que integram o conjunto. Nas edificações que se encontram sem uso, a perda de vitalidade urbana se reflete diretamente no estado de conservação dos imóveis.

Apesar da totalidade do sítio encontrar-se bem conservada, o número de edificações que passaram de regularmente conservada para mal conservadas cresceu. Verificou-se no total dez edificações na categoria mal conservadas.

A figura 109 traz um comparativo do estado de conservação de algumas edificações à época do tombamento e nos dias atuais. No conjunto analisado também registrou-se a presença de arruinamentos, que antes da proteção não existiam (figura 110).

Figura 109 – Diagnóstico comparativo do estado de conservação - edificações conj. Praça Santo Antônio



Fonte: FIGUEROA; SAMPAIO, 2020 com imagens de IPHAN, 2008b.

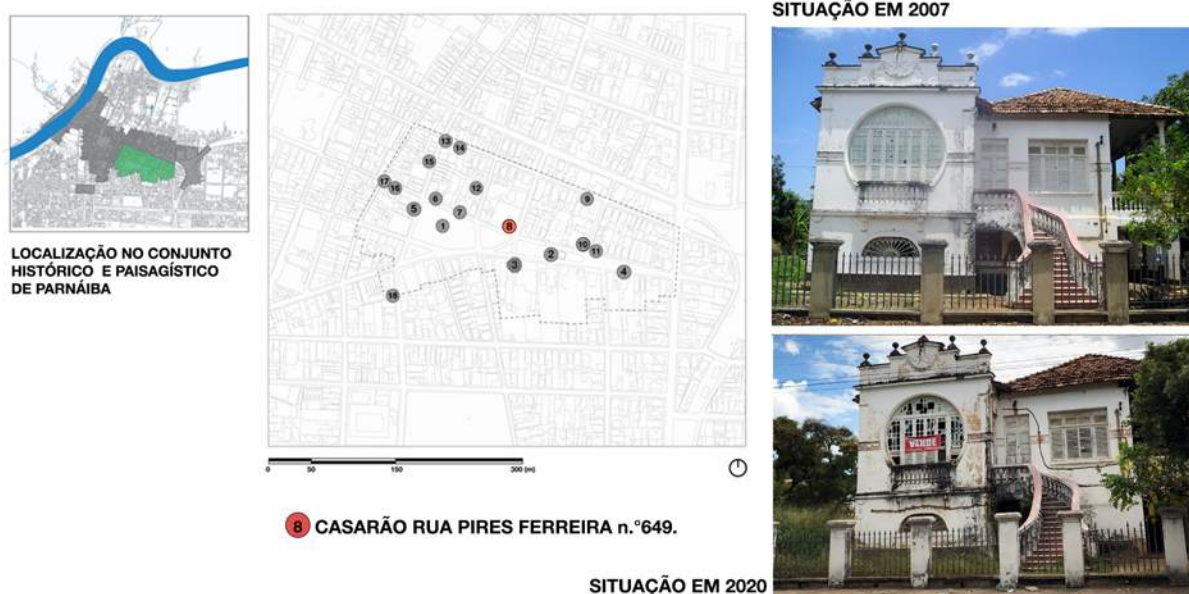
Figura 110 – Arruinamento no conj. Praça Santo Antônio



Fonte: FIGUEROA; SAMPAIO, 2020 com imagens de IPHAN, 2008b.

Há ainda, edificações de valor histórico e arquitetônico significativo que se encontram sem uso desde antes da proteção do tombamento. Em sua maioria são componentes de espólios judiciais que atravessam os anos ou edificações em que os proprietários não possuem poder aquisitivo para mantê-las. Dessa forma, o estado de conservação declinou entre o tombamento e a atualidade, apesar de estarem situadas em áreas consideradas de grande potencial econômico. O imóvel situado à rua Pires Ferreira n.º649 (figura 111) é um arquétipo dessa situação.

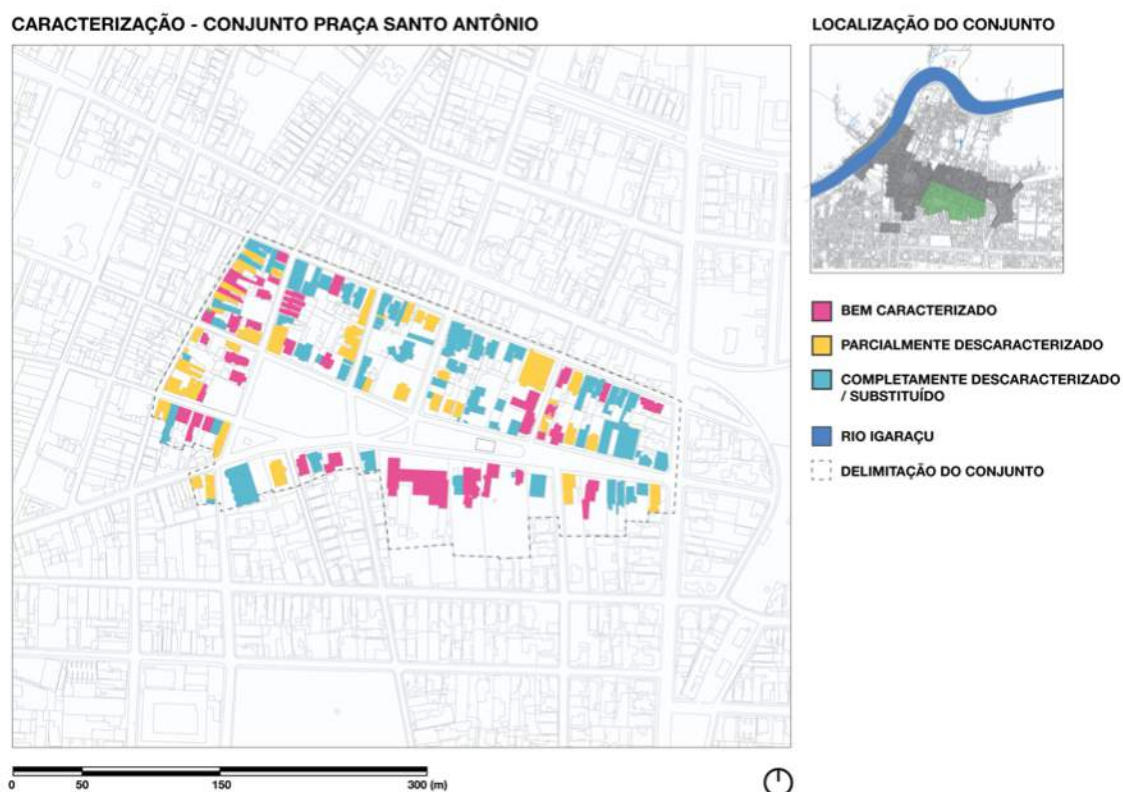
Figura 111 – Casarão Rua Pires Ferreira n.º649



Fonte: FIGUEROA; SAMPAIO, 2020 com imagens de IPHAN, 2008b.

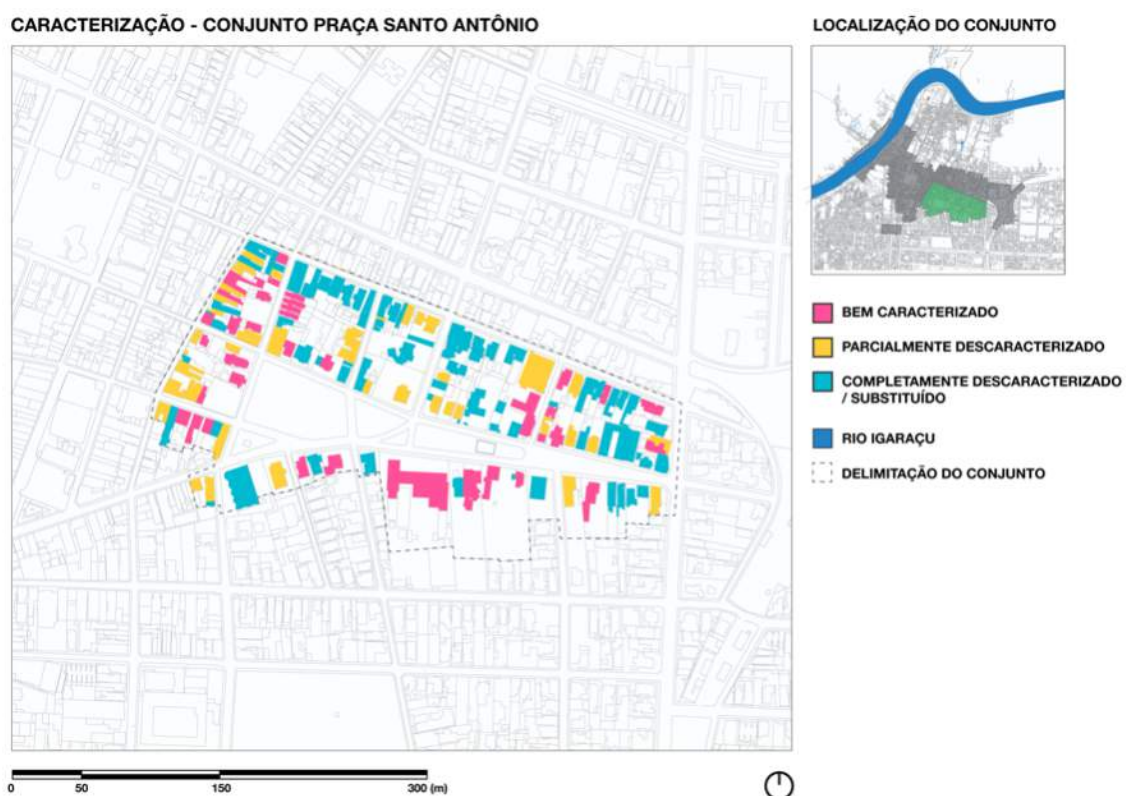
No que tange à caracterização do Conjunto Praça Santo Antônio, em 2007, segundo levantamento realizado pelo IPHAN, grande parte do conjunto já se encontrava completamente descaracterizada ou havia sido substituída em relação às edificações originais (Figura 112). Em 2020 (Figura 113), a descaracterização aumentou em função dos arruinamentos, das mudanças de uso e do fechamento/abandono de alguns imóveis conforme exemplificado anteriormente.

Figura 112- Diagnóstico de caracterização do Conjunto Praça Santo Antônio em 2007



Fonte: FIGUEIROA; SAMPAIO, 2019 com dados do IPHAN, 2008b.

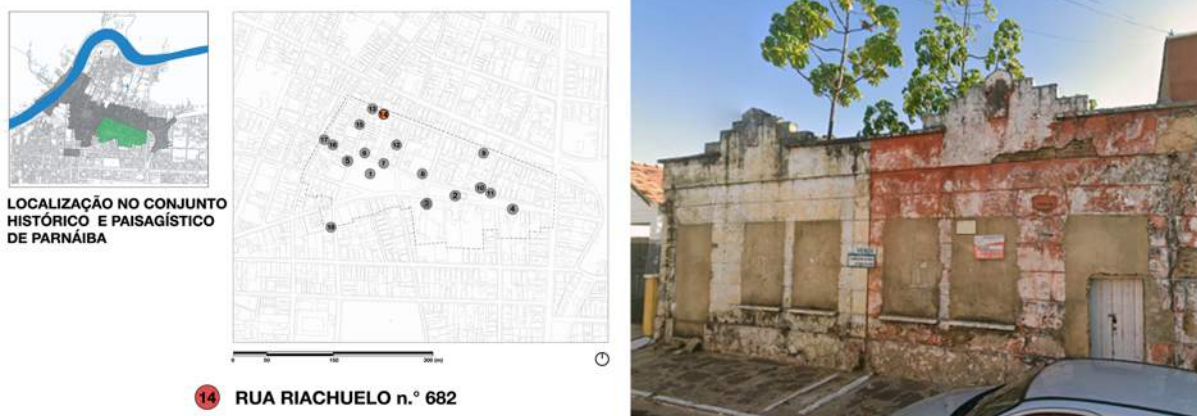
Figura 113- Diagnóstico de caracterização do Conjunto Praça Santo Antônio em 2020



Fonte: FIGUEIROA; SAMPAIO, 2019 com dados do IPHAN, 2008b

A figura 114 apresenta algumas das descaracterizações mais recorrentes no sítio como a retirada e fechamento de esquadrias com alvenaria, que, aliadas à má conservação em função do desuso, levam às construções a se aproximarem do arruinamento.

Figura 114– Rua Riachuelo n.º 682



Fonte: FIGUEROA; SAMPAIO, 2020 com imagens do Google Street View, 2019

O conjunto Praça de Santo Antônio representa um importante reduto paisagístico de Parnaíba e concentra elementos que ancoram e objetivam representações sociais na paisagem local. Essas construções e espacialidades sediam memórias, sobretudo do período de maior apogeu econômico em Parnaíba, por meio de suas edificações e traçado urbano.

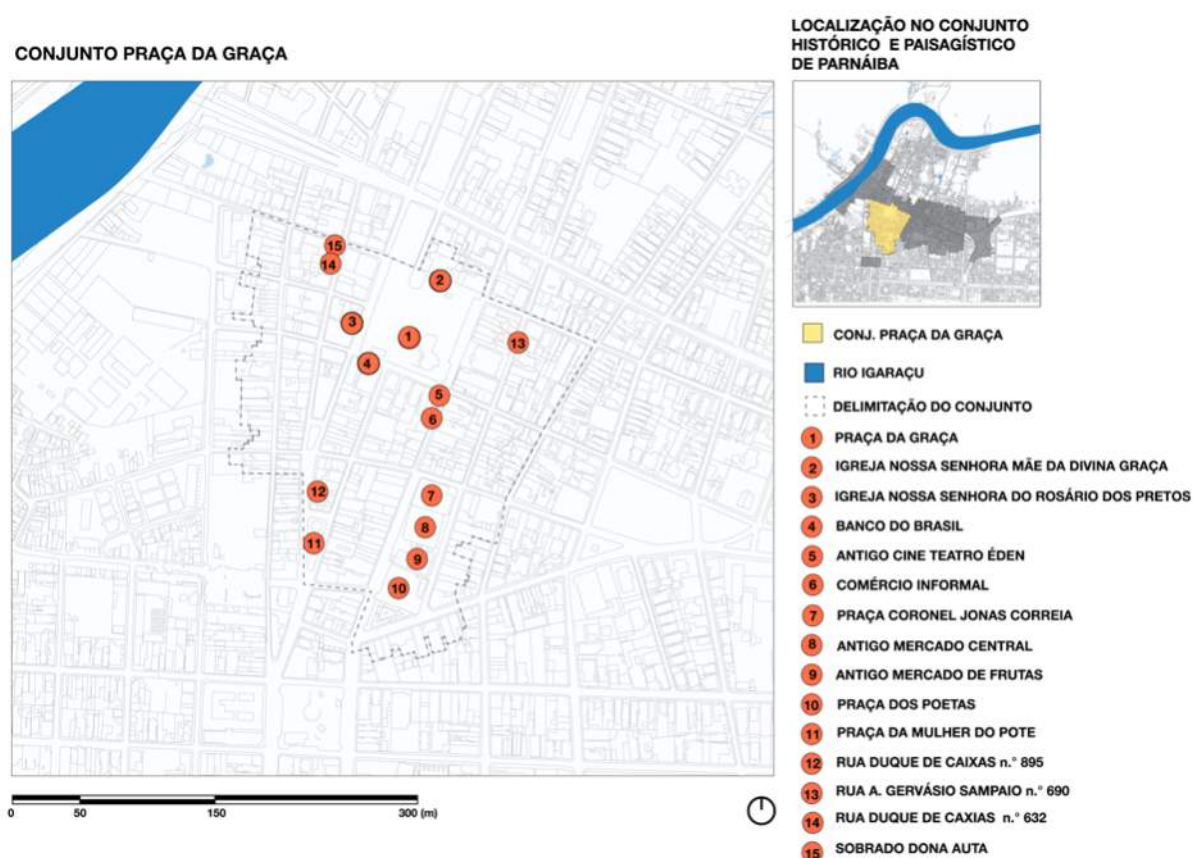
Esses espaços privilegiados de apropriação social que são os espaços públicos, como as praças, são locais em que a cotidianidade pulsa de maneira mais efetiva no ambiente construído, a partir da experimentação do espaço pelos sujeitos. Por manter-se de maneira equilibrada em relação ao estado de caracterização e conservação dos seus bens ao longo dos anos, e apresentar elementos importantes de apropriação social como os espaços públicos das praças e edificações simbólicas e centenárias como o Colégio das Irmãs, o conjunto desponta como um dos locais de maior usufruto cotidiano atualmente.

Seus espaços públicos permanecem e continuam a sediar e desenvolver narrativas e representações ao longo do tempo, pautadas sobretudo na memória de suas edificações e das apropriações sociais que lá existiram e são continuamente refeitas.

3.3.3 Conjunto Praça da Graça

O Conjunto Praça da Graça, à semelhança do Conjunto Porto das Barcas e galpões portuários, encontra-se intimamente relacionado à formação do núcleo urbano e desenvolvimento do comércio de Parnaíba. Na Praça da Graça está o marco zero de formação da cidade. A delimitação desse conjunto compreende 6 quadras de maneira parcial e 18 quadras em sua totalidade. A figura 115 apresenta a delimitação do conjunto e a localização das edificações e espaços mais significativos do conjunto.

Figura 115– Conjunto Praça da Graça



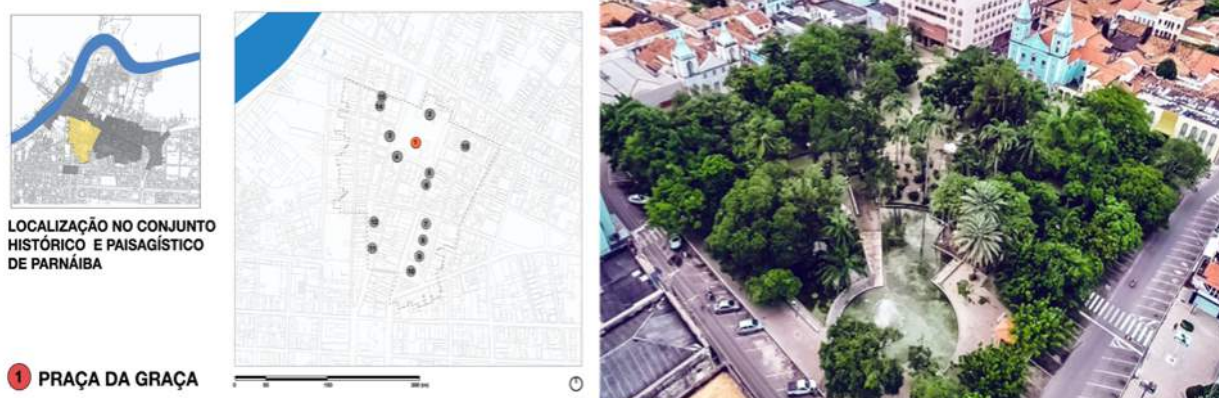
Fonte: FIGUEIROA; SAMPAIO, 2020

Alguns dos espaços mais característicos desse conjunto já se encontravam demarcados nos primeiros registros cartográficos de Parnaíba, datados ainda no séc. XIX, como no caso da Praça da Graça e de algumas das edificações de seu entorno, como as igrejas de Nossa Senhora Mãe da Divina Graça e Nossa Senhora do Rosário dos Pretos (REIS FILHO, 2000)

A praça da Graça (figura 116) ocupa uma área de mais de dez mil metros quadrados no centro de Parnaíba. É um dos espaços paisagísticos mais importantes do local e

contém áreas de contemplação e proximidade com a natureza, canteiros com intensa arborização, caminhos e espelhos d'água.

Figura 116– Praça da Graça



Fonte: FIGUEIROA; SAMPAIO, 2021; fotografia de Chico Rasta publicada em Portal Costa Norte, 2019.

O espaço da Praça da Graça e as edificações de seu entorno foram objeto de estudo da dissertação de mestrado da presente autora, intitulada “PRAÇA DA GRAÇA EM PARNAÍBA: transformações urbanísticas durante o Regime Militar (1964-1985)”. Nessa dissertação pode-se construir um pouco da historiografia do objeto, analisar as diferentes configurações urbanas do local e compreender algumas das representações sociais presentes nessa paisagem que emergem do passado e ressoam na contemporaneidade.

O logradouro recebeu diferentes nomenclaturas ao longo dos anos, conforme verifica-se no trecho a seguir:

Ao longo dos anos o espaço estudado possuiu várias denominações. A primeira foi Lagoa da Onça, nos tempos de feitoria do Porto das barcas, ao final do séc. XIX. Em seguida, na década de 1920 chamou-se Largo da matriz. Nos anos 30 intitulou Largo Municipal, posteriormente, Praça Municipal. Em meados de 1937 era Jardim de Landri Sales e por fim, Praça de Nossa Senhora da Graça, a Praça da Graça em homenagem a padroeira da cidade. (RODRIGUES, 2014, p. 48-49).

Inicialmente composta por duas praças (Largo do Rosário e Largo da Matriz) o local era composto por jardins de pouca arborização, paisagismo em bordaduras e passeios que se entrecruzavam e possibilitavam encontros e o livre flunar. A figura 117 permite a visualização aérea da configuração morfológica dos jardins em 1935. Nota-se que a baixa densidade da vegetação facilitava de apreensão das edificações do entorno e de outros elementos urbanos que compunham a paisagem como uma pérgola e um coreto.

Figura 117– Vista aérea da Praça da Graça em 1935



Fonte: ALMANAQUE DA PARNAÍBA, 1935.

A proeminente composição que favorecia a afluência de pessoas se dava tanto pela disposição dos principais edifícios institucionais que se localizavam ao redor da Praça da Graça, tais como cinemas, bancos, órgãos municipais e igrejas, quanto pela morfologia e configuração urbana do lugar. Sobre essa relação, pode-se pontuar:

A formação desses agrupamentos populares era possível devido à configuração morfológica do local, com traçado de características classicizantes regulares, planas e formais [...] Em contraste com os quarteirões edificados de influência colonial, a geometria plana das Praças facilitava a aglomeração de multidões e dava visibilidade a quaisquer manifestações, uma vez que muitos edifícios institucionais e socialmente relevantes encontravam-se ao redor desse vazio urbano. (RODRIGUES, 2014, p.74)

A praça da Graça passou por uma polêmica remodelação na década de 1970 que a deixou com a configuração atual. Com projeto de concepção modernista, a reforma efetuada foi controversa pois alterava de maneira significativa um local de intensa apropriação social, fruição e conseqüentemente, ancoragem e significação sem aprovação pública da sociedade. As duas praças anteriores se fundiram em um espaço único que não mais permite os encontros e sociabilidades outrora desenvolvidos. O paisagismo tornou-se mais denso dificultando a visualização do entorno e foram inseridos espelhos d'água como elementos compositivos da paisagem (figura 118).

Figura 118 - espelho d'água na Praça da Graça, 2021

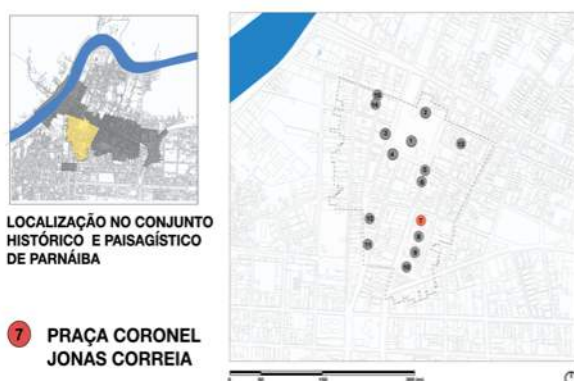


Fonte: SAMPAIO, 2021.

Além da Praça da Graça, o conjunto analisado é composto pelas Praças Coronel Jonas Correia, Constantino Correia (conhecida como Praça da Mulher do pote), Coronel Osório e a Praça dos Poetas.

A praça Coronel Jonas Correia, localizada conforme a figura 119, era conhecida como praça do mercado (PASSOS, 1981) devido a localização do antigo mercado de carnes no logradouro em face. Esse espaço urbano já se encontrava consolidado na década de 1940.

Figura 119– Praça Coronel Jonas Correia



Fonte: FIGUEROA; SAMPAIO, 2021

As figuras 120 e 121 trazem algumas perspectivas históricas do local onde vê-se a configuração original dos jardins e o movimento de apropriação social do lugar, impulsionado pela significativa presença de estabelecimentos comerciais na região.

Figura 120– Praça Coronel Jonas Correia, 1935

Fonte: Almanaque da Parnaíba, 1935

Figura 121– Praça Coronel Jonas Correia, 1940

Fonte: Almanaque da Parnaíba, 1940

Com o passar dos anos, a praça Coronel Jonas Correia passou a ser amplamente ocupada pelo comércio informal, estando desde o início dos anos 2000 ao ano do tombamento em 2008, inteiramente ocupada por vendedores e mercadorias, por como mostra a figura 122.

Figura 122– Praça Coronel Jonas Correia, 2007

Fonte: IPHAN, 2008b.

Em 2016 os comerciantes informais foram realocados e a praça foi reformada. A intervenção, segundo o Jornal O Piauí (SILVA, 2019), buscou reestabelecer a configuração mais próxima da original. Atualmente o local encontra-se urbanizado conforme a figura 123.

Figura 123– Praça Coronel Jonas Correia, 2021



Fonte: SAMPAIO, 2021

A praça Constantino Correia conhecida antes como Praça do Barão de Lorena (PASSOS, 1981), encontra-se localizada conforme figura 124. Nela há uma estátua com a representação de uma mulher que carrega um pote na cabeça, a “mulher do pote”. A escultura foi desenvolvida em 1973 pelo artesão pernambucano José Félix e apresentada para o então ministro Reis Veloso, parnaibano, que por sua vez, entregou a estátua em doação para a cidade. A estatueta faz referência às mulheres que iam as margens dos rios lavar roupas e no trajeto equilibravam os cestos sobre a cabeça (JORNAL DA PARNAÍBA, 2013).

Figura 124– Praça Constantino Correia



Fonte: FIGUEIROA; SAMPAIO, 2021; fotografia da Secretaria Municipal de Turismo de Parnaíba, sem data.

A Praça dos Poetas (figura 125) foi edificada com esse nome no início dos anos 2000, na gestão do prefeito Paulo Eudes Carneiro (2001-2004) em homenagem aos poetas parnaibanos (PORTAL COSTA NORTE, 2021).

Figura 125– Praça dos poetas



Fonte: FIGUEIROA; SAMPAIO, 2021; Fotografia Blog do B.Silva, 2021

Antes, era um largo adjacente ao antigo mercado de frutas, como pode ser visto na imagem histórica da figura 126, de 1940. Por se tratar de um espaço atualmente delimitado por gradis, o comércio informal instalado externamente ao redor da delimitação (figura 127) dificulta a apreensão, identificação e consequente fruição do lugar pelos transeuntes.

Figura 126– Mercado de Frutas, 1940



Fonte: Almanaque da Parnaíba, 1940

Figura 127– Praça dos poetas, 2021



Fonte: Portal Costa Norte, 2021

No conjunto Praça da Graça, a maioria das edificações encontra-se sem tipologia definida, conforme levantamento original realizado pelo IPHAN para o tombamento, em 2007 (Figura 128). Entre aquelas edificações cujo estado de conservação permitiu categorizar, destaca-se, em quantidade, a predominância de construções em estilo *Art Déco*. Tal preferência por esse estilo arquitetônico pode ser justificada pelo fato de o conjunto sediar a função comercial e ter recebido (a exemplo da praça da graça) muitas intervenções de remodelação e substituição de suas construções. Na parte oeste do conjunto, devido à proximidade com os galpões portuários e a margem dos rios, há uma concentração de edificações em estilo tradicional (colonial). Também se

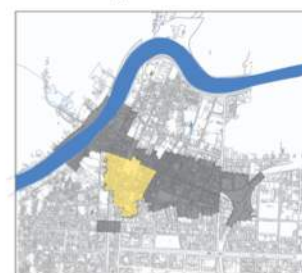
encontram no perímetro de delimitação do conjunto exemplares da arquitetura eclética do séc. XIX e, em menor quantidade, edificações ecléticas com data do início do século XX. O estilo Moderno aparece de maneira pontual em uma edificação que atualmente sedia a câmara municipal e não havia arruinamentos identificados.

Figura 128 – Tipologias Conjunto Praça da Graça

TIPOLOGIAS - CONJUNTO DA GRAÇA



LOCALIZAÇÃO DO CONJUNTO



- TRADICIONAL (COLONIAL)
- ECLÉTICO SEC. XIX
- ECLÉTICO SEC. XX
- ART DECÓ
- MODERNISTA
- SEM TIPOLOGIA DEFINIDA
- ARQUITETURA POPULAR
- RIO IGARAÇU
- DELIMITAÇÃO DO CONJUNTO

Fonte: FIGUEIROA; SAMPAIO, 2019 com dados do IPHAN, 2008b.

Entre as edificações coloniais tombadas, destaca-se o sobrado de dois pavimentos e mirante localizado na rua Duque de Caxias, n. 614, conhecido como sobrado da Dona Auta (figura 129). O sobrado recebe essa denominação em função de Dona Auta, que provavelmente foi a primeira esposa do dono do imóvel, Francisco José Castelo Branco. Há versões não comprovadas e difundidas no imaginário popular que o mirante foi edificado na esperança de observar o retorno (não ocorrido) de seu esposo que teria partido para lutar na Guerra do Paraguai, através do cais do rio Igaraçu (JORNAL DA PARNAÍBA, 2018).

Figura 129– Sobrado Dona Auta

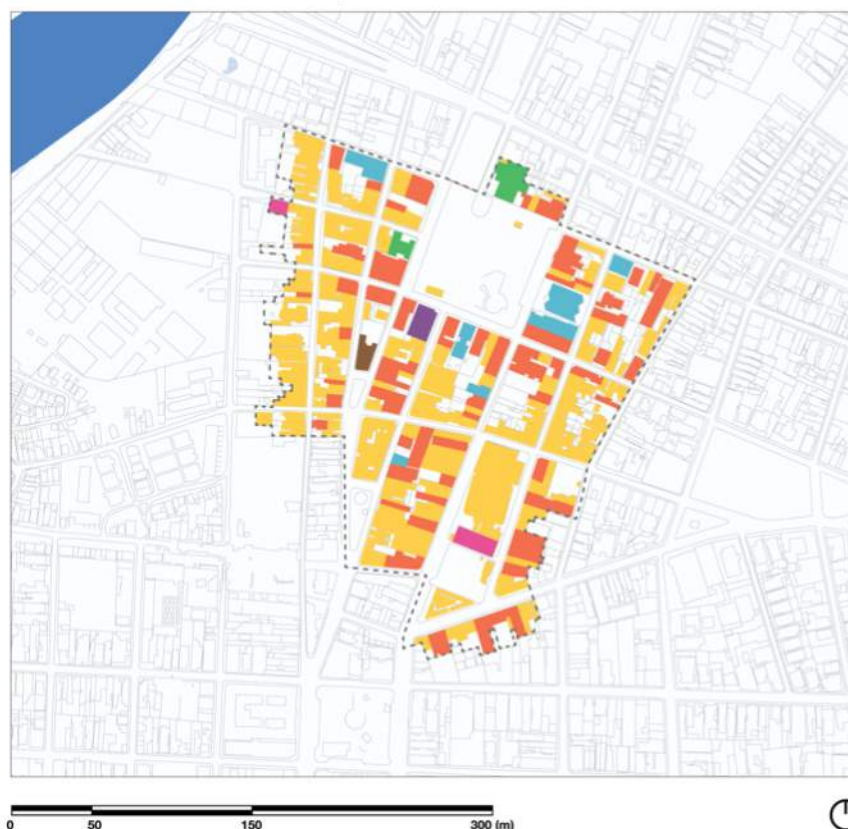


Fonte: FIGUEROA; SAMPAIO, 2021

Quanto ao gabarito, existe a prevalência de edificações térreas, seguida por edificações de 2 pavimentos. A presença de edificações de 3 e 4 ou mais pavimentos, principalmente na área mais próxima ao entorno da Praça da Graça ocorre de maneira pontual, conforme Figura 130

Figura 130 Gabarito do Conjunto Praça da Graça

GABARITO - CONJUNTO DA GRAÇA



LOCALIZAÇÃO DO CONJUNTO



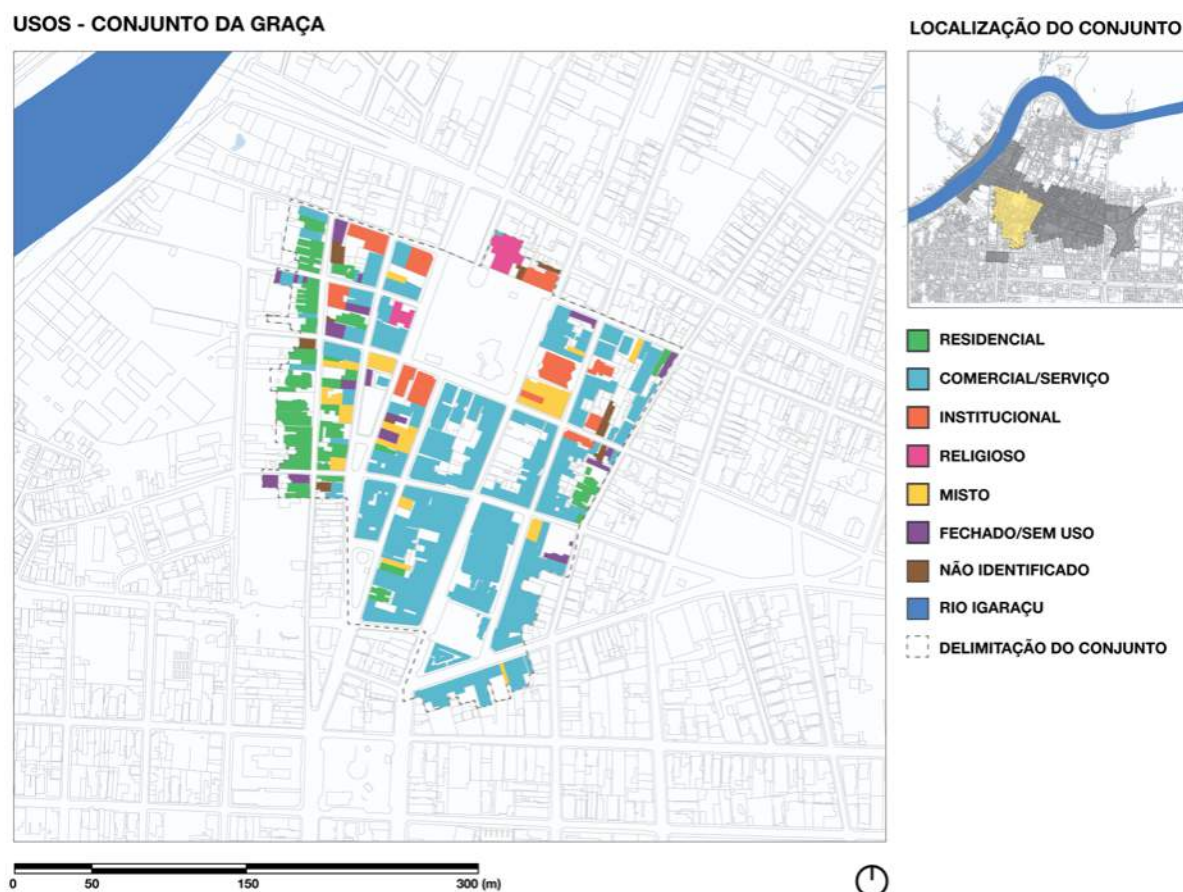
- 1 PAVIMENTO
- 1 PAVIMENTO (PÉ DIREITO DUPLO)
- 2 PAVIMENTOS
- 2 PAVIMENTOS (IGREJAS)
- 3 PAVIMENTOS
- 4 PAVIMENTOS
- 5 OU MAIS PAVIMENTOS
- IMÓVEIS DEMOLIDOS/RUÍNAS
- RIO IGARAÇU
- DELIMITAÇÃO DO CONJUNTO

Fonte: FIGUEIROA; SAMPAIO, 2019 com dados do IPHAN, 2008b.

Em relação aos usos, o conjunto contava com um maior número de imóveis abrangendo a função comercial e de serviços no diagnóstico realizado pelo IPHAN em 2007. Destaca-se a região oeste do conjunto onde se encontrava uma maior concentração

da função residencial. De maneira reduzida, existiam imóveis de uso misto espalhados pelo sítio, quinze imóveis encontravam-se fechados/sem uso e sete não tiveram o uso identificado. Dez edificações abrigavam a função institucional (bancos, cartórios, correios, entre outros). O levantamento completo encontra-se no Figura 131.

Figura 131- Diagnóstico de uso do Conjunto Praça da Graça em 2008



Fonte: FIGUEIROA; SAMPAIO, 2019 com dados do IPHAN, 2008b.

Atualmente (figura 132), observa-se o avanço da função comercial em imóveis antes residenciais e a elevação do número de edificações fechadas e sem uso em cerca 30%. Algumas edificações que se encontram sem uso desde antes do processo de tombamento permanecem vazias, o que impacta diretamente no estado de conservação das mesmas e acentua a deterioração do edifício.

Figura 132- Diagnóstico de uso do Conjunto Praça da Graça atual

USOS - CONJUNTO PRAÇA DA GRAÇA



LOCALIZAÇÃO DO CONJUNTO



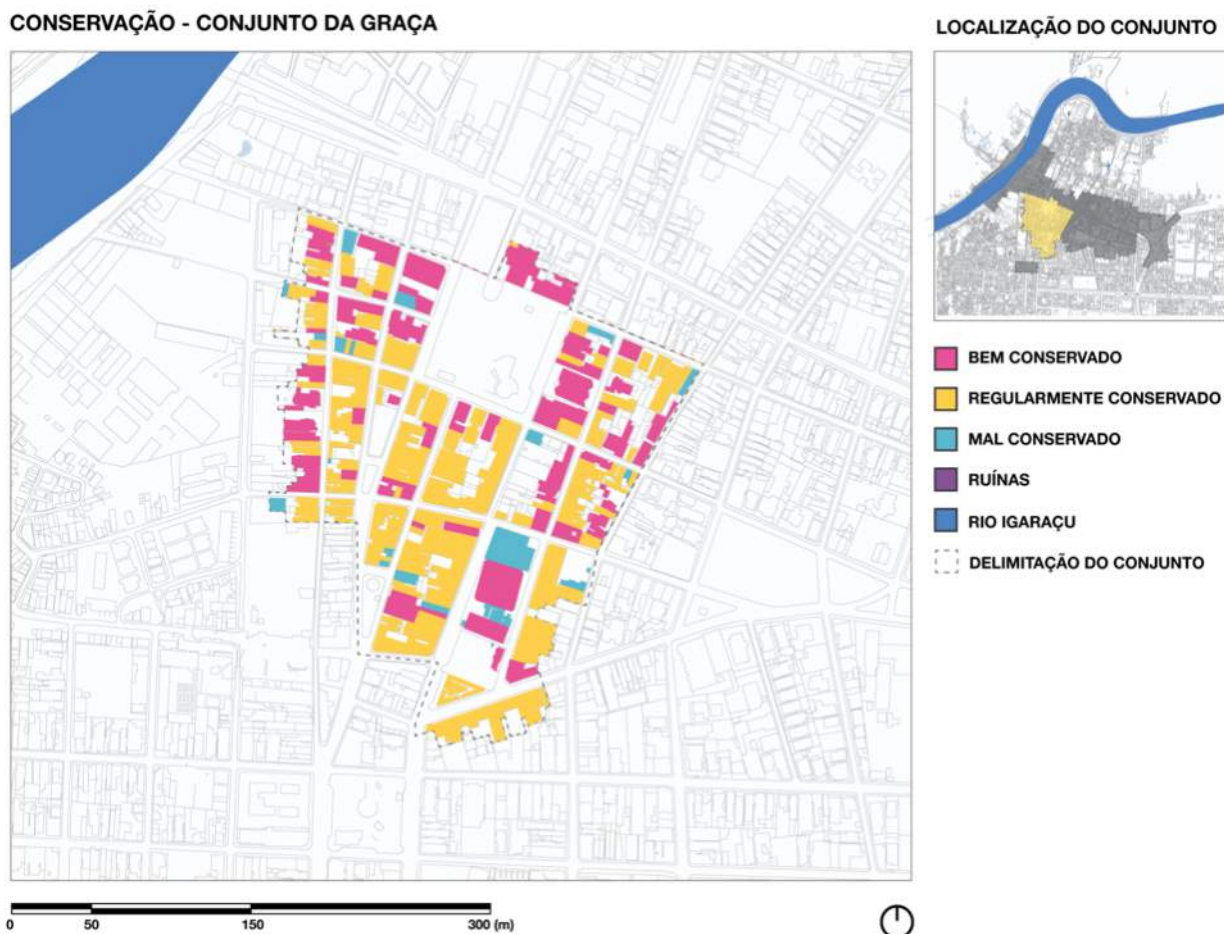
- RESIDENCIAL
- COMERCIAL/SERVIÇO
- INSTITUCIONAL
- RELIGIOSO
- MISTO
- FECHADO/SEM USO
- NÃO IDENTIFICADO
- RIO IGARAÇU
- DELIMITAÇÃO DO CONJUNTO

Fonte: FIGUEIROA; SAMPAIO, 2021.

No diagnóstico de tombamento, o IPHAN (2008b) apontou em seus levantamentos (Figura 133) uma maior concentração de imóveis considerados regularmente conservados, seguido, em quantidade, de imóveis em bom estado de conservação. Os imóveis mal conservados somavam 16 exemplares.

O cenário atual sugere uma piora no estado de conservação das edificações e presença de arruinamentos como o da edificação em estilo colonial situada na Rua Almirante Gervásio Sampaio, n. 690 (figura 134).

Figura 133- Estado de conservação do Conjunto Praça da Graça em 2008



Fonte: FIGUEIROA; SAMPAIO, 2019 com dados do IPHAN, 2008b.

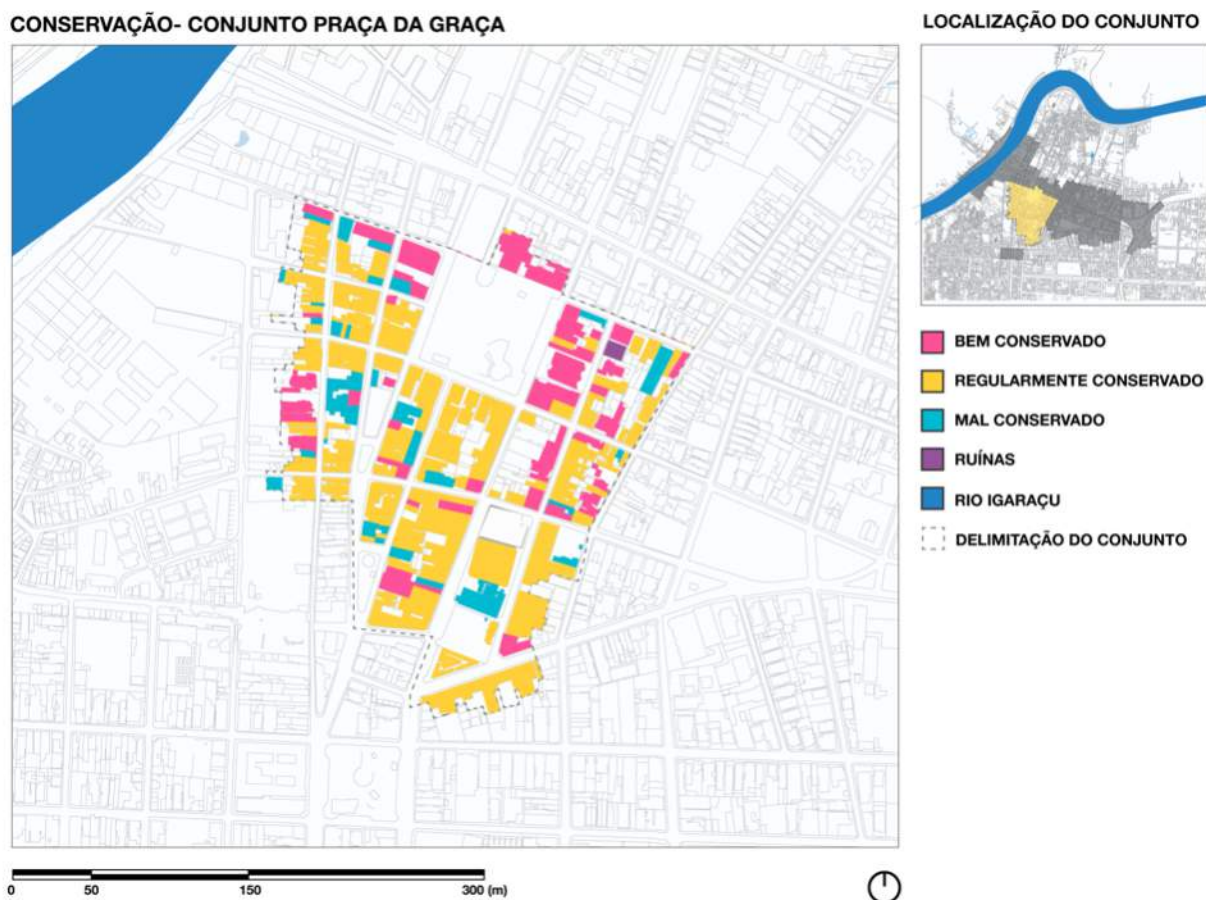
Figura 134– Rua Almirante Gervásio Sampaio, n. 690



Fonte: FIGUEIROA; SAMPAIO, 2020.

O levantamento realizado entre os anos de 2019 e 2020 e presente na figura 135 apresenta uma redução no número de imóveis bem conservados e aumento nos estados de regularmente conservados e mal conservados. A figura 136 trás um comparativo do estado de conservação da edificação que abrigou o antigo mercado de Frutas na rua Almirante Gervásio Sampaio.

Figura 135- Estado de conservação do Conjunto Praça da Graça atual



Fonte: FIGUEIROA; SAMPAIO, 2019 com dados do IPHAN, 2008b.

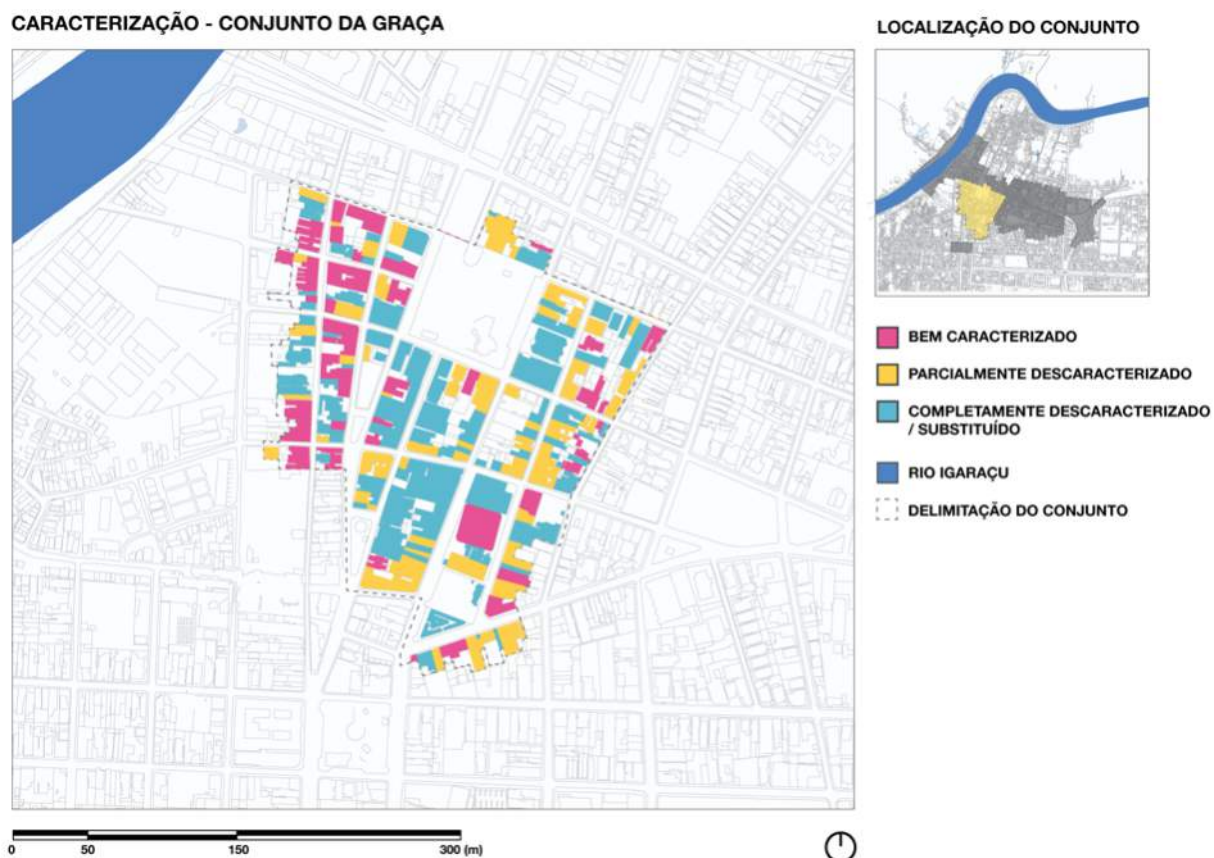
Figura 136– Antigo Mercado de Frutas



Fonte: FIGUEIROA; SAMPAIO, 2020; Fotografia de IPHAN, 2008b e Google Maps, 2019

Quanto ao estado de caracterização das edificações constituintes do conjunto analisado, já no diagnóstico para o tombamento (Figura 137) se verificava intensa descaracterização dos imóveis, dada a quantidade de edificações completamente descaracterizadas ou substituídas.

Figura 137 - Diagnóstico de caracterização do Conjunto Praça da Graça em 2008

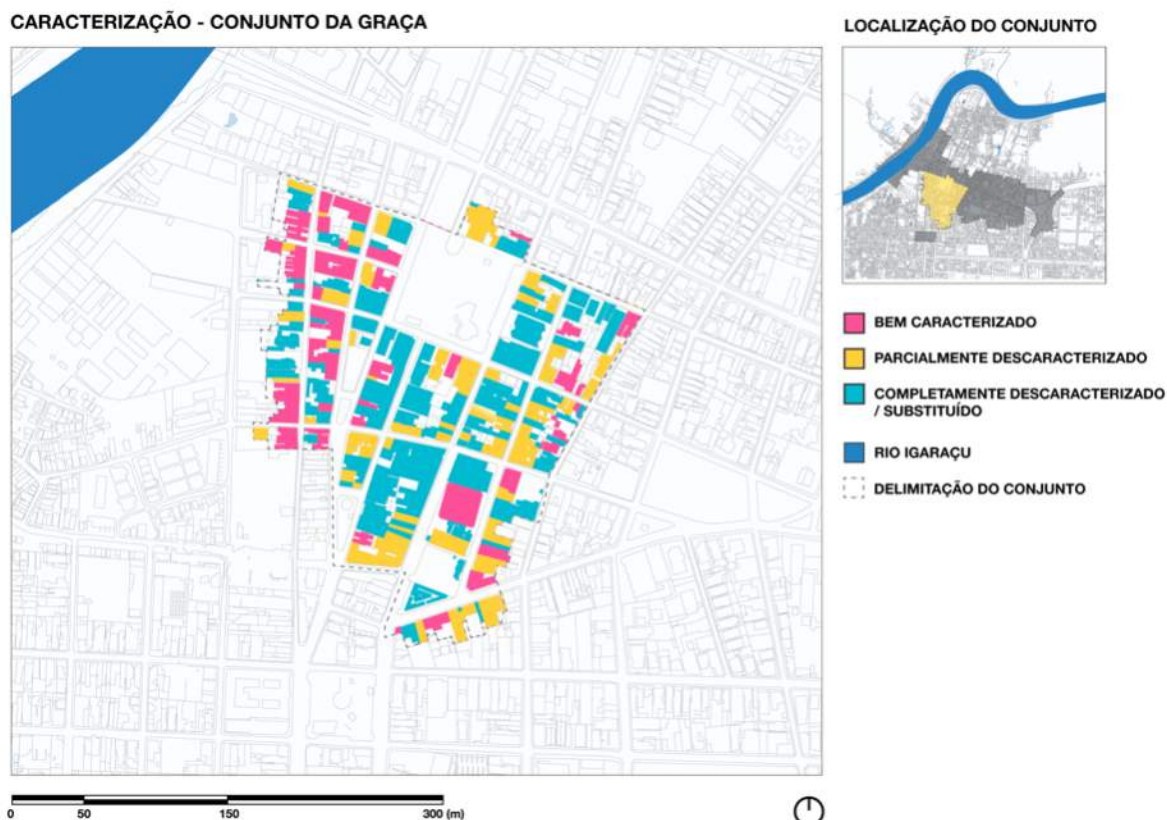


Fonte: FIGUEIROA; SAMPAIO, 2019 com dados do IPHAN, 2008b.

A poluição visual ocasionada pela presença desordenada do comércio informal junto à inserção de elementos como placas e elementos de propaganda, mudanças de esquadrias e alterações na volumetria dos edifícios ocasionadas por adição de marquises impactam na representação formal do conjunto construída pelos expectadores da paisagem. Dessa forma, esses elementos alteram as narrativas ali formuladas.

Atualmente, verifica-se uma estabilização na quantidade de edificações descaracterizadas por do conjunto. Apesar de estável, número de edificações descaracterizadas apresenta leve aumento (Figura 138).

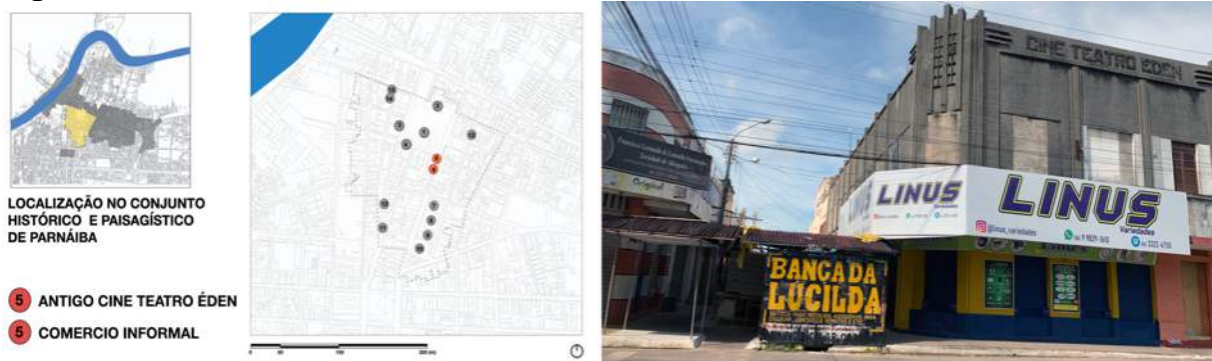
Figura 138 - Diagnóstico de caracterização do Conjunto Praça da Graça atual



Fonte: FIGUEIROA; SAMPAIO, 2019 com dados do IPHAN, 2008b.

A exemplo da atuação do comércio informal como elemento que transfigura a conformação dos frontispícios e faces de quadra tem-se a fachada *Art Déco* do edifício do antigo Cine Teatro Éden cujos elementos visuais de comunicação e propaganda prejudicam a decodificação dos elementos simbólicos e arquitetônicos do edifício e seu entorno (figura 139).

Figura 139– Cine teatro Éden



Fonte: FIGUEIROA; SAMPAIO, 2020.

Também se verifica no conjunto em estudo o processo contrário ao mencionado anteriormente. Há casos em que o processo de descaracterização foi revertido e os símbolos arquitetônicos antes invisibilizados puderam voltar à integrar e sedimentar as representações e narrativas da paisagem.

Após anos ocultada pelo comércio informal, a construção que abrigava o antigo mercado situado na praça Coronel Jonas Correia reapareceu a partir da obra de revitalização da praça e migração dos ambulantes que ali se encontravam para outros setores da cidade. A figura 140 apresenta o comparativo da apreensão da edificação antes e depois da revitalização da área.

Figura 140– Antigo mercado em frente a praça Coronel Jonas Correia



Fonte: FIGUEIROA; SAMPAIO, 2020.

Por o conjunto Praça da Graça abrigar essencialmente a função comercial e de serviços, elementos como propagandas, outdoors e placas, bem como a presença do comércio informal desordenado em frente às edificações dificultam a apreensão das formas e símbolos arquitetônicos pelos usuários. Tal fato interfere diretamente na formação e sedimentação das representações sociais que emergem dessa paisagem.

Dessa forma, esses elementos contribuem para o avanço da descaracterização dos edifícios e dificultam o reconhecimento das edificações que compõem o conjunto. Isso enfraquece as relações de memória e pertencimento dos usuários com a paisagem do lugar, logo, as representações sociais tornam-se mais frágeis e sensíveis.

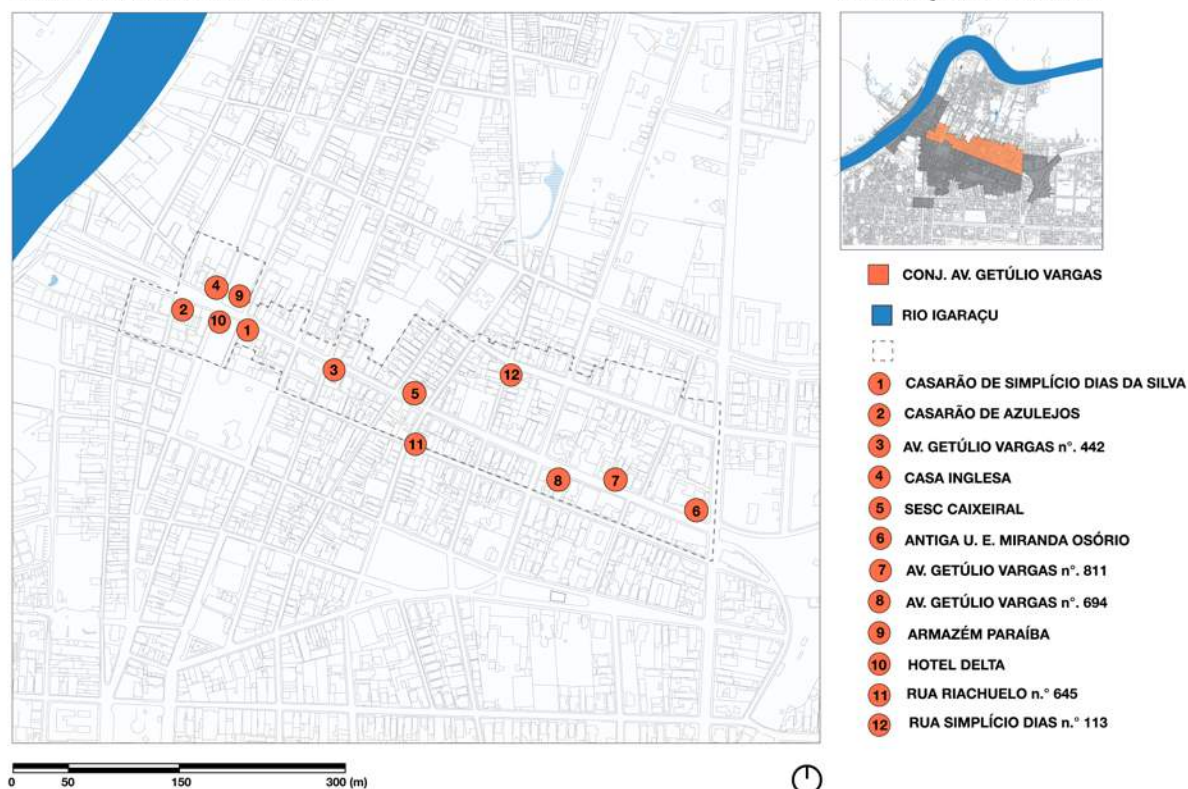
Embora a região central do conjunto consista em um local de intensa vitalidade urbana e apropriação social cotidiana, ao se distanciar para as extremidades mais próximas da delimitação do conjunto, o abandono de algumas construções potencializa os processos de ruptura da paisagem e prejudica a própria sobrevivência do conjunto como um todo.

3.3.3 Conjunto Av. Getúlio Vargas

O Conjunto da Av. Getúlio Vargas, antiga Rua Grande encontra-se localizado no Conjunto Histórico e Paisagístico de Parnaíba conforme a figura 141. No figura encontram-se demarcadas algumas das edificações mais relevantes do conjunto.

Figura 141– Conjunto Av. Getúlio Vargas

CONJUNTO AV. GETÚLIO VARGAS



Fonte: FIGUEIROA; SAMPAIO, 2019

O conjunto é composto por cerca de 16 quadras completas e parte de outras 7 quadras. Encontra-se estruturado no entorno da Avenida Presidente Getúlio Vargas, um dos eixos mais importantes da cidade antiga. A avenida já foi conhecida pelos nomes de Rua Grande, Rua Miguel Rosa, Rua Affonso Viseu e Avenida João Pessoa (PASSOS, 1981).

A relevância da via e do conjunto se dão, inicialmente, por serem um dos principais logradouros da formação oitocentista da cidade, junto ao largo que originou a Praça da Graça. Tal qual as igrejas de Nossa Senhora das Graças, Nossa Senhora do Rosário, o largo que originou a Praça da Graça, a via formada pela presença de algumas construções como o Casarão de Simplício Dias da Silva já aparecia nas cartografias iniciais da Vila de São João da Parnaíba.

Com o avanço das transações econômicas na região do porto das Barcas, a avenida, além de permitir acessar o local de carga/descarga de mercadorias atuou como elo entre o cais o porto às margens do Rio Igarauçu à estação ferroviária, nas primeiras décadas do séc. XX. A figura 142 trás uma perspectiva histórica dessa relação da avenida com a ferrovia, no sentido ferrovia – Porto das Barcas.

Figura 142– Ferrovia – Porto das Barcas via linha férrea



Fonte: IHGGP, Sem data

O conjunto constitui-se, em sua maioria, por edificações de tipologia Eclética, de acordo com a figura 143.

Figura 143– Tipologias Conjunto Av. Getúlio Vargas

TIPOLOGIAS - CONJUNTO AV. GETÚLIO VARGAS



LOCALIZAÇÃO DO CONJUNTO



- TRADICIONAL (COLONIAL)
- ECLÉTICO SEC. XIX
- ECLÉTICO SEC. XX
- ART DECÓ
- MODERNISTA
- SEM TIPOLOGIA DEFINIDA
- ARQUITETURA POPULAR
- RIO IGARAÇU
- ⋯ DELIMITAÇÃO DO CONJUNTO

0 50 150 300 (m)



Fonte: FIGUEIROA; SAMPAIO, 2019 com dados do IPHAN, 2008b.

Com apenas duas edificações coloniais, o Casarão de Simplício Dias da Silva (figura 144) e o casarão conhecido como Sobrado de azulejos, a maior parte do conjunto possui características do ecletismo praticado nos séculos XIX e XX.

Figura 144– Casarão de Simplício Dias da Silva.



Fonte: FIGUEIROA; SAMPAIO, 2021

Simplício Dias da Silva foi uma figura representativa para a história de Parnaíba. Próspero comerciante, foi filho de Domingos Dias da Silva, um dos fundadores da cidade de Parnaíba. O sobrado de Simplício Dias da Silva também é conhecido como Casa Grande e tem data de construção estimada do ano de 1758. Para SECULT (2018, p. 35): “O sobrado era o principal símbolo de poder político e econômico, palco das principais decisões que afetavam o destino dos habitantes da Vila”. Estrategicamente posicionada para melhor controle dos negócios, o sobrado de apresenta implantado no lote sem recuos com telhado aparente e sem beiral com portas e janelas de arco abatido. Um elemento singular da edificação é a presença da imagem de Nossa Senhora da Conceição localizada em um chanfro entre as ruas Monsenhor Joaquim Lopes e a Av. Getúlio Vargas.

O sobrado de Azulejos (Figura 145) trata-se de uma edificação híbrida pois conserva algumas características coloniais como o ritmo das aberturas, as vergas em arco pleno, o tipo de implantação no lote. Os elementos decorativos como os azulejos portugueses provavelmente foram inseridos posteriormente, já durante o movimento do Ecletismo (IPHAN, 2008c).

Figura 145– Casarão de Azulejos

Fonte: FIGUEIROA; SAMPAIO, 2021

Muitas são as edificações ecléticas do séc. XX. Entre as mais relevantes destacam-se a Casa Inglesa, localizada mais próximo da região do Porto das Barcas é um testemunho do apogeu econômico vivenciado no período das exportações. Outra edificação de impacto relevante na paisagem é o edifício conhecido como SESC Caixeiral, sede da antiga escola União Caixeiral (figura 146). A edificação ocupa toda a face de quadra voltada para avenida e boa parte da porção frontal do quarteirão.

Figura 146– SESC Caixeiral

Fonte: FIGUEIROA; SAMPAIO, 2021

A escola União caixeira foi fundada por iniciativa de um grupo de comerciantes no ápice do desenvolvimento econômico local (CAVALCANTE, 2020). Fundada em 1918, a sociedade civil União Caixeiral era composta por 122 sócios e procedeu com a construção de uma escola com a finalidade de educar as crianças. A sede foi construída em terreno adquirido pelos empreendedores em 1919 e a construção iniciou em 1922. A figura 147 trás uma perspectiva, publicada no Almanaque da Parnaíba do ano de 1931, do edifício e construção.

Figura 147– Perspectiva histórica da sede da União Caixeiral



Fonte: Almanaque da Parnaíba, 1931 p. 99

Em 1933 iniciaram as aulas, porém a edificação somente foi concluída em meados da década de 1940. A escola permaneceu em funcionamento até o ano de 2005, quando encerrou suas atividades. Em 2011 o edifício foi adquirido pelo Serviço Social do Comércio, SESC, que procedeu com a reforma de seus 1.841,28 m² de área construída (ALMANAQUE DA PARNAÍBA, 2020).

Segundo Valdeci Cavalcante (2020, p. 245) “Estudar na União Caixeiral representava a ostentação de uma condição de conhecimento intelectual, financeiro, facilmente constatada na trajetória profissional dos seus alunos, ilustres piauienses que se destacaram em diversas áreas profissionais.” Atualmente, o edifício briga o Complexo Cultura Joao Paulo dos Reis Velloso, conhecido como Sesc Caixeiral, reinaugurado em 2015. (ALMANAQUE DA PARNAÍBA, 2020).

Outra sede escolar que foi adquirida e reformada pelo SESC no ano de 2019 foi o edifício conhecido como Miranda Osório, onde atualmente funciona o SESC educacional Miranda Osório, em Parnaíba. O edifício foi construído em 1927 para abrigar a escola Ginásio Parnaibano. Na década de 1970 sediou o grupo escolar Miranda Osório, nome pelo qual ficou conhecido até hoje. Posteriormente, abrigou o Curso de Direito da Universidade Estadual do Piauí. Após a saída do curso por problemas estruturais da edificação, o local encontrava-se fechado e sem uso até a reforma revitalização ocorrida em 2019. (ALMANAQUE DA PARNAÍBA, 2020). É um exemplar eclético que ocupa uma distribuição mais ampla no lote, gradis trabalhados e elementos decorativos conforme pode ser observado na figura 148.

Figura 148– SESC educacional Miranda Osório



Fonte: FIGUEIROA; SAMPAIO, 2021

No conjunto também se encontra, embora em menor número, exemplares de tipologia *Art Déco* e Modernista. No levantamento tipológico apresentado, muitas edificações já se encontravam sem tipologia definida. Isso é um reflexo das transformações, principalmente de uso que as edificações que compõem o conjunto sofreram ao longo do tempo, antes mesmo do processo de proteção patrimonial. Um exemplo disso é a edificação eclética situada no local onde hoje se encontra o Armazém Paraíba (figura 149). O mesmo aconteceu com o imóvel que se situava onde hoje tem-se o Hotel Delta (figura 150). Para atender as necessidades empresariais, as edificações foram substituídas. Permanece apenas a memória arquitetônica dos exemplares, que pode ser acessada por fotografias como as da figura 151 e 152.

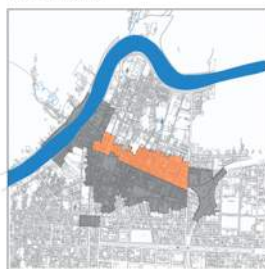
Figura 149– Armazém Paraíba



Fonte: FIGUEIROA; SAMPAIO, 2021

Figura 150– Hotel Delta

LOCALIZAÇÃO EM PARNAÍBA
LOCALIZAÇÃO NO CONJUNTO
HISTÓRICO E PAISAGÍSTICO
DE PARNAÍBA



10 HOTEL DELTA



Fonte: FIGUEIROA; SAMPAIO, 2021

Figura 151– Edifício eclético no local onde hoje se encontra o Armazém Paraíba.



Fonte: IHGGP, sem data

Figura 152– Edifício com características coloniais no local onde hoje se encontra o Hotel Delta

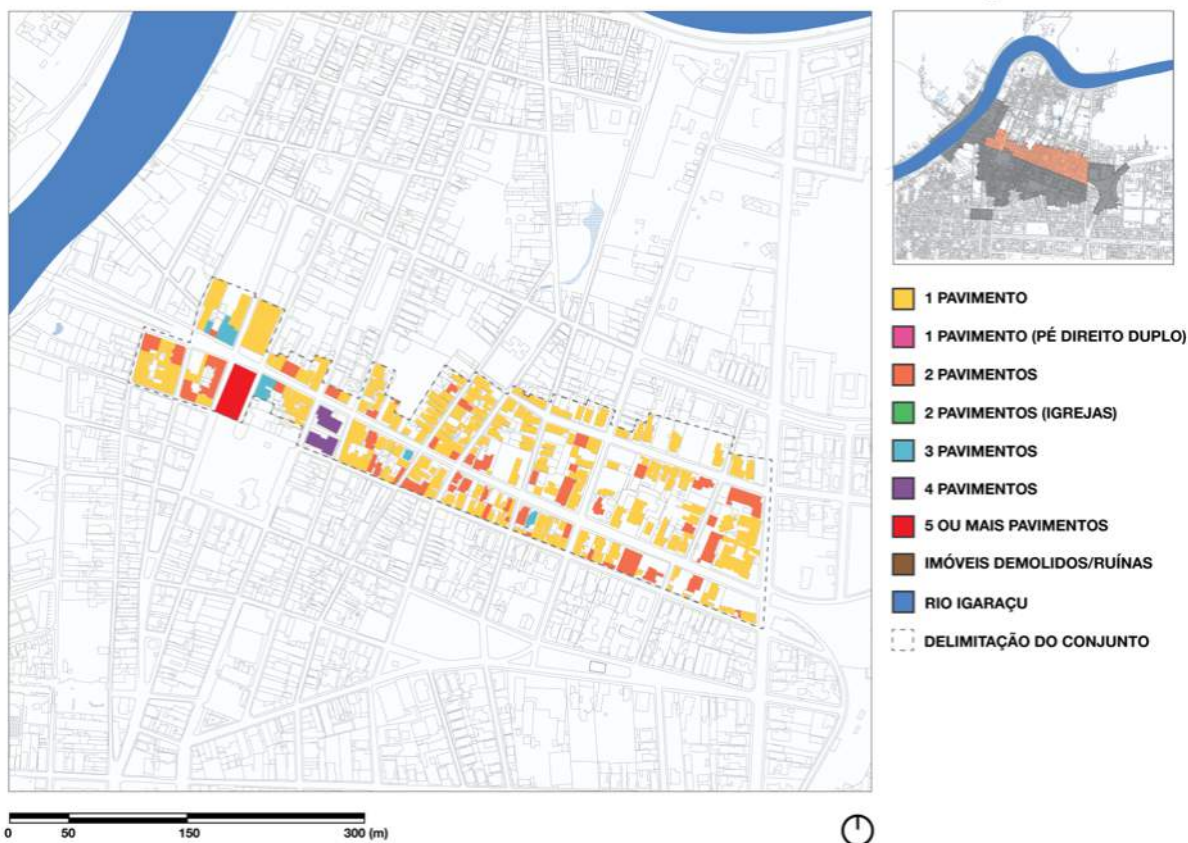


Fonte: IHGGP, sem data

Quanto ao gabarito (Figura 153), a maioria das edificações possui apenas o pavimento térreo, seguida por aquelas de até 1 pavimento. As diferenciações na paisagem ficam por conta do edifício de mais de 5 pavimentos do Hotel Delta que rompe com a homogeneidade da paisagem tanto em forma quando em altura e alguns edifícios de até 4 pavimentos oriundos do processo de substituição antes do tombamento.

Figura 153– Gabarito do Conjunto Av. Getúlio Vargas

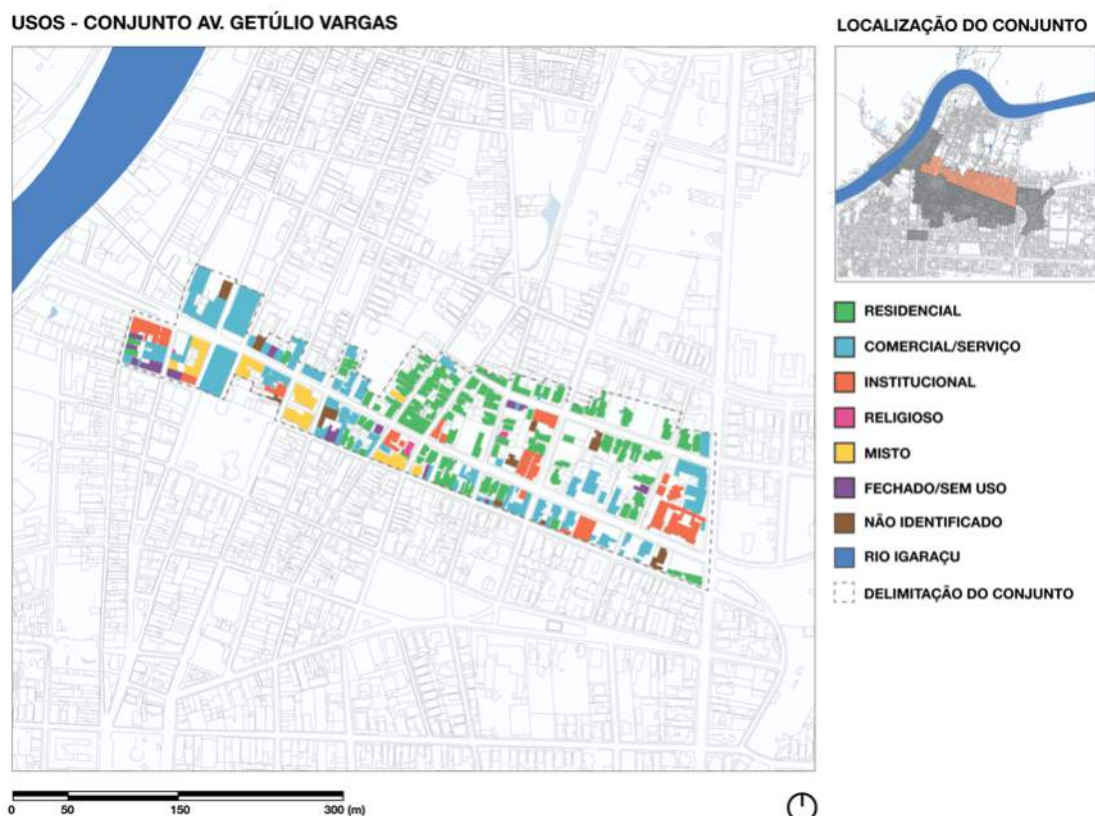
GABARITO - CONJUNTO AV GETÚLIO VARGAS



Fonte: FIGUEIROA; SAMPAIO, 2019 com dados do IPHAN, 2008b.

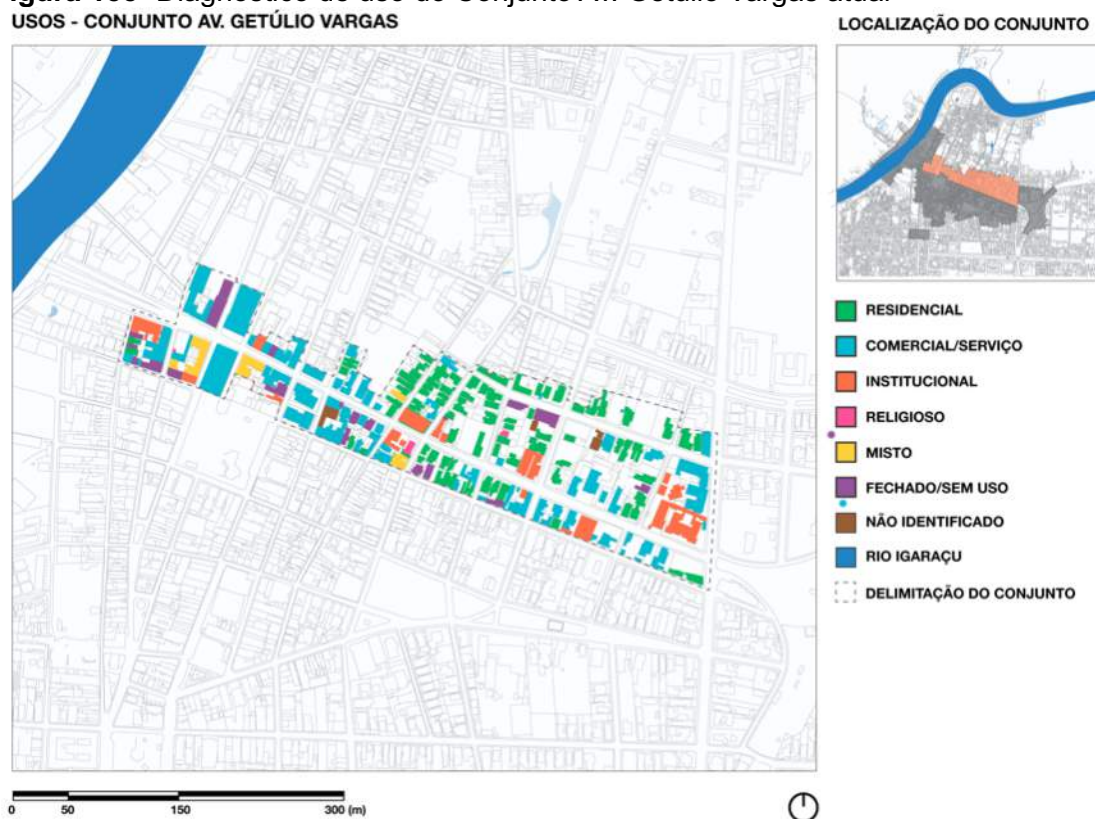
Quanto ao uso, no levantamento desenvolvido em 2008 (Figura 154), o predomínio permanecia residencial. Já se notava um avanço da função comercial, especialmente nas faces de quadra que margeiam a avenida. Atualmente (Figura 155), verificou-se in loco o crescimento da função comercial, sobretudo pela crescente concentração de serviços. O número de imóveis fechados também aumentou de maneira considerável em relação ao diagnóstico anterior. A única edificação de uso religioso do conjunto analisado é a capela de Nossa Senhora de Monte Serrate, que também já foi conhecida como Capela do Senhor dos Passos.

Figura 154- Diagnóstico de uso do Conjunto Av. Getúlio Vargas em 2008



Fonte: FIGUEIROA; SAMPAIO, 2019 com dados do IPHAN, 2008b.

Figura 155- Diagnóstico de uso do Conjunto Av. Getúlio Vargas atual



Fonte: FIGUEIROA; SAMPAIO, 2021

No diagnóstico que embasou o tombamento (Figura 156), verificava-se que o conjunto possuía elevado número de edificações em bom estado de conservação.

Figura 156 - Estado de conservação do Conjunto Av. Getúlio Vargas em 2008

CONSERVAÇÃO - CONJUNTO AV. GETÚLIO VARGAS



LOCALIZAÇÃO DO CONJUNTO



- BEM CONSERVADO
- REGULARMENTE CONSERVADO
- MAL CONSERVADO
- RUÍNAS
- RIO IGARAÇU
- DELIMITAÇÃO DO CONJUNTO

Fonte: FIGUEIROA; SAMPAIO, 2019 com dados do IPHAN, 2008b.

Atribui-se esse fato à permanência da função residencial em parte do sítio e ao fato do uso estabelecido na parte comercial ser essencialmente de serviços como escritórios e a função hospitalar em detrimento à venda de bens de consumo. Entre os imóveis mal conservados destacava-se o Casarão de Simplício Dias da Silva. A figura 157 apresenta a situação da edificação no ano de 2008.

Figura 157 – Casarão de Simplício Dias da Silva em 2008



Fonte: IPHAN, 2008b.

Hoje, a Casa Grande de Simplício Dias da Silva encontra-se reformada e em bom estado de conservação. O levantamento atual encontra-se expresso no figura 158. Nele verifica-se a elevação no número de edificações mal conservadas como o caso da casa à Rua Riachuelo n.º 645 (figura 159) e a presença de um arruinamento inexistente à época do tombamento (figura 160).

Figura 158 - Estado de conservação do Conjunto Av. Getúlio Vargas em 2020.

CONSERVAÇÃO - CONJUNTO AV. GETÚLIO VARGAS



LOCALIZAÇÃO DO CONJUNTO



- BEM CONSERVADO
- REGULARMENTE CONSERVADO
- MAL CONSERVADO
- RUÍNAS
- RIO IGARAÇU
- DELIMITAÇÃO DO CONJUNTO

Fonte: FIGUEIROA; SAMPAIO, 2021

Figura 159 – Comparativo do estado de conservação Rua Riachuelo n.º 645

LOCALIZAÇÃO NO CONJUNTO
HISTÓRICO E PAISAGÍSTICO
DE PARNÁIBA



11 RUA RIACHUELO n.º 645



SITUAÇÃO EM 2008



SITUAÇÃO EM 2020

Fonte: FIGUEIROA; SAMPAIO, 2021 com dados de IPHAN 2008b.

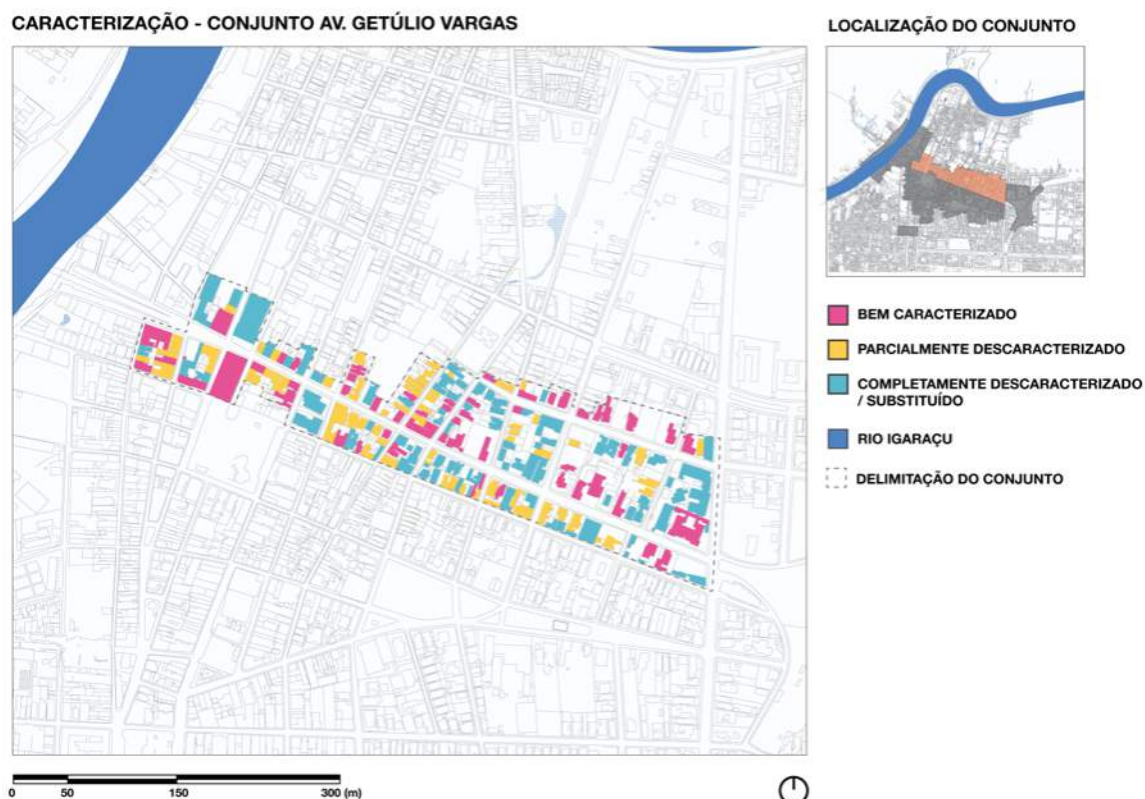
Figura 160 – Comparativo do estado de conservação Rua Simpício Dias n.º 113



FIGUEIROA; SAMPAIO, 2021 com dados de IPHAN 2008b.

Quanto à caracterização das edificações, era alto o número de edificações completamente descaracterizadas ou substituídas, seguida pelas edificações parcialmente descaracterizadas. De maneira geral, restavam poucas edificações bem caracterizadas. As informações sobre essa categoria podem ser observadas no Figura 161.

Figura 161- Diagnóstico de caracterização do Conjunto Av. Getúlio Vargas em 2008



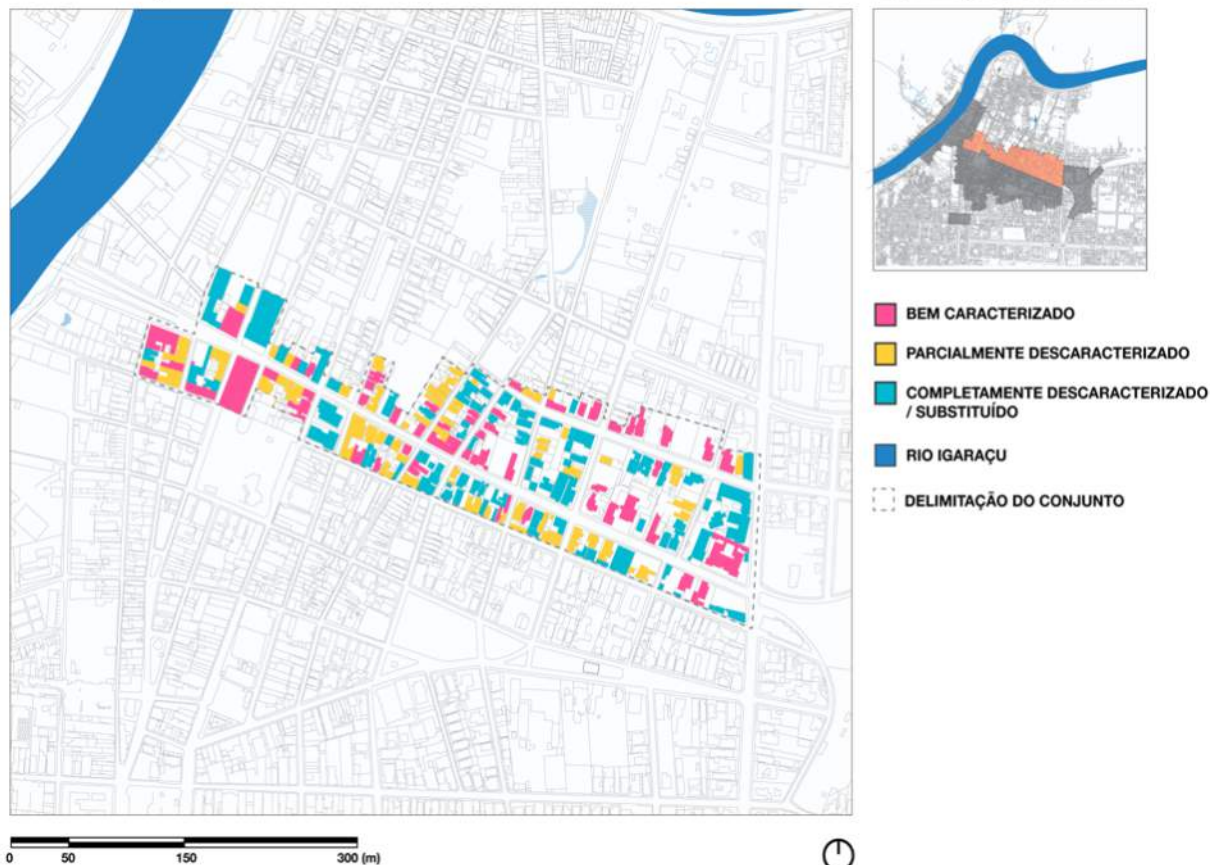
Fonte: FIGUEIROA; SAMPAIO, 2019 com dados do IPHAN, 2008b.

Na visita in loco realizada em 2020 foi constatada apenas uma descaracterização em função do arruinamento da edificação acima mencionada (Figura 162). As principais ações de descaracterização, à semelhança dos outros conjuntos analisados consistem na retirada de esquadrias e inserção de elementos propagandísticos alheios à configuração original das edificações.

Figura 162- Diagnóstico de caracterização do Conjunto Av. Getúlio Vargas em 2020

CARACTERIZAÇÃO - CONJUNTO AV. GETÚLIO VARGAS

LOCALIZAÇÃO DO CONJUNTO



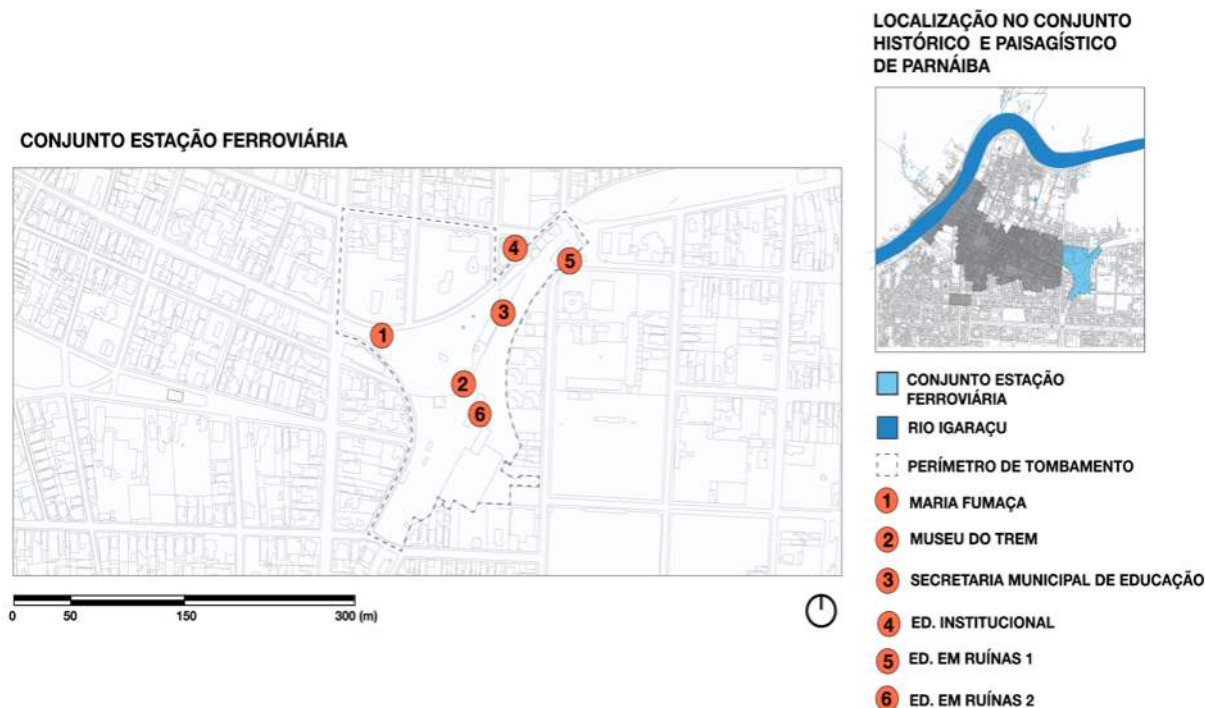
Fonte: FIGUEIROA; SAMPAIO, 2020.

O conjunto da Av. Getúlio Vargas é fundamental para decodificação do processo de formação urbana, econômica e social ocorrido na cidade. Atualmente, as alterações de função, além de promoverem rupturas significativas na tessitura urbana, ameaçam a permanência do conjunto por meio das constantes descaracterizações que prejudicam a leitura e apreensão da paisagem.

3.3.6 Conjunto Estação Ferroviária

O conjunto Estação Ferroviária é composto pela área de funcionamento do antigo terminal, fundado em 1920 e duas quadras próximas. A disposição dos elementos constituintes e sua localização encontra-se na figura 163.

Figura 163- Localização do Conjunto Estação Ferroviária



Fonte: FIGUEIROA; SAMPAIO, 2021.

No Conjunto Estação Ferroviária, predomina a arquitetura ferroviária do antigo terminal, cuja simbologia encontra-se associada às grandes transformações de hábitos e costumes para a sociedade, oriundas da implantação da estrada de ferro. A estrada funcionou até meados da década de 70. Na praça defronte à Avenida Getúlio Vargas encontra-se exposto um dos veículos conhecidos como Maria Fumaça (figura 164) que compunham o comboio desse tipo de transporte.

Figura 164 – Maria Fumaça



Fonte: FIGUEROA; SAMPAIO, 2020.

A tipologia predominante é Eclética, seguido do *Art Déco*. Também apresenta arquitetura modernista e dois exemplares sem tipologia definida conforme Figura 165.

Figura 165- Tipologias do Conjunto Estação Ferroviária



Fonte: FIGUEIROA; SAMPAIO, 2021.

O gabarito predominante no conjunto analisado é de construções de até um pavimento (figura 166). Constam edificações de um pavimento com pé direito duplo e também de até dois pavimentos.

Figura 166- Gabarito do Conjunto Estação Ferroviária



Fonte: FIGUEIROA; SAMPAIO, 2021.

Quanto ao uso, em 2008 o conjunto abrigava as funções residencial, comercial, institucional e imóveis sem uso (Figura 167).

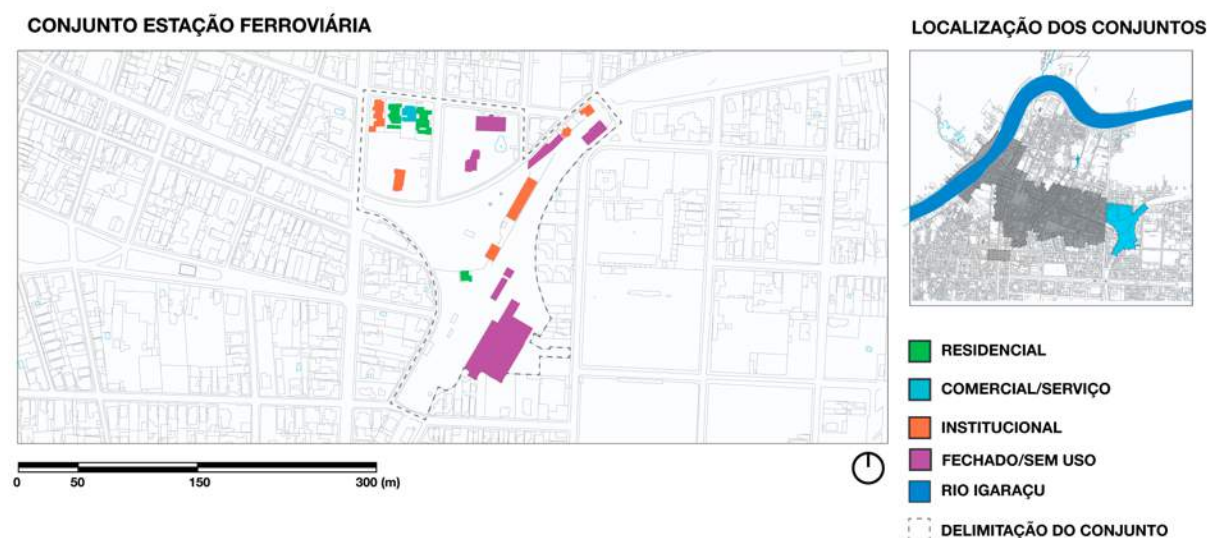
Figura 167- Usos do Conjunto Estação Ferroviária em 2008**CONJUNTO ESTAÇÃO FERROVIÁRIA****LOCALIZAÇÃO DOS CONJUNTOS**

Fonte: FIGUEIROA; SAMPAIO, 2019 com dados do IPHAN, 2008b.

Hoje, destaca-se a presença do Museu do trem em um dos imóveis institucionais, localizado conforme figura 168. No museu encontram-se itens e coleções referentes ao apogeu da utilização desse tipo de transporte. O levantamento atual de usos encontra-se disponível no figura 169.

Figura 168 – Museu do Trem

Fonte: FIGUEROA; SAMPAIO, 2020

Figura 169- Usos do Conjunto Estação Ferroviária em 2020

Fonte: FIGUEROA; SAMPAIO, 2020.

Quanto às modificações de uso ocorridas, destacam-se a redução da função residencial e o aumento dos edifícios fechados/abandonados. Tal fato tem relação direta com o estado de conservação das construções.

Na pesquisa realizada pelo IPHAN em 2008, o estado de conservação encontrava-se conforme o Figura 170. A maior parte das edificações encontrava-se bem conservada e apenas os edifícios fechados e sem uso foram categorizados como mal conservados.

Figura 170- Estado de conservação do Conjunto Estação Ferroviária em 2008

Fonte: FIGUEIROA; SAMPAIO, 2019 com dados do IPHAN, 2008b.

No levantamento atual, verificou-se que os edifícios considerados mal conservados evoluíram para o estado de arruinamento e edificações que antes encontravam-se regularmente conservadas encontram-se mal conservadas, como pode ser observado no figura 171.

Figura 171- Estado de conservação do Conjunto Estação Ferroviária em 2020



Fonte: FIGUEIROA; SAMPAIO, 2020.

A figura 172 apresenta o comparativo do estado de conservação de algumas edificações entre os anos de 2008 e 2020. Em relação à caracterização, no ano de 2008 o conjunto era predominantemente bem caracterizado, com apenas uma edificação descaracterizada/substituída (figura 173). Atualmente, o estado de arruinamento de algumas edificações alterou essa situação, como pode ser visto no figura 174.

Figura 172 – Comparativo estado de conservação 2008-2020



Fonte: FIGUEIROA; SAMPAIO, 2021 com fotografias do IPHAN 2008b.

Figura 173- Caracterização do Conjunto Estação Ferroviária em 2008



Fonte: FIGUEIROA; SAMPAIO, 2019 com dados do IPHAN, 2008b.

Figura 174- Caracterização do Conjunto Estação Ferroviária em 2020

Fonte: FIGUEIROA; SAMPAIO, 2021

O conjunto Estação Ferroviária desempenhou e ainda exerce importante papel na tessitura urbana da cidade. No início do séc. XX, era um local de intensa apropriação social direcionou o crescimento urbano.

Com o declínio do transporte ferroviário e o desuso do local as edificações relacionadas à Companhia Ferroviária não foram reintegradas à cidade, a exceção de alguns poucos imóveis ocupados por funções diversas. Suas edificações são elementos importantes na composição e leitura da paisagem urbana local.

3.5. As dimensões públicas e privadas e suas atuações em nome das ações de preservação do patrimônio

As iniciativas para salvaguarda do patrimônio no Brasil datam do início do séc. XX. A primeira normativa acerca desse tema foi o decreto lei 25 de 1937. Nesse mesmo ano aconteceu a fundação da SPHAN³⁶ que posteriormente se tornaria IPHAN, com diferentes nomenclaturas ao longo dos anos.

Ao longo do séc. XX, o IPHAN procurou ampliar e consolidar os bens tombados no Brasil. Muito do patrimônio tombado surgiu da busca pelo carácter nacional e de formação da cultura brasileira cujo cerne remete às ideias modernistas de autenticidade e construção do nacional. As cidades escolhidas possuíam um maior apelo estético e artístico e priorizava-se o carácter de excepcionalidade e sua participação na construção da identidade nacional (PEREIRA, 2016). Foi dessa

³⁶Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

maneira que se deu o tombamento de Ouro Preto em 1938. Esse carácter de excepcionalidade permaneceu em vigor por várias décadas, orientava o tombamento de bens individuais e direcionava a um questionável entendimento pelo que poderia ser considerado excepcional. Existia uma latente separação de natureza material e imaterial. Assim, o tombamento era entendido como fato isolado e dissociado dos valores e da paisagem que integrava.

No Piauí até 1970 não havia legislação estadual específica para a proteção de bens culturais. Os tombamentos encontravam-se restritos ao domínio federal. Em 1975 o Estado criou a Fundação Cultural do Piauí. No ano de 1978, por iniciativa do governador Dirceu Arcoverde (1975-1978), criou-se o Instituto do Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico do Piauí (IPHAPI), cuja função era, de maneira semelhante ao IPHAN, regular e promover o processo de proteção dos bens de interesse cultural no estado. Entretanto, em 1980, esse poder retornou à Fundação Cultural do Piauí a partir da promulgação da Lei estadual n.º 3.742 que tratava da preservação de bens patrimoniais de interesse no estado. A legislação foi considerada um progresso pois muitos municípios piauienses não possuíam legislação específica. Era uma iniciativa que objetivava a contenção das substituições e demolições de bens tombados que aconteciam por todo o estado (PEDRAZZANI, 2005). Sobre a lei n.º 3.742 de 1980, a autora Viviane Pedrazzani (2005) pontua:

Semelhante ao Decreto federal, pela Lei n.º 3.742, se previa a causa que determinará a proteção do bem, o órgão do Executivo que terá competência para escolher e julgar o valor de determinado bem, nesse caso, procedido pela Fundação Cultural do Piauí, através do seu Departamento de Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural, ouvido o Conselho Estadual de Cultura, e também os efeitos que irão operar a partir da determinação da tutela especial do Estado. Ainda em consonância com a legislação federal, a Lei no 3.742 prevê o tombamento como forma de acautelamento dos bens culturais piauienses. (PEDRAZZANI, 2005, p. 67).

Um outro valor começava a ser associado ao patrimônio já ao final da década de 1980: o turismo. A partir do entendimento do patrimônio relacionado ao turismo e desenvolvimento econômico, os interesses pela preservação do patrimônio histórico urbano e arquitetônico de Parnaíba se acentuam, motivados principalmente pela busca por progresso e dinamização da economia. Aqui destaca-se que nesse período a cidade já se afastava do desenvolvimento econômico de outrora, o que ocasiona um esvaziamento de muitas edificações comerciais que integram a região em que atualmente se delimita o Conjunto Histórico e Paisagístico de Parnaíba.

Esse movimento de crescente interesse pela vocação turística do patrimônio começa quando a cidade começa a ser reconhecida como área de interesse potencial turístico. Sob efeito dessa perspectiva do turismo como impulsionador da economia local e da legislação estadual vigente foi realizado a proteção do complexo Porto das Barcas, em Parnaíba, em âmbito estadual. Seu tombamento na esfera estadual foi efetivado pelo decreto n.º 6.924 de 09/12/86 (VERAS, 2020).

Para Veras (2020) na década de 1980 ainda não existe uma preocupação explícita em Parnaíba com a questão do patrimônio em si, embora ela apareça imbricada em outros assuntos como segurança pública e conservação da memória. Para a autora:

Por meio do levantamento de periódicos que circulavam em Parnaíba durante a década de 1980, considera-se, portanto, que não havia, no âmbito das discussões junto à população local, um sentido único atribuído à noção de patrimônio, mas situações diversas que caracterizavam um momento de descobertas: de um lado, a preocupação com prédios e monumentos devido aos problemas que estes causavam: insegurança pública, vandalismo, a questão estética; e, de outro, as preocupações ligadas ao entendimento de que esses bens deveriam ser recuperados e preservados pela sua importância para a história e memória da cidade (VERAS, 2020, p. 110).

Esse é um dos aspectos mais interessantes para esse trabalho pois alcança um pouco do sentido das representações sociais construídas sobre o atual conjunto histórico e paisagístico de Parnaíba. Como se vai analisar melhor no decorrer desse item, o tombamento e proteção não se deram por reivindicação popular, mas antes por uma conjuntura de fatores e empenho de organizações em reconhecer um lugar de potencial histórico e econômico.

Dessa forma, no âmbito das representações sociais, verifica-se deslocamentos entre quem deve conservar e proteger o patrimônio e o que merece de fato, ser conservado e por quê. Esses questionamentos serão melhor analisados nos próximos capítulos, mas já se verifica uma confusa atribuição de valor ao patrimônio local, visto que, conforme o relato acima, a população reconhece algum valor na região embora não saiba de fato qual valor. A dúvida nasce do afastamento ocorrido a partir da perda do sentido cotidiano daquela pré-existência. Ou seja, o esvaziamento ocasionado pelo declínio econômico transformou a ótica da apropriação social, dos usos e vivências e, conseqüentemente, abriu rupturas que promoveram o enfraquecimento entre as relações de memória e identidade.

Em continuidade com a narrativa acerca da cronologia dos fatos relacionados ao patrimônio e preservação da região, em 1984 o IPHAN instalou o primeiro escritório técnico no Piauí. Foi um movimento vinculado à corrente descentralização do órgão que buscava fomentar parcerias com estados e municípios para ações de preservação e levantamento de bens de interesse cultural e patrimonial (PEDRAZZANI, 2005; VERAS, 2020). Iniciava ali intenso diálogo federal com as esferas estaduais e municipais em defesa da proteção do patrimônio local. Dessa forma, o IPHAN em parceria com os órgãos estaduais e municipais realizou levantamentos, inventários e estudos acerca dos imóveis a serem preservados.

Ao longo dos anos, se verifica um reconhecimento crescente, embora tímido, do potencial histórico e paisagístico da região de Parnaíba. Na esfera da municipalidade, em 1990, a lei orgânica de Parnaíba reconhecia como bens de interesse patrimonial apenas cinco locais: Praça da Graça, Praça Santo Antônio e Monumento do Centro Cívico, Cajueiro de Humberto de Campos, e Espaço Cultural Porto das Barcas. Nesse momento o tombamento continuava visto sob a ótica do valor de excepcionalidade e individualidade.

Em 1992 foi promulgada pelo governo do Estado a Lei n.º 4.515 de 09 de novembro de 1992 em substituição a lei 3.742/1980. Entre outras mudanças, a nova lei previa a possibilidade de tombamento estadual em edifícios de propriedade da União (PEDRAZZANI, 2005). Essa lei se encontra em vigência atualmente e orienta os trabalhos da Secretaria de Cultura do Piauí (SECULT). Sob essa legislação, mais duas edificações de relevante valor histórico e patrimonial do centro histórico de Parnaíba foram tombadas: A edificação situada à rua Duque de Caxias, n.º 614 conhecida como Sobrado de Dona Auta, de propriedade do município de Parnaíba, tombada pelo decreto n.º 12.395 de 19/10/2006 e o Casarão de Simplício Dias da Silva, propriedade particular localizada na av. Getúlio Vargas, protegida através do decreto n.º 13.337 de 29/10/2008. As três edificações protegidas pelo Estado possuem características coloniais e encontram-se localizadas próximas, na região às margens do Rio Igarçu.

Em relação ao complexo cultural do Porto das Barcas o Estado realizou reformas de reabilitação e revitalização entre as décadas de 80 e 90. Em entrevista concedida por meio eletrônico, um dos agentes técnicos estaduais afirmou:

De um modo geral, a reabilitação e revitalização realizada no final dos anos de 1980 e início de 1990 tem trazido um uso contínuo de seus espaços e conseqüentemente vem garantindo uma conservação de seus elementos construtivos. Muitas das características arquitetônicas recuperadas na época do projeto de restauro se mantiveram, especialmente a geometria e técnica construtiva das cobertas, o ritmo das envasaduras nas fachadas e os elementos decorativos (cunhais, cornijas e molduras) (AG8 – Apêndice D).

Já ao final do séc. XX, observa-se uma mudança de postura por parte das instituições internacionais de proteção ao patrimônio, que se viu refletida na postura adotada pelo IPHAN. Não mais o tombamento deveria acontecer de maneira isolada e vinculada ao valor de excepcionalidade, mas antes articulada com a paisagem e permeada pelos valores históricos e simbólicos. Para Pereira (2016 p. 46-47)

Desta forma, no que se refere aos tombamentos de cidades-patrimônio entre 1981 e 2000, a grande mudança na prática de seleção se refere aos critérios estéticos que foram deixados de lado em alguns casos, e parte significativa dos tombamentos passaram a ser fundamentados pelos valores históricos dos bens.

Afora as esferas governamentais, em prol da conservação e preservação patrimonial em Parnaíba, destaca-se a criação do Instituto Histórico Geográfico e Genealógico de Parnaíba, IHGGP, nos anos 2000. Criado por iniciativa da sociedade, o Instituto se propunha a organizar as informações acerca da história e memória da cidade. Além dele, despontaram outras organizações que transformaram os primeiros anos do séc. XXI em momentos relevantes para discussão e proteção do patrimônio (VERAS, 2020). “A década de 2000 será, portanto, marcada por uma série de ações em que o patrimônio cultural aparece, de forma mais proeminente, como requisito da política municipal de desenvolvimento urbano” (VERAS, 2020, p. 114).

Logo no início do séc. XXI, no domínio nacional, a estratégia para preservação e conservação dos bens encontrava-se firmemente pautada no reconhecimento do patrimônio cultural e seu potencial de desenvolvimento econômico e social, conforme afirma Pereira (2016, p. 52):

A diversidade do patrimônio existente em todo o território brasileiro configurava-se como um excepcional instrumento de desenvolvimento sociocultural, contudo, que precisava ainda ser mais bem apropriado nas cidades através da educação, do turismo e do lazer, gerando renda e proporcionando novas oportunidades em todos os estados da federação.

Em 2001 a prefeitura municipal de Parnaíba sancionou a Lei nº 1775 de 23 de março de 2001 que versava sobre a proteção do patrimônio cultural e natural de Parnaíba e

autorizava o poder executivo a instituir o Conselho Consultivo municipal do Patrimônio Cultural e Natural de Parnaíba. Essa lei foi revogada pela Lei n.º1908 de 2003, que permanece em vigor. Na lei atual permaneceu instituído o Conselho Consultivo, e estabeleceu-se as orientações para tombamento e destombamento em nível municipal.

Assim, ampliou-se as definições e relação à legislação de 2001. Na legislação vigente a abrangência dos locais de interesse patrimonial cresceu para mais de 60 bens, entre praças, igrejas e residências e 4 lugares de interesse paisagístico (Lagoa do bebedouro, Lagoa do portinho, promontório e farol da Pedra do Sal) para serem orientados no processo de tombamento em carácter prioritário.

Em 2007 foi sancionado o Plano diretor do município de Parnaíba, através da lei n.º 2.296, de 05 de janeiro de 2007. Nele estavam previstas ações em prol da recuperação e valorização dos patrimônios arquitetônicos, urbanísticos e ambientais, particularmente o Centro Histórico da Cidade de Parnaíba com a demarcação de uma área de interesse bem mais ampla que a verificada nos decretos anteriores, com mais de 400 imóveis e lugares de interesse. Sabe-se que para a realização do Plano Diretor, estudos foram realizados ainda no ano de em 2006, em parceria com o IPHAN.

Em 2008, o conjunto histórico e paisagístico de Parnaíba foi tombado pelo IPHAN em âmbito federal. Dessa maneira, inserida no contexto das “Redes de Patrimônio”, entendida como a forma como diferentes bens culturais se relacionam de maneira a construir uma trama de bens, materiais e/ou imateriais, observados em um contexto ampliado (PEREIRA, 2016).

O tombamento de Parnaíba realizou-se orientado pela inclusão de áreas que permitissem a leitura do processo de ocupação do território nacional, conforme tendência de tombamento das cidades – território, observadas durante o início dos anos 2000, período de realização do dossiê (SCIFONI, 2016). Dessa forma, o dossiê de tombamento destaca a relevância da cidade para a formação do território local e na perspectiva nacional como justificativa para sua proteção. Isso encontra-se presente em partes do dossiê de tombamento, como pode ser observado no trecho a seguir:

[...] entendemos que Parnaíba merece ser reconhecida como parte destacada da alma nacional, pelas histórias que se pode contar e da qual apresenta testemunhos físicos. Além de remeter à já

reconhecidos momentos da nacionalidade (vide Volume I), mantém um acervo arquitetônico e urbanístico que é testemunho irrefutável de percurso histórico (IPHAN, 2008, p. 93).

Esse percurso histórico ao qual o documento se refere trata-se da marcação evidente de diferentes temporalidades no tecido urbano e arquitetônico local.

Após a sanção federal, pouco se realizou em termos de desenvolvimento de legislação de proteção nas esferas municipais e estaduais. O que houve foram ações pontuais de recuperação de imóveis e a (questionável) museificação de algumas construções. A museificação das edificações neste trabalho torna-se discutível pois, na perspectiva das representações sociais, a transformação da matéria existente em museus que abrigam um conteúdo diverso daquilo que o lugar abrigou ou encontrava-se vocacionado ao longo dos anos rompe com valores comunais de fruição cotidiana do espaço e abre margem para espetacularização e gentrificação do lugar. Embora seja desejável algum sobre nenhum uso, a presença de museus com conteúdo diverso da realidade local pode acentuar ainda mais as fragilidades existentes na relação das pessoas com o lugar.

Em 2015 a Prefeitura Municipal lançou o Plano Decenal da Cultura do Município de Parnaíba – PI que prevê metas para os próximos 10 anos. No tocante ao patrimônio material, o plano indica que as Igrejas de Nossa Senhora das Graças, Nossa Senhora do Rosário dos Pretos e a capela de Nossa Senhora de Monte Serrate possuem projetos de restauração desenvolvidos pelos órgãos administrativos municipais aprovados e que em breve as obras serão iniciadas com apoio do Programa de Aceleração de Crescimento – PAC - das Cidades Históricas (NASCIMENTO *et al*, 2015).

No plano o poder público municipal sinaliza a obtenção de uma linha de crédito para os proprietários privados através do Banco do Nordeste conforme trecho:

Para contemplar os proprietários privados que sentiam-se prejudicados pelo fato dos imóveis afetados pelo tombamento não poderem ser descaracterizados, em 2014, Prefeitura de Parnaíba, IPHAN e Banco do Nordeste celebraram convênio para disponibilizar linha de crédito através do Programa de Financiamento par Recuperação de Imóveis Privados do Centro Histórico e Entorno. No Processo foram selecionados vinte proponentes de projetos de restauração que deverão executar suas reformas ainda em 2015. (NASCIMENTO *et al*, 2015, p. 43).

São metas para o período de 2015-2025:

Meta 1 – Ampliar a visitação turística através de inserções em material institucional, eventos e campanhas de comunicação e marketing da cidade.

Meta 2 - Estabelecer parcerias com o intuito de oferecer acesso da população da cidade aos acervos, atividades, cursos e eventos das instituições.

Meta 3 - Criar material de divulgação turística com informações das instituições, informações dos acervos e mapa com localização;

Meta 4 – Criação de uma política sistemática de educação patrimonial;

Meta 5 - Elaborar e incluir o Plano de Educação Patrimonial nos projetos de pedagógicos e ensino formal e informar na cidade de Parnaíba;

Meta 6 - Revitalizar o Museu Náutico (Museu do Mar);

Meta 7 – Incentivar o diálogo entre os proprietários de imóveis tombados e os produtores culturais mediados pelo IPHAN, UFPI e Superintendência de Cultura, para uso social em sistema de comodatos para atividades culturais;

Meta 8 - Incentivar ações de mobilidade urbana e acessibilidade;

Meta 9 - Revitalização dos espaços tombados do centro histórico de Parnaíba e seu entorno;

Meta 9 – Criação de um Museu da Diversidade Cultural de base comunitária; Meta 10 – Constituição de uma rede de museus comunitários;

Meta 11 – Criação URGENTE de um arquivo público municipal;

Meta 12 – Inventariação de criação de um centro de referência das culturas

de matrizes africanas;

Meta 13 – Inventariação do Patrimônio cultural imaterial. (NASCIMENTO *et al*, 2015, p. 46-47).

Na contemporaneidade, o Estado, por meio da Secretaria de Cultura do Estado do Piauí, SECULT, em conjunto com o IPHAN através do PAC - das Cidades Históricas e da prefeitura de Parnaíba, promoveram nova reforma no complexo cultural porto das Barcas, conforme exposto na análise e diagnóstico do conjunto Porto das Barcas e Galpões portuários. Na reforma, permaneceram as áreas comerciais já existentes, as ruínas serão abertas para visitação no chamado “Parque das ruínas” e algumas das edificações remanescentes abrigarão o Museu do Mar, que trás novas funções ao conjunto existentes que se encontrava parcialmente ocioso desde o tombamento na esfera federal. O complexo foi inaugurado dia 03 julho de 2021.

O casarão de Simplício Dias da Silva foi reformado via financiamento federal para formulação de um museu, mas atualmente encontra-se fechado. O sobrado de Dona Auta também recebeu recursos federais para reforma e manutenção e abriga o Centro de Referência Especializado para a população de Rua – Centro Pop, de gestão municipal. Além dos três imóveis tombados na esfera estadual, foram reformados com auxílio do PAC das cidades históricas o Casarão da escola de Direito Miranda Osório

cuja posse passou para a Federação do Comércio do Estado do Piauí que organizou a revitalização através do sistema SESC (Serviço social do comércio) e atualmente abriga uma escola militar de ensino fundamental e o Complexo Ferroviário que abriga o museu do trem. O sistema SESC também promoveu a reforma do edifício da antiga escola União Caixeiral, atual Complexo João Paulo Reis Velloso, que abriga bibliotecas, salas de concertos, cinema e espaços culturais e acervo histórico local.

No âmbito das ações educacionais em Parnaíba, é relevante destacar a atuação do Programa de Pós-graduação em Artes, Patrimônio e Museologia, que, desde 2015 vinculado ao curso de turismo da Universidade Federal do Delta do Parnaíba – UFDPAr, tem atuado em defesa da conservação e documentação do patrimônio Material e Imaterial de Parnaíba e região.

3.5.1 IPHAN, o tombamento e a permanência do patrimônio

O IPHAN tem atuado nos últimos 13 anos após o tombamento do Conjunto Histórico e Paisagístico de Parnaíba na manutenção e preservação dos bens protegidos na região. Apesar da ampla dimensão do microterritório a ser preservado, muitos são os desafios para o cumprimento de tal tarefa. É responsabilidade do IPHAN fiscalizar, monitorar e promover ações em prol do desenvolvimento do patrimônio local. Controlar as intervenções que necessitam de aprovação, as questões de comunicação visual e propaganda que descaracterizam os edifícios, notificar os proprietários acerca das condições dos bens são algumas das atribuições do escritório técnico com sede em Parnaíba.

Acerca do trabalho desenvolvido in loco, verifica-se de imediato uma limitação em relação ao contingente de trabalho e disponibilidade de agentes para a tarefa de fiscalização. O escritório técnico do órgão habilitado em Parnaíba contava em junho de 2021 com apenas um Arquiteto responsável pelas ações de fiscalização, análise de processos e gestão das informações do sítio, sem chefia imediata lotada na cidade. A gestão fica a cargo da Superintendência sediada em Teresina.

A deflagração da Pandemia ocasionada pelo vírus responsável pela Covid-19 no primeiro trimestre de 2020 exasperou ainda mais essa situação de insuficiência de corpo técnico, dada as limitações para atuação presencial em levantamentos e visitas técnicas. Por conta do estado de emergência, alguns trabalhos que estavam em andamento como o desenvolvimento das normativas de preservação do sítio foram

paralisados sem previsão de retomada. Em entrevista concedida à autora, o agente técnico AG4 detalha as dificuldades de realização do trabalho no local em função da pandemia conforme o trecho:

[...] a ação de preservação ela exige fiscalização constante, ela exige contato com as pessoas para fazer orientação sobre o que deve ou não deve ser feito, o que pode ou não pode ser permitido e dentro desse ambiente. Por conta dessa conjuntura da questão da saúde pública, está ficando muito difícil, realizar qualquer espécie de trabalho ou programar qualquer tipo de ação. (AG4, 2021, APÊNDICE E)

O estado pandêmico dificultou as atividades de fiscalização e esvaziou o microterritório tombado e interfere diretamente na fruição cotidiana das pessoas. Esse afastamento social decerto pode vir a refletir-se nas relações de memória e identidade da sociedade com o local.

Em paralelo, o Brasil vive uma crise econômica que tem interferido nos repasses de recursos em todas as esferas, mas, em especial, nos recursos destinados à cultura e que seriam utilizados para manutenção e reabilitação do patrimônio histórico por todo o país. Historicamente, o IPHAN encontrava-se vinculado ao Ministério da Cultura desde 1985. Em 2019, na gestão do Presidente Jair Bolsonaro o MinC foi extinto através da medida provisória n.º 870. Desde então o IPHAN encontra-se vinculado ao Ministério do Turismo. Ademais, o IPHAN, assim como muitos outros órgãos governamentais sofreu de maneira sistemática nos últimos anos uma série de restrições orçamentárias que acentuam os desafios para realização de suas atribuições cotidianas.

3.6 Parnaíba contemporânea: transformações e desenvolvimento urbano

No presente tópico busca-se analisar a cidade contemporânea, fora do microterritório tombado, a fim de conhecer o processo de expansão da cidade, sua morfologia, novos lugares representativos, espaços de sociabilização e diretrizes de crescimento. O objetivo é comparar a forma da cidade contemporânea em relação ao sítio tombado, a fim de compreender a articulação existente entre ambas.

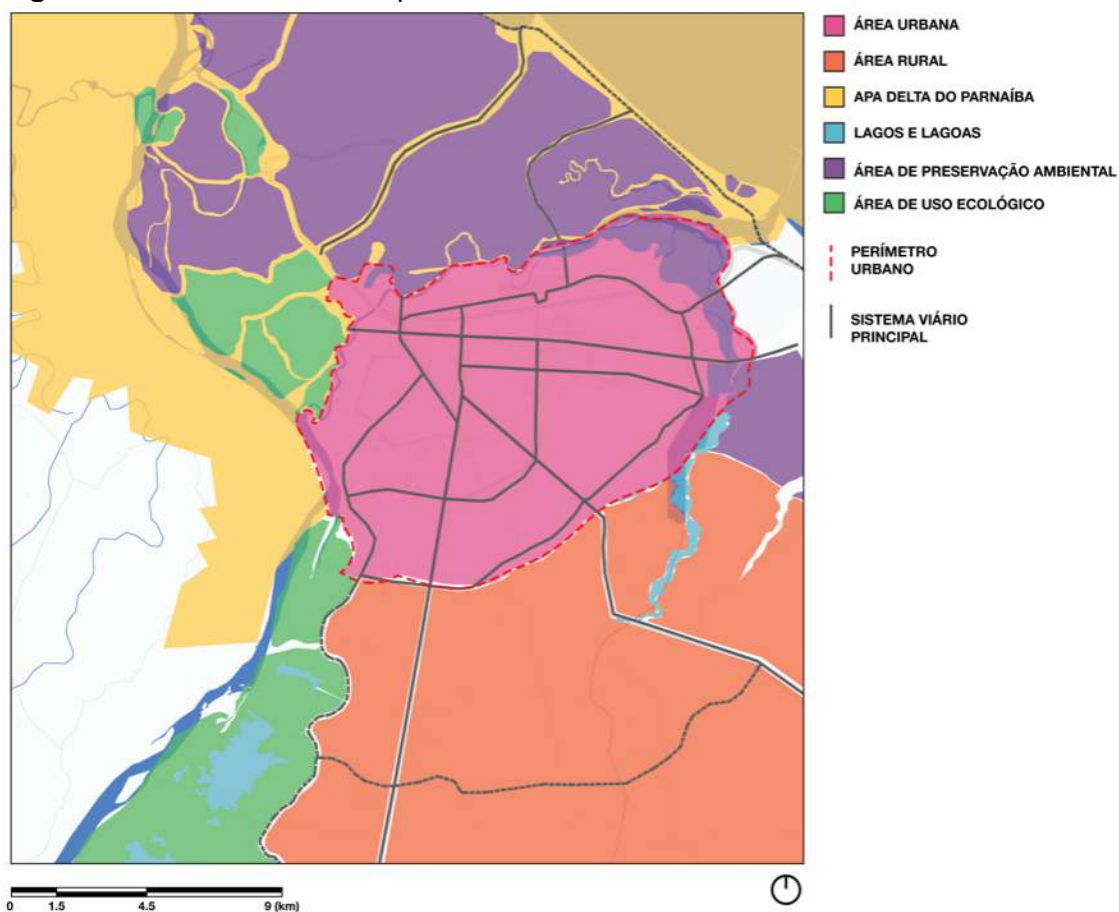
Para compreender melhor as dinâmicas da cidade, levantou-se os dados disponíveis no IBGE acerca do perfil socioeconômico da população. De acordo com dados do último censo (2010), a maior parte da população parnaibana é composta por jovens na faixa etária de 20 a 24 anos, em sua maioria mulheres. Com relação aos indicadores socioeconômicos, em 2010, a cidade de Parnaíba detinha o 4º melhor

Índice de desenvolvimento humano (IDH) do estado, com valor de 0,687. Segundo dados do IBGE (2018), o Produto Interno Bruto, PIB, era de apenas R\$ 15.216,39 reais, o que a colocou na 20ª posição no estado. A média salarial mensal era de 1,7 mil reais, conforme levantamento do ano de 2019. A taxa de escolarização na faixa etária dos 6 a 14 anos era de 97,5% em 2010.

Os dados do IBGE revelam uma realidade econômica de pouco desenvolvida. Verificam-se a realização das seguintes atividades econômicas: agricultura, pecuária, fruticultura, extrativismo de recursos naturais, piscicultura, carcinicultura e maricultura, baixo desenvolvimento industrial, comércio e turismo. Os bons índices educacionais se apresentam como uma vantagem e asseguram a Parnaíba a vocação educacional. Parnaíba também se desenvolve economicamente a partir do turismo. A predominância de jovens aliada aos atrativos turísticos e à oferta educacional faz com que haja uma maior circulação de pessoas oriundas de diferentes regiões a frequentar o município seja de maneira pendular, no ir e vir diário ou para residência prolongada, no caso dos estudantes.

Atualmente a cidade de Parnaíba encontra-se dividida pela lei n.º 2.296/2007 que estabelece o Plano Diretor de Parnaíba em três macrozonas: Macrozona urbana, macrozona de interesse ambiental e macrozona rural. A macrozona rural prevê a utilização de áreas para extrativismo vegetal. A figura 175 apresenta a demarcação das principais áreas da cidade, urbana rural, áreas de preservação e uso ecológico além da demarcação da Área de Proteção Ambiental (APA) do Delta do Parnaíba, criada em 2007. A APA se estende por uma área de 311.731,42 hectares com perímetro: 472,80km. Abrange três estados e tangencia 10 cidades (ICMBIO, 2020)

Figura 175- Parnaíba Contemporânea –áreas de Parnaíba

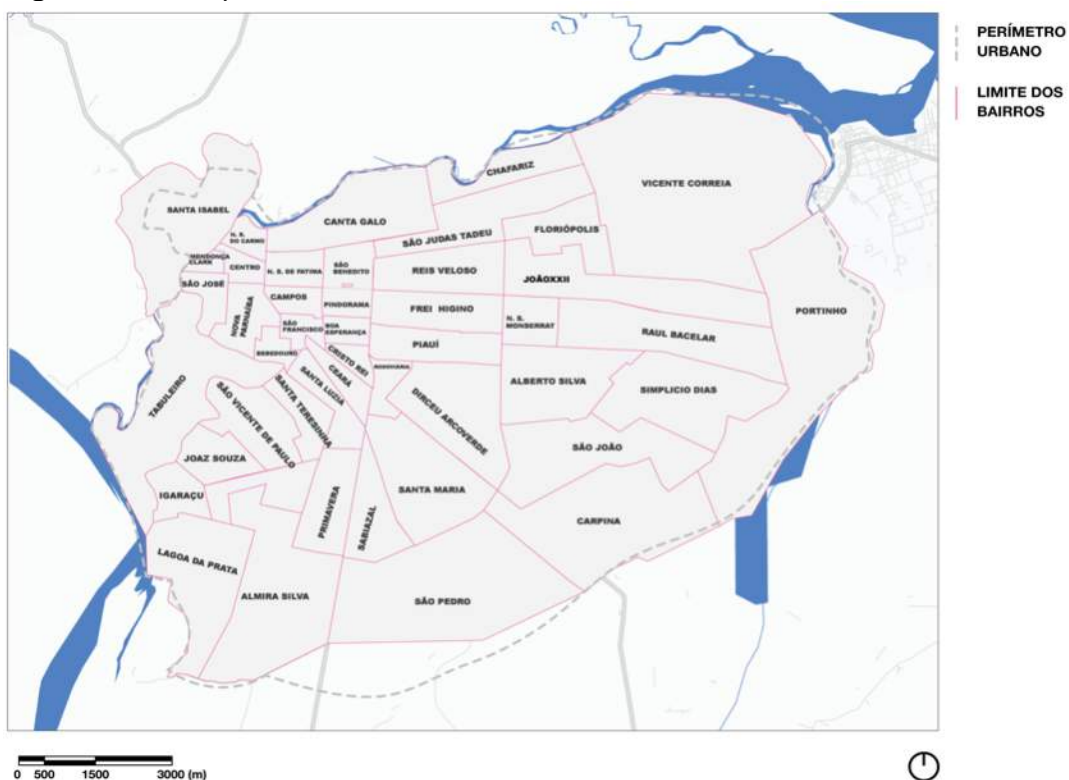


Fonte: FIGUEIROA; SAMPAIO, 2019 com dados da PMT, 2016.

Parnaíba encontra-se dividida em 30 bairros. No ano de 2016, através do decreto 2.609/2016 foi instituída comissão para proceder a revisão do Plano diretor de 2007. Integram a comissão membros da administração e assessoramento do município. Em 2019 a prefeitura procedeu com algumas audiências públicas para discussão do plano proposto, mas até o presente momento não houve alteração e a lei do Plano Diretor de 2007 permanece em vigor. Todavia, optou-se por trazer alguns mapas e dados presentes na revisão de 2016 por tratar-se de um levantamento mais recente, portanto, mais conveniente para essa pesquisa.

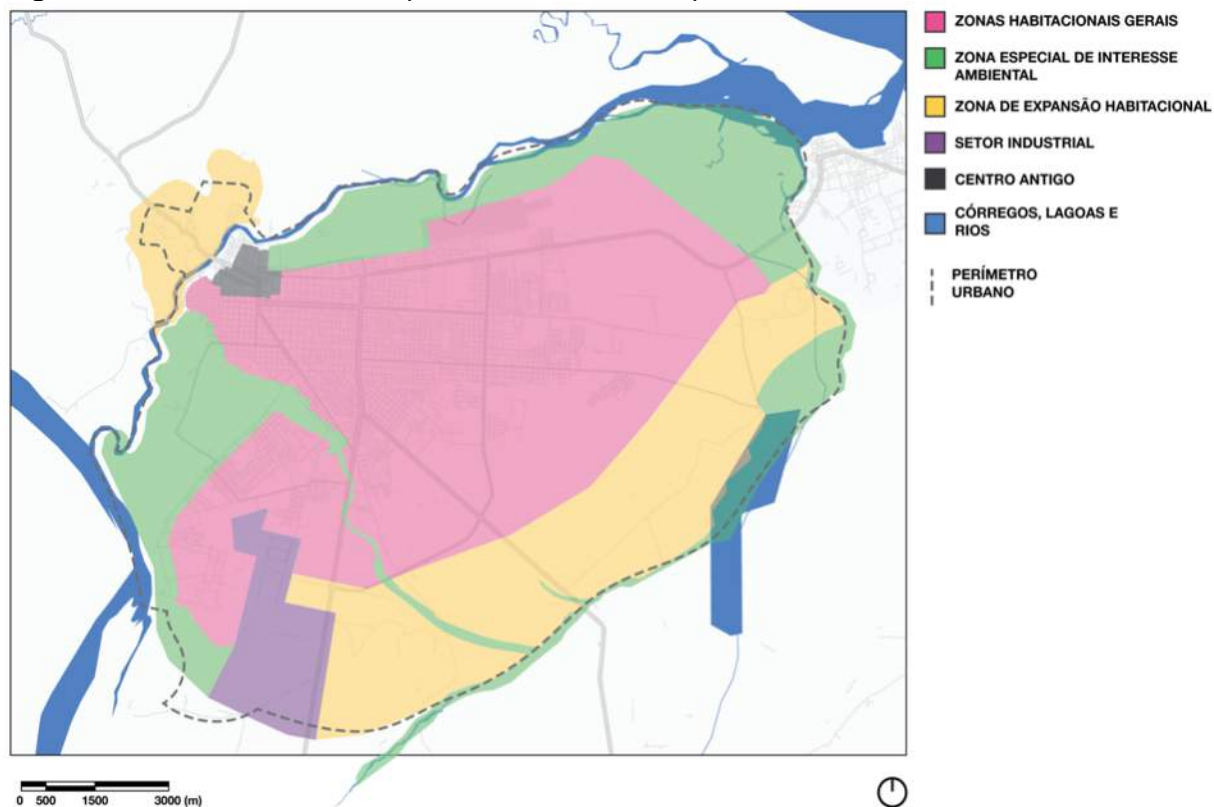
Segundo a revisão, Parnaíba passaria a conter 39 bairros (Figura 176). As novas áreas habitacionais ocupariam alguns vazios urbanos ocasionado pelo espraiamento da ocupação espontânea fragmentada nas áreas mais periféricas da cidade. Dessa forma, os bairros e o ordenamento urbano abrangeriam a totalidade do perímetro urbano (PMP, 2016). Em relação ao zoneamento, a previsão seria promover o processo de expansão habitacional e delimitar o setor industrial conforme Figura 177.

Figura 176- Proposta de divisão dos bairros de Parnaíba



Fonte: FIGUEIROA; SAMPAIO, 2019 com dados da PMT, 2016.

Figura 177- Parnaíba Contemporânea –áreas de expansão



Fonte: FIGUEIROA; SAMPAIO, 2019 com dados da PMT, 2016.

Morfologicamente, a região do centro histórico é composta por vias estreitas e alguma regularidade advinda das influências de ordenamento portuguesas. À medida que se afasta do núcleo original, as diferenças morfológicas se fazem mais evidentes. As vias estruturantes tornam-se mais largas e arborizadas.

A cidade possui certa homogeneidade de traçado ao longo das principais vias, como a Av. São Sebastião que corta a cidade no eixo longitudinal, sentido Leste-Oeste. Nas extremidades, os vazios urbanos têm dado lugar a loteamentos e condomínios privados, tanto em direção à cidade vizinha de Luís Correia quanto na saída da cidade para a capital, Teresina. Grande parte desses novos loteamentos surge da necessidade de moradia pelo público do setor educacional. Assim como a ocupação espontânea, muitos desses loteamentos não trazem consigo a preocupação urbanística de integrar-se a malha urbana existente.

A vocação para a educação iniciou-se com a chegada do Colégio das Irmãs, nos primeiros anos do século XX, com a escola da União Caixeiral, organizada pelos comerciantes, conforme explicitado nos itens anteriores. Essas foram importantes e pioneiras escolas, porém não forma as únicas. No ensino superior, a primeira instituição implantada foi a Faculdade de Administração de Parnaíba instalou-se em 1968 (SILVA FILHO, 2020).

Em 1971, a faculdade passou a ser responsabilidade da recém-criada Universidade Federal do Piauí. Em 1975 foram instalados mais três cursos: Ciências econômicas, Ciências contábeis e Ciência plena em pedagogia e magistério. Apenas no ano de 2006, inseridos no processo de expansão nacional das universidades através do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), fundou-se sete novos cursos. O Reuni destinava-se a ampliar a oferta de cursos e o número de vagas das Instituições de Ensino Superior (IFES) por todo o País. Posteriormente, em 2014 foi implementado o curso de medicina o que ampliou a visibilidade da oferta educacional local. A Universidade Estadual também marcou o desenvolvimento da cidade através da instalação do Campus Alexandre Alves em Parnaíba no ano de 1991. No século XXI ampliou-se o número de instituições de ensino superior privadas. Em 2018 o campus Ministro Reis Veloso da Universidade Federal do Piauí foi desvinculado e criada a Universidade Federal do Delta do Parnaíba (BRITO, 2017). Nesse ano, a UFDPAR abrigava mais de 5.100

estudantes distribuídos em seus cursos de graduação e pós-graduação (BRITO, 2018).

A UFDPAR localiza-se conforme a figura 178 e ocupa uma área de mais de 7 mil m² próximo ao cruzamento das avenidas São Sebastião e Pinheiro Machado. No seu entorno estabeleceu-se o bairro Ministro Reis Veloso, com quadras amplas, composição essencialmente residencial, com lotes amplos e casas de maior poder aquisitivo.

Figura 178- Localização da Universidade Federal do Delta do Parnaíba, UFDPAR



Fonte: FIGUEIROA; SAMPAIO, 2021 com fotografia de Google Street View, 2019

Observa-se o surgimento de novas centralidades impulsionados pelo capital privado à medida que a proximidade com a Universidade atrai a instalação de pontos de alimentação bem como moradia, sobretudo em pequenos condomínios.

Assim, de frente a um centro comercial privado com restaurantes e farmácias a Prefeitura Municipal desenvolveu a Praça do Amor (figura 179) inaugurada no ano de 2017 na gestão de Francisco de Assis de Moraes Sousa, conhecido como Mão Santa.

Figura 179- Localização da Praça do Amor

Fonte: FIGUEIROA; SAMPAIO, 2021 com fotografia de PHB DRONÕES em Jornal da Parnaíba, 2018.

Utilizando-se do largo canteiro existente na avenida, a praça é composta por locais de alimentação, os chamados *foodtrucks* e alugueis de brinquedos, além de ser bastante arborizada com locais de descanso e contemplação.

Verifica-se que essa nova centralidade se encontra longe o suficiente para não disputar espaço com a paisagem preexistente do sítio histórico e também é melhor localizada em relação aos novos bairros que surgem nas áreas de expansão da cidade.

Sobre o surgimento de novas centralidades há um importante tensionamento na articulação entre a área do centro antigo e o desenvolvimento da cidade. Para o poder municipal, não se deveria investir em desenvolver o na região central afim de conservar suas características morfológicas, urbanas, paisagísticas e arquitetônicas.

A Prefeitura apoia e estimula o desenvolvimento de novas centralidades em substituição à zona central com o objetivo de despressurizar a região do centro histórico. (PMP, 2016). Para ela, não se deve investir economicamente na região do centro histórico de maneira a favorecer a sua preservação, dada a sensibilidade do tecido urbano original. Entretanto, a ausência de investimentos também ameaça a conservação que se declara almejar.

Em relação às áreas consideradas de interesse patrimonial na revisão do Plano Diretor, o polígono de tombamento proposto é ligeiramente maior que o perímetro de tombamento do IPHAN e menor que a delimitação da área de entorno tombada na esfera federal (PMP, 2016).

Um outro lugar de relevante apropriação social é a Praça Mandu Ladino. Inaugurada em 2007 na gestão de José Hamilton Castelo Branco, a praça encontra-se localizada conforme a figura 180. Nela foi construído o “Quadrilhódromo”, uma arena destinada à apresentação das tradicionais quadrilhas que aconteciam no mês de junho, juntamente com outros equipamentos urbanos como quadras e espaços de contemplação paisagística.

Figura 180- Praça Mandu Ladino em Parnaíba



Fonte: FIGUEIROA; SAMPAIO, 2021

A praça fica próxima à área histórica da Estação Ferroviária, entretanto, seus espaços não se complementam visto que a região da Estação Ferroviária não possui elementos urbanos para apropriação social. Entretanto, o diálogo histórico existe. Em seus espaços adjacentes, no ano de 2020, por iniciativa do sistema SESC foi instalada uma locomotiva de 1913 (figura 181) que conta com um vagão de restaurante aberto para visitação. Uma biblioteca infantil foi alocada no vagão-restaurante de maneira a atrair mais visitantes.

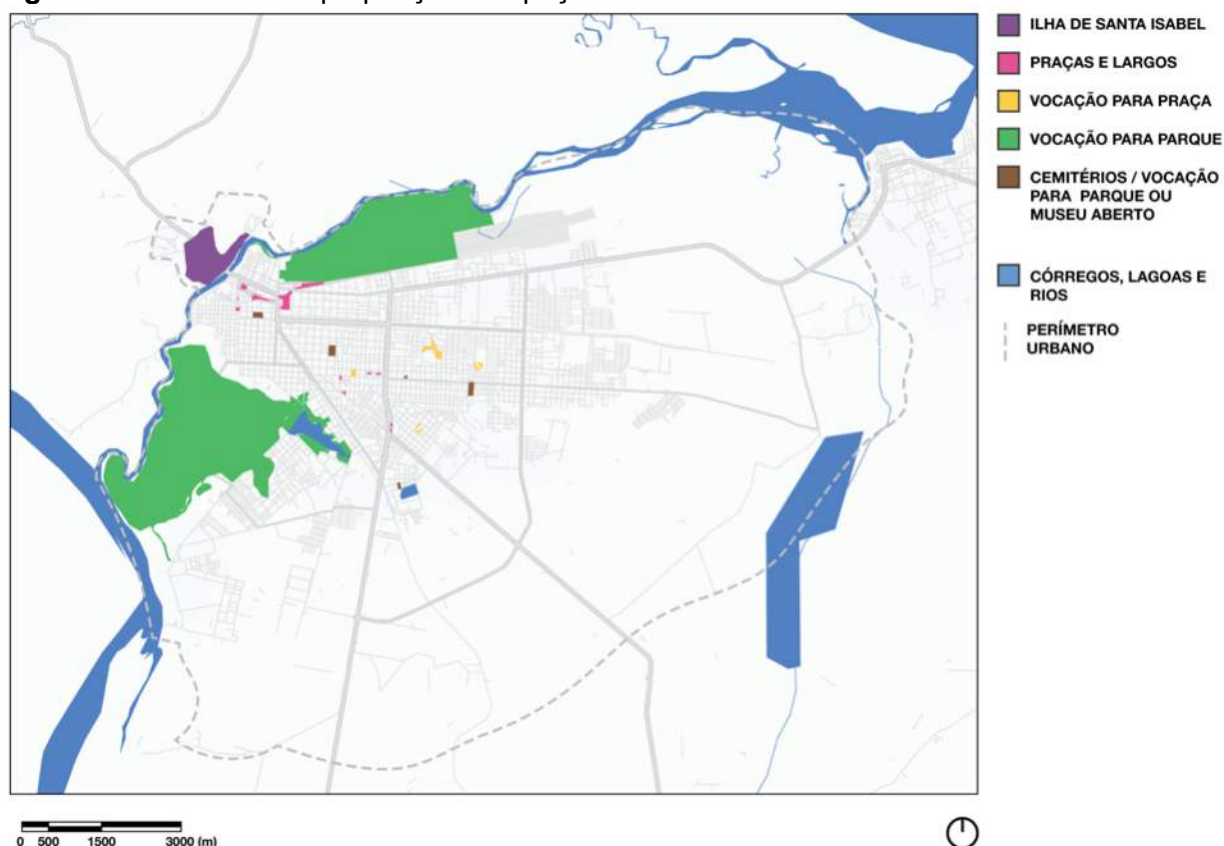
Figura 181- Locomotiva nos arredores da Praça Mandu Ladino



Fonte: SAMPAIO, 2021

Além dos locais citados, Parnaíba conta com outros espaços de apropriação social localizados conforme a figura 182. Nele verifica-se ainda algumas áreas inexploradas que possuem vocação para parques ambientais. Observa-se uma concentração de espaços passíveis de apropriação na área do centro histórico e entorno. Os espaços remanescentes com vocação para praças públicas também se encontram demarcados. Os cemitérios urbanos também foram demarcados pela prefeitura como locais vocacionados para parques ou museus.

Figura 182- Locais de apropriação e espaços livres de Parnaíba.



Fonte: FIGUEIROA; SAMPAIO, 2019 com dados da PMT, 2016.

Em relação ao turismo, Parnaíba possui como atrativos turísticos a região do centro antigo com suas praças e edificações, a lagoa do portinho, a praia da Pedra do Sal, o próprio Rio Igarapé que permite passeios e o acesso ao Delta do Parnaíba. A cidade está inserida em circuitos de promoção turística como a Rota das Emoções que engloba os estados do Piauí, Ceará e Maranhão em um percurso de 500km que perpassa 14 municípios. Foi criada em 2005 por iniciativa do SEBRAE com o intuito de fomentar o turismo da região (ROTA DAS EMOÇÕES BRASIL, [200-]).

O percurso das Rota das Emoções encontra-se conforme a figura 183. Aqui verifica-se um conflito já identificado pela própria administração pública entre a preservação

ambiental e a exploração turística da região da APA do Delta do Parnaíba. (PMT, 2016).

Figura 183- Rota das emoções



Fonte: VIAGENS POSSÍVEIS, 2015

Sobre o desenvolvimento dessa região, para Ribeiro e Oliveira (2017) entre as décadas de 1970 e 1980 o território parnaibano era composto por uma “Parnaíba continental” e uma “Parnaíba Insular”, referenciando os dois territórios separados pelo Rio Igarauçu.

Na parte continental encontrava-se o município, o centro histórico, comércio e os serviços que caracterizavam a “cidade”. No lado insular havia a Ilha de Santa Isabel, conectada ao território pela ponte Simplício Dias da Silva e que era formada por vários povoados que abrigava trabalhadores, em sua maioria “marginalizados” e inseridos no discurso das relações de poder da região.

Após a instalação da ponte, o local passou a ser conexão com a Praia da Pedra do Sal. Reduto do artesanato local, a ilha grande de Santa Isabel abriga marinas e cais que levam a passeios turísticos pela margem do rio Igarauçu. O trabalho das rendeiras do Morro da Mariana (figura 184) é internacionalmente reconhecido e compõe o patrimônio imaterial local.

Figura 184- Artesanato no Morro da Mariana (Ilha Grande de Santa Isabel)



Fonte: Artesol, [200-]

Existe uma oposição dialética entre a realidade dos moradores locais, as vilas de pescadores e povoados e o lado de exploração turística. Para Ribeiro e Oliveira (2017) as relações de poder e dependência da ilha ao continente são históricas, econômica, cultural e social. Antes da ponte o acesso a praia da Pedra do Sal se dava por canoas. Segundo os autores, entre 1973 e 1985 o litoral passa a ser turisticamente mais explorado. Nesse período observa-se o turismo como propulsor de desenvolvimento. Assim procedeu-se a integração do território insular à cidade. “[...] o turismo continuava a ser visto como possibilidade de tirar Parnaíba de sua “letargia” econômica.” (RIBEIRO; OLIVEIRA, 2017, p. 78).

Essas foram as tensões e articulações levantadas entre a área de expansão da cidade e o microterritório protegido. Sabe-se que o tema não se esgota nesta análise, mas acredita-se que aqui foram relatados os pontos relevantes para o entendimento das questões abordadas nesse trabalho.



4

PAISAGENS EM FRAGMENTO:
REPRESENTAÇÕES
PERMANÊNCIAS E CONTRADIÇÕES
DA PAISAGEM PARNAIBANA

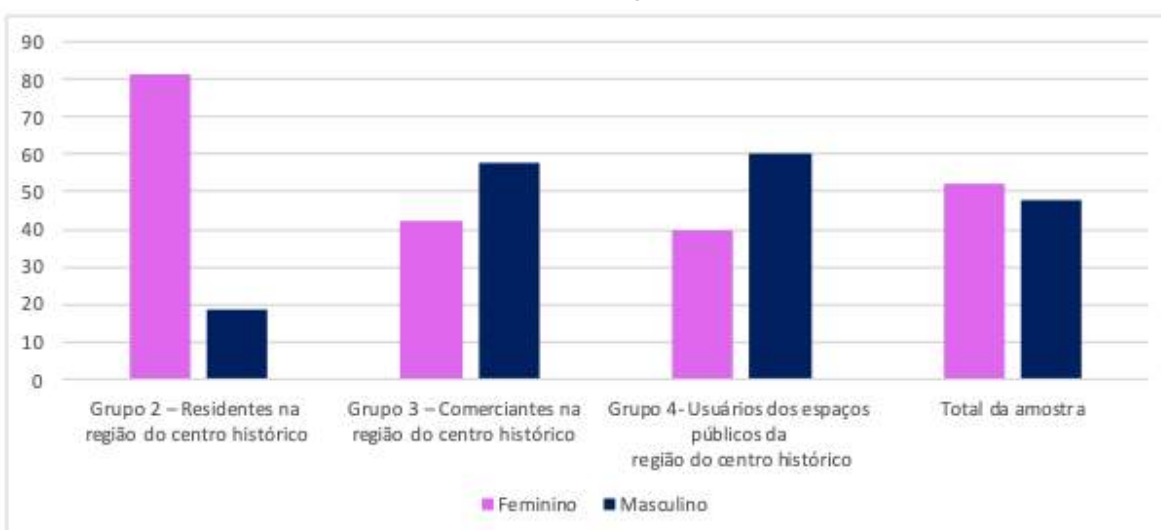
4. A PAISAGEM EM FRAGMENTO – REPRESENTAÇÕES, PERMANÊNCIAS E CONTRADIÇÕES DA PAISAGEM PARNAIBANA

Nesse capítulo os dados coletados serão analisados a fim de encontrar as narrativas da paisagem, bem como as representações existentes a cerca do objeto analisado. Conforme os aspectos metodológicos apresentados anteriormente, a coleta de dados embasou-se na divisão de grupos específicos, cada um com uma abordagem combinada qualitativa e quantitativa a fim de construir as relações de representação, memória e identidade. Buscou-se trabalhar com a dimensão simbólica do discurso de maneira a compreender as permanências, rupturas na construção das narrativas. A interpretação de alguns dos conteúdos encontrados é aqui apresentada dividida entre as principais questões norteadoras do trabalho.

4.1 Os sujeitos e suas representações

No universo de 138 pessoas participantes da aplicação dos formulários (Grupos 2, 3 e 4), verificou-se uma predominância do gênero feminino, sobretudo no Grupo 2 – residentes na região do centro histórico. Entre os grupos 3 e 4, observou-se uma predominância masculina, embora as proporções entre os dois sexos tenham sido semelhantes. O resultado da amostra encontrou-se, portanto, equilibrado na divisão entre homens e mulheres, com diferença de 5 pontos percentuais em favor do público feminino, no total de 52,17% da amostra. Tais informações encontram-se sintetizadas no gráfico 01:

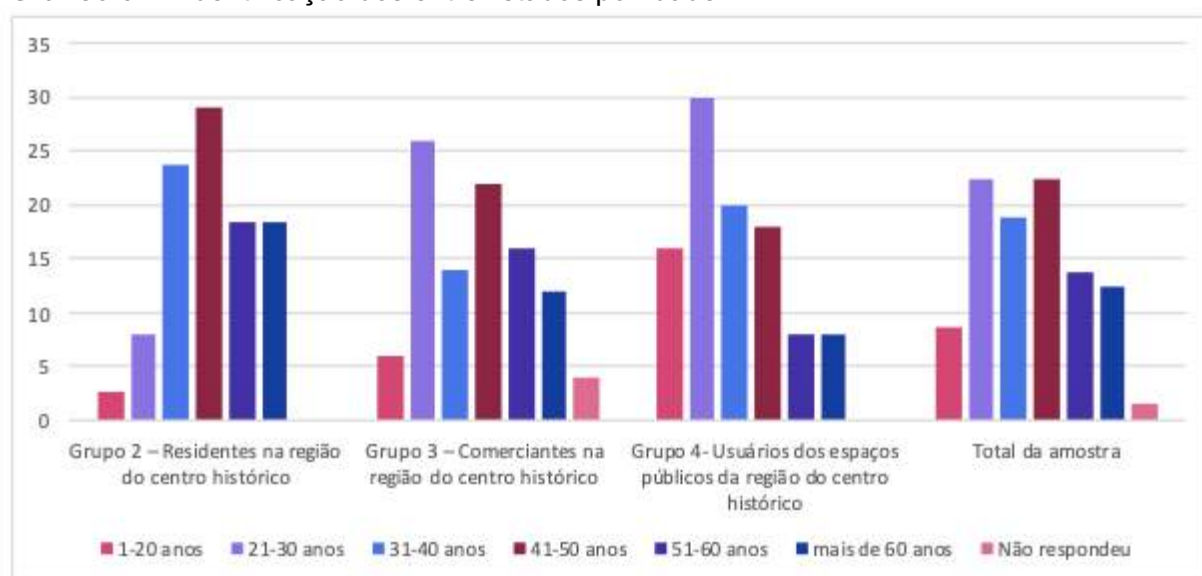
Gráfico 1 – Identificação dos entrevistados por gênero



Fonte: Elaboração própria, 2019

Em relação à faixa etária, observou-se que há, entre os moradores do centro histórico (Grupo 2), uma predominância da faixa dos 41-50 anos. Já entre os comerciantes (Grupo 3) e os usuários dos espaços públicos e de lazer (Grupo 4), o perfil dominante encontra-se na faixa dos 21 a 30 anos. Pouco são os registros de jovens de até 20 anos que moram ou trabalham na região analisada, entretanto, esse número cresce ao se observar os usuários dos espaços públicos. Em relação à amostra total, há a dominação das faixas etárias de 21 a 30 e de 41 a 50, ambos com o mesmo percentual de 22, 46% (gráfico 02).

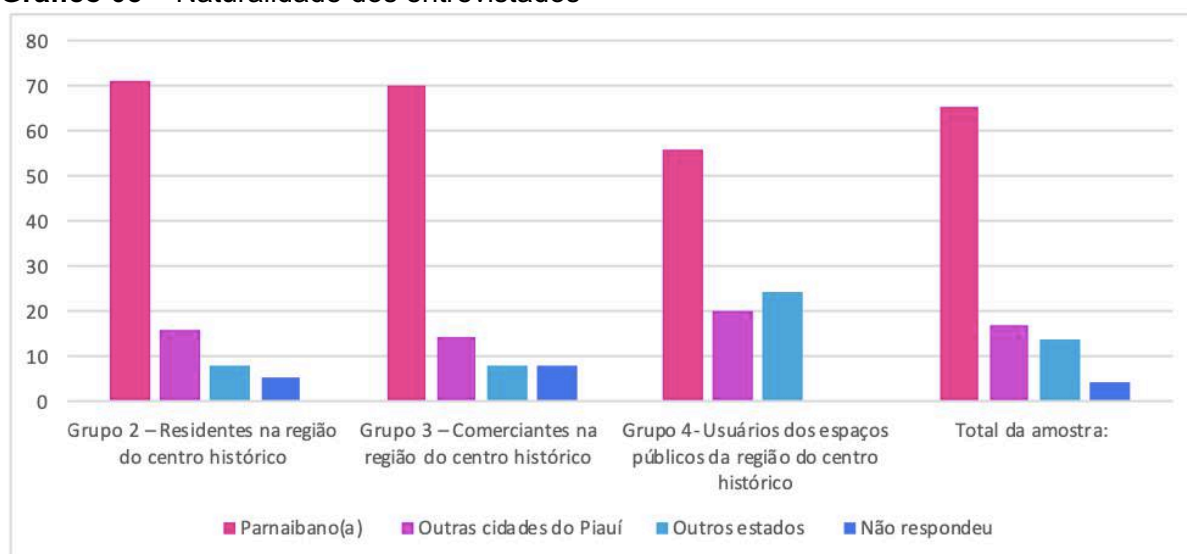
Gráfico 02 – Identificação dos entrevistados por idade



Fonte: Elaboração própria, 2019

A baixa presença do público mais jovem no espaço analisado sugere uma relação de pertencimento e memória mais enfraquecida para as próximas gerações.

Sobre a naturalidade dos participantes da pesquisa, o maior público pertence ao estado do Piauí, com ênfase nos nascidos em Parnaíba. Pessoas oriundas de outros estados representaram apenas 13.76% conforme gráfico 03.

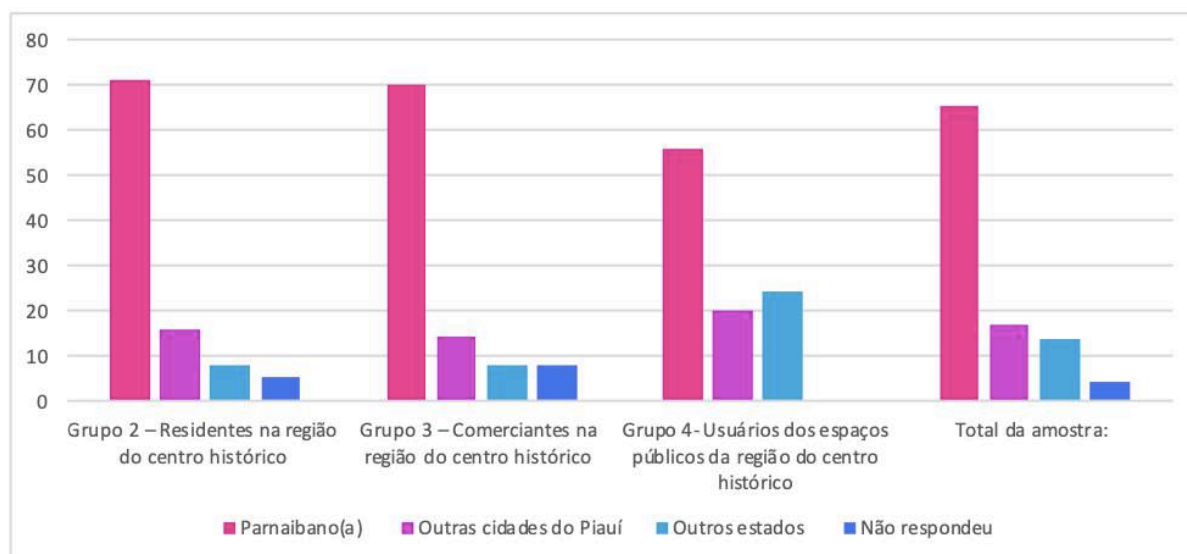
Gráfico 03 – Naturalidade dos entrevistados

Fonte: Elaboração própria, 2019

Entre os moradores entrevistados, 60% era natural de Parnaíba e os 40% advindos de estados vizinhos como o Ceará mas residiram a maior parte da vida na região do centro histórico, dado que os tornou elegíveis para essa pesquisa.

4.2 Relação afetiva e de memória com a região do sítio analisado

Ao serem questionados sobre possuir ou não relação afetiva e de memória com a região estudada, a maioria dos participantes pesquisados (63,06%) afirmou ter essa relação. Esse percentual foi maior entre os residentes da região do centro histórico e chegou a 84,21% dos pesquisados nesse grupo (Grupo 2) (gráfico 04).

Gráfico 04 – Relação afetiva e de memória dos entrevistados com a região do sítio histórico

**alguns entrevistados marcaram mais de uma opção*

Fonte: Elaboração própria, 2019

Foi questionado ao Grupo 2 – residentes na região do centro histórico, se acreditavam que o centro histórico cumpre sua função residencial atualmente. Apenas 13,15% deram resposta afirmativa. Entretanto, ao serem questionados se eles tinham vontade/intenção de morar em outras regiões da cidade, a resposta de 63,16% dos participantes foi negativa, não gostariam de deixar o local de sua morada. Apenas 36,84% afirmaram ter intenção de mudar o domicílio. Entre os motivos apontados para permanência no local dos que afirmaram querer residir em outra região da cidade, destacaram-se: falta de condições financeiras ou falta de oportunidade para 21,42%, proximidade de serviços e comércio 28,57% e 21,42% afirmaram permanecer porque gostam do lugar. Ter residência própria ou bem de herança foi apontado como motivação de 14,28% e o mesmo percentual apareceu para os que não apontaram motivos que justificassem sua permanência apesar da vontade de morar em outro lugar.

Para o Grupo 3- Comerciantes da região do centro histórico, inquiriu-se se eles gostariam de trabalhar em outro lugar da cidade. O percentual de 22% afirmou que sim, 76% afirmaram que não e 2% não opinaram. Esses dados demonstram a intensa vocação comercial do lugar.

Entre os motivos alegados pelos que exprimiram interesse em trabalhar em outros locais da cidade para permanência no exercício das atividades comerciais na região, sobressaiu-se a falta de oportunidade e questões econômicas para 54,54%. Apenas 9% alegaram permanecer por relações afetivas com o lugar. Quando questionados se o centro histórico ainda cumpre sua função comercial, não souberam opinar 4%, 58% disseram acreditar que sim e 38% dos entrevistados deram resposta negativa.

Entre os participantes do Grupo 4 – usuários dos espaços públicos e de lazer do centro histórico, a maioria, 76%, afirmou concordar que o centro histórico permanece a exercer sua função comercial. 4% não opinaram e 20% disseram não considerar que o centro histórico cumpra sua função comercial na atualidade. Tais dados reforçam a já mencionada propensão comercial para a região analisada.

Entre os entrevistados, quando questionados sobre sua relação afetiva e de memória em relação ao sítio histórico, o AG7 (2019, APÊNDICE E) declara:

Qual sua relação (afetiva e de memória) com o sítio histórico de Parnaíba?

Olha eu nasci aqui né, bem aqui, numa casa histórica onde é o Bradesco, é... pra você ter uma noção da história, uma das histórias mais belas, aí foi destruída uma casa semelhante, morava um político, João Orlando, meu tio, era prefeito. Então Getúlio Vargas se hospedou aqui, ele discursou, eu era menino, foi em 54, eu tinha exatamente... não, em 50, eu tinha 8 anos, era menino. Falou bem ali, naquele tempo, os comícios, tinha um coreto aqui e... né, 10h da manha, almoçou lá, aqui, veio Gregório, aquele aparato de defesa dele todo, e tinha uma placa nessa casa, em agosto de 50 hospedou-se aqui...mas foi demolida, era igualzinha à que é o Bradesco onde eu nasci, então a historia de Parnaíba é uma bela história. (...)

Esse mesmo discurso de perda e alteração de um lugar de memória encontra-se evidenciado na fala da entrevista com morador M2 (2019, APÊNDICE E) quando responde à mesma pergunta:

Qual sua relação (afetiva e de memória) com o sítio histórico de Parnaíba?

A região do centro? Ah, modificaram muito. Não é mais como era antigamente. **A senhora tem alguma memória dessa região?** Tem, que era uma Praça bonita, o centro, a Praça da Graça era dividida no meio em duas praças, tinha uma... uma... assim umas trepadeiras que se chamava pérgola com um lago do lado, acabaram com tudo, desmancharam tudo. Agora só é mesmo aquela pracinha da frente e pronto, acabou-se.

Já para o morador M1(2019, APÊNDICE E), ao responder sobre a relação afetiva e de memória com o lugar, declarou não haver mais nenhuma relação. O participante M3 (2019, APÊNDICE E), expõe em sua resposta:

Qual sua relação (afetiva e de memória) com o sítio histórico de Parnaíba?

Rapaz, quando eu cheguei aqui Parnaíba... tudo... antes, antes de eu vir pra cá o comentário era essa Parnaíba, que era boa demais, era um comércio muito grande, exportava as coisas, né, aí eu vim pra cá, um tio meu mandou me buscar. 1948. Eu vim pra cá... desde essa data pra cá eu gostei de viver aqui, tô vivendo até hoje com 86 anos de idade e é uma cidade boa, pacata, e naquele tempo... é porque modificaram a Parnaíba. Os... tempo... né... tiraram... por exemplo a Praça da Graça, ali, era outro tempo... era outra coisa. [...].

Sobre esse ponto (relação afetiva e de memória com o lugar) M4 (2021, APÊNDICE E) disse que sempre morou no centro histórico, estudou no Colégio das Irmãs e tem a região tombada como uma referência sempre que precisa de algo, desde alimentação à produtos para sua residência.

Sobre a relação afetiva e de memória com o lugar, o entrevistado M5 (2021, APÊNDICE E) narra:

Qual sua relação (afetiva e de memória) com o sítio histórico de Parnaíba?

Olha eu cheguei aqui muito novo, criei e fui criado e crescido aqui em Parnaíba, na época dos anos 60, 58, 60 que eu cheguei aqui e conhecia a Parnaibinha como a capital, tudo que você via era bom, com a mudança dos tempos, as coisas modificaram, tudo tinha nessa cidade de Parnaíba, certo, e hoje passando o para o tempo pai, me formei estudei e como estrutura ela está bonita, certo, mas certas coisas do passado faz falta.

Na análise do discurso, percebe-se que vêm à memória do entrevistado fatos considerados marcantes, narrativas dos lugares, experiências no espaço vivido, tudo acompanhado das menções em relação ao patrimônio demolido, as perdas e posterior transformação da cidade.

Quando questionado se costumava frequentar a região da paisagem histórica de Parnaíba M1 (2019, APÊNDICE E) responde:

O (A) senhor(a) costumava frequentar a região da paisagem histórica de Parnaíba?

Sim, nós tínhamos a Praça da Graça que era o centro de encontros, mas foi demolida a Praça e nós ficamos sem o centro de encontro. **Ainda frequenta?** Não, não há objetividade da gente estar frequentando a Praça porque acabou o incentivo.

A participante M2 (2019, APÊNDICE E) manifestou-se quanto a frequentar o microterritório tombado conforme declaração abaixo: “Vou mas não é mais como antigamente, quando a gente é mais nova a gente vai, todo dia vai e assim não.” Para essa questão o participante M3 (2021, APÊNDICE E) afirmou:

O (A) senhor(a) costumava frequentar a região da paisagem histórica de Parnaíba?

[...] Era muito pouco, era rapazinho novinho quatorze anos de idade, tinha o cassino, tinha a AABB, você não alcançou a AABB era muito boa, o cassino 24 de janeiro era famoso só entrava quem tinha dinheiro [...] A gente saía para aquelas festinhas ninguém brigava com ninguém, ninguém batia em ninguém era tudo pacato povo bom hospitaleiro, de uns tempos para cá foi que desandou as coisas, está tudo diferente.

A participante M4 (2021, APÊNDICE E) confirmou frequentar a região analisada e declarou:

A senhora Costumava frequentar a região da paisagem histórica de Parnaíba no passado?

Sim. Frequentava a praça da Graça, participando das missas aos domingos as 05 da manhã na catedral, bem como realizando compras na loja do seu Antônio Lino que vendia tecidos e redes localizado em frente a atual sapataria *Destak*. Ainda frequenta as missas na catedral, no colégio das irmãs e realiza compras em diversas lojas do centro e

costura sapatos nos artesãos no porto das barcas, localizado atrás do supermercado Elizeu Martins.

O entrevistado M5 declarou ir com frequência à região e descreveu alguns lugares: “[...] sempre vou nos pontos, como porto das barcas, beira do rio ali na área de 1º janeiro que agora é João Goulart, o nome da rua me parece, e ali era um movimento muito grande de transporte fluvial, que hoje não existe mais.” (M5, 2021, APÊNDICE E)

Quando questionado sobre as razões que o impelem ou o impedem de frequentar a região do conjunto tombado M1(2019, APÊNDICE E) pontuou: “Nenhum”. Ao ser questionado se nada impedia, respondeu: “Nada impede a gente frequente Nada dá interesse da gente frequentar. Tal resposta demonstra um latente desinteresse pelas questões referentes ao lugar. A participante M2 (2019, APÊNDICE E) por sua vez respondeu:

Quais os motivos que o(a) leva ou o(a) impede de frequentar a região do conjunto tombado?

Eu... Não me fale nem nisso não que eu tenho vontade de matar quem fala em negócio de tombar que a não pode limpar a casa, ninguém pode desmanchar, ninguém pode fazer nada. Só se der dinheiro pra eles e a gente não tá dando nem pra gente, faça um cálculo pra um bando de ladrão desses. Olha... mas eu tenho ódio disso.

O trecho acima expõe a representação do IPHAN como um órgão extremamente restritivo que impede o proprietário de desmanchar, ou seja, demolir e/ou descaracterizar o bem. Já para o participante M3 (2019, APÊNDICE E), o fator que impede o usufruto com o local em análise é a violência, como se verifica na transcrição abaixo:

Vai passando o tempo se vai ficando com outras ideias diferente viu, eu por exemplo tenho ideia diferente dos outros, hoje por exemplo ninguém pode mais sair não rapaz, para parte nenhuma do jeito que esta as coisas aí e gente se matando é assaltando e assim por diante vai levando as coisas.

Ao ser questionada se ainda frequenta a região, a entrevistada M4 (2021, APÊNDICE E) declarou que sim. Entre as lembranças, reatou frequentar a Praça da Graça durante as missas de domingos, a loja de tecidos de Antônio Lino e as lojas de artesãos do Porto das Barcas. O participante M5 (2021, APÊNDICE E) declarou sobre o tema:

Sim. Frequentava a praça da Graça, participando das missas aos domingos as 05 da manhã na catedral, bem como realizando compras na loja do seu Antônio Lino que vendia tecidos e redes localizado em frente a atual sapataria destak. Ainda frequenta as missas na catedral,

no colégio das irmãs e realiza compras em diversas lojas do centro e costura sapatos nos artesãos no porto das barcas, localizado atrás do supermercado Elizeu Martins.

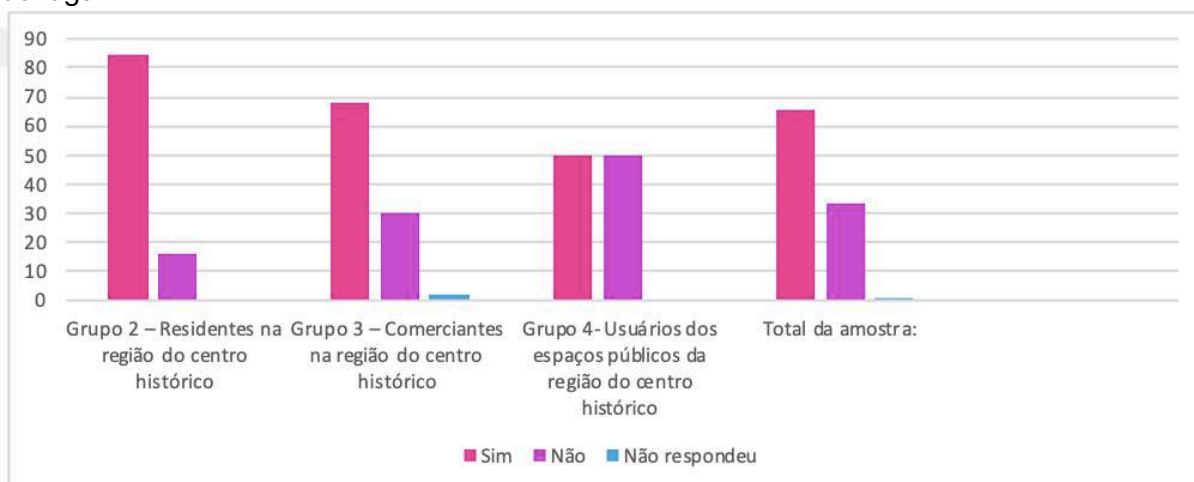
Verifica-se, portanto, entre os moradores mais antigos, modificações na relação afetiva com o lugar a partir das transformações inferidas no sítio. Tais modificações constituem indícios de rupturas na paisagem expresso em suas narrativas.

Os agentes técnicos em atuação na gestão do patrimônio foram questionados acerca da sua perspectiva quanto à relação das pessoas (moradores, usuários, comerciantes) com a paisagem urbana histórica. Sobre essa perspectiva, AG8 (APÊNDICE E) expõe que quando há a junção da população aos projetos de revitalização existe também uma maior aproximação deles com a paisagem urbana histórica. Para AG4 (APÊNDICE E) as questões sobre paisagem para a população e os moradores em geral são conteúdos abstratos e não há muito entendimento ou informação sobre. Para o agente, a situação ideal seria haver uma maior vinculação entre as pessoas e o lugar para que, ao longo do tempo elas próprias pudessem defender a paisagem e não apenas os órgãos públicos.

4.3 Conhecimento dos entrevistados acerca da história sobre a origem e formação do lugar

Quando indagados sobre terem ou não conhecimento sobre a história, origem e formação do lugar a maioria dos participantes (65,94%) informaram ter ciência sobre. Esse índice torna-se ainda maior entre os residentes da região, com 84,21% (gráfico 05).

Gráfico 05 – Conhecimento dos entrevistados acerca da história sobre a origem e formação do lugar



Fonte: Elaboração própria, 2019

Os entrevistados, ao responderem sobre como adquiririam esses conhecimentos, citaram: Escola, mencionada por 33 pessoas, Livros, leituras e jornais citados por 23 participantes, relatos de familiares e idosos, aludidos 23 vezes. Os participantes também fizeram referências a estudos e pesquisas (seis pessoas), internet (2 pessoas) televisão, com uma menção e vivência do espaço, citado por três participantes.

4.4 Participação, avaliação e reconhecimento do tombamento

Esse tópico traz algumas considerações sobre as perspectivas dos agentes envolvidos no processo de tombamento, funcionários dos órgãos municipais, estaduais e federais envolvidos na elaboração do dossiê de tombamento e na sua gestão na atualidade, além de perscrutar acerca do reconhecimento do tombamento pelos moradores antigos.

Sobre sua participação na elaboração do dossiê, o agente técnico AG1 (2019, APÊNDICE E) relata:

Eu tinha uma participação direta tanto na reivindicação do IPHAN de ter uma atenção em relação aos sítios do Piauí né... O tombamento de Parnaíba na verdade não é o tombamento isolado, é... ele foi concebido para ser feito em... numa... por todas as cidades né, que tinham... os centros históricos representativos do Piauí, incluindo Oeiras, Piracuruca né, e outras cidades que se.. já se estavam se estudando há algum tempo dentro da superintendência mas foi o primeiro porque, que aconteceu, porque tínhamos uma quantidade maior de informações já levantadas né, inclusive, devido inclusive ao meu próprio trabalho de mestrado que teve como objeto de estudo o sítio né, com a preocupação exatamente de perceber como, né, a população via a preservação do sítio. Então eu tive participação direta na elaboração né, do planejamento até a elaboração do dossiê.

O agente técnico AG2 (2019, APÊNDICE E) descreve ter tido uma participação de maneira mais técnica, conforme o trecho:

Na época do tombamento, da elaboração do dossiê eu atuava como chefe técnica, da divisão técnica lá no IPHAN e eu participei acompanhando né a equipe que elaborava, reunindo material, então eu participei desse processo de elaboração do dossiê principalmente com documentos, com participação in loco. Não na escrita né, na redação final, que isso foi feito pela equipe lá de Brasília. Esse processo, ele foi... ele era de grande interesse pra gente, eu cheguei a pro... fazer uma proposta, elaborar uma documentação para o tombamento municipal junto com a técnica da prefeitura e aí isso meio que deu uma basezinha ainda de conhecimento né, de... dos bens.

Para o agente técnico AG3 (2019, APÊNDICE E), sua participação foi mais atuante na coleta e tratamento dos dados que alimentaram o dossiê, conforme passagem da entrevista:

E a minha participação, no de Parnaíba, era muito mais uma análise de dados que eram compilados que chegavam, com resultados de levantamentos, desenhos de perfis, registros fotográficos e a pesquisa histórica.

Quando questionados sobre haver participação popular no processo de tombamento, verifica-se que os discursos coletados são unânimes ao afirmar que não houve participação instituída (formal) da população à época.

O agente AG1 considera ter havido uma participação, porém, de maneira informal: “Bom, eu vou dizer assim... não houve uma consulta direta à população, mas eu considero que houve uma consulta preliminar”. Em sua narrativa, destaca-se o receio de conversar abertamente com a população sobre o processo de tombamento e que uma consulta prévia pudesse causar algum prejuízo para o processo de tombamento, como verifica-se na passagem:

[...] nós tínhamos inclusive de fazer uma consulta e que acelerasse o processo de... de destruição da cidade né, porque as vezes... a cidade já estava passando por um processo de substituição de uso né, as antigas casa de residências já estavam se tornando né, locais de serviço de comércio e uma consulta aos proprietários ou à população, de modo geral poderia acelerar esse processo de destruição né, então não... apesar de que eu considero que houve uma espécie de participação, de consulta né, feita através dessa pesquisa (AG1, 2019, APÊNDICE E).

O agente técnico AG2 afirma que não houve participação popular de maneira instituída, apenas diálogos entre os diferentes agentes (instituições, órgãos reguladores, interesse municipal) na elaboração do dossiê, conforme pode ser observado no trecho:

Então haviam essas pessoas, pessoas ligadas à algumas instituições locais que apoiavam esse tombamento, no entanto, nenhuma delas participou, por exemplo, da definição do perímetro, entendeu? Do que ia entrar, do que ia sair. Era uma participação muito mais no sentido de fornecer dados, né, de reforçar a importância, de contar com o IPHAN na preservação dos bens [...]. (AG2, 2019, APÊNDICE E).

Já para o entrevistado AG3, houve participação popular realizada por intermédio da prefeitura municipal, conforme transcrição abaixo:

Houve participação popular no processo de desenvolvimento do tombamento? Em caso afirmativo, de que forma se deu?

Existiu um termo de cooperação técnica com a prefeitura de Parnaíba, na época o IPHAN tinha uma articulação muito ampla, saudável, com a prefeitura de Parnaíba, em todos os aspectos e a gestão municipal se colocou disponível a colocar... a aproximar o IPHAN da população. Foram feitas audiências públicas na câmara municipal onde foi apresentada essa intenção, essa proposta de tombamento, é... depois foi apresentado uma análise parcial né, no meio desse percurso foi apresentado essa análise e no final foi apresentado o que que seria esse tombamento, quais os benefícios que a cidade como um todo, não só as pessoas daquela área, teriam com esse tombamento. Então a discussão houve, agora o que que acontece, quando você fala em audiência pública, quem que participa de audiência pública, quem tem muito interesse ou então quem estuda o tema, quem tem afinidade, aproximação com esse tema né. É... quantas pessoas estariam nessa audiência pública é a quantidade de pessoas que coube na câmara municipal lá de Parnaíba né, mas isso era divulgado intensamente assim nos portais de internet, nos jornais impressos, de que estava em andamento um estudo para o tombamento do centro histórico de Parnaíba. (AG3, 2019, APÊNDICE E).

Sobre a participação popular a agente AG3 dispõe ainda: “[...] a decisão foi tomada de fazer o tombamento, depois a gente faz normatização, depois a gente faz essa aproximação com a população, depois gente monta esse escritório técnico em Parnaíba, então tinha uma perspectiva também muito boa para esse depois.” Entretanto, tanto a aproximação popular como a normatização acabaram até o presente momento não realizadas.

O agente AG1, ao ser questionado sobre sua perspectiva em relação ao processo de tombamento no período de sua realização, afirma:

O que achou do processo de tombamento à época de sua realização?

Achei que foi um processo assim... bem feito. Nós trabalhamos por diversas perspectivas né, a dificuldade de, a cidade, se privilegiou o centro mais antigo... é... mas a dificuldade de fazer uma delimitação também devido ao processo de substituição né e de mudança de uso que estava havendo foi um pouco grande mas... eu acho que também considerar um processo como uma coisa definitiva e fechada, a gente precisa entender o que... avaliações futuras ou ratificação seriam possíveis então acho que... a gente trabalhou com o que nos foi permitido na época né. Acho que deu um resultado satisfatório, assim, houve bastante dificuldade né mais em relação a montar equipe a logística de...de trabalho do que do objeto em si, sabe (AG1, 2019, APÊNDICE E).

Para o AG2, o destaque vai para a diferenciação do tombamento instituído em relação aos demais processos da época, como pode ser verificado no trecho:

Então, o processo de tombamento, principalmente o de Parnaíba, que foi muito rápido em relação aos outros e ele foi muito... se diferenciava um pouco em relação aos outros porque foi um conjunto muito grande que foi tombado, muito diverso, então acabou entrando muita coisa que talvez um processo de tombamento mais tradicional, não entraria, principalmente em relação ao entorno. Então foi muito instigante assim, eu achei que ele foi um processo muito rico, muito... é... interessante do ponto de vista do objeto que entrou. (AG2, 2019, APÊNDICE E).

Na avaliação sobre o que achou do processo de tombamento à época de sua realização, a agente técnica AG3 comenta acerca do perímetro protegido e sua dimensão, dos erros, acertos e da heterogeneidade do sítio histórico conforme relato:

O de Parnaíba é o primeiro. O primeiro conjunto tombado que a gente tem no Piauí, então ele foi o primeiro em tudo, nos erros e nos acertos. Hoje, eu penso que, como eu falei antes, de repente poderia ser uma área um pouquinho menor, poderia delimitar melhor as áreas, não muito, sei lá... uma redução de vinte por cento na área de entorno, dez a vinte por cento, mas o que eu sinto mais falta hoje em Parnaíba, além de toda essa construção desse diálogo, que não é fácil e que não é rápido, com a população, a gente sente muita dificuldade no lidar com as intervenções, porque, Parnaíba, diferente de Piracuruca e diferente de Oeiras, é um sítio extremamente heterogêneo (AG3, 2019, APÊNDICE E).

Quanto aos moradores com mais de 75 anos entrevistados, ao serem questionados sobre a perspectiva acerca do tombamento à época de sua realização, M1 (2019, APÊNDICE E) adjetiva: “Ridículo.” A participante M2 (2019, APÊNDICE E) destaca:

Olha, eu achei ruim porque eu não pude limpar nem a frente da minha casa. Não pode limpar nada, não pode... se tirar a cor tem que ser a mesma cor, olha você já pensou que bichos burros, a gente quer é... fazer uma cidade mais bonita, não? Botar as coisas velhas que estão caindo... Eu só queria saber quem foi esse jumento que fez isso.

Esses dois trechos significativos refletem algumas das representações existentes acerca das limitações impostas pelo tombamento, corroboradas em outros trechos presentes, por exemplo, no discurso de M3 (2019, APÊNDICE E):

Rapaz, eu acho que o povo reclama de mais por causa do tombamento, é como eu disse nesse instante, o povo não sabe, não quer se desmembrar do imóvel dele, muita gente zangada por que não pode vender, não pode desmantelar pra fazer outra coisa né.

Sobre as restrições advindas do tombamento e o conhecimento da população sobre esse assunto o agente técnico AG4 (2021, APÊNDICE E), destaca:

[...] o que eu percebo é que a população, ela desconhece totalmente o que é o tombamento, ela não tem a menor ideia do que na realidade seja o tombamento, algumas pessoas acreditam que o IPHAN é uma

instituição alienígena que veio não sei da onde que veio até aqui e aterrissou e que de repente é chega para as pessoas e diz que elas não podem fazer nada, isso é um completo desconhecimento uma completa ignorância em relação ao que de fato é um instrumento de tombamento.

A representação do IPHAN como um órgão regulador impeditivo do usufruto do direito de propriedade foi verificada em várias falas dos entrevistados e encontra-se de maneira disseminada. Dessa forma, a ideia de restrição e dificuldade contribui para reforçar a avaliação negativa que existe acerca do tombamento na cidade.

O participante M3 (2019, APÊNDICE E), ao ser indagado sobre como avalia o tombamento à época de sua realização, discorre: “Eu achei que demoraram muito pra fazer o tombamento, eu acho... viu? E do jeito que está aquelas casas antigas, estão derrubando tudo, eu acho que deveria ter sido antes o tombamento, demorou muito.” Já a entrevistada M4 (2021, APÊNDICE E) declarou que o tombamento é uma situação complicada. O morador M5 (2021, APÊNDICE E) afirmou apoiar o tombamento em sua resposta conforme trecho: “Isso é um negócio de tombamento, eu apoio, esses prédios...só que está apoiado, está tombado pela prefeitura, pelo estado... e esquece”. Em sua fala, evidencia-se a confusão e desconhecimento acerca da esfera de proteção, federal e não municipal e estadual como mencionada, e ressalta-se a sensação de esquecimento que assola as representações da região analisada.

Os grupos entrevistados também responderam a seguinte questão: Como avalia o tombamento da região na atualidade? Poderia citar aspectos positivos e negativos? Sobre isso AG1 afirma que os aspectos positivos residem na preservação da cidade enquanto os aspectos negativos encontram-se na ausência de articulação/gestão dos bens tombados:

O que posso destacar de aspecto positivo é... é que ainda está ainda... a cidade ainda tem aspectos... qualidades urbanísticas e de arquitetura muito boas né, e que permanece um acervo ainda importante a ser mantido né, inclusive que... que... pode...e com potencial inclusive de uso muito grande, como né.. acervos ainda que... de grandes regiões portuárias ali na beira rio que poderiam ter um uso social muito importante né, inclusive como sede de escolas, de universidades, né. A reintegração ao uso e à cidade desse acervo, acho que depende muito inclusive de uma articulação com instituições locais, sabe, é.. enquanto eu estive aí, planejava-se muito essa articulação com universidades, né, que estão instaladas aí com campus que poderia muito bem-estar instalada em algum desses imóveis de grande relevância histórica que isso inclusive não foi... inclusive cogitado por diversas instituições, inclusive estaduais. A que

havia inclusive saiu de um prédio emblemático que era o antigo Colégio Miranda Osório e sequer cuidou da sua conservação. Era inclusive um imóvel que estava sendo também contemplado com um projeto aí de requalificação né, dentro do programa das cidades históricas... é... E quanto aos negativos há essa falta de... de articulação eficiente posterior ao tombamento né, que não permitiu que esses projetos fossem desenvolvidos a contento, sabe (AG1, 2019, APÊNDICE E).

Para a agente técnica AG2 a avaliação do tombamento é prioritariamente positiva:

Então eu acho que o tombamento de Parnaíba ele tirou o foco de que só o mais antigo era importante, a exemplo de Oeiras, né, então eu acho que o tombamento ele tem um papel muito importante, então a minha avaliação ela é muito positiva (AG2, 2019, APÊNDICE E).

Sobre os aspectos negativos, AG2 destaca:

[...] o aspecto negativo é de não dar respostas compatíveis com o que o sítio demanda. Essa resposta compatível ela se dá não só pela rapidez, né, pela proximidade de ter essa capacidade de dar uma resposta rápida, mas principalmente de dar uma resposta coerente com o sítio que é tão diverso e você ter essa capacidade de ser coerente no lugar. (AG2, 2019, APÊNDICE E).

Para o AG3 as dificuldades (aspectos negativos) residem na gestão do conjunto e se refletem na relação com a comunidade:

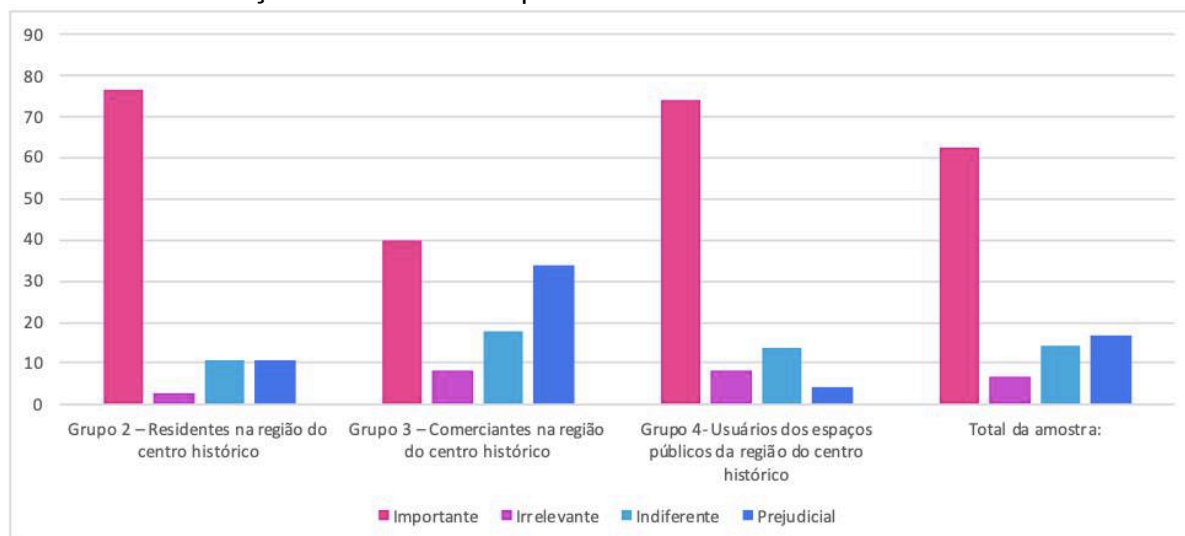
[...] então quando a população se vê com dois mil e quinhentos imóveis tombados e ela não vê nenhuma ação dessa instituição para que aquela situação enquanto habitante, enquanto usuário, enquanto turista, não seja favorecida, obviamente que o clima, a tensão é gerada, né, ela aumenta. (AG3, 2019, APÊNDICE E).

Para o AG7 o processo de tombamento foi visto em sua dualidade, conforme relata:

O que o senhor acha do tombamento?

Faca de dois gumes. Tá entendendo? Faca de dois gumes, você anda aí na cidade de vê que tem muitos proprietários na área tombada e não tem dinheiro pra satisfazer a contento e ninguém quer comprar aquele imóvel porque está sujeito a isso, então ele fica em estado... é...deplorável né, ninguém quer comprar, e o dono não tem recurso, e o do IPHAN muito pouco né, pra atender, os que estão, nós estamos empurrando. (AG7, 2019, APÊNDICE E).

Essa sensação de prejuízo mencionada no trecho anterior se reflete também na opinião dos comerciantes (Grupo 3), quando 34% consideram o tombamento como prejudicial. Entretanto, para 63, 31% dos entrevistados, o tombamento é importante. Essa avaliação foi mais presente no Grupo 2, como pode ser verificado no Gráfico 06 a seguir.

Gráfico 06 – Avaliação do tombamento pelos entrevistados

Fonte: Elaboração própria, 2019

Entre os moradores, a resposta de M1 para o questionamento acerca do tombamento atualmente foi: “Não vejo razão nem pra falar porque demole um prédio, fazem um novo inteiramente diferente”. Essa representação encontra-se permeada pelas rupturas que ocorreram na paisagem para essa população e, apesar de não afetarem a maior parte do conjunto, reforçam o pensamento popular que o que havia no microterritório tombado de relevante para eles não mais se encontra no local, portanto, o tombamento das edificações remanescentes pode ser questionável.

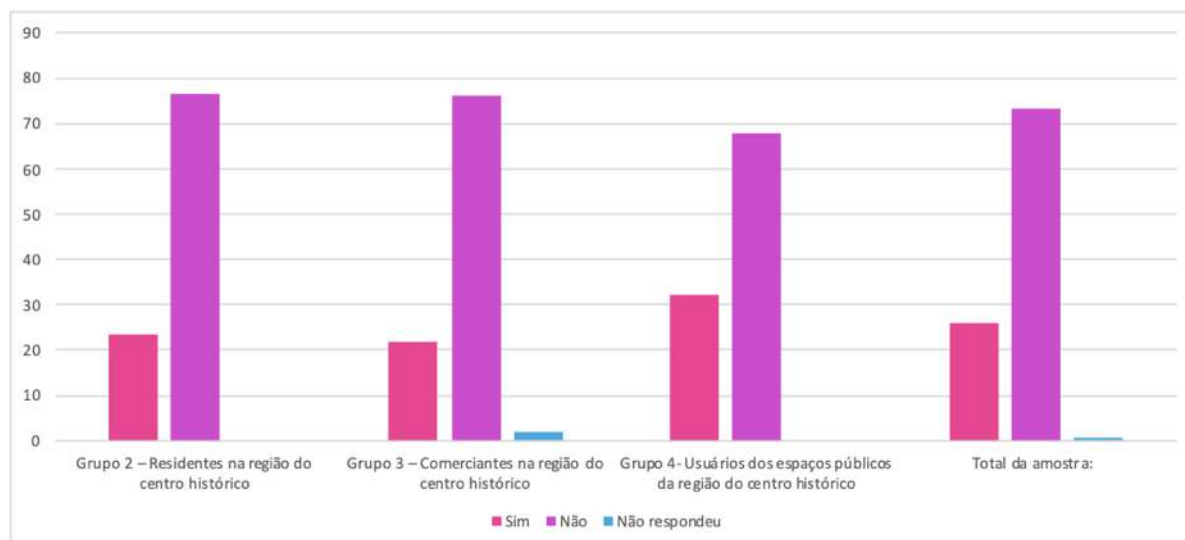
Quando perguntada sobre sua percepção do tombamento na atualidade a resposta de M2 (2019, APÊNDICE E) foi: “Minha filha não sei nem te dar uma resposta direito daí”. Já M3 (2019, APÊNDICE E) possuía uma perspectiva positiva sobre o tema e afirmou: “Pra mim é a melhor coisa que fizeram, o tombamento. Devia ter esticado mais, abrangesse mais, foi muito curto.” Para a participante M4 (2021, APÊNDICE E), em sua avaliação sobre o tombamento na atualidade, relata: “Impossibilitou de realizar melhorias na casa por aumentar os valores e dificultou a implementação de reformas necessárias para maior conforto.” Já para M5 (2021, APÊNDICE E) a avaliação atual do tombamento é: “É a coisa sempre que todo mundo... todos os brasileiros têm aquela lembrança de tombo, o positivo é aqueles prédios que existem ali no centro da cidade e o negativo é o esquecimento.”

Verifica-se nas narrativas analisadas existir uma relação imbricada entre o tombamento e o estado de conservação dos imóveis que desponta em vários pontos dos discursos analisados. Logo, além do tombamento ter o viés impeditivo e restritivo

de mudanças, verifica-se uma relação entre ele e o estado de abandono ou “esquecimento” presente nos discursos analisados.

Entre os grupos pesquisados através dos formulários, ao serem indagados se o tombamento trouxe algum benefício para os entrevistados 73,18% afirmaram que não (Gráfico 07). Entre os benefícios apontados pelos que disseram ter uma resposta afirmativa, foram os mais citados: conservação, recuperação e preservação da memória, bem como turismo.

Gráfico 07 – Sobre os benefícios do tombamento pelos entrevistados



Fonte: Elaboração própria, 2019

Entre os moradores participantes, sobre a questão dos benefícios advindos do tombamento, o morador M1 (2019, APÊNDICE E) responde: “Para o comercio não, para a sociedade, muito pouquinho.” Ao ser perguntada se o tombamento trouxe algum benefício para a comunidade, a participante M2 (2019, APÊNDICE E) pontuou: “Só pro bolso deles. Pra nós não, pra nós fez foi arrasar.” Sobre essa perspectiva, quando inquirido se houve algum benefício com o tombamento, o morador M3 (2019, APÊNDICE E) relatou: “Para umas pessoas sim para outras não, por que muita gente tem seu imóvel, e quer demolir pra fazer o mais bonito e o mais bonito é o antigo, que eu acho, todo mundo gosta do mais antigo.” O tombamento, para a entrevistada M4 (2021, APÊNDICE E): “Manteve a memória acesa da cidade”. O entrevistado M5 não vê benefício no tombamento, conforme trecho: “Não, eu não acredito, no momento e como eu estou te falando, está tudo esquecido, o tombamento.” (M5, 2021, APÊNDICE E).

Os trechos acima mencionados revelam representações contraditórias sobre o processo de tombamento e seus aspectos negativos e positivos na atualidade, na perspectiva das relações de pertencimento, memória e identidade.

Perguntou-se aos entrevistados se achavam que a preservação do patrimônio possuía apoio da comunidade. Sobre isso a agente AG1 (2019, APÊNDICE E) dispõe:

Acha que a comunidade apoia a preservação do patrimônio?

Eu acho que a comunidade apoiou mais assim durante a... durante pelo menos alguns segmentos que apoiaram durante a elaboração... é... e apoiam. [...] mas eu acho que a comunidade em si desconhece muito o que que é o tombamento... [...] há pouco dialogo entre o órgão de preservação e a prefeitura e a comunidade em relação o que se pretende com o tombamento [...] então... ainda é uma coisa ainda fraca né, o apoio da população... mas eu acho que isso também é uma conquista a ser feita.

Para AG2 (2019, APÊNDICE E):

Acha que a comunidade apoia a preservação do patrimônio?

Eu acho que ela já apoiou mais. Eu acho que as pessoas já apoiaram mais no passado. Hoje eu tenho muita dúvida se ela continua apoiando, por vários motivos, assim, tanto pela não resposta ou por uma resposta contrária ao interesse e não ver a coisa acontecendo nem que seja em outro campo, no campo público ou o que for. Então hoje eu acho que há.. essa... esse apoio ele pode se dar ainda de forma muito restrita né, alguns arquitetos, né, alguns profissionais né, e alguns grupos, mas eu acho que ele foi muito abalado, acho que esse apoio ele foi muito abalado por todas essas vicissitudes né, que aconteceram no tempo.

Sobre essa questão AG3 (2019, APÊNDICE E) pontua:

Acha que a comunidade apoia a preservação do patrimônio?

Eu fiz uma (pesquisa) entre... um trabalho de entrevistas, comecei mais intenso no ano, final de 2017 para 2018. Eram entrevistas basicamente com habitantes e usuários do setor mais comercial do sítio, que é o conjunto da Graça e o conjunto Getúlio Vargas e a pergunta era algo bem semelhante, vocês concordam com esse tombamento? Eu tinha uma visão totalmente equivocada. Por tanta reclamação que chegava quando eu ocupava um posto institucional, as pessoas reclamando, reclamando, que o órgão não fazia nada, que não estavam deixando ele pintar a casa dele, colocando ar condicionado, então eu achava que a grande parte da população não queria. Quando você vai pra campo, quando você se aproxima dessas pessoas e começa a entender o que elas estão achando, pra minha surpresa, foram entrevistadas trinta e oito pessoas, trinta e nove pessoas, das trinta e nove pessoas apenas sete diziam que não concordavam.

A agente destaca ainda as dificuldades da população em compreender a linguagem técnica e por parte dos técnicos os desafios de fazer informação chegar de maneira consistente e precisa às camadas populares. Para ela, essas dificuldades produzem

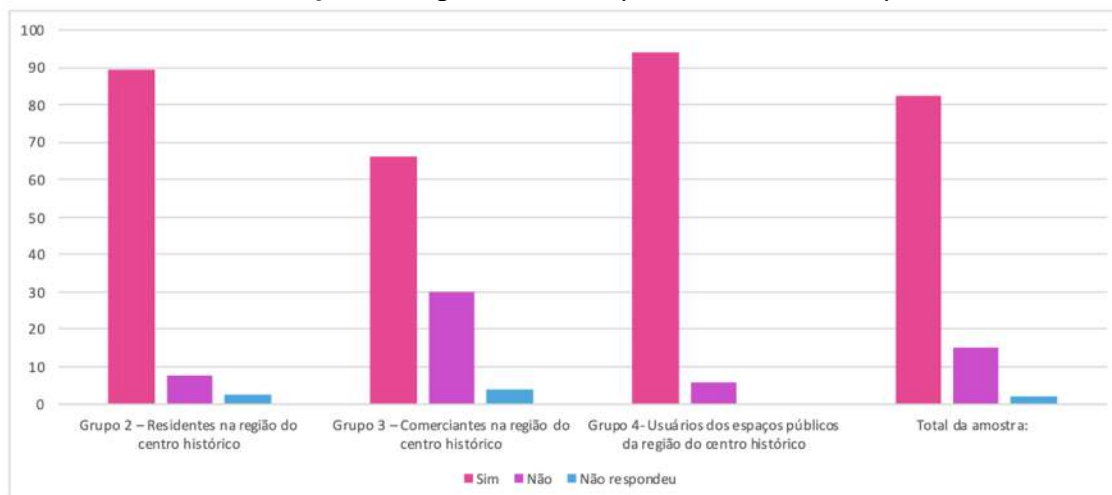
essas representações equivocadas sobre o desempenho do IPHAN e consequentemente do tombamento.

Entre os moradores, a opinião de M1 (2019, APÊNDICE E) é não haver apoio popular para manutenção do tombamento. Sobre esse questionamento, M2 (20219, APÊNDICE E) relata: “Eu não sei também te responder também essa não, porque a gente pensa uma coisa e é outra completamente diferente.” Ao ser questionada se ela mesma apoia, respondeu: “Eu não estou apoiando mais nada.” Para o entrevistado M3 (2019, APÊNDICE E) sim, a população apoia o tombamento. Segundo M4 (2021, APÊNDICE E) a população é adepta a preservar. O entrevistado M5 declara: “A maioria vamos dizer 50% do meu tempo apoia, os outros não quer nem saber o que é ou não é, nos como mais antigo que a gente viu as coisas boa a gente acredita no tempo.” (M5, 2021, APÊNDICE E)

Percebe-se, a partir das entrevistas uma visão dividida entre apoiar ou não o tombamento. Entre os fatores que influenciam negativamente encontram-se a sensação de esquecimento (estado de abandono das edificações) já mencionada anteriormente, as rupturas acerca do que era e não existe mais e as dificuldades de compreensão do próprio instrumento e o ato de tomar.

Entretanto, verificou-se nos resultados apresentados uma relevante inclinação, por parte da população, em reconhecer a região tombada como patrimônio. Para 82,6% do público total da amostra, a resposta foi afirmativa. O grupo com maior reconhecimento foi o dos usuários dos espaços públicos e de lazer (Grupo 4) com 94% de reconhecimento (Gráfico 08).

Gráfico 08 – Consideração da região tombada patrimônio histórico pelos entrevistados



Fonte: Elaboração própria, 2019

Quando questionado sobre o que consideravam Patrimônio em Parnaíba o entrevistado M1 relata: “Porto das Barcas. [...] Há, nós temos o... o cajueiro de Humberto de Campos, a Igreja Matriz e do Rosário, e só.” Para a moradora M2:

O que o(a) senhor(a) considera patrimônio em Parnaíba?

Patrimônio em Parnaíba, não sei mais nem o que é que a gente considere mais aqui, está tudo indo de água abaixo. Antigamente não, tudo era bom. Mas agora os prefeitos acabaram com tudo. Essa sua pergunta aí está assim um pouco suspensa. (M2, 2019, APÊNDICE E).

De acordo com M3, apenas a praça é patrimônio e lugar de memória conforme o relato:

O que o(a) senhor(a) considera patrimônio em Parnaíba?

Rapaz o patrimônio já deveria ter de muito tempo a cidade de Parnaíba é bonitinha, a cidade é bela, a praça e toda bonitinha, esta tudo ajeitadinha, antigamente não, não tinha movimento não tinha coisa nenhuma, só tinha uma animação no tempo anterior era dia de sábado se reunia todo mundo, era na praça não tinha outro lugar era só ali mesmo. (M2, 2019, APÊNDICE E)

Para a moradora M4 são patrimônio a Praça da Graça, a catedral, o Colégio das Irmãs, a igreja do rosário e a igreja de são Sebastião (situada fora do perímetro de proteção). De acordo com o participante M5, é patrimônio não apenas os locais outrora existentes no ambiente construído mas também a dimensão imaterial, por exemplo, quando cita a antiga grafia da cidade de Parnaíba, “Parnahyba” conforme discorre na passagem:

Olha patrimônio de Parnaíba [...], a gente considera varias coisas, como por exemplo o nome de Pharnayba, por que eu nem sei te explicar mais o que eu achava bonito de patrimônio, uma estrada de ferro não existe mais, as industrias não existe mais era os patrimônios, foi tirado tudo [...].

Mais uma vez pode-se perceber o reforço nas representações da “Parnaíba que já foi” e não existe mais na realidade, porém ainda pulsa viva na memória afetiva dos participantes e afeta a identificação e o reconhecimento do tombamento atual

Os agentes técnicos envolvidos no processo de tombamento foram questionados se acreditavam que o tombamento cumpriu a função de preservar o centro histórico de Parnaíba. Para AG1 (2019, APÊNDICE E):

Acredita que o tombamento cumpriu sua função de preservar o centro histórico de Parnaíba?

Olha eu não acredito que o tombamento possa fazer isso, na verdade, pra mim o tombamento é uma proteção legal, preservação depende de muito mais ações do que só o tombamento possa garantir... [...] Não se fez o tombamento de Parnaíba pensando só na proteção legal em si. à época estava-se já com alguns projetos importantes de

recuperação, dentro da área histórica, se tinha recursos dentro do programa cidade histórica inclusive, então pretendia-se fazer o tombamento e logo em seguida desencadear algumas recuperações importantes na cidade, até para conseguir uma... uma credibilidade maior para a instituição e para o instituto do tombamento. Infelizmente a gente..., essas coisas não... não seguiram assim um ritmo como o que foi planejado, acho que isso foi bastante prejudicial para a imagem da proteção.

Segundo AG2 (2019, APÊNDICE E):

Acredita que o tombamento cumpriu sua função de preservar o centro histórico de Parnaíba?

Não, não necessariamente. Não cumpriu, porque essa... até por essa diversidade né, e riqueza e grandeza, dimensão mesmo do tombamento, tinha que ter uma... tinha que ter tido uma... uma... uma... capacidade mesmo de gestão maior, uma agilidade muito maior do ponto de vista das normas né, do que pode, do que não pode. Então eu acho que o tombamento, ele cumpriu parcialmente a função, ele cumpre, né, parcialmente a função dele de preservar porque ao mesmo tempo que ele criou um sítio histórico, eu acho que o tombamento ele meio que criou isso lá, né, se tomou um conhecimento daquilo como um conjunto, quatro conjuntos que sejam, né, mas tomou, mas por outro lado criou muita dificuldade porque como inseriu bens que na visão local não seriam passíveis de uma... de um tombamento né, de uma proteção, acabou criando muito conflito entre o que seria um objeto de tombamento, e de carácter, uso institucional ou público com a sociedade privada, né, então, por exemplo, uma área... aquela região do mercado, que é bem particular e muito modificada já, é difícil as pessoas entenderem a inclusão daquela área. Então eu acho que o tombamento ele cumpre parcialmente a sua função, cumpre no sentido de que protegeu e deu instrumento para proteção né, o amparo legal, mas não alcançou totalmente por conta dessa dificuldade de gestão mesmo de... talvez até de entendimento do sítio.

Para AG3 (2019, APÊNDICE E):

Acredita que o tombamento cumpriu sua função de preservar o centro histórico de Parnaíba?

Ele cumpre até determinado ponto. Qual que seria esse ponto, ele cumpre na sua... no seu carácter informacional, no seu carácter também, digamos assim, burocrático. Ele não garante a salvaguarda, de jeito nenhum, e nem é esse o objetivo do instrumento de tombamento.

Para a agente AG3 (2019, APÊNDICE E) o instrumento apenas reconhece os imóveis que devem ser protegidos, mas não tem em sua formulação mecanismos de salvaguarda ou de cooperação entre instituições. A entrevistada destaca que por ser uma lei de da década de 1930, ela não alcança mecanismos atuais que possam dialogar com a permanência e manutenção desses bens, apenas faz o indicativo de vigilância constante. Nesse aspecto, declara que falta no instrumento ações que

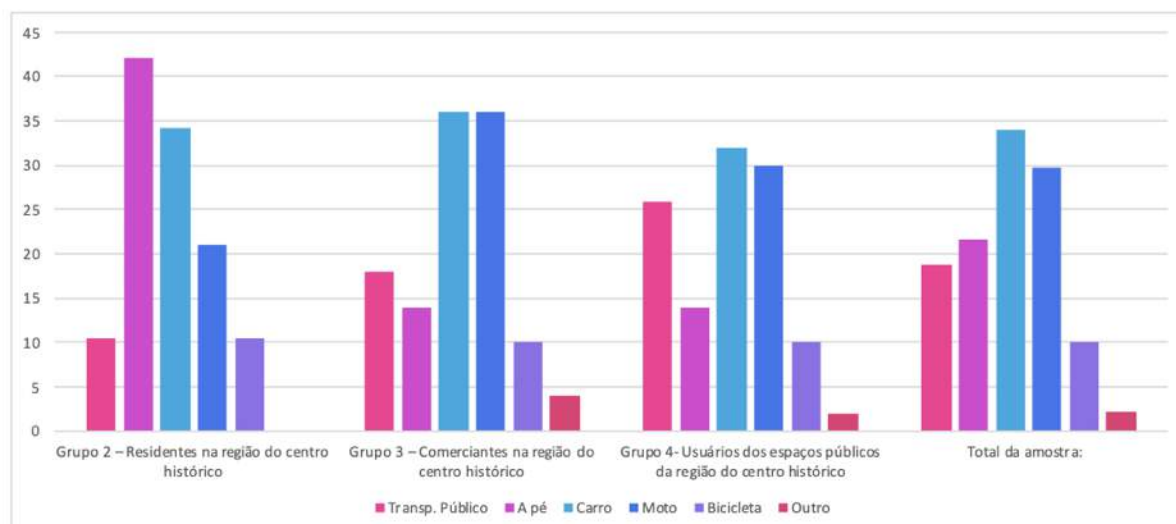
atinjam as necessidades da população e permitam a proteção efetiva do sítio tombado.

A partir dos dados apresentados observa-se o conflito entre apoiar e protestar contra o tombamento, no sentido em que os fatores que impulsionam a oposição não são necessariamente motivados pelo ato de tomar mas antes por questões alheias ao espectro da lei de tombamento tais como o precário estado de conservação, o esquecimento ou congelamento dos bens, a perda de valor econômico e as rupturas acontecidas no tecido urbano e na paisagem arquitetônica. Verifica-se, portanto, o deslocamento de atribuições, poderes e a escassez de conhecimento por parte da população sobre as definições de tombamento e suas consequências para a região.

4.5 Forma de deslocamento, utilização, permanência e apreensão do sítio histórico

Neste tópico se apresentam os resultados acerca da pesquisa sobre utilização, apreensão e forma de deslocamento pelo sítio histórico. Apontou-se como principal meio de locomoção como o carro, seguido das motos, deslocamento a pé, transporte público e por fim, bicicleta. Entre as outras formas de deslocamento, destacou-se a menção ao táxi. Entretanto, para o grupo dos residentes (Grupo 2) o deslocamento a pé permanece como o mais utilizado, com 42,1% (Gráfico 09).

Gráfico 09 – Meio de locomoção dos entrevistados pela cidade



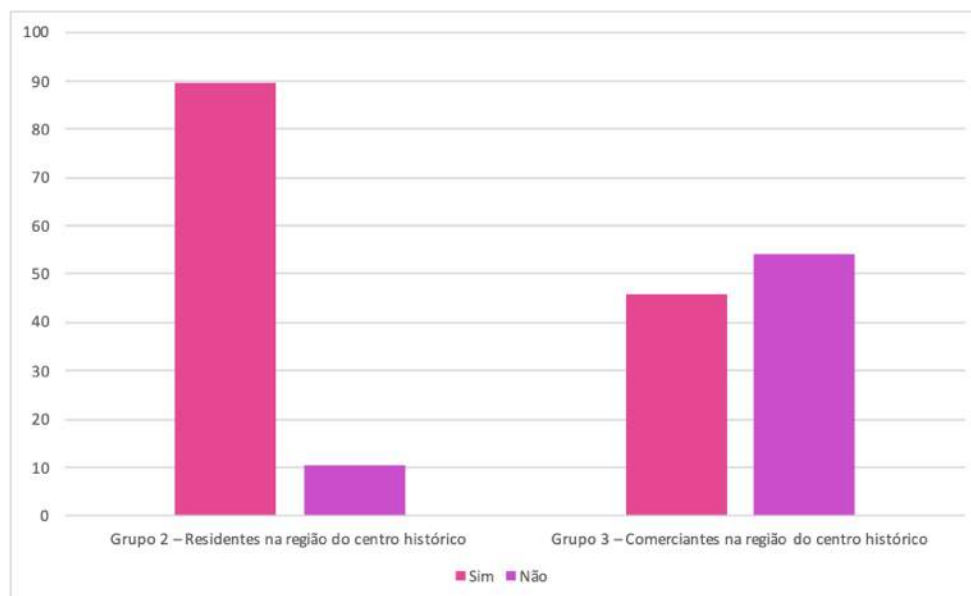
**alguns entrevistados marcaram mais de uma opção*

Fonte: Elaboração própria, 2019

Quando questionados se utilizam os espaços e equipamentos urbanos do sítio histórico, 89,47% da população residente pesquisada (Grupo 2) afirmaram que sim.

Já entre os comerciantes (Grupo 3), prevaleceu a resposta negativa, com 54% (gráfico 10).

Gráfico 10– Utilização dos espaços e equipamentos urbanos do sítio histórico pelos entrevistados



Fonte: Elaboração própria, 2019

Aos residentes (grupo 2) e comerciantes (Grupo 3) também foi questionado, em caso afirmativo em relação à pergunta anterior, quais locais espaços do sítio histórico costumam frequentar. No grupo 2, os locais mais citados pelos entrevistados foram a Praça da Graça e o Porto das Barcas, cada um com 12 indicações. Em seguida foram mencionadas as igrejas em geral (10 menções) e as praças em geral (citado por 9 pessoas). Os entrevistados também fizeram referência ao edifício da Caixeiral, Praça do Amor, Praça Santo Antônio, Hospital e Shoppings.

No grupo 3 apenas dois dos entrevistados que disseram sim não responderam a esse questionamento (8,69%). A resposta mais citada por esse grupo foi o Porto das Barcas, mencionado em 39,13% dos pesquisados, seguido da Praça da Graça, citada por 21,72% da amostra, as Igrejas, mencionadas por 17,38% das pessoas e o do centro histórico com 13,03% das indicações. Foram citados pelos respondentes: Artesanato, calçadão, Praça Santo Antônio e edifício do Tribunal Regional do Trabalho, todos com o percentual de 4,34%.

Em relação ao grupo 4, usuários dos espaços públicos e de lazer do centro, questionou-se sobre a frequência de visita ao centro histórico: 20% afirmaram visitar ao menos uma vez por semana, 18% de 1 a 2 vezes por semana, 20% de 3 a 5 vezes

por semana, 22% todos os dias e 20% não respondeu a nenhuma das alternativas. Outras respostas mencionadas foram: raramente, uma vez por mês ou não tem costume de frequentar, com 2% das respostas cada. O tempo de permanência da maioria dos entrevistados no sítio histórico e de uma a duas horas, com percentual de 32%, seguida de 3 horas e um turno, ambos com 20%, até uma hora com 18% e apenas 8% afirmaram passar o dia inteiro. 2% não responderam ao questionamento. A razão preponderante para visita ao local pesquisado é, em sua maioria, para lazer (36%), seguida de trabalho (34%), seguida de passagem (transeuntes) com 20%, comércio (14%). A motivação educacional e de turismo representam, ambas, 8% e entre o percentual outros, apenas 4% apontam a motivação saúde.

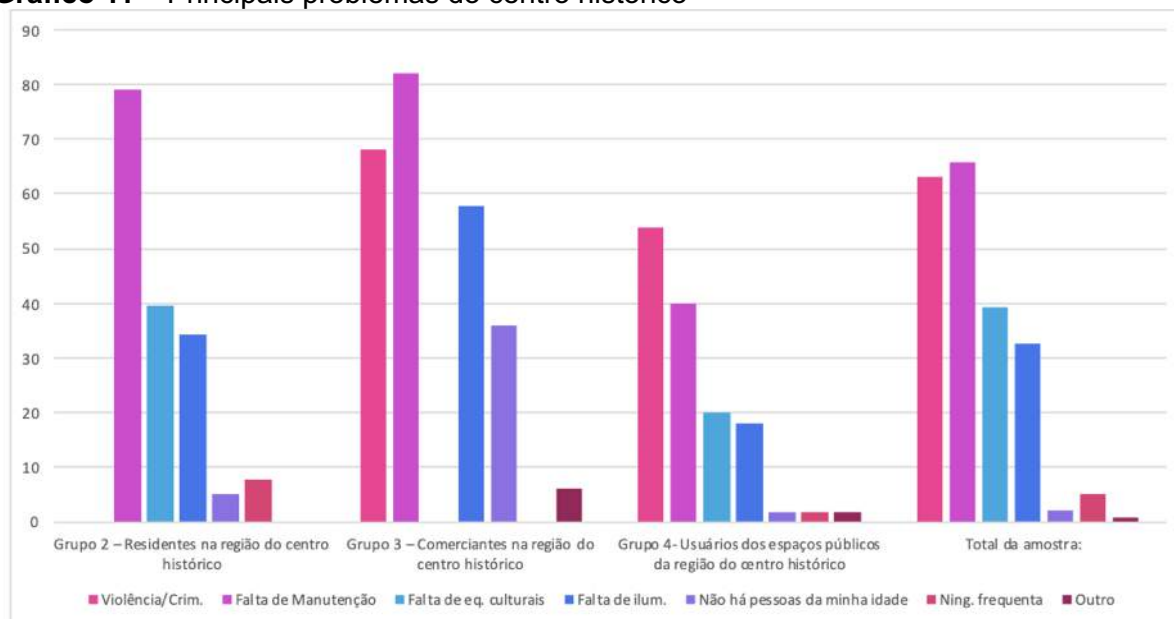
Verifica-se nos resultados apresentados uma indicação turística ainda baixa, acentuada identificação com o uso de lazer e de maneira relevante, como já pode ser observado em outras questões, a vocação o comércio (trabalho). Ressalta-se que os entrevistados marcaram mais de uma opção nesse questionamento. Entre os espaços mencionados na pergunta “quais espaços costuma frequentar”, destacaram-se: a Praça da Graça com 35 indicações, o Porto das Barcas com 12 alusões e a Praça Santo Antônio, indicada por 9 dos 50 entrevistados. Os participantes mencionaram também os edifícios da Caixeiral (SESC), Cajueiro Humberto de Campos, Miranda Osório, Quadrilíbromo (Praça Mandu Ladino) todos com duas menções. A Praça do Amor, Centro Cívico, Casa Inglesa, Igreja Nossa Senhora do Rosário, Praça da Santa Casa, Museu do Trem, Prédio do BNB, Mercado da 40 e Centro Histórico tiveram apenas uma indicação cada.

Destaca-se que a Praça do Amor, citada por alguns entrevistados, bem como os shoppings não pertencem à região do centro histórico, denotando identificação com áreas mais recentes da cidade.

Entre os principais problemas do centro histórico indicados no formulário, sobressaiu-se a falta de manutenção, mencionada por 65,94% da população total da amostra. Em segundo lugar destaca-se a violência e criminalidade, com 63,03% de todos os entrevistados. A ausência de equipamentos culturais foi mencionada por 39,13% dos participantes. Entre os residentes e comerciantes, o maior questionamento dá-se em relação a falta de manutenção dos espaços públicos. Entre os usuários, o principal problema apontado foi a violência/criminalidade, como demonstra o gráfico 11. Outros

itens mencionados como problemas do objeto de estudo foram a falta de estacionamento e a presença de moradores de rua.

Gráfico 11 – Principais problemas do centro histórico



**alguns entrevistados marcaram mais de uma opção*

Fonte: Elaboração própria, 2019

Sobre a criminalidade na região da Praça da Graça e entorno, a moradora M2 destaca:

[...] hoje não, você vai lá, faz até medo, ninguém pode mais nem rezar, o padre mudou a missa até pra meio dia porque não tem... ninguém vai mais seis horas. Lá fica cheio desses 'pixotezinhos' roubando, correndo atrás da gente. Correram atrás de uma vizinha nossa, da Zazá, quase derrubam a pobre, pra roubar uma bolsinha que ela levava o terço. (M2, 2019, APÊNDICE E).

Para M3 (2019, APÊNDICE E) a insegurança e violência crescente nos espaços públicos urbanos impede o melhor usufruto da região: “[...] hoje por exemplo ninguém pode mais sair não rapaz, para parte nenhuma do jeito que esta as coisas aí é gente se matando, é assaltando e assim por diante... vai levando as coisas.”

Sobre esse tema, o agente AG7 reflete de maneira distinta às considerações sobre a violência e criminalidade no centro histórico, como mostra o relato:

[...] isso aqui não tinha nem mais missa de tarde, os padres, todos com medo, fechavam a igreja ali quatro horas da tarde porque era vândalo, maconheiro, não sei que [...] o símbolo é a Praça da Graça e nós recuperamos, hoje é um ambiente turístico, familiar, frequentado e a igreja está todo mundo indo lá se casar de noite, não iam mais nem de dia... (AG7, 2019, APÊNDICE E).

Nos questionários semiestruturados, perguntou-se aos agentes e moradores envolvidos como se sentem ao observar o atual estado de conservação dos imóveis

pertencentes ao sítio. Entre os agentes, as sensações mais citadas foram a de pena, segundo o AG1 (2019, APÊNDICE E):

Como se sente ao observar o atual estado de conservação dos imóveis pertencentes ao sítio? Eu sinto pena por... né, por alguns deles, né, que eram... pertenciam ao poder público... que poderiam estar em estado bem melhor, inclusive um dos mais emblemático que e a casa do Simplício Dias, inclusive o único projeto talvez que a gente tenha conseguido investir né, na restauração...(..).

Já para o AG2 (2019, APÊNDICE E), o sentimento é de que a contribuição para conservação do sítio poderia ter sido maior, conforme o trecho:

Como se sente ao observar o atual estado de conservação dos imóveis pertencentes ao sítio? Ah eu sinto muito... é... sei lá... altos e baixos, assim, o sentimento é de... é de ter feito pouco, de ter feito pouco ainda sabe? Eu acho que o sítio... Eu continuo vendo Parnaíba com o mesmo olhar e quando estava participando do dossiê, eu vejo potencial em tudo o que eu olho ali, eu não vejo só como problema sabe, mas é muito delicado porque ao mesmo tempo que há um sentimento de perda né, há um sentimento de que muito mais poderia ter sido feito por lá, mas eu não sei até que ponto essa reposta estaria no dossiê de tombamento.

Tal sentimento também é compartilhado pelo agente AG3 (2019, APÊNDICE E):

Como se sente ao observar o atual estado de conservação dos imóveis pertencentes ao sítio?

Ah... a gente fica... na época né, como eu lhe falei, o processo desse tombamento ele... inclusive ele trouxe um amadurecimento para equipe técnica, na época e a gente se da conta hoje né, de tanta coisa que podia fazer né, ah... o sítio histórico de Parnaíba ele tem uma peculiaridade que os outros não tem, como eu lhe falei já né, essa diversidade de informação inclusive arquitetônica que chega pra gente na...na observação e quando você vê gradativamente isso se perder... por um outro elemento, um imóvel inteiro, nossa, a gente se questiona muito é... o que está faltando né, será que é a falta de um documento, é uma lei, é uma normatização.

Para M1 (2019, APÊNDICE E): “Podemos nem considerar, porque tem uma história pra um, não tem história para o outro e aí a gente fica sem saber o que fazer.” A moradora M2 (2019, APÊNDICE E) pontua:

Ah os prédios daqui... que pertencem lá eles, eles não consertam nem nada, nem prefeitura, nem governador, nem ninguém conserta nada, tá é se acabando.

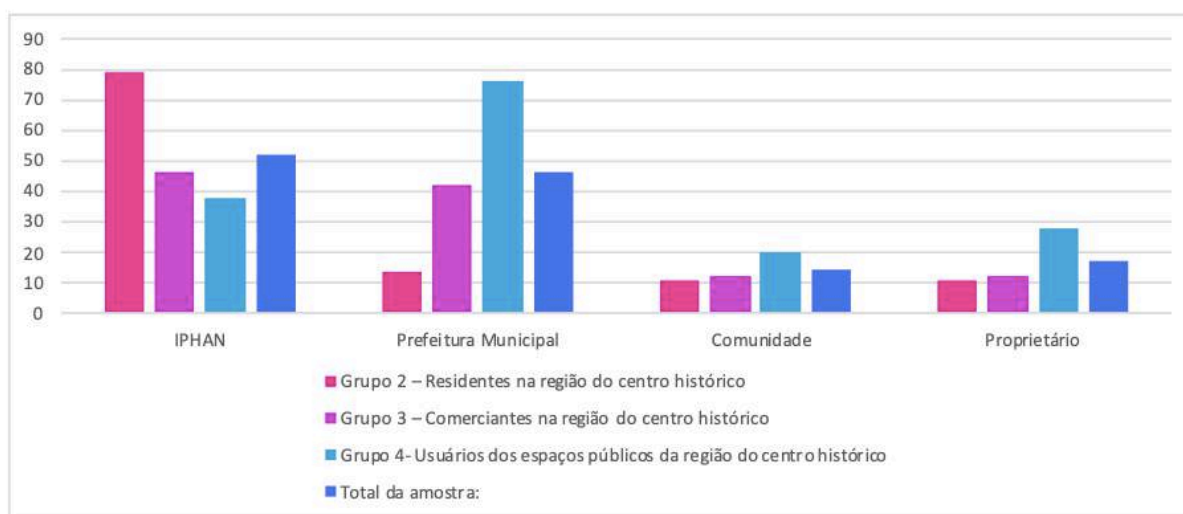
Ao ser questionado sobre o sentimento despertado ao observar o atual estado de conservação dos bens no centro histórico de Parnaíba, o morador M3 (2019, APÊNDICE E) relacionou ao desapontamento da população às restrições impostas pelo ato de tombar. A entrevistada M4 (2021, APÊNDICE E), em resposta a esse questionamento disse haver poucas obras que se apresentam em sua maioria muito

deterioradas. O participante M5 (2021, APÊNDICE E) não soube formular uma resposta, mas destacou o abandono das edificações conforme o trecho: “Não tem nenhum, não tem nenhum, no momento prédios tudo assim abandonado, você chega ali na rua sete de janeiro você olha aqueles prédios dá... não sei não.”

4.6 Sobre a gestão do patrimônio

Para os participantes da pesquisa, a gestão do sítio histórico deve ser responsabilidade do IPHAN (52,17%) seguido pela Prefeitura Municipal, com 46,37%. Apenas 17,39% acreditam ser de responsabilidade do proprietário zelar pela conservação dos bens e 14,49% entendem ser esse papel da comunidade (Gráfico 12). Destaca-se nesse levantamento o fato de 76% dos usuários dos espaços públicos de lazer do sítio (Grupo 3) atribuírem à gestão municipal a responsabilidade da gestão dos bens tombados.

Gráfico 12 – Identificação dos responsáveis pela gestão do Patrimônio pelos entrevistados

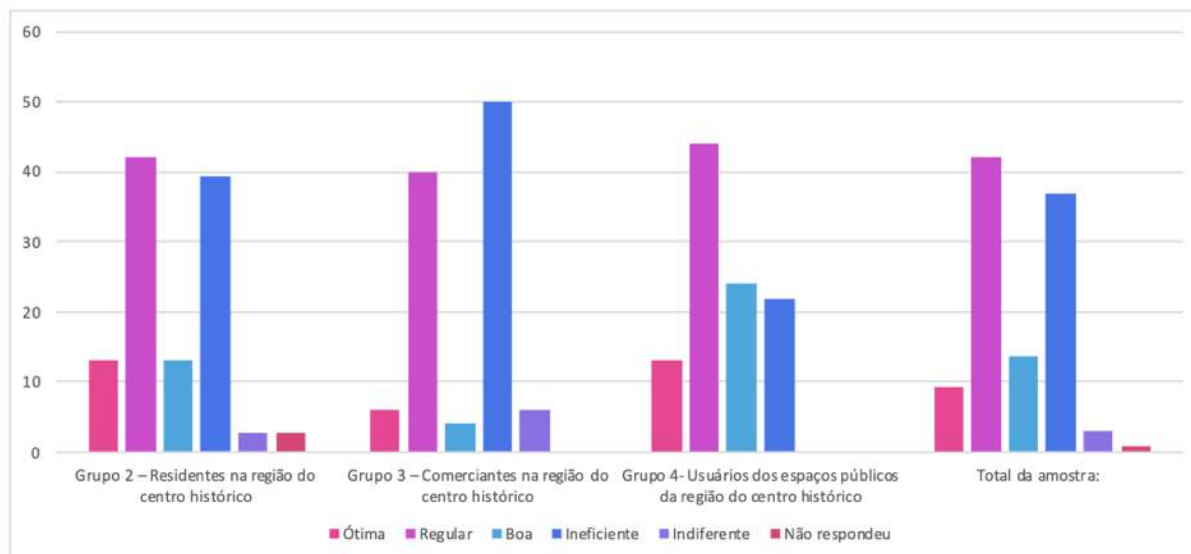


**alguns entrevistados marcaram mais de uma opção*

Fonte: Elaboração própria, 2019

Quando questionados sobre a manutenção e preservação dos bens patrimoniais, 42% atribuem como regular, 36,95% julgaram ser ineficiente e 13,76% consideraram boa, conforme dados do Gráfico 13.

Gráfico 13– Avaliação da manutenção e preservação dos bens patrimoniais pelos entrevistados



**alguns entrevistados marcaram mais de uma opção*

Fonte: Elaboração própria, 2019

Na esfera municipal, quando questionado ao AG7 (2019, APÊNDICE E) sobre as ações realizadas em prol da defesa do patrimônio de Parnaíba em sua gestão, ele declarou existir o IPHAN e ter favorecido a comunicação para a recuperação de alguns imóveis.

Em âmbito estadual, o AG8 (2021, APÊNDICE E) as ações citadas em defesa do patrimônio parnaibano foram a revitalização do conjunto arquitetônico Porto das Barcas, conforme trecho a seguir:

De um modo geral, a reabilitação e revitalização realizada no final dos anos de 1980 e início de 1990 tem trazido um uso contínuo de seus espaços e conseqüentemente vem garantindo uma conservação de seus elementos construtivos. Muitas das características arquitetônicas recuperadas na época do projeto de restauro se mantiveram, especialmente a geometria e técnica construtiva das cobertas, o ritmo das envasaduras nas fachadas e os elementos decorativos (cunhais, cornijas e molduras).

Para AG4 (2021, APÊNDICE E), as ações desenvolvidas em âmbito federal foram as de fiscalização, análise de projetos e emissão de pareceres. O agente ressalta as dificuldades impostas pela pandemia para realização de trabalhos de maior impacto a médio e longo prazo a serem realizados pelo escritório técnico.

Quando perguntado se a Prefeitura Municipal costuma ouvir a população na definição de suas agendas e ações em relação ao patrimônio histórico, AG7 (2019, APÊNDICE

E) responde: “A prefeitura ouve, eu ouço todo mundo, todo mundo, agora tem que entender: eternidade é bom, mas a prefeitura busca mais a necessidade”.

Ao ser questionado se a Coordenação de Registro e Conservação da Secretaria de Cultura do Estado do Piauí conta com a participação da comunidade na definição de suas ações, AG8 (2021, APÊNDICE E) respondeu de maneira afirmativa, entretanto, apontou dificuldades em relação à abertura de consulta pública para as ações a serem realizadas, como destaca o trecho: “Mas vale ressaltar que é um caminho um tanto delicado pois na maioria dos processos de intervenção no Brasil e não seria diferente no Piauí, existe um distanciamento entre a comunidade local e os responsáveis pelas obras ou outras ações”. Para o agente, no momento de realização de qualquer intervenção em bens patrimoniais que necessite do fechamento dos imóveis, mesmo de forma temporária, ocasiona uma dissociação da relação entre o lugar e população. Tal fato torna-se especialmente agravante visto que muitas vezes tais intervenções demandam anos. Todavia, envolver a população, mesmo que não seja diretamente nas decisões possui papel significante na preservação dos bens. Para AG8 (2021, APÊNDICE E): “Quando a população é convidada a participar do processo de um edifício ela passa a ter um papel ativo e carrega consigo responsabilidade sobre as decisões que serão tomadas ao longo do processo.” O agente destaca que não se trata de elencar para a população o poder decisório sobre os aspectos intervencionistas mas sim de construir o trabalho em conjunto de maneira a estabelecer uma vinculação afetiva entre o bem que será reabilitado e população, de forma a torna-la apta a contínua preservação, como cita no trecho: “[...] E é isso que realmente vale a pena mas deve ser frisado que, envolver a comunidade no processo não significa deixar todo o peso das decisões para a população e sim trabalhar em conjunto com os técnicos e especialistas [...]. (AG8, 2021, APÊNDICE E).

Na esfera federal, ao ser questionado se o órgão possui participação da comunidade na definição de suas agendas e ações AG4 (2021, APÊNDICE E) detalha:

Não conta por vários aspectos, primeiro porque embora o processo de tombamento de Parnaíba, especificamente falando de Parnaíba, embora o processo tenha se estendido por vários anos, [...] embora tenha ocorrido todo esse tempo discussão de maturação da ideia até a implementação definitiva, o que eu percebo é que a população, ela desconhece totalmente o que é o tombamento.

Ao serem indagados sobre o posicionamento dos órgãos frente as ameaças de arruinamentos e demolições, abandono e invasões das edificações que compõem o centro histórico, AG7 (2019, APÊNDICE E) afirma não ser esse um desafio local. Para AG8 (2021, APÊNDICE E):

Como já visto a CRC/SECULT tem como instrumento de trabalho a Lei n 4.515 de 09/11/92 já citada acima, ao qual nos fornece o “poder de polícia” para algumas situações como arruinamento e ameaças de demolição. Mas é importante reforçar as esferas de poder existentes, no caso municipal, estadual e federal. Junto a eles temos a importante participação do Ministério Público Estadual e também Federal, aos quais ajudam em situações como abandono e invasões a partir do momento que cobra soluções para tal situação para os proprietários. Fora isso, trabalhamos efetivamente com a elaboração e execução de projetos arquitetônicos e urbanísticos visando a conservação desses bens culturais.

O entrevistado AG4 (2021, APÊNDICE E) traça um panorama do desafio que, muitas vezes é encontrar e notificar os proprietários dos imóveis em estado de abandono ou arruinamento.

[...] nesses casos existem alguns problemas que são bastante específicos, como por exemplo muitas destas edificações que estão na parte central da cidade, na área tombada, muitas dessas edificações por serem muito antigas os proprietários originais faleceram e deixaram essas edificações em espólio para concluso e esses espólios estão parados a muito tempo, então, ocorre várias situações de você encontrar imóveis que estão em processo de arruinamento completo e você passar muito tempo para identificar quem na realidade é o real responsável por aquele imóvel.

Ademais, muitas vezes identificado o proprietário, faltam-lhe recursos financeiros para arrasar com a recuperação ou manutenção do imóvel ou mesmo interesse. Observa-se uma transferência de responsabilidades tanto da sociedade quanto das outras esferas administrativas, sobretudo do poder municipal, nas questões de conservação e preservação do patrimônio histórico, cultural e paisagístico. Espera-se que apenas o IPHAN gerencie as providencias acerca da manutenção e recuperação do patrimônio. Sobre isso AG4 (2021, APÊNDICE E) pontua:

[...] as pessoas ficam dizendo olha ai as estão casas caindo, as coisas ruindo e o IPHAN não esta fazendo nada, não, não é o IPHAN que não esta fazendo nada, quem não esta fazendo nada é o proprietário, o proprietário é que não esta fazendo, muitas vezes é por que nem sabe, como eu disse, nem a pessoa sabe que tem aquele bem.

Para o agente a questão trata-se da ausência de educação cívica e patrimonial por parte dos proprietários.

4.7 Identificação dos lugares mais representativos

Em relação ao grupo 01, quando questionados quais os lugares mais representativos da paisagem de Parnaíba, AG1(2019, APÊNDICE E) destaca:

O porto das barcas, também a região da avenida Getúlio Vargas, a região da Estação Ferroviária e a região em torno da Praça... é... me ajude aí... Praça da Graça Não, é não, não é a praça da graça que eu estava me referindo, é a praça... Santo Antônio, Praça Santo Antônio, exatamente.

Ao justificar a escolha da Praça Santo Antônio, AG1(2019, APÊNDICE E) enfatiza a marcação da evolução urbana e a conservação da integridade das edificações do local, conforme trecho a seguir:

Porque pra mim eu acho uma das praças, um dos locais mais interessantes de Parnaíba, sabe, mais representativos, porque ela é a que foi fundada assim, na época do apogeu brasileiro da cera da carnaúba, né, então com as características do início do séc. XX e tal, achei muito interessante aquela praça e tinha e tem em termos de conservação também ela é a que tem uma integridade maior sabe, porque em Parnaíba você tem uma... uma... nítido né, na cidade uma evolução urbana com todos os seus movimentos urbanísticos, de arquitetura, bastantes presentes né, na... no tecido urbano, então... E aquela região ali da praça ela tá bem configurada né, nesse momento então eu acho bastante interessante mas todos tem suas particularidades também... muito interessante e representativo, o Porto das Barcas também pode... é super representativo né, uma cidade portuária, né, uma cidade que se desenvolveu do porto para ferrovia, então ali tá bem emblemático tudo né, bem caracterizado cada momento ali né, da sua evolução urbana, né.

Para AG2 (2019, APÊNDICE E), os locais mais representativos são o Porto das Barcas e a avenida Getúlio Vargas:

O Porto das barcas, obviamente né, acho que ele tem... pra mim aquele circuito Getúlio Vargas, aquilo pra mim é a cara de Parnaíba, do sítio de Parnaíba. Eu já, à medida que eu vou andando pela Getúlio Vargas, eu já vou me transportando assim pro lugar, então, é meio que um percurso. (...) Mas se eu tivesse que escolher entre todos eu escolheria Getúlio Vargas. Pra mim é a Getúlio Vargas o lugar mais representativo daquele sítio né, daquele local

De acordo com AG3(2019, APÊNDICE E), a praça da Graça melhor representa o sítio histórico:

É... eu gosto muito da... da Praça da Graça, eu gosto muito da parte comercial, talvez por conta disso talvez eu tenha escolhido trabalhar com eles né, eu fujo da... dos cartões postais né, das imagens mais conhecidas, Porto das Barcas, é... Esplanada Ferroviária, eu gosto mais dos perfis de residências e comércio, perfis de quadra, casas

térreas, lotes contíguos, eu... eu... pra mim me chama mais atenção isso né, mas particularmente eu gosto mais da... da região comercial do mercado, do... da Praça da Graça.

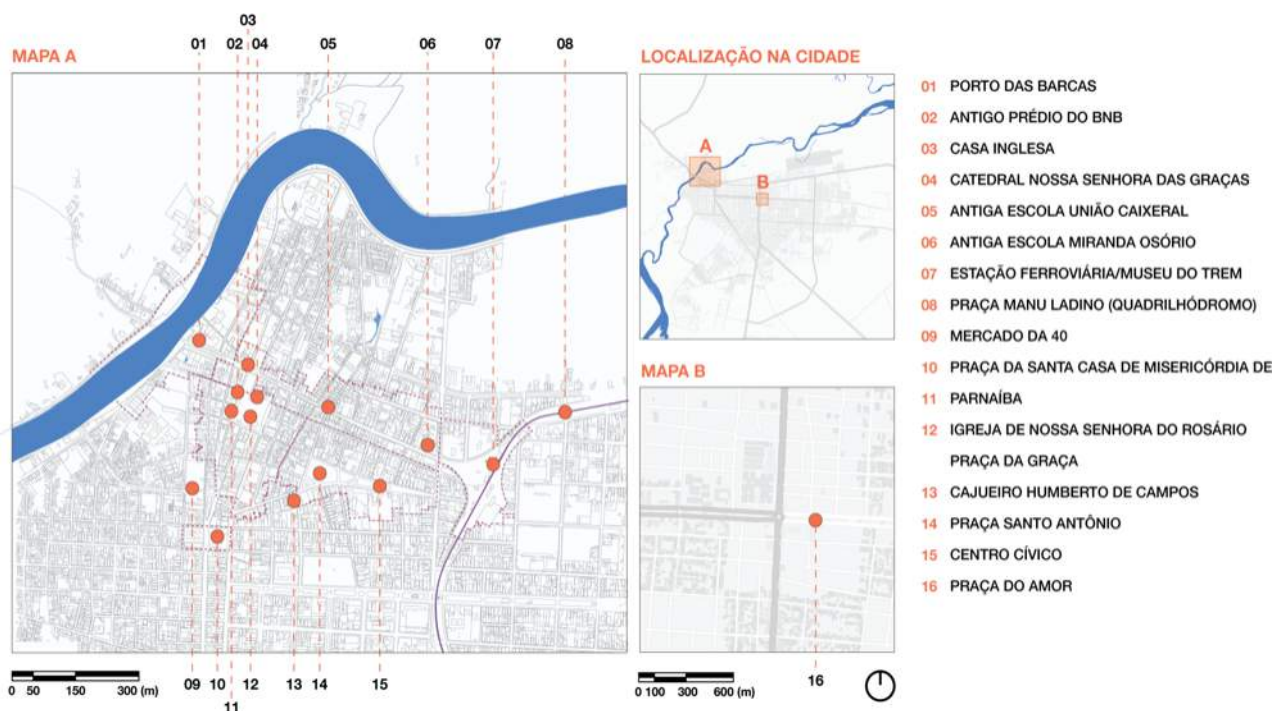
Entre os moradores, a Praça da Graça e o Porto das Barcas seguem representando o sítio, conforme destaca M1(2019, APÊNDICE E): “Ainda é o Porto das Barcas, Avenida São Sebastião e a Praça da Graça.” Para M2(2019, APÊNDICE E), a região do Porto das Barcas é a mencionada: “Os lugares é os que tem movimento, é a beira do rio, lá tem aquele... se você não for pra beira do rio, pra onde você pode ir?”. De acordo com M3(2019, APÊNDICE E), a Praça da Graça é o lugar mais representativo, embora acredite que no passado, tenha sido mais que na contemporaneidade, conforme relato:

Rapaz... antigamente eu achava que era a Praça da Graça, mas o povo se retraiu um pouco, agora que está se evoluindo comesse novo prefeito aí, ela está se evoluindo, se for assim, vai continuar melhorando, povo está saindo mais um pouco.

Para M4 (2021, APÊNDICE E), os lugares mais representativos são Praça da Graça, Catedral, Colégio das Irmãs, Igreja do Rosário e Igreja de São Sebastião. Para M5 (2021, APÊNDICE E) os locais que mais representam a cidade são o Porto das Barcas e a ponte Simplício Dias. O participante chama atenção também para a antiga grafia da cidade, no trecho “a mãe de todas essas cidades aqui do litoral chama-se Parnaíba no Piauí com PH” (M5, 2021, APÊNDICE E).

Entre a população total pesquisada, o Porto das Barcas foi eleita o lugar mais representativo, sendo mencionada por 52,89% dos participantes. A Praça da Graça foi citada por 30,43% dos entrevistados. Foram mencionadas pelos participantes Praças em geral, representando 28,26%, Igrejas com 22,46% e ainda Praça Santo Antônio, Centro cívico, Igreja do Rosário, Igreja N. S. das Graças, Praias, Delta do Parnaíba e Shoppings, cada um com apenas uma menção. A figura 185 apresenta a localização dos lugares citados.

Figura 185- Edifícios mais significativos citados pelos entrevistados



Fonte: FIGUEIROA; SAMPAIO, 2019.

Em relação à identificação dos lugares mais representativos e a faixa etária dos participantes da pesquisa, verificou-se que nas repostas do público mais jovem houve uma maior menção a lugares fora do sítio histórico, com ênfase em regiões de urbanização mais recentes. Foram citados locais como a Praça do Amor e a Praça Mandu Ladino, ambas com reformas e inaugurações que datam dos últimos 10 anos.

4.8 Expectativas em relação à recuperação e manutenção do sítio histórico

Quando questionados acerca das expectativas para a gestão do patrimônio, AG7 (2019, APÊNDICE E) menciona já ter recuperado locais relevantes ou como menciona “o símbolo” que é a Praça da Graça. Já o Estado, através de AG8 (2021, APÊNDICE E) declara esperar continuar a trabalhar em conjunto com outros órgãos responsáveis e a comunidade. O agente ressalta a importância da educação patrimonial no processo de salvaguarda e conservação dos bens. Segundo o agente:

A educação patrimonial pode ajudar no reconhecimento do valor da preservação do bem cultural, dos seus espaços públicos, marcos, monumentos e arquiteturas, incentivando a população a interagir com a sua história, identificando os seus símbolos e identidades. Será somente através da educação e consciência que a população reconhecerá a relevância do patrimônio cultural, e aí sim poderá protegê-lo (AG8, 2019, APÊNDICE E).

No domínio de responsabilidade Federal, ao ser questionado pelas expectativas em relação à recuperação e manutenção do sítio histórico de Parnaíba, AG4 (2021, APÊNDICE E) defende como caminho possível para manutenção do patrimônio um diálogo mais efetivo com as instituições de ensino na busca por reforço nas ações de educação patrimonial.

Quanto às expectativas em relação à recuperação e manutenção do sítio histórico, entre os moradores, observam-se algumas restrições. Para M1 (2019, APÊNDICE D) não há nenhuma perspectiva:

Não tem expectativa de nada porque não tem nem com quem a gente conversar. O tanto que a... o infame, o IPHAN se chama de infame, o IPHAN só faz prejudicar né, e aí... nós não temos que dizer nada, apenas IPHAN chama-se infame.

O mesmo se reflete no discurso de M2 (2019, APÊNDICE E) ao responder o mesmo questionamento: “Ali, acabaram. Foi mais não vai mais nada pra frente não. Chegou, parou, parou tudo ali.” Para M3 (2019, APÊNDICE E), “Se abandonarem se acaba, tem que ter a pessoa pra olhar”. Verifica-se uma pequena expectativa em relação à alteração da gestão no sentido de “ter a pessoa para olhar”. Segundo M4 (2021, APÊNDICE E) “O centro deve continuar da mesma forma para preservação da cultura e paisagem da cidade.”. Quando questionado sobre as expectativas em relação a manutenção do sítio histórico, M5 (2021, APÊNDICE E) declara faltar vontade política para tanto.

Para o Grupo 5 – Agentes envolvidos no processo, as expectativas são de melhor gestão e preservação dos bens, como pode ser verificado no trecho da entrevista de AG1(2019, APÊNDICE E):

[...] O desenvolvimento urbano brasileiro está relacionado também com o caso de Parnaíba então a minha expectativa é que ainda consigamos fazer um trabalho melhor, né, em relação a preservação dessa... das qualidades que motivaram o tombamento da cidade.

Para AG2 (2019, APÊNDICE E):

A gente sempre torce pra que haja um... iniciativas, incrementos aí de toda ordem, técnico, financeiro, é... autocrítico, né, pra que aquele espaço ele alcance o seu objetivo principal que é a preservação, essa sustentabilidade nessa preservação, né.

Segundo AG3(2019, APÊNDICE E):

[...] a minha expectativa, ela assim, apesar de toda a resignação que eu vejo diante desse quadro, né, institucional e político, ela é, é sempre, de que pode mudar, de que pode melhorar, eu acho que a

gente tem capital técnico pra isso, cabe ter direção, tem que ter uma direção nesse sentido.

4.9 Narrativas da Paisagem: contradições e permanências no objeto de estudo

Nesse tópico é desenvolvida a continuação das análises qualitativas do conteúdo dos discursos a fim de desvelar as principais contradições e permanências verificadas na paisagem.

Sobre as transformações da paisagem urbana histórica, AG1(2019, APÊNDICE E) destaca a mudança de uso como principal fonte de alteração:

Na sua percepção, quais as principais mudanças ocorridas na paisagem entre o tombamento e a atualidade?

Olha na verdade eu vejo pouca mudança... porque... não que esteja tudo bem, certo, mas é porque o processo de mudança de... de uso que eu acho que é uma coisa que vem prejudicando um pouco o acervo né, porque se tinha um acervo eminentemente habitacional, mudança de uso para serviço e comércios onde ficam muitas características né da região, mas, mas isso já era uma tendência à época do tombamento. Eu acho que a gente também não esperava que o tombamento fosse mudar essa tendência, o que eu poderia era disciplinar né esse novo que estava se instalando, porque, acho que poderia também incentivar né a... o tombamento não tem essa característica de incentivar o retorno ao uso habitacional esse tipo dependeria de outros tipos de políticas públicas né, que pudesse ajudar a manter essa característica habitacional do centro histórico né, então eu acho que ainda tem potencial né, quer dizer, esse é um projeto... um objetivo que ainda tem que ser perseguido né, que tem que ser trabalhado pelo IPHAN, pela prefeitura e por todos os órgãos né, envolvidos com a questão a preservação no sentido de qualificar melhor essa paisagem né.

O mesmo pensamento se reflete na fala do AG2, que, ao responder ao mesmo questionamento discorre:

[...] mas eu acho que a mudança principal é dessa alteração mesmo por novas inserções, ela tem recebido muitas edificações novas ou mudanças nas existentes, acho que esse é a principal mudança que eu vejo. Mudam-se as coisas, porque a cidade é muito dinâmica, então você tem projetos que são aprovados, mas com critérios que eu acho muito complicados ainda, então... e essa mudança que é muito sutil quando você analisa um, mas quando você junta o sítio, que você soma lá o ar condicionado, com o vidro, com o segundo pavimento, com a esquadria, isso tudo gera uma sensação de muitas mudanças. Então eu acho que as principais mudanças ocorridas, elas estão muito ligadas à essa incapacidade de dar uma resposta para essa diversidade, então eu acho que tem muita mudança sim que são mudanças de elementos no conjunto, eu percebo isso, tem muitas mudanças desses elementos, né. Não há uma percepção de uma mudança muito significativa em termo de conjunto porque o conjunto urbano ele se mantém, né, então há uma estrutura urbana que se

mantém, mas você percebe que essa estrutura urbana ela se degrada, ela está muito degradada [...] (AG2, 2019, APÊNDICE E).

De maneira semelhante, AG3 (2019, APÊNDICE E), destaca:

[...] Então você tem essas renovações, que são renovações naturais desse tecido urbano, mas a questão paisagística ela trás pra exemplificar melhor, questões de poluição visual, questões de... do uso e ocupação do solo, que mexe também com o Plano Diretor e as interferências locais da prefeitura. Essas interferências, elas ocorrem a toque de caixa porque elas ocorrem mais na área comercial, Praça da Graça, Avenida Getúlio Vargas. Então como elas são no dia a dia, no cotidiano, é uma instalação de uma parabólica, de uma grade, de uma calçada, é uma pintura, é a publicidade, é a placa de sinalização, é o Split, a unidade condensadora do Split, então, são coisas de... que envolvem serviços e obras pequenos né, fáceis de serem resolvidos, mas ao mesmo tempo vão modificando gradativamente aquela paisagem.

Para a agente AG8 (2021, APÊNDICE E) são principalmente as intervenções realizadas pelos locatários dos imóveis que promovem a descaracterização. Sobre as alterações mais recorrentes, a agente afirma:

[...] especialmente a repartição dos ambientes internos, na maioria das vezes confusa, inserção de elementos como esquadrias, revestimentos, cores e engenhos publicitários desarmônicos com as características arquitetônicas originais, redução de pé-direito pela adição de forros, fechamento de vãos, além da ocupação indevida dos miolos de quadra com edificações. (AG8, 2021, APÊNDICE E).

Entre os moradores, o sentido da mudança reside nas alterações realizadas para acompanhar o desenvolvimento econômico. M1 (2019, APÊNDICE E) afirma: “Obrigatoriamente é diferente, os prédios são diferentes, o transporte é diferente e assim sucessivamente.” Ainda segundo M1, sobre as principais mudanças ocorridas na paisagem, destaca: “Muitos parnaibanos dizem que a Praça da Graça prejudicou muito a história da cidade, a demolição da Praça da Graça, a nova praça não incentivou a nada.” (M1, 2019, APÊNDICE E).

Quando questionado quais lembranças a paisagem histórica de Parnaíba lhe desperta, M1 (2019, APÊNDICE E) coloca: “Só os navios no Rio Igarçu levando a mercadoria que vinha para Floriano, entrava primeiro em Parnaíba, depois que ia levar para Floriano em pequenas embarcações.” Sobre a sua relação com a cidade atual, o morador M1 declara: “Comercial, eu continuo comerciante, agora como cidadão eu só incentivo que a cidade prospere” (M1, 2019, APÊNDICE E).

Ao responder sobre as lembranças que a paisagem histórica local lhe desperta, M2 (2019, APÊNDICE E) coloca:

Que lembranças a paisagem histórica de Parnaíba lhe desperta?

A lembrança? Muita coisa boa. [...] Ora aquele tempo que a gente passeava, que a gente andava por lá, tudo tinha de bom. Hoje não tem mais nada, tá tudo acabado. Ora, a gente dizia assim, fulano tu vai hoje pra praça? Vou! Quando era de noite a gente se juntava tudinho pra ir pra Praça, ia olhar lá os namorados, ora, lá era que a gente arranjava os namorados [...] o pai dos meus filhos arranjei foi por lá, ia mais as meninas, toda noite a gente ia dar uma voltinha lá. Dia de domingo ficava a Praça cheia de gente, ia gente lá de longe pra ficar dando a volta na praça, conversando, falando da vida alheia [...].

A entrevistada M2 relembra a transformação ocorrida na década de 70 no projeto arquitetônico da Praça da Graça:

A da Praça da Graça, que eles desmancharam, passaram não sei quantos anos pra consertar, pra voltar de novo ao menos o que era... a gente queria ao menos que botassem os bancos. Passaram bem uns cinco anos, desmancharam e aí pronto, cercaram, ficou um chiqueiro de boi lá. Mas até que... agora não, agora tá feito uma feira, lá vende milho, é panela de milho cozinhando, é toda... é espeto nos fogareiros, não pode, aquilo ali era proibido, lá uma praça bonita, uma praça pra ser bem zelada e não fazer uma porqueira daquela. Eu... eu pouco ando lá, está bem com uns dois meses ou três que eu não passo lá por causa dessa arrumação. Não gosto de ver a praça estragada desse jeito não, suja (M2, 2019, APÊNDICE E).

Sobre as diferenças entre a paisagem histórica e a paisagem atual M2 coloca:

Você considera a Parnaíba histórica muito diferente da Parnaíba Contemporânea? Qual sua relação com a cidade hoje?

Hoje é muito diferente, tá muito diferente da antiga Parnaíba que eu conheci. Era uma Parnaíba calma, uma Parnaíba que você se sentava na calçada, era uma Parnaíba que você tinha gosto de sair, de assistir um... assim uma coisa lá pela Praça. Hoje não, você não vai nada, não assiste mais nada, não tem mais nada, acabaram com tudo. Até uma música que tocava todo dia de quarta feira na Praça que a gente podia ficar ouvindo aquelas bandas tocando... nem isso tem mais, acabaram com... não estou dizendo que acabaram com tudo? Lá só dá, só dá aqueles pivetes cheirando cola, é o que dá lá (M2, 2021, APÊNDICE E).

Em sua entrevista, o morador M3 também faz referência ao processo de alteração na Praça da Graça: "(...) por exemplo a Praça da Graça, ali, era outro tempo... era outra coisa. Derrubaram, tinham um coreto bem no centro, um coreto, tinha retreta. Tinha o povo rodando..." (M3, 2019, APÊNDICE E).

Percebe-se, a partir dos resultados encontrados, o destaque para a Praça da Graça enquanto lugar de memória no passado e no presente³⁷. Mais narrativas, permanências e contradições serão apontadas no decorrer do desenvolvimento da pesquisa de campo e coleta dos dados. Em resposta às lembranças que a paisagem desperta, M3 (2019, APÊNDICE E) declarou: “Rapaz só aquele do movimento passado, parece que a vida era mais ampla,”.

Corroborando com a “Parnaíba calma” mencionada pela moradora M2, entende-se que o livre flunar e o exercício próprio de fruição dos espaços públicos encontra-se prejudicado pelo desenvolvimento econômico e alterações na configuração urbana do sítio antes do tombamento.

Quando perguntado se acha a Parnaíba de agora muito diferente da Parnaíba atual, M3 pontua:

Considera a Parnaíba histórica muito diferente da Parnaíba do passado? Qual a sua relação com a cidade hoje?

É muita diferença, antigamente rapaz, olhe você por que e mais novo, você sabe a mercadoria que vinha em gôndola de trem, ela saia ficava ali no Porto das Barcas, passava o trem no meio do calçamento da rua de lá para cá, acho que você sabe disso ai ali tinha um posto de gasolina também ali no porto das barcas, ali naquela área que tem posto de gasolina do irmão do João da Cruz, me lembro como hoje e era bom, tinha um restaurante muito bom do Raimundo Messias, Raimundinho Messias fez um restaurante muito bem feito lá, todo mundo ia para lá, ia como é hoje o Porto das Barcas, melhoraram muito o Porto das Barcas, o Porto das Barcas antigamente não tinha nada não era só aquelas casas velhas quando começou.

Observa-se ao se analisar esse discurso a referencia as edificações coloniais que constituem o Complexo Porto das Barcas como “casas velhas”, denotando uma total desvinculação com esse patrimônio.

A participante M4 recorda que no largo da Igreja são Sebastião encerrava-se a zona urbana da cidade, existindo apenas “areal” depois dela. Recorda que o comercio melhorou muito e relata que “a praça da graça mudou totalmente” (M4, 2021, APÊNDICE E). Ao ser questionada sobre as lembranças que a paisagem urbana desperta, M4 discorre sobre as retretas que ocorriam às quartas, sábados e domingo,

³⁷Sobre as transformações urbanas as quais os relatos se referem, ver RODRIGUES, I. **Praça da graça em Parnaíba**: transformações urbanísticas durante o Regime Militar (1964-1985). Dissertação (Mestrado em História do Brasil) Teresina: UFPI, 2014.

no horário das sete às nove da noite na Praça da Graça. Lembra-se de gostar de admirar as vitrines da Casa Cristino, do Roland Jacob (edifício) e do Cine Édén. Mencionou também as procissões às cinco da manhã na Catedral e dos encontros do Cassino 24 de janeiro. Ao contrapor sua opinião entre a Parnaíba antiga e a Parnaíba atual, pontua: “Houve algumas mudanças, mas manteve o principal.” (M4, 2021, APÊNDICE E).

Para M5 a mudança encontra-se, principalmente na estrutura da paisagem. As rupturas da paisagem são percebidas em trechos do discurso como: “[...] uma estrada de ferro não existe mais, as indústrias não existem mais era os patrimônios, foi tirado tudo [...]” (M5, 2021 APÊNDICE E). Sobre as lembranças oriundas da contemplação da paisagem urbana histórica, afirmou sentir muitas saudades. Acerca das diferenças entre a Parnaíba antiga e a Parnaíba atual, declarou ter diferenças.

Observa-se que muito dos lugares em que as lembranças dos entrevistados se encontram especializadas não existem mais (como o Cassino 24 de janeiro, o palco onde aconteciam as retretas e a própria configuração da Praça da Graça, a estrada de ferro) e, quando os lugares ainda existem, como no caso do edifício que abrigou o Cine Teatro Édén, seu uso encontra-se inteiramente modificado. Destaca-se também a relação com o Rio e o comércio, também descontinuadas ao longo tempo.

No entanto, essa paisagem anterior encontra-se viva através das lembranças e da força simbólica da matéria que a constitui. Aqui verificam-se tanto as permanências quanto as rupturas que ecoam da paisagem formada pelas edificações e pelo valor simbólico imbricado nelas. Percebe-se claramente a influência do uso cotidiano na permanência e manutenção desse patrimônio, por exemplo, quando M5 (2021, APÊNDICE E) coloca: “o comercio era menor e era mais movimentado que o comercio de hoje sinceramente.”

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O patrimônio no Brasil possui bases antigas e pouco modernizadas ao longo do tempo. Apesar de acompanhar a evolução mundial nas questões de patrimônio, sobretudo no que tange ao seu entendimento em conjunto e paisagem, permanece, na esfera federal, baseado em leis pouco atualizadas. A legislação de proteção encontra-se engessada e possui dificuldade em abarcar as diferentes nuances e a diversidade do patrimônio reconhecido a ser protegido e, à sua maneira, perpetuado. Aqui usa-se a expressão à sua maneira porque não há que se falar em eternidade nas questões de patrimônio, sabidamente uma manifestação cultural.

Assim como a cultura não é perene, seus símbolos e as representações por ela instituídas estão em constante transformação. A Globalização modificou entendimentos antes restritos a determinada paisagem. Visto que o patrimônio deve se dotado de sentido, a museificação e as ações turísticas consolidadas ao longo do séc. XX trazem consigo, muitas vezes, a aculturação do patrimônio devido a falta de substrato para ancoragem na sociedade líquida. Isso porque essas ações, quando feitas com intuito predominantemente turístico e/ou econômico, alteram os sentidos do lugar quando deveriam reforçá-los. Esse deslocamento das relações praticado ao longo do séc. XX não conduziu à preservação do patrimônio de maneira efetiva por meio do tombamento.

Em Parnaíba, acerca do questionamento se a paisagem teria se tornado aculturada, a resposta possível é: ainda não. Isso porque, até o momento, poucas foram as intervenções de caráter unificador e globalizante realizadas no local. O que se verifica na atualidade é a existência de uma ambiência desprovida de ancoragem. Entretanto, não se deve ignorar o potencial das ações globalizantes, visto que essas ações existem e podem ser entendidas como ameaças a continuidade desse patrimônio da maneira mais interessante para sua sociedade, não como espetacularização, mas como usufruto cotidiano. O cotidiano aproxima-se então de maneira relevante às questões do patrimônio por ser ele a produzir a trama geradora de sentidos.

No caso analisado, no decorrer das entrevistas realizadas, verificou-se os reflexos do enfraquecimento do sentido desse patrimônio para as gerações mais jovens e o surgimento de novas sociabilidades e locais de ancoragem em outras espacialidades urbanas. Daqui há alguns anos, não mais os moradores lembrarão do centro histórico,

mas antes narrarão memórias do quadrilátero da Praça Mandu Ladino, da av. São Sebastião entre outros locais fora da região protegida.

A dormência econômica causada pelo fechamento e abandono de parte das edificações da região tombada inibiu a fruição desses espaços pelos usuários. A economia inerte em grande parte do microterritório tombado após o declínio econômico sofrido pela cidade foi um fator que favoreceu a permanência desse patrimônio. Todavia, hoje é uma das principais ameaças a sua conservação. Ora, sem usufruto dos espaços como manter vivo o patrimônio ao longo dos anos? Que memórias serão ali ancoradas? O registro do patrimônio está feito, mas o vínculo ocasionado pelo reconhecimento das encontra-se abalado. Perdeu-se o usufruto do lugar pelo movimento das pessoas. O esvaziamento do centro nega o cotidiano. A força simbólica da paisagem urbana histórica paraibana é então posta a prova com a perda de vitalidade ocasionada pelo desuso local e desterritorialização do lugar. E se a essência do cotidiano se encontra enfraquecida, como preservar um conjunto tão amplo e diverso?

Essas são algumas das reflexões escaláveis para além do caso piauiense uma vez que essa realidade não é exclusividade local. Pelo contrário, a situação identificada em Parnaíba é facilmente verificável em outros conjuntos e cidades brasileiras. A heterogeneidade presente no centro histórico parnaibano é uma realidade latente espalhada por todo o país.

Em Parnaíba, ficou explícito nos discursos analisados que o tombamento local não se deu por reconhecimento popular, mas por decisões institucionais em que a aproximação com a população ficou claramente para uma etapa posterior. Essa escolha influenciou diretamente nas representações que foram socialmente construídas ali acerca do tombamento. Nas entrevistas verificou-se a estabilização da crença que o IPHAN é o principal (quando não o único) responsável pela salvaguarda e manutenção dos bens, assim como seria uma instituição inoperante, controladora e restritiva. Essa representação permeou a construção de muitas outras que acarretaram uma avaliação e reconhecimento negativo por parte da população sobre a experiência do tombamento. As entrevistas corroboram também para a identificação de um movimento pendular de salvaguarda e crítica.

Durante o desenvolvimento deste trabalho questionou-se acerca da desvinculação ou não do patrimônio com as necessidades e realizações cotidianas. Em Parnaíba a vocação comercial persiste, a identificação da região com potencial de desenvolvimento continua e as limitações de crescimento econômico também. Entretanto, o patrimônio local tornou-se não reconhecível na cotidianidade. Uma das dimensões do esquecimento, da perda da identidade, são representações fragmentadas e diluídas na complexidade e heterogeneidade da paisagem. As pessoas reconhecem algum valor, mas não conseguem identificar qual é e não acham um uso e isso se comprovou no curso dessa pesquisa. Esse movimento é preocupante uma vez que permite espaço para discussão de ações como o destombamento e legítimas destruições a partir do questionamento sobre o valor daquele patrimônio.

As relações de consumo estão em acelerada mudança. Algumas vezes essas transformações sociais são alavancadas por motivos de força maior, como por exemplo, a deflagração do estado de emergência que assolou o mundo a partir da pandemia do Corona Vírus (SARS COVID-19). O momento atual requer reflexões e transformações profundas nos hábitos, formas de consumo. Não é mais possível tratar as questões patrimoniais sobre a mesma égide levantada nas primeiras décadas do século XX. O cotidiano das pessoas alterou-se de maneira substancial. Primeiramente, foi preciso compreender o que é patrimônio para então refletir sobre como fazê-lo transcender por gerações em um mundo de transformações tão aceleradas.

Com a pandemia, ficou ainda mais exacerbado a necessidade social de compartilhar ambientes como os espaços públicos. Logo, o usufruto do patrimônio como exercício diário também é necessário para sua sobrevivência.

O desafio na pandemia é: como (re) existir sem os estímulos do contato social? Como tornar familiar um patrimônio alheio a toda uma geração? E, com a possível desvinculação da sociedade com o lugar, como preservar sua dimensão afetiva?

Após todo o aprofundamento na teoria das representações sociais, sabe-se que elas muitas vezes refletem o pensamento dominante. Deve-se questionar a quem serve essa representação de esquecimento. A situação evidencia a disputa de espaço no microterritório tombado por quem garante a economia do lugar.

Frente as análises e instabilidade do cenário atual, alguns caminhos (por vezes já conhecidos) despontam. Entre eles, destaca-se de maneira evidente a urgência das ações de educação patrimonial. A educação tem papel fundamental, conforme visto nos aprofundamentos sobre as representações sociais, de transmissão e difusão dos sentidos que irão agir no fortalecimento do poder simbólico do patrimônio.

Como pode-se observar ao longo da construção desse trabalho, patrimônio, cultura, memória, identidade, e todas as demais categorias anteriormente discutidas relacionam-se e interferem na elaboração das representações sociais de determinado grupo social. Nos processos de objetificação e atribuição de significado há sempre uma ancoragem imagética ou enquadramento espacial que muitas vezes se confunde com a própria paisagem. A ancoragem fornece contexto enquanto a objetificação proporciona sentido.

Quanto as questões que permearam a construção do presente trabalho, acredita-se ter conseguido alcançar o objetivo de compreender os agentes atuantes na urbanização e reurbanização da paisagem local bem como o entendimento das articulações existentes hoje entre o microterritório tombado e a área de expansão contemporânea da cidade.

A relevância das entrevistas consistiu em tornar possível o acesso as representações sobre o tombamento a partir das narrativas dos diversos agentes envolvidos, da escuta dos sujeitos sobretudo porque eles trazem a experiência do vivido. Além disso, pode-se desvelar os significados simbólicos da paisagem. Ademais, a paisagem em si mesma é capaz de estabelecer determinadas narrativas, que atuam diretamente nas representações sociais produzidas. Tais narrativas carregam expressas consigo a experiência das gerações anteriores e uma existência anterior vivenciada pela coletividade.

Também a globalização, hibridização da cultura e o mundo em constante liquidez de informações e certezas alteraram a forma de tratamento do patrimônio no curso dos anos. Sabe-se que o tombamento por si só não preserva. Esse estudo buscou compreender os motivos por trás de suas falhas. Em Parnaíba, o tombamento em Parnaíba não se deu, de todo, por pressão popular como às vezes acontece. Antes foi declarado das estancias superiores para a sociedade sem maiores explicações.

Fato esse corroborado pelos agentes técnicos ao mencionar que a aproximação com a população seria um passo posterior a deflagração do tombamento. Assim, foi necessário mergulhar na historiografia dessa paisagem para captar as diferentes nuances que permeiam as representações sociais ali construídas. Nesse caminho, não seria possível ignorar as narrativas da própria paisagem para entender as apreensões de mundo da sociedade local bem como o compartilhamento dos símbolos que compõem o lugar ao se trabalhar com patrimônio urbano e edificado. As narrativas diminuem os ruídos ocasionados pelo mau uso do turismo e as disputas econômicas que assolam os territórios.

Decerto que a pátina do esquecimento recaiu sobre a região a partir do declínio econômico que assolou a cidade. Porém, o que se busca em áreas históricas muitas vezes é o húmus do frescor do cotidiano do dia simples, do ir e vir que não existe mais e não os equipamentos que permeiam essas paisagens preservadas, com outras atribuições e que afastam os moradores para outros lugares. De alguma forma, deve-se buscar o usufruto do patrimônio na vida comunal no lugar de formular teatralizações que nada tem a ver com ambiência do local. Toda espetacularização utiliza-se da paisagem e faz dela outra realidade. É desse lugar que surgem os conflitos de interesse que tornam as paisagens históricas vocacionadas e programadas a receber outros usos e novos modo de vida. Essa discussão deve ser enfrentada por todos os setores acadêmicos e que atuam em defesa do patrimônio para que se possa romper os paradigmas da preservação maciçamente utilizados no século passado e que não mais servem para o mundo em rápida transformação.

O patrimônio possui papel efetivo no resgate da vida cotidiana. A prática cotidiana auxilia na reterritorialização do lugar. Aqui defende-se o usufruto dos tempos da arquitetura no dia a dia. Pode-se então, mencionar a existência de um patrimônio comunal que deve ser utilizado de maneira cotidiana, de forma a reconstruir continuamente as relações de espaço, tempo e materialidade. Logo, um dos caminhos possíveis para a preservação no séc. XXI é o entendimento da existência de um patrimônio cotidiano, afastado das ações de espetacularizações. A perspectiva consiste em usar a matéria do patrimônio que é a construção do valor simbólico como a base da preservação e não se apropriar do patrimônio como simples modo de usar. De toda forma, as prospecções preliminares aqui lançadas não encerra a discussão,

mas antes apontam reflexões em direção ao caminho da preservação. Os usos da paisagem culturalmente falando também devem ser repensados uma vez que o novo cenário que desponta pós-Covid traz novas necessidades e relações sociais. Os ecos das narrativas próprias de cada paisagem não podem ser ignorados na agenda das ações de preservação futuras.

Espera-se, a partir das reflexões propostas, que agentes de produção do espaço como o turismo e os poderes administrativos criem estratégias para desenvolver ações de planificação que deem sonoridade a essas narrativas e as paisagens residuais. Buscou-se com esse trabalho contribuir para reflexão contemporânea acerca as ações de salvaguarda e as transformações de nossa sociedade e deixar aberturas possíveis para futuras pesquisas visto que tanto o patrimônio quanto a própria realidade construída são produções cotidianas em constante metamorfose e (re) existência.

REFERÊNCIAS

ABREU, M. Sobre a memória das cidades. In CARLOS, A.; SOUZA, M.; SPOSITO, M. **A produção do espaço urbano**. Agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2016.

A MULHER do pote. **Jornal da Parnaíba**, 2013. Disponível em: <https://www.jornaldaparnaiba.com/2013/03/a-mulher-do-pote.html> acesso em junho de 2021.

ALMANACK DA PARNAHYBA. 1 ed. Fortaleza: Tipografia Gadelha, 1924.

_____. 2 ed. Fortaleza: Tipografia Gadelha, 1925.

_____. 3 ed. Fortaleza: Tipografia Gadelha, 1926.

_____. 4 ed. Fortaleza: Tipografia J.B dos Santos & Ca, 1927.

_____. 5 ed. Fortaleza: Tipografia Gadelha, 1928.

_____. 6 ed. Fortaleza: Tipografia Gadelha, 1929.

_____. 7 ed. Fortaleza: Tipografia J.B dos Santos & Ca, 1930.

_____. 8 ed. Fortaleza: Tipografia J.B dos Santos & Ca, 1931.

_____. 9 ed. Fortaleza: Tipografia J.B dos Santos & Ca, 1932.

ALMANAQUE DA PARNAÍBA. 10 ed. Fortaleza: Renascença, 1933.

_____. 11 ed. Fortaleza: Renascença, 1934.

_____. 12 ed. Fortaleza: Renascença, 1935.

_____. 13 ed. Fortaleza: Renascença, 1936.

_____. 14 ed. Fortaleza: Renascença, 1937.

_____. 15 ed. Fortaleza: Renascença, 1938.

_____. 17 ed. Fortaleza: Renascença, 1939.

_____. 18 ed. Fortaleza: Tipografia Minerva, 1940.

_____. 19 ed. Fortaleza: Tipografia Minerva, 1941.

_____. 68 ed. Parnaíba: Sieart, 1995.

_____. 72 ed. Parnaíba: Sieart, 2020.

ALMEIDA, A.; SANTOS, M.; TRINDADE, Z. Representações e práticas sociais: contribuições teóricas e dificuldades metodológicas. **Temas psicol.** [online]. 2000, vol.8, n.3, pp. 257-267.

ALVARENGA, A.V. M. Parnaíba Historiografada: da cidade projetada à cidade habitada. **Vozes, Pretérito & Devir.** Ano IV, Vol. VII, No i, 2017.

ARANTES, A. A. O patrimônio cultural e seus usos: a dimensão urbana. **Habitus.** Goiânia, 2006, vol. 4, n. 1, p. 425-435.

ARRUDA, A. Image, social imaginary and social representations. In SAMMUT, G; ANDREOULI, E.; GASKELL, G.; VALSINER, J. **The Cambridge Handbook of Social Representations.** Cambridge: Cambridge University Press, 2016.

ATHAYDE, C. **Santa Casa de Misericórdia de Parnaíba:** Histórico. Parnaíba: s.l. 1984.

BACHELARD, G. Part two. In LEACH, N. **Rethinking Architecture.** A reader in cultural theory. New York: Routledge, 1997.

BARCELLAR, O. I. B. Observações sobre o Piauí. In **Almanaque da Parnaíba.** Parnaíba: Academia Parnaibana de Letras, n. 64, 1997.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 1994.

BASTO, P. V. M. Parnaíba – velhos tempos, belos dias. **Almanaque da Parnaíba.** 64 ed. Teresina: EdUFPI, 1997.

BAUER, M. On (Social) representations and the iconoclast impetus. In SAMMUT, G; ANDREOULI, E.; GASKELL, G.; VALSINER, J. **The Cambridge Handbook of Social Representations.** Cambridge: Cambridge University Press, 2016.

BAUMAN, Z. **Ensaio sobre o conceito de cultura.** Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

BENEVOLO, L. **A cidade e o arquiteto.** Editora Perspectiva: São Paulo, 1984.

BENJAMIN, W. Paris Capital of the Nineteenth Century. In LEACH, N. **Rethinking Architecture.** A reader in cultural theory. New York: Routledge, 1997.

BERGER, P.; L. LUCKMANN, T. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento.** Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2008.

BERGSON, H. **Matéria e Memória.** Ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. Tradução. PAULO NEVES. Martins Fontes. São Paulo, 1999.

BERLEANT, A. **The changing meaning of landscape.** 2012. Disponível em: https://buffalo.access.preservica.com/.../digitalFile_4d59a9e7-e2d. Acesso em: março de 2019.

_____. **Living in the landscape.** Toward an Aesthetics of Environment. Kansas: University Press of Kansas, 1997.

BERQUE, A. Paisagem-marca, Paisagem-matriz: elementos da problemática para uma geografia cultura. In CORREA, R. L.; ROSENDAHL, Z. **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2004.

BONIN, L. F. R. Indivíduo, cultura e sociedade. In STREY, M. N. et al. **Psicologia Social Contemporânea**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

BOURDIEU, P. **A distinção - Crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp, 2011.

_____. **O poder do simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1992.

BRASIL. DECRETO-LEI Nº 25, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, 1937.

ICMBIO. **Plano de manejo ambiental da área de proteção ambiental Delta do Parnaíba**. 2020. Disponível em: https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/docs-planos-de-manejo/plano_de_manejo_da_apa_delta_do_parnaiba.pdf acesso em junho de 2021.

BRITO, M. D. P. Parnaíba cidade universitária. **Almanaque da Parnaíba**, 7o ed. Parnaíba: Sieart, 2017.

BRITO, R. C. C. CNSG, mais de um século de história. **Almanaque da Parnaíba**, 72 ed. Parnaíba: Sieart, 2020.

BUSSAB, W.; BOLFARINE, H. **Elementos de amostragem**. São Paulo: Edgard Blucher, 2005.

CANCLINI, N. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo: EDUSP, 2015.

CARLOS, A. F. A.; Da “organização” à “produção” do espaço no movimento do pensamento geográfico. In CARLOS, A.; SOUZA, M.; SPOSITO, M. **A produção do espaço urbano**. Agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2016.

CARSALADE, F. **A pedra e o tempo: a arquitetura como patrimônio cultural**. Belo Horizonte: UFMG, 2014.

CARVALHO, E. As praias da pedra do sal. **Blog do poeta Elmar Carvalho**. Disponível em: <http://poetaelmar.blogspot.com/2018/03/as-pedras-da-pedra-do-sal.html>. Acesso em 17/03/2019.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e terra, 2016.

CASTELLO BRANCO, L. Progressos. In **Almanaque da Parnaíba para 1927**. Belém: J.B. dos Santos & Comp. 1927.

CAVALCANTE, A. M. **A moradia urbana do Piauí no séc. XIX**. 2021. Tese (Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo) Universidade de São Paulo, São Carlos, 2021.

CAVALCANTE, V. Caixeiral – um pouco de história. **Almanaque da Parnaíba**, 72 ed. Parnaíba: Sieart, 2020.

CHARTIER, R. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990.

CHAUÍ, M. Cultura e democracia . In: **Crítica y emancipación** : Revista latino-americana de Ciências Sociais. Año 1, no. 1 (jun. 2008-). Buenos Aires : CLACSO, 2008.

CHOAY, F. **A alegoria do patrimônio histórico**. tradução de Luciano Vieira. São Paulo: Editora Estação da Liberdade, 2017.

_____. **As questões do patrimônio**: antologia para um combate. Lisboa: Edições 70, 2011.

COELHO NETTO, J. T. **A Construção do sentido na arquitetura**. 3ed. São Paulo: Perspectiva, 1993.

CORREA, R. L. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço. Da “organização” à “produção” do espaço no movimento do pensamento geográfico. In CARLOS, A.; SOUZA, M.; SPOSITO, M. **A produção do espaço urbano**. Agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2016.

CORREA, R. L.; ROSENDAHL, Z. **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2004.

CORREIA, B. J.; LIMA, B. S. **O livro do centenário de Parnaíba**. Parnaíba: Gráfica Americana, 1944.

CIDADE VERDE. **Prédio tombado desmorona no porto das barcas**. 2019. Disponível em: <https://cidadeverde.com/parnaiba/97588/predio-tombado-desmorona-no-porto-das-barcas-bombeiros-vistoriam-o-local>. Acesso em junho de 2019.

COSGROVE, D. **A geografia está em toda parte**: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In CORREA, R. L.; ROSENDAHL, Z. **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2004.

COSTA, L. C. N.; GASTAL, S. A. Paisagem Cultural: Diálogos entre o Natural e o Cultural. In VI SEMINÁRIO DE PESQUISA EM TURISMO DO MERCOSUL **Anais** [...]. Semitur: Caxias do Sul, 2010.

CRUZ, R. C. A. **Geografia do turismo: de lugares a pseudo-lugares**. São Paulo: Roca, 2007.

DESCHAMPS, J. C.; MOLINER, P. **A identidade em psicologia social**: dos processos identitários às representações sociais. Tradução de Lúcia M. Endlich Orth. Petrópolis: Vozes, 2014.

DOLLFUS, O. Comentário: A produção do meio. In CORREA, R. L.; ROSENDAHL, Z. **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2004.

DUVEEN, G. O poder das ideias. in MOSCOVICI, S. **Representações sociais**: investigação em psicologia social. Petrópolis: Vozes, 2015.

ESCRITORES e artistas pedirão uma melhor destinação para a Praça dos poetas. **Portal Costa Norte**, 2021. Disponível em: <https://portalcostanorte.com/escritores-e-artistas-pedirao-uma-melhor-destinacao-para-a-praca-dos-poetas/> acesso em junho de 2021.

FARR, R. representações sociais: a teoria e sua história. In GUARESCHI, P. ; JOVCHELOVITCH, S. (Org.) **Textos em representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 2013.

FERRAZ, F. B. Influencia economica no avançocultural em Parnaíba e o resgate de seu almanque. **Almanaque da Parnaíba**. 70 ed. Parnaíba: Sieart, 2017.

FONSECA, M.C. L. **O patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

FUNDAC. **Lista de Bens Tombados do Piauí**. 2018. Disponível em <https://crcfundacpiaui.files.wordpress.com/2012/09/bens-tombados2.pdf>. Acesso em março de 2019.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

GHIONE, R. **Tempo e Lugar**. Disponível em <http://www.caupr.org.br/?p=6432>. Acesso em maio de 2018.

GUARESCHI, P. ; JOVCHELOVITCH, S. Introdução. In GUARESCHI, P. ; JOVCHELOVITCH, S. (Org.) **Textos em representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 2013.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. 2a ed. São Paulo: Centauro, 2013.

HALL, S. The work of representation. In. HALL, S. **Representation**: Cultural Representations and Signifying Practices. London: SAGE Publications, 2009.

HARVEY, D.C. Heritage Pasts and Heritage Presents: Temporality, Meaning and the Scope of Heritage Studies, **International Journal of Heritage Studies**, 2001. 7:4, 319–38.

HELLER, A. **O cotidiano e a história**. 4.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Indicadores Sociais Municipais. 2019.

IPHAN. **Piauí tem três bens promovidos a patrimônio cultural brasileiro**. 2008a. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/2101>. Acesso em março de 2019.

_____. **Conjunto histórico e paisagístico de Parnaíba**. 19 SR/PI: Teresina, 2008b.

_____. **Patrimônio Material – PI**. [2011?]. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/563>. Acesso em março de 2019.

_____. **Cidades do Piauí testemunhas da ocupação do interior do Brasil durante o século XVIII**. 2008c.

INICIADA a revitalização da Praça da Santa Casa no centro de Parnaíba. **Portal Costa Norte**, 2014. Disponível em: <https://portalcostanorte.com/iniciada-a-revitalizacao-da-praca-da-santa-casa-no-centro-de-parnaiba/> Acesso em junho de 2021.

JAQUES, M. G.C. identidade. In STREY, M. N. et al. **Psicologia Social Contemporânea**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

JEUDY, H. **Espelho das cidades**. Rio de Janeiro: Casa da palavra, 2005.

JODELET, D. **Representações sociais e mundos de vida**. Curitiba: PUCPRESS, 2017.

JOVCHELOVITCH, S. Vivendo a vida com os outros: intersubjetividade, espaço público e representações sociais. In GUARESCHI, P. ; JOVCHELOVITCH, S. (Org.) **Textos em representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 2013.

KRUEL, K. Joca Pires, o quinto governador parnaibano. **Almanaque da Parnaíba**. 72 ed. Parnaíba: Sieart, 2020.

KÜHL, B. **Arquitetura do ferro e arquitetura ferroviária em São Paulo**. São Paulo: Ateliê Editorial/ FAPESP/ Secretaria de Cultura, 2004.

LAHLOU, S. Social representations and social construction: the evolutionary perspective of installation theory. In SAMMUT, G; ANDREOULI, E.; GASKELL, G.; VALSINER, J. **The Cambridge Handbook of Social Representations**. Cambridge: Cambridge University Press, 2016.

LARAIA, R. B. **Cultura**: um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

LEFEBVRE, H. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4^e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev.2006.

_____. **A vida cotidiana do mundo moderno.** São Paulo: Ática, 1991.

_____. **La presencia y la ausência.** Contribucion a la teoria de las representaciones. México: Fondo de Cultura, 1983.

LEITE, M. A. F. P. Uma Narrativa da Paisagem. **Paisagem ambiente: ensaios** - n. 28 - São Paulo, 2011. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/paam/article/view/77386/81242>
Acesso em junho de 2021.

LOPES, C.; GASKELL, G. Social representations and societal psychology. In SAMMUT, G; ANDREOULI, E.; GASKELL, G.; VALSINER, J. **The Cambridge Handbook of Social Representations.** Cambridge: Cambridge University Press, 2016.

LOPES, M. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio espacial.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

MACHADO JÚNIOR, J. A.S.; MACEDO, J. P. A relação do turismo no Delta do Parnaíba com comunidades locais. **CULTUR.** Ano 10. N. 01. Fev. de 2016.

MAFFESOLI, M. **A contemplação do mundo.** Porto Alegre: Artes e Ofícios. 1995.

MAVIGNIER, Diderot. **No Piauí na terra dos Tremembés.** Parnaíba: 2005.

MELO, N. B. A. L. **O ECLETISMO PARNAIBANO:** hibridismo e tradução cultural na paisagem da cidade na primeira metade do século XX. 2011. Dissertação (Programa de pós graduação em História) Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2011.

MENDES, I. **Porto de Luís Correia:** histórico de um sonho. Parnaíba: Sieart, 2008.

MENDES, P. Centro histórico de Parnaíba. **CRC SECULT,** 2017. Disponível em: <https://crcfundacpiaui.wordpress.com/2017/01/03/centro-historico-de-parnaiba/>
Acesso em 27 de junho de 2021.

MENDES, P. Lista de bens tombados no Piauí. **CRC SECULT,** 2012. Disponível em: <https://crcfundacpiaui.wordpress.com/2012/09/18/lista-de-bens-tombados-do-piaui/>
Acesso em 27 de junho de 2021.

MINAYO, M. **O desafio do conhecimento.** Pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec; 2004.

_____. O conceito de representações sociais dentro da sociologia clássica. In. GUARESCHI, P.; JOVCHELOVITCH, S. (Org.) **Textos em representações sociais.** Petrópolis: Vozes, 2013.

MIRANDA, R. A fundação da Parnaíba. **Almanaque da Parnaíba,** 72 ed. Parnaíba: SIEART, 2020.

- MOLINER, P.; ABRIC, J. C. Central Core Theory. In SAMMUT, G; ANDREOULI, E.; GASKELL, G.; VALSINER, J. **The Cambridge Handbook of Social Representations**. Cambridge: Cambridge University Press, 2016.
- MOREIRA, E.V.; HESPANHOL, R. A. O lugar como construção sociais. **Revista Formação**, n. 014 v. 2, 2007.
- MOSCOVICI, S. **Representações sociais**: investigação em psicologia social. Petrópolis: Vozes, 2015.
- MOURA, C. O advento dos conceitos de cultura e civilização: sua importância para a consolidação da autoimagem do sujeito moderno. In **Filosofia**. São Leopoldo: Unisinos, 2009.
- MUMFORD, L. **A condição de homem**. Porto Alegre: Editora Globo, 1958.
- NASCIMENTO, F. A. S.; et al. **Plano Municipal de Cultura de Parnaíba – 2015/2025**. Teresina: EDUFPI, 2015.
- NORA, P. Entre história e memória: A problemática dos lugares. In: **Projeto História**. São Paulo, nº 10, p. 7-28, dez. 1993.
- PAIVA, R. A. Os ícones urbanos arquitetônicos. In VARGAS, H. C.; PAIVA, R. A. (Org.) **Turismo, arquitetura e cidade**. Baueri, SP: Manole, 2016.
- PARNAÍBA: 302 anos de historia de um povo religioso. **Jornal da Parnaíba**, 2013. Disponível em: <https://www.jornaldaparnaiba.com/2013/06/parnaiba-302-anos-de-historia-de-um.html?m=1> acesso em junho de 2021.
- PASSOS, Caio. **Cada rua – sua história**. Parnaíba, [S.l.] 1982.
- PEDRAZZANI, V. **Patrimônio cultural de teresina-pi: o processo de preservação nas décadas de 1980 e 1990**. Dissertação de mestrado – Uninversidade Federal do Piauí, Mestrado em Políticas públicas. Teresina, 2005.
- PEREIRA, D. Cidade, patrimônio e território: as políticas Públicas federais de seleção no Brasil do Século XXI In **Rev. CPC**, São Paulo, n. 21, p. 36-70, jan./jul. 2016.
- PINHEIRO, A.; MOURA, C. (org.) Conjunto histórico e paisagístico de Parnaíba in **Cadernos do Patrimônio cultural do Piauí**, v.2 Teresina: Superintendência do IPHAN no Piauí, 2010.
- PINK, M. J. P. The Concept of Social Representations in Social Psychology. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 9 (3): 300-308, jul/sep, 1993.
- PINTO, G. J. Planejamento estratégico e city marketing: a nova face das cidades no final do século XX. **Caminhos de geografia**. v. 2. P. 17-22, mar/2001.
- POLLACK, M. Memória e identidade social. **Estudos históricos**. Rio de Janeiro, CPDOC- FGV, v. 5, n. 10, 1992, p.202-205.
- POTTEIGER, M.; PURITON, J. **Landscapes narratives**: design practices for telling stories. New York: John Wiley & Sons, 1998.

PORTO das Barcas será entregue no início de 2020 após revitalização. **Portal Costa Norte**, 2019. Disponível em: <https://portalcostanorte.com/porto-das-barcas-sera-entregue-no-inicio-de-2020-apos-revitalizacao/> Acesso em junho de 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARNAÍBA. **Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável**. Vol III. Parnaíba: PMP, 2016.

PSALTIS, C. Communication and the microgenetic construction of knowledge. In SAMMUT, G; ANDREOULI, E.; GASKELL, G.; VALSINER, J. **The Cambridge Handbook of Social Representations**. Cambridge: Cambridge University Press, 2016.

RAMOS, J.N.A. **Parnaíba de A a Z: Guia afetivo**. Brasília: Multicultural Arte e comunicação, 2008.

REGO, J. M. A. N. **Dos sertões aos mares. História do comércio e dos comerciantes de Parnaíba (1700-1950)**. 2010. Tese (Programa de Pós Graduação em História) - Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2010.

REIS FILHO, N. G. **Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial**. São Paulo: Edusp, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2000.

RESERVA Extrativista Marinha do Delta do Parnaíba. **Rota das emoções**. 2011. Disponível em: <http://rotadasemocoos.blogspot.com/2011/04/reserva-extrativista-marinha-do-delta.html>. Acesso em 17/03/2019.

RIBEIRO, F.M.S. N.; OLIVEIRA, P. V. S. A pitoresca Parnaíba social e turística": natureza e turismo na imprensa do litoral piauiense (1973-1985). **Revista Eletrônica Discente História.com**, Cachoeira, v. 4, n. 8, p. 64-79, 2017.

RODRIGUES, I. **Praça da graça em Parnaíba: transformações urbanísticas durante o Regime Militar (1964-1985)**. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) Teresina: UFPI, 2014.

O QUE é a rota das emoções? **Rota das emoções Brasil**, [200-]. Disponível em: <https://www.rotadasemocoosbrasil.com.br/o-que-e-a-rota-das-emocoos/> acesso em junho de 2021.

SÁ, C. P. Representações sociais: o conceito e o estado atual da teórica. In SPINK, M.J (Org.). **O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social**. São Paulo: Braziliense, 1995.

SACRISTÁN, J. G.; GÓMEZ, A. I. P. **Compreender e transformar o ensino**. 4.ed. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

SALES, L. C. **O valor simbólico do prédio escolar**. Natal, 1999.

SALGADO, M. **Olhares sobre o patrimônio: a busca de significados da paisagem**. Orientador: Flávio de Lemos Carsalade. (Tese de doutorado). Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura, UFMG, 2017.

SAMMUT, G. Atitudes, social representations and points of view. In SAMMUT, G; ANDREOULI, E.; GASKELL, G.; VALSINER, J. **The Cambridge Handbook of Social Representations**. Cambridge: Cambridge University Press, 2016.

SAMMUT, G. et al. Social Representations: a revolutionary paradigm? In SAMMUT, G; ANDREOULI, E.; GASKELL, G.; VALSINER, J. **The Cambridge Handbook of Social Representations**. Cambridge: Cambridge University Press, 2016.

SAMPAIO, I.; MAGALHAES, A. Porto das Barcas e galpões portuários em Parnaíba [PI]: memória, patrimônio e identidade. In **Labor e Engenho**. Campinas (SP, v.12, n.3, p.341-358, jul./set. 2018.

SANTOS, G.T.; DIAS, J. M. B. Teoria das representações sociais: uma abordagem sociopsicológica. **PRACS**, v.8, n1, 2015. Disponível em: <https://periodicos.unifap.br/index.php/pracs/article/view/1416/santosv8n1.pdf> Acesso em junho de 2021.

SANTOS, M. S. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção** / Milton Santos. - 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

_____. **O Brasil: territórios e sociedade no início do séc. XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2016.

SAUER, C. A morfologia da paisagem. In CORREA, R. L.; ROSENDAHL, Z. **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2004.

SCIFONI, S. Paisagem cultural. In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016. (verbete). Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/82/paisagem-cultural>. Acesso em 10 de mar de 2019.

SECRETARIA DE CULTURA DO ESTADO DO PIAUÍ – SECULT. **Bens tombados e registrados do Piauí**. 2018.

SERRÃO, A.V. Pensar a Natureza a partir da Estética. In XIX ENCONTRO DE FILOSOFIA, A ÉTICA E OS DESAFIOS DO MUNDO CONTEMPORÂNEO. **Anais [...]** Edição Apf - Associação de Professores de Filosofia, 2005.

SIMÃO, M. C. R. **Preservação do patrimônio cultural em cidades**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

SILVA FILHO, F. A gênese do ensino superior em Parnaíba. **Almanaque da Parnaíba**, 72 ed. Parnaíba: Sieart, 2020.

SILVA FILHO, O. P. **Carnaúba, pedra e barro na Capitania de São José do Piauhy**. BH. Rona. 2007. 3 vol.

SILVA, A.F. Patrimônio cultural e paisagem em sua significação espacial. **Geo Temas**. Rio Grande do Norte, v.5, n.2, jul/dez 2015.

SILVA, J. **Parnaíba e o Averso da Belle Epoque: cotidiano e pobreza (1930-1950)**. (dissertação de mestrado). Mestrado em História do Brasil, UFPI. Teresina, 2012.

SILVA, M. L. A ideia de espaço público em hannah rendt. In **Cadernos Zigmud Bauman**. São Luís: UFMA. Vol. 7, num. 13, 2017.

SILVA, R. F.V. Os trabalhadores e a praça: o processo histórico de ocupação e desocupação da Praça Coronel Jonas Correia pelo comércio informal, em Parnaíba (1990-2016). **O Piaugüy**, ano XII, n.º144, outubro de 2019.

SIMMEL, G. The metropolis and the mental life. In LEACH, N. **Rethinking Architecture**. A reader in cultural theory. New York: Routledge, 1997.

SOBRADO de Dona Auta. **Jornal da Parnaíba**, 2018. Disponível em: <https://portalcostanorte.com/escritores-e-artistas-pedirao-uma-melhor-destinacao-para-a-praca-dos-poetas/> acesso em junho de 2021.

SOMEKH, B.; LEWIN, C. **Teoria e métodos da pesquisa social**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

SOMEKH et al. Pesquisa nas ciências sociais. In SOMEKH, B.; LEWIN, C. **Teoria e métodos da pesquisa social**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

SOTERO, J. A; PERINOTTO, A. R. C. Análise histórica da comunicação turística em Parnaíba/Pi: o poder público em questão. **Revista Hospitalidade**. São Paulo, volume 13, agosto de 2016.

SOUSA, C. S.N. **Almanack da Parnahyba**: desejo de modernidade sob o véu da barbárie em Parnaíba - Piauí (1924 - 1941). 2018. Tese (Programa de pós graduação em História). Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2018.

SOUSA FILHO, E. A. Análise de representações sociais. In SPINK, M.J (Org.). **O conhecimento no cotidiano**: as representações sociais na perspectiva da psicologia social. São Paulo: Braziliense, 1995.

SOUZA, J. **A ralé brasileira**: quem é e como vive. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2009.

TAJRA. J. E.; TAJRA FILHO. J.E. O comércio e a indústria no Piauí. In. SANTANA, R. N. M. (Org.) **Piauí**: Formação, desenvolvimento, perspectivas. Teresina: Halley, 1995.

VASCONCELOS, P. A. Os agentes modeladores das cidades brasileiras no período colonial. In: CASTRO, Iná; GOMES, Paulo; CORREA, Roberto Lobato. **Explorações geográficas**: percursos do fim do século. Rio de Janeiro: Bertrand, 2006.

VERAS. A. S. N. **Usos do passado, memória e apropriações do patrimônio industrial de Parnaíba, piauí (1940, 1970-1980, 2000-2019)**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em História, Fortaleza, 2020.

VIEIRA FILHO, D. Introdução. In IPHAN. **Cidades do Piauí testemunhas da ocupação do interior do Brasil durante o século XVIII** - Conjunto histórico e paisagístico de Parnaíba. 19 SR/PI: Teresina, 2008.

WAGNER, W. Representation in action. In SAMMUT, G; ANDREOULI, E.; GASKELL, G.; VALSINER, J. **The Cambridge Handbook of Social Representations**. Cambridge: Cambridge University Press, 2016.

WILLIAMS, R. **Cultura**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.